Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11998 | 133 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 1° de Outubro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 03
Casa Militar 06
Procuradoria Geral do Estado 06
Controladoria Geral do Estado 17

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 18
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 45
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 46
Secretaria da Cultura 51
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 52
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 65
Secretaria da Educação 75
Secretaria da Fazenda 101
Secretaria de Infraestrutura e Logística 102
Secretaria da Justiça e Cidadania 103
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 104
Secretaria do Planejamento 104
Secretaria da Saúde 105
Secretaria da Segurança Pública 122
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 132
Receita Estadual do Paraná 133

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 133

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

DECRETO Nº 11.362

Exoneração de OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO, de cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO, RG nº 14.XXX.023-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-6, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 1º de outubro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

133650/2025

DECRETO Nº 11.363

Retifica o Decreto nº 11.339, de 30 de setembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o art. 2º do Decreto nº 11.339, de 30 de setembro de 2025, onde se lê: "Art. 2º Transfere da estrutura organizacional do Departamento de Trânsito do Paraná para a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, um cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-5, com o respectivo titular THIAGO AUGUSTO NAICO ROSA, RG nº 8.XXX.453-X"; leia-se: "Art. 2º Transfere da estrutura organizacional do Departamento de Trânsito do Paraná para a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, um cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-6, com o respectivo titular THIAGO AUGUSTO NAICO ROSA, RG nº 8.XXX.453-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 1º de outubro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

133651/2025

DECRETO Nº 11.364

Exonera LUCAS ORTIZ LEUGI, de cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.741.023-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 3 de outubro de 2025, LUCAS ORTIZ LEUGI, RG nº 8.XXX.563-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-5, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 1º de outubro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

133652/2025

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

24.648.969-6/25
1.Trata-se de recurso disciplinar interposto por **THIAGO SANTANA PINTO**, **CPF nº xxx.801.509-xx**, em face da decisão do Comando-Geral da Polícia Militar, em sede de reconsideração de ato. 2.Presente os pressupostos de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos), **CONHEÇO** do recurso disciplinar, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010. 3.No mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda:i.*que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato; ii.que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; iii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; iv. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício.v.a penalidade aplicada está devidamente prevista para "*infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR*" (art. 3º da Lei Estadual nº 16.544/2010). 4.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos disponíveis**. EM 01/10/2025. (Enc.Proc. à PMPR).

133710/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

24.672.066-5/25
OBJETO Designação de servidor do Poder Executivo Estadual. **AMPARO LEGAL** Art. 32, §6º, da Lei Complementar Estadual nº 250/23. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.672.066-5**, aliado a competência prevista no art. 1º, III, do Decreto nº 11.322/2025, **DESIGNO** o servidor **DIEGO PIOTROWSKI MACHADO**, CPF nº 045.xxx.XXX-84, para Fundação de Apoio à Atividade da Segurança Pública do Paraná. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 01/10/2025.(Enc. Prot.SESP).

CASA CIVIL

24.117.150-7/25
OBJETO Contratação de empresa para elaboração de laudo de diagnóstico do sistema de prevenção de incêndios e desastres do Palácio Iguaçu, conforme disposto no Termo de Referência. **JUSTIFICATIVA** Atendimento de demanda do Núcleo Administrativo Setorial – NAS/CC, em conformidade com as recomendações do Controle Interno. **AMPARO LEGAL** Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **FORNECEDOR** SAFETY PROTECAO CONTRA INCENDIO LTDA, CNPJ nº 28.183.757/0001-87. **VALOR DA CONTRATAÇÃO** R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.117.150-7**, e aliado a Informação do Núcleo Administrativo Setorial – NAS/CC (mov. 34), **AUTORIZO**, nos termos do art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências. . EM 01/10/2025. (Enc. Prot.CC/NAS).

133708/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1352

Designa servidores da Casa Civil para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor TIAGO BACCIN, RG nº 7.XXX.759-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 29, de 2 de janeiro de 2023 e reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Estado do Turismo – SETU, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR, efetivada pela alínea "e" do inciso XXIX do art. 1º da Resolução CC nº 160, 27 de abril de 2023.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor DILSON GARCIA, RG nº 9.XXX.141-X, nomeado pelo Decreto nº 8.867, de 6 de fevereiro de 2025, na Casa Civil, para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial – SEIA-Foz do Iguaçu, ficando revogada sua designação para a Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR-Foz do Iguaçu, efetivada pelo inciso IV do art. 1º da Resolução CC nº 1108, de 20 de fevereiro de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficarão a cargo dos órgãos de destino.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de outubro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

133643/2025

RESOLUÇÃO nº 1353

Altera o inciso III do art. 1º da Resolução CC nº 433, de 22 de setembro de 2023, que designou membros para integrar o Grupo de Trabalho de que trata o Decreto nº 3.422, de 13 de setembro de 2023.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a alínea "a" do inciso III do Art. 1º da Resolução CC nº 433, de 22 de setembro de 2023, para constar a designação do servidor ORLANDO CHIQUETO RODRIGUES, RG nº 16.XXX.662-X, como membro titular, representante da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, para integrar o Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar e consolidar as informações referentes à execução financeira e física dos projetos que integram o plano de investimentos do Poder Executivo viabilizado pela alienação da participação acionária do Estado na Companhia Paranaense de Energia – Copel, em substituição ao servidor BRENO PASCUALOTE LEMOS, RG nº 14.XXX.921-X.

Art. 2º Altera a alínea "b" do inciso III do Art. 1º da Resolução CC nº 433, de 22 de setembro de 2023, para constar a designação do servidor BERNARDO PICCOLI MEDEIROS BRAGA, RG nº 8.XXX.XXX-1, como membro suplente, representante da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, para integrar o Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar e consolidar as informações referentes à execução financeira e física dos projetos que integram o plano de investimentos do Poder Executivo viabilizado pela alienação da participação acionária do Estado na Companhia Paranaense de Energia – Copel.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de outubro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

133644/2025



DETRAN

PORTARIA Nº 821/2025 – DP/DETRAN-PR

Dispõe sobre a aceitação de assinaturas digitais em documentos apresentados ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

Considerando o disposto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, suas alterações e demais atos normativos, os quais regulamentam a matéria referente ao registro, licenciamento e demais serviços relacionados a veículos;

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e reconhece a validade jurídica de documentos eletrônicos assinados com certificado digital;

Considerando o disposto na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos e sua classificação em simples, avançada e qualificada;

Considerando a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), que reconhece a fé pública de documentos eletrônicos assinados com certificado ICP-Brasil (art. 411, §1º);

Considerando o disposto na Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, que consolida normas do serviço notarial eletrônico, reconhecendo a plataforma e-Notariado, instituída pelo Provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como meio legal de assinatura digital de atos notariais;

Considerando o disposto na Resolução CONTRAN nº 809, de 15 de dezembro de 2020, que estabelece a expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) e do ATPV-e por meio digital, bem como a utilização da Carteira Digital de Trânsito – CDT como meio oficial de assinatura da ATPV-e;

Considerando o avanço tecnológico e a adoção de práticas digitais por meio de assinaturas eletrônicas reconhecidas em ambiente nacional, bem como a evolução normativa e o interesse público na modernização dos serviços prestados pelo DETRAN/PR;

RESOLVE:

Art. 1º Fica disciplinada, por esta Portaria, a aceitação de documentos assinados digitalmente no âmbito do DETRAN/PR, para todos os procedimentos administrativos e operacionais, desde que atendidos os requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica previstos nesta norma.

Art. 2º Serão aceitas as seguintes formas de assinatura digital:

§1º. A assinatura digital com certificado ICP-Brasil, classificada como assinatura qualificada nos termos da Lei nº 14.063/2020, terá validade para todos os documentos exigidos pelo DETRAN/PR, incluindo procurações com poderes de venda;

§2º. A assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma e-Notariado terá validade para todos os documentos exigidos pelo DETRAN/PR, incluindo procurações com poderes de venda, sendo as assinaturas classificadas como avançadas e validadas pela assinatura qualificada do tabelião responsável, com certificado ICP-Brasil.

§3º. A assinatura eletrônica realizada pela plataforma GOV.BR será considerada válida para todos os documentos exigidos pelo DETRAN/PR, exceto para a Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo Eletrônica – ATPV-e e para procurações que outorguem poderes de venda.

I – Para a ATPV-e, a assinatura eletrônica GOV.BR somente será admitida quando realizada por meio da Carteira Digital de Trânsito - CDT, com nível de confiabilidade prata ou ouro, devendo ser efetuada conjuntamente pelo vendedor e pelo comprador.

§4º. Assinatura realizada por meio da plataforma da ARPEN-Brasil, exclusivamente para ATPV-e, quando a intenção de venda for feita no cartório de registro civil e ambas as partes (vendedor e comprador) assinarem digitalmente.

§5º. Será admitida a utilização de assinatura eletrônica avançada com prova de vida e batimento biométrico para todos os documentos exigidos pelo DETRAN/PR, conforme necessidade e conveniência do órgão e nos termos da regulamentação aplicável.

I – Essa tecnologia, que assegura elevados níveis de segurança mediante a verificação biométrica facial e a prova de vida do signatário, deverá ser fornecida por prestadora de serviços credenciada pelo DETRAN/PR.

II – A prestadora de serviços deverá atender aos requisitos estabelecidos em edital de credenciamento, garantindo a integração ao sistema do órgão, a interoperabilidade e a conformidade legal.

III – O edital de credenciamento referido será publicado no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º. Não serão aceitas, em qualquer hipótese, assinaturas digitais realizadas com certificado do tipo e-CNPJ nos documentos apresentados ao DETRAN/PR.

§1º. É obrigatória a utilização do certificado digital do tipo e-CPF, a fim de garantir a identificação individual e inequívoca da pessoa física responsável pelo ato. Essa exigência aplica-se inclusive quando o contrato social ou instrumento constitutivo da pessoa jurídica determinar a assinatura de mais de um sócio ou representante legal, hipótese em que cada signatário deverá utilizar seu certificado digital individual (e-CPF), assegurando a verificação pessoal e direta da manifestação de vontade.

§ 2º Nos casos de assinatura praticada em nome de pessoa jurídica, o signatário deverá comprovar os poderes de representação, mediante apresentação do contrato social, estatuto ou instrumento equivalente, atualizado, além de eventuais atos societários que deleguem a representação.

Art. 4º A aceitação dos documentos eletrônicos está condicionada à verificação prévia da autenticidade e da integridade da assinatura digital, a ser realizada pelo servidor responsável ou despachante documentalista habilitado junto a Autarquia, conforme os seguintes procedimentos:

§ 1º O documento deverá ser apresentado exclusivamente em formato Portable Document Format - PDF, contendo a assinatura digital aplicada ou acompanhado do manifesto de assinaturas.

§ 2º Fica vedado o recebimento de documentos assinados digitalmente em meio físico, bem como de imagens ou reproduções gráficas que contenham apenas a indicação do certificado de assinatura digital.

§ 3º A validação da assinatura deverá ser efetuada antes da inserção do documento no sistema, por meio das seguintes plataformas:

I – ICP-Brasil e e-Notariado: verificação pelo sistema disponível em https://verificador.iti.gov.br, conferindo-se a assinatura qualificada e a integridade do conteúdo, seja da pessoa que assinou ou do tabelião que autenticou a assinatura avançada;

II – GOV.BR via Carteira Digital de Trânsito (CDT): a verificação da ATPV-e deverá ser realizada diretamente no sistema de veículos;

III – GOV.BR: verificação pelo sistema disponível em https://verificador.iti.gov.br, conferindo-se a assinatura avançada;

IV – ARPEN-Brasil: a verificação da ATPV-e será feita no sistema de veículos, devendo ser complementada pela consulta na plataforma oficial de validação disponível em https://assinatura.registrocivil.org.br/verificar;

V – Assinatura eletrônica avançada com prova de vida e batimento biométrico: a verificação deverá ser realizada por função e/ou sistema específico das empresas credenciadas, devendo ser disponibilizados métodos de verificação;

VI – Após a validação da assinatura e a confirmação da integridade do documento, deverá ser realizado o upload do arquivo original assinado no sistema interno do DETRAN/PR.

Art. 5º A adesão ao uso da assinatura eletrônica avançada com validação biométrica e qualificada será facultativa, cabendo ao usuário optar por essa modalidade ou pelos meios tradicionais admitidos pelo DETRAN/PR.

Art. 6º O custo do serviço será integralmente assumido pelo interessado, não gerando qualquer ônus para o DETRAN/PR.

Art. 7º Fica vedada a utilização conjunta de assinatura física e assinatura eletrônica no mesmo documento.

Art. 8º Nos casos de documentos que exijam assinatura conjunta, as assinaturas deverão ser realizadas por meio do mesmo certificador digital, não sendo admitida a combinação de plataformas distintas.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a Portaria n.º 661/2025 – DP/DETRAN-PR.

Datado e assinado eletronicamente.
Santin Roveda
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

132469/2025

Casa Militar

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO - PAS Nº 001/2025-CM
Ref.: EP nºº 24.377.033-5 (EP nº 23.639.723-8 em apenso)

COMISSÃO PROCESSANTE:
– 2º Ten. QOEM PM Daniel Marçal Junior, CPF XXX.628.959-XX, como Presidente;
– Cb. QP PM Bruno de Alencar Fertonani, CPF XXX.168.169-XX, como Secretário

O Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, referente ao andamento do Processo Administrativo Simplificado (PAS) nº 001.2025– CM, instaurado pela Portaria nº 0033/2025-CM, publicada no Diário Oficial do Estado (DIOE) nº 11.949, de 23 de julho de 2025, e no Boletim Interno da Casa Militar nº 029, de 21 de julho de 2025, bem como pela Portaria nº 0037/2025- CM, publicada no Diário Oficial do Estado (DIOE) nº 11.956, de 1º de agosto de 2025, e no Boletim Interno da Casa Militar nº 031, de 4 de agosto de 2025, com fundamento no art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do § 1º e § 3º, do art. 208 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(os) representantes legais da empresa RNL Trade and Facilities, com endereço à Rua das Pitangueiras, n°5, Águas Claras/DF - CEP: 71.908- 720, que não tendo sido localizado para notificação para a apresentação de defesa prévia, encaminhada anteriormente, fica **NOTIFICADO**, pelo presente edital, para, no prazo de 15 (quinze) dias uteis contados a partir da data da publicação deste, apresentar defesa prévia, bem como especifiquem as provas que pretendam produzir no Processo Administrativo Simplificado (PAS) nº 001.2025– CM, que lhe move esta Casa Militar da Governadoria, para apurar, observando-se o princípio constitucional do devido processo legal, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, possíveis transtornos administrativos ocasionados pelo aparente descumprimento do Contrato nº 3697/2025, assim como não ter restado, a princípio, evidenciado o "fato superveniente" devidamente justificado, caracterizando, "em tese", infração administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Os autos do Processo Administrativo Simplificado (PAS) nº 001/2025 e apensos encontram-se à disposição de Vossa Senhoria no sistema e-protocolo, sendo necessária sua solicitação de acesso no EP nº 24.377.033-5, podendo constituir advogado ou defensor de sua confiança.

Decorrido o prazo acima assinalado sem manifestação, assim como no caso do não atendimento da presente notificação, acarretará os efeitos de revelia, sendo presumidas como verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos, nos termos do art. 208, do Decreto Estadual n° 10.086, de 2022, assim como nomeado um defensor dativo (servidor público da Casa Militar) para realizar a defesa no Processo Administrativo Simplificado (PAS) nº 001/2025.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente o(os) representantes legais da empresa RNL Trade and Facilities, acima refereido, expediu-se o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná / jornal de grande circulação / Boletim-Interno da Casa Militar, tudo em conformidade com a lei.

Curitiba, em 29 de setembro de 2025.

CEL. QOEM PM MARCOS ANTONIO **TORDORO**,
CHEFE DA CASA MILITAR.

131901/2025

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 231/2025-PGE

Aprova Parecer Referencial que objetiva padronizar minuta de convênio a ser celebrado com os municípios do Estado do Paraná, com a finalidade de fomentar eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, acompanhada da lista de verificação.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas na Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos do artigo 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial que objetiva padronizar minuta de convênio a ser celebrado com os municípios do Estado, com a finalidade de fomentar eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, acompanhada da lista de verificação, conforme protocolo nº 24.284.225-1;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

PARECER REFERENCIAL nº 26/2025-PGE

Ementa: MINUTA PADRONIZADA DE CONVÊNIO COM OBJETO DEFINIDO E LISTA DE VERIFICAÇÃO. FOMENTO DE EVENTOS INTEGRANTES DO PROGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS, POR MEIO DE REPASSE DE RECURSOS ESTADUAIS AOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

Vistos etc.,

I – RELATÓRIO
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Turismo (SETU) submeteu à Comissão de Padronização da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) a proposta de minuta padronizada de convênio a ser celebrado com os municípios do Estado, com a finalidade de fomentar eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024.
O protocolo foi instruído com os seguintes documentos:
- Termo Convênio a ser padronizado (fls. 11/22);
- Plano de Trabalho (fls. 26/33);
- Lista de Verificação (fls. 07/09);
- Justificativa Técnica (fl. 02);
- Solicitação apresentada pelo Diretor-Geral da SETU (fl. 34).
É o relatório.
II – FUNDAMENTOS
a) Relevância da padronização
A padronização de minutas na Administração Pública assegura a legalidade, uniformidade e eficiência dos procedimentos administrativos, conferindo segurança jurídica e racionalidade, sobretudo em ajustes com objeto reiterado ou de baixa complexidade.
A Lei Federal n.º 14.133/2021 reconhece a importância das minutas padronizadas (art. 53, § 5º). No Paraná, o Decreto n.º 3.203/2015 instituiu esse

mecanismo, regulamentado pela Resolução n.º 41/2016-PGE e, posteriormente, reforçado pelo Decreto n.º 10.086/2022.
De acordo com tais normas, a minuta aprovada passa a ser de uso obrigatório, dispensando nova manifestação da PGE, desde que integralmente observada, ressalvadas exceções justificadas e autorizadas. A uniformização desburocratiza o fluxo, bem como reduz riscos e otimiza recursos institucionais.
No caso concreto, a Secretaria de Estado do Turismo (SETU) pretende celebrar convênios com municípios no âmbito do Programa Paraná Mais Eventos. A ausência de padronização imporia a análise individual de cada ajuste pela PGE, comprometendo a celeridade administração.
A adoção de modelo único previamente validado torna-se, portanto, medida necessária e eficiente. Em síntese, a minuta padronizada proposta promove os princípios da legalidade, eficiência, celeridade, ao simplificar os procedimentos e garantir a segurança jurídica.

b) Programa Paraná Mais Eventos

O Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.627/2024, tem por finalidade fomentar eventos de interesse turístico regional e local, promover o turismo interno, valorizar a cultura local, estimular o intercâmbio regional e apoiar iniciativas sustentáveis.
Compete à SETU coordenar o Programa e celebrar convênios com os municípios (arts. 4º e 6º). Logo, a proposta de padronização da minuta de convênio com os municípios revela-se compatível com o marco normativo e adequada para atingir os objetivos do programa.
Nos termos do art. 4º da Resolução n.º 41/2016-PGE, a proposta de minuta padronizada pode ser apresentada por quaisquer órgãos ou entidades da Administração Estadual, desde que devidamente fundamentada e acompanhada de modelo pretendido.
Considerando que se trata de convênios com municípios e repasse de recursos para eventos turísticos, a análise compete à Comissão Permanente com atribuição na área da Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias (PCP), cabendo a decisão final ao Procurador-Geral do Estado.
A Comissão responsável designada pela Resolução nº 166/2024-PGE, atualizada pela nº 004/2025-PGE, examinará o Termo de Convênio, o Plano de Trabalho e a Lista de Verificação, a fim de aferir a compatibilidade com o marco normativo, especialmente a Lei n.º 14.133/2021, o Decreto n.º 10.086/2022 e a legislação específica do programa (Lei n.º 21.760/2023 e o Decreto n.º 7.627/2024).

c) Termo de Convênio

O convênio é o instrumento jurídico que formaliza a cooperação entre entes públicos – ou entre estes e particulares – para consecução de fins de interesse comum, sem caráter lucrativo. Distingue-se, assim, do contrato administrativo, no qual há contraposição de interesses e remuneração.
Na definição do art. 2º, XXI, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, o convênio é o instrumento jurídico firmado entre entes da Administração Pública, ou entre estes e particulares, com vistas à realização de objetivos de interesse comum, com transferência de recursos, sem fins lucrativos.
Além disso, o art. 662 do Decreto estabelece as características essenciais dos convênios, quais sejam:
- Conjugação de esforços para consecução de objetivos comuns;
- Igualdade jurídica dos partícipes;
- Ausência de finalidade lucratividade;
- Previsão de denúncia unilateral, na forma prevista no ajuste;
- Responsabilidade limitada às obrigações assumidas no instrumento.

A minuta sob análise apresenta os elementos caracterizadores do convênio, inclusive com o repasse de recursos públicos entre os partícipes, bem como pela natureza colaborativa da relação jurídica firmada entre os partícipes e a inexistência de intuito lucrativo.

c.1) Detalhamento do objeto

O objeto do ajuste encontra-se previsto na **Cláusula Primeira,** a qual dispõe, de forma genérica, sobre a "união de esforços entre os partícipes para fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos [...]", com base na Lei Estadual n.º 21.760/2023 e no Decreto Estadual n.º 7.627/2024.
A redação apresentada, contudo, revela-se insuficiente para delimitar, com a necessária precisão, o objeto da parceria, pois não especifica as ações concretas a serem realizadas, tampouco indica o tipo de evento a ser apoiado, a natureza do apoio a ser prestado ou os resultados esperados.
Ainda que tais elementos possam ser detalhados no Plano de Trabalho, entende-se recomendável que a cláusula convenial contenha, ao menos, os critérios gerais definidos pelo Programa, a fim de conferir maior precisão e segurança jurídica ao objeto da parceria.
Conforme o art. 4º do Decreto n.º 7.627/2024, os eventos apoiados pelo Programa devem observar os seguintes critérios:[1] ser realizados no território do Estado; gerar fluxo turístico, valorizar o turismo e a cultura regional, possibilitar o desenvolvimento nos diversos setores da economia do Estado.

Assim, sugere-se a inclusão da Subcláusula 1.1 da Cláusula Primeira, a fim de que a SETU designe o evento ou os eventos a serem fomentados ou apoiados mediante a transferência dos recursos públicos estaduais. De igual modo, para garantir definição mais precisa do objeto, recomenda-se a inclusão da **Subcláusula 1.2** na Cláusula Primeira, nos seguintes termos:
1.2. Os eventos apoiados no âmbito deste Convênio deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios estabelecidos pelo Programa: serem realizados no território do Estado do Paraná; gerar fluxo turístico, valorizar o turismo e a cultura regional, e possibilitar o desenvolvimento nos diversos setores da economia do Estado do Paraná.
O detalhamento das ações e metas será oportunamente previsto no Plano de Trabalho, cujos requisitos serão analisados em tópico posterior (*alínea d*), o qual integrará o instrumento, conforme dispõe o art. 684, I, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

c.2) Cláusulas essenciais

A minuta contempla as cláusulas essenciais exigidas pelo art. 684 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, a saber:
- **Cláusula Primeira**: objeto e elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho;
- **Cláusula Terceira**: prazo de vigência e a data da celebração;
- **Cláusula Quarta**: obrigações de cada partícipe e ações dos partícipes;

e de assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto em caso de paralisação ou irregularidade;
- **Subcláusula 4.1.11**: atribui prerrogativa ao concedente para acompanhar e verificar a execução do objeto e dos prazos relativos à prestação de contas;
- **Subcláusula 4.1.12 e 4.2.19, Décima Quinta**: divulgação em sítio eletrônico as informações referentes aos valores devolvidos e causas da devolução;
- **Subcláusula 4.1.13**: prerrogativa do concedente assumir ou transferir a execução do objeto
- **Subcláusula 4.2.4, "c"**: Cláusula Décima Quarta: prazo para devolução dos saldos remanescentes e prestação de contas;
- **Subcláusula 4.2.5**: obrigatoriedade de restituição de recursos, quando presente a hipótese legal;
- **Subcláusula 4.2.11**: livre acesso dos servidores do concedente e dos órgãos de controle;
- **Subcláusula 4.2.20**: prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, vinculadas ao plano e cronograma de desembolso;
- **Subcláusula 4.2.21**, Cláusula Décima Primeira: indicação de contabilização e guarda dos bens remanescentes;
- **Cláusula Quinta**: previsão dos recursos financeiros ou de bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada, bem como os valores referentes à contrapartida financeira ou em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada;
- **Subcláusula 5.1.1**: indicação da dotação orçamentária que vincula a transferência, a ser preenchida oportunamente;
- **Subcláusula 6.1**: abertura de conta específica para gestão dos recursos repassados, inclusive para depósito da contrapartida, se prevista no convênio;
- **Subcláusula 6.3**: regras sobre eventual aumento do valor do convenio;
- **Subcláusula 7.13**: vedação de o convenente de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do ajuste;
- **Cláusula Nona, Cláusula Décima Segunda**: acompanhamento da execução física do objeto, forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto e sua fiscalização, parâmetros objetivos para a avaliação do cumprimento do objeto;
- **Subcláusula 11.2**: cláusula de inalienabilidade, bem como que disponha que o desvio de utilização do bem móvel ou imóvel pelo convenente importará na transmissão ou retorno do bem para o domínio do concedente, ou indenização do valor global aplicado;
- **Cláusula Décima Quarta**: hipóteses de extinção do ajuste.

Destaca-se que, embora a **Cláusula Quarta** já preveja as obrigações e ações dos partícipes, o detalhamento específico dependerá do Plano de Trabalho, dada a variedade dos eventos que poderão ser contemplados.
As **Cláusulas Norma e Décima Segunda** disciplinam o acompanhamento da execução física do objeto, a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto e sua fiscalização, parâmetros objetivos para a avaliação do cumprimento do objeto, cujos parâmetros para aferição dos resultados deverão ser definidos no Plano de Trabalho.
Quanto à prestação de contas, foram alteradas as redações da Cláusula 12.1 e 12.4, adequando os prazos às ações desenvolvidas na parceria, conforme o quadro comparativo abaixo:

Redação proposta pela SETU	Redação da Comissão
12.1. As prestações de contas parciais do CONVENENTE à CONCEDENTE deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do convênio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do termo do citado prazo.	12.1. As prestações de contas parciais do CONVENENTE à CONCEDENTE deverão ser apresentadas após 30 (trinta) dias do término de cada etapa ou fase de execução e, na hipótese de parcela única, a prestação de contas observará o disposto na cláusula 12.4.
12.4. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, em conformidade com o Plano de Trabalho, contendo além dos documentos elencados na subcláusula 12.2:	12.4. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua execução, em conformidade com o Plano de Trabalho, contendo além dos documentos elencados na subcláusula 12.2.

Quanto à prestação de contas parcial, a alteração corrige o prazo anteriormente fixado em períodos anuais, desvinculando-se da vigência formal do convênio e vinculando-o, de forma mais adequada, à conclusão de cada etapa ou fase de execução do objeto. Essa sistemática permite acompanhamento mais próximo e efetivo da execução, além de maior coerência com a lógica da execução física e financeira do Plano de Trabalho.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Já quanto à prestação de contas final, a modificação afasta a vinculação da vigência formal do convênio, estabelecendo marco inicial o efetivo término da execução das ações pactuadas. A mudança é relevante porque, em determinadas situações, a vigência formal do convênio pode não coincidir com o esgotamento do objeto, de modo que a prestação de contas final deve estar vinculada à conclusão material da parceria.
No mais, as cláusulas essências aos convênios estão contempladas na minuta proposta, sendo realizados apenas ajustes pontuais na redação.

c.3) Cláusulas vedadas

O art. 685 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 veda, sob pena de nulidade ou sustação do ato, a inclusão de algumas cláusulas, cuja redação é citada a seguir:

Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Art. 685. É vedada a inclusão na minuta do convênio, sob pena de nulidade ou de sustação do ato, de cláusulas ou de condições que prevejam ou permitam:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

III - transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;

IV - pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;

V - pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

VI - aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;

VII - realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;

VIII - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;

IX - atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

X - realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

XI - transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

XII - transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; (Redação dada pelo Decreto 7389 de 23/09/2024)

b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público. (Redação dada pelo Decreto 7389 de 23/09/2024)

As vedações encontram-se reproduzidas na **Cláusula Sétima**, não havendo recomendações adicionais quanto a esse aspecto, devendo-se apenas observar sua estrita aplicação na elaboração do Plano de Trabalho.

c.4) Contrapartida

O convênio prevê a execução de objeto com recursos financeiros provenientes do Estado e contrapartida pelo município, a ser detalhado no Plano de Trabalho. A **Cláusula Quinta** estabelece a forma de aplicação dos recursos, a classificação orçamentária e o cronograma de desembolso.
Sobre a contrapartida, cita-se as disposições regulamentares:

Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Art. 669. Os convênios e termos de cooperação firmados pela Administração Pública estadual deverão ser motivados, elencando-se os esforços de cada partícipe e os resultados pretendidos.

§1º A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no convênio, considerada a capacidade financeira do ente beneficiado e do objeto a ser executado, bem como observará os seguintes limites mínimo e máximo:

I - no mínimo 1% (um por cento) do valor do convênio, para Municípios com o mais recente Índice IPARDES de Desempenho Municipal de até 0,5000;

II - no mínimo 5% (cinco por cento) do valor do convênio, para municípios com o mais recente Índice IPARDES de Desempenho Municipal de até 0,5001 a 0,7000;

III - no mínimo 10% (dez por cento) do valor do convênio, para os municípios com o mais recente Índice IPARDES de Desempenho Municipal superior 0,7000.

§2º A contrapartida poderá ser dispensada mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão ou entidade concedente, com autorização governamental.

§3º A contrapartida poderá ser satisfeita por meio de recursos financeiros, ou por meio de bens ou serviços economicamente mensuráveis, permitindo-se a combinação destes.

§4º O convenente deverá comprovar que os recursos, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

§5º A contrapartida a ser aportada pelos entes públicos, quando financeira, deverá ser comprovada por meio de indicação da disponibilidade orçamentária.

§6º A transferência de recursos e a contrapartida deverão ser depositadas em conta remunerada específica do convênio para aplicação dos recursos repassados, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

Conforme o art. 669, §1º, do Decreto n.º 10.086/2022, a contrapartida deve ser previamente justificada, compatível com a capacidade financeira do ente beneficiado e com o objeto pactuado, expressa no instrumento e aportada em conta específica.
A SETU apresentou minuta que prevê contrapartida do convenente, sendo possível, porém, sua dispensa (art. 669, §2º). Dessa forma, propõe-se que as **Cláusulas Quinta e Sexta** contemplem duas possibilidades de redação, a depender da existência ou não de contrapartida, com decisão devidamente registrada no Plano de Trabalho.

c.5) Publicidade, gestão, fiscalização e termos aditivos

A minuta atendeu os comandos dos arts. 686, 697 e 706 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, em que se destacam os seguintes pontos:
- **Cláusula Décima Quinta** (Publicidade): publicação do extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, providenciada pelo concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.
- **Cláusula Nona** (Gestor): designação do gestor, responsável pela administração do convênio;
- **Cláusula Nona** (Fiscal): designação do fiscal, com missão de acompanhar e fiscalizar a execução do convênio e dos repasses de recursos;
- **Cláusula Décima** (Termos aditivos): alterações serão formalizadas mediante termo aditivo e dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas.

c.6) Vedações à celebração do convênio

Conforme o art. 670 do Decreto n.º 10.086/2022, é vedada a celebração de convênios nas seguintes hipóteses:

Decreto n.º 10.086/2022. Art. 670. É vedada a celebração de convênio:

I - que acarrete transferência voluntária de recursos aos municípios, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; (Redação dada pelo Decreto 4967 de 23/02/2024)

II - para exclusiva transferência de recursos, cessão de servidores e doação de bens;

III - com entidades privadas que tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública, da esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - com pessoa jurídica de direito público ou privado que esteja em mora ou inadimplente em outros convênios celebrados com a Administração Pública Estadual ou irregular em quaisquer outras exigências deste Título;

V - visando a realização de serviços ou a execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem a prévia contratação da operação de crédito externo correspondente;

VI - com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa de governo a ser implementado ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;

VII - com entidades privadas que não comprovem ter desenvolvido, nos últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio; e

VIII - com entidades privadas que tenham, em suas relações anteriores com a União, Estados, Distrito Federal e/ou Municípios, incorrido em, pelo menos, uma das seguintes condutas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) desvio de finalidade na aplicação de recursos transferidos;

d) ocorrência de dano ao erário; ou

e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou acordos de parceria.

IX - para a execução de atividades cujo objeto esteja relacionado ao pagamento de custeio continuado do proponente.

Parágrafo único. Os convenentes que recebam as transferências financeiras do Estado deverão incluí-las em seus orçamentos.

Adicionalmente, a legislação eleitoral estabelece vedações específicas:
- Nos termos do art. 73, VI, *alínea a*, da Lei Federal n.º 9.504/1997, é vedada, nos três meses que antecedem o período eleitoral, a celebração de convênio que implique a transferência voluntária de recursos do Estado ao Município, salvo as exceções previstas na lei.
- O art. 75 da mesma lei proíbe, nesse mesmo período, a contratação de shows artísticos para inaugurações, ainda que o convênio tenha sido formalizado anteriormente, a fim de evitar utilização político-eleitoral desses eventos.

- O art. 39, § 7º, veda a realização de showmício ou de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar comício e reunião eleitoral, nos termos

O Tribunal Superior Eleitoral tem reiterado que a utilização de recursos públicos para eventos ou inaugurações em período eleitoral configura abuso do poder político e econômico, sobretudo quando há promoção pessoal de agentes públicos ou candidatos, conforme os precedentes citados a seguir:

Eleições 2016 [...] Ação de investigação judicial eleitoral. Prefeito e vice-prefeito eleitos. [...] Abuso do poder econômico e político. [...] 11. Extrai-se da moldura fática dos acórdãos regionais que o primeiro recorrente, chefe do Poder Executivo municipal à época e candidato a reeleição, promoveu evento terceirizado e licitado, com dispêndio de valores vultosos na contratação de shows de bandas de reconhecimento notório (R$ 220.000,00 - duzentos e vinte mil reais) e gratuidade na entrada, utilizando-se, na ocasião, das cores amarela e vermelha, as mesmas de sua campanha. Consignou-se ainda o destaque desproporcional conferido ao número 12 (doze) em outdoor na entrada do evento, em formato idêntico ao adotado na campanha dos recorrentes e não de modo similar à própria EXPOEM, e em canecas usadas por participantes da festa. 12. Ademais, destacou-se que os valores empregados na festa e nos shows contratados eram maiores '[...] que o dobro do quanto poderiam os candidatos empregar na campanha [...]' (fl. 1188). 13. O significado político do evento ficou patente ao ter sido ressaltado pelo candidato a reeleição no grupo de WhatsApp 'EXPOEM 2016', na passagem em que apresenta a festa como um diferencial da sua gestão em relação à anterior e direciona a escolha do eleitorado ao conclamar 'a consciência na hora do voto'. 14. Por fim, consta do acórdão que, malgrado o recorrente que contribuiu para a prática do ato abusivo fosse candidato em Varginha/MG, teve notória participação nos ilícitos perpetrados, pois veiculou propaganda em Elói Mendes por ocasião da gravação de seu programa eleitoral gratuito – 'com camisa amarela e segurando um microfone com o numeral '12'' (fl. 1162) - em que enaltecia a festividade. [...] (Ac. de 12.2.2019 no REspe nº 24389, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.)

Eleições 2016. [...] Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso do poder econômico e político. Art. 22 da Lei complr 64/90. Gravidade. Inauguração de obras públicas. Desvio de finalidade. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha. Art. 73, VI, b, e § 11, da Lei 9.504/97. Candidato não eleito. Prefeito à época dos fatos. ´[...] Gravidade das condutas [...] 30. As circunstâncias registradas no aresto recorrido são suficientes para a demonstração da gravidade das condutas na espécie, com aptidão suficiente para macular a normalidade e a legitimidade do pleito [...] 32. No que se refere ao desvio de finalidade das inaugurações de obras públicas e ao custeio de show pelo erário municipal em evento patrocinado pela prefeitura em data próxima às eleições, o acórdão regional registra circunstâncias que evidenciam a gravidade das condutas, uma vez que a estrutura administrativa municipal foi utilizada para promoção pessoal e eleitoral do então prefeito e candidato à reeleição Alessandro Alves Calazans. 33. Na espécie, a conclusão do Tribunal de origem acerca da configuração das condutas abusivas e da gravidade das circunstâncias que caracterizam os ilícitos foi tomada a partir da análise do conjunto de irregularidades, o que está de acordo com a orientação desta Corte Superior de que, ainda que algum dos fatos tidos como ilícitos alegadamente não tenha gravidade suficiente para autorizar a aplicação de sanção, é possível, no conjunto, o reconhecimento da gravidade. Nesse sentido, mutatis mutandis : A apuração do abuso do poder econômico, nos feitos em que os fatos apontados são múltiplos, deve ser aferida a partir do conjunto de irregularidades apontadas. Assim, ainda que algumas delas não possua, em si, gravidade suficiente para autorizar a cassação do registro ou do diploma dos representados, é possível que, no conjunto, a gravidade seja reconhecida. Precedentes' (AgR–AI 302–51, rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJE de 17.4.2017). [...] (Ac. de 16.5.2023 no REspEl nº 37354, rel. Min. Sérgio Banhos.)

Diante disso, a conformidade com as vedações legais deve ser verificada e atestada pela Secretaria competente (SETU), por ocasião da análise individualizada de cada proposta de convênio. Essa verificação é condição necessária para a viabilidade jurídica da parceria.

d) Do Plano de Trabalho

A padronização não se aplica diretamente ao conteúdo do Plano de Trabalho, que este deve ser elaborado de forma individualizada, conforme as especificidades de cada convênio, contendo as metas, etapas, objetivos e resultados esperados, devidamente alinhados ao objeto pactuado.

A celebração convênio deverá ser motivada pela Administração Pública Estadual, com as razões que fundamentam a escolha do evento e a justificativa para escolha do município, dentro da margem de discricionariedade administrativa voltada à consecução dos objetivos do Programa.

A elaboração do Plano de Trabalho é de responsabilidade do setor técnico da Pasta, que deverá observar rigorosamente as cláusulas convencionais e as exigências legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas no art. 681 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022:

Decreto n.º 10.086/2022. Art. 681. O plano de trabalho, previamente aprovado pelas autoridades competentes do concedente e do convenente deverá contemplar, no mínimo:

I - descrição completa do objeto do convênio a ser formalizado e seus elementos característicos;

II - razões que justifiquem a celebração do convênio;

III - estabelecimento de metas a serem atingidas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente;

IV - detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

V - plano de aplicação dos recursos;

VI - cronograma físico-financeiro e de desembolso;

~~**VII - comprovação de que a contrapartida, quando prevista, está devidamente assegurada;**~~

VII - justificativa para a exigência de contrapartida e a comprovação de que está devidamente assegurada, quando for o caso; (Redação dada pelo Decreto 10370 de 18/06/2025)

VIII - previsão, se for o caso, de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IX - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

X - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

XI - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos;

XII - comprovação do exercício pleno dos poderes referentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida por cartório competente, sempre que o objeto do convênio seja a execução de obras ou benfeitorias em imóvel;

~~**XIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio.**~~

XIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio ou termo de cooperação. (Redação dada pelo Decreto 10370 de 18/06/2025)

XIV - forma de aferição da correspondência entre o valor atribuído aos bens ou serviços com o praticado no mercado ou, no caso de objetos padronizados, mediante parâmetros previamente estabelecidos; (Incluído pelo Decreto 10370 de 18/06/2025)

§ 1º A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao plano de trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas, o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira estadual.

~~**§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos V, VI, VII, VIII, XI e XII deste artigo.**~~

§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos V, VI, VII, VIII, X, XI e XIV deste artigo. (Redação dada pelo Decreto 10370 de 18/06/2025)

§ 3º Quando o objeto não puder ser definido por metas quantitativas e/ou qualitativas, conforme descrito no inciso III deste artigo, a autoridade competente do Órgão ou Entidade poderá, mediante justificativa, estabelecer parâmetros alternativos para avaliar o desempenho do acordo de acordo com a natureza específica do objeto em questão. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024)

§ 4º O plano de aplicação dos recursos financeiros e correspondente cronograma de desembolso não poderão ser genéricos, devendo observar as metas quantitativas e qualitativas constantes no plano de trabalho. (Incluído pelo Decreto 10370 de 18/06/2025)

Não será objeto do convênio seja a execução de obras ou benfeitorias em imóvel, razão pela qual é desnecessária a comprovação do exercício pleno dos poderes referentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida por cartório competente, conforme o art. 681, XII, do Decreto n.º 10.086/2022

Diante do exposto, verifica-se que a elaboração do Plano de Trabalho deve observar, de forma rigorosa, os requisitos previstos no art. 681 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e suas alterações, bem como respeitar as vedações do art. 685, de modo a garantir a legalidade, a clareza e a efetividade da execução do convênio.

e) Instrução do protocolo e análise da documentação (lista de verificação)

O protocolo deverá ser instruído com "Lista de Verificação", destinada a confirmar a correta instrução do processo, cotejando-se os documentos apresentados com os requisitos legais para a celebração do convênio.

O primeiro documento a ser apresentado é o Documento de Formalização da Demanda (DFD), oriundo da SETU ou do Município, este último mediante ofício dirigido ao Governador do Estado.

Além disso, devem ser juntados os documentos previstos no art. 679 do Decreto n.º 10.086/2022, com redação do Decreto n.º 10.370/2025, cuja verificação deve ocorrer no momento da celebração do instrumento:

- Comprovante de inscrição e de Situação Cadastro do Município, por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico, mediante apresentação de cópia simples da ata de posse do Chefe do Poder Executivo;
- Plano de trabalho detalhado (art. 681 do Decreto n.º 10.086/2022);
- Plano de aplicação;
- Orçamento devidamente detalhado em planilhas, nos termos dos arts. 368 a 372 e dos arts. 484 a 486, todos deste Regulamento.

Para documentar a identidade das autoridades públicas, do fiscal e do gestor, bem como de que a conta para destino das verbas foi aberta, SETU sugeriu a apresentação dos seguintes documentos, cuja exigência se mostra adequada, a saber:

- Cópias do RG e do CPF do Prefeito;
- Comprovante de residência do Prefeito;
- Comprovação de competência para assinatura do Termo de Convênio do Secretário de Estado (ato de nomeação)
- Cópia de contrato de abertura de conta bancária exclusiva para repasse dos recursos (Caixa/BB) e depósito da contrapartida

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Ato de designação do(s) gestor(es) e fiscal(is) do Termo de Convênio:
Quanto ao orçamento devidamente detalhado em planilhas, descarta-se que, quanto o objeto do convênio envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar par justificar os recursos públicos que serão repassados com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 682 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devem ser apresentadas, ainda:
- Certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;
- Certidão ou documento equivalente expedido pelo - concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;
- Certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;
- certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto a tributos federais e regularidade perante a Seguridade Social;
- prova de regularidade do convenente para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação – CRS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011;
- certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos;
- certidão liberatória para transferência voluntárias, emitida pela SEFA (para entes públicos).
Devem ser realizadas consultas obrigatórias:
- Cadin-PR (art. 2º da Lei Estadual n.º 18.466/2015 e regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 2.831/2015);
- Consulta ao Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS) - inserir o documento atualizado, completo e com status regular (Decreto Estadual n.º 5.880/2020).
Quanto à documentação orçamentária, o Estado e o Município devem comprovar a existência de recursos para honrar as obrigações assumidas no convênio, mediante:
- Indicação das fontes de recurso e da dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio;
- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- Declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato;
Ainda, a SETU informou que exigirá:
- Declaração de que o tomador deverá efetuar os apontamentos no SIT/TCE com assiduidade e precisão;
- Declaração de manutenção e guarda de documentos referentes aos pagamentos efetuados;
- Declaração de vedação ao nepotismo (Decreto Estadual n.º 2.485/2019).
Seguindo, a Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná dispõe sobre a "fiscalização e a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto às transferências voluntárias de recursos financeiros no âmbito estadual e municipal, institui o Sistema Integrado de Transferências - SIT e dá outras providências. (Redação dada pela Resolução n. 46/2014", a qual é regulamentada pela Instrução Normativa nº 61/2011, cujo art. 3º dispõe que são necessários os seguintes documentos:
I – o plano de trabalho, a que se refere o art. 8º da Resolução 28/2011, contendo a prévia e expressa aprovação por autoridade competente, e suas alterações, quando houver;
II – ato constitutivo do tomador dos recursos e comprovante de sua inscrição no CNPJ**;**
III – comprovação dos poderes de representação daqueles que firmarão o termo de transferência
IV – certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos**;**
V – certidão ou documento equivalente, atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;
VI – certidão ou documento equivalente, expedido pelo concedente, atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;
VII – certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social**;**
VIII – certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos
IX – certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
X – certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440/2011;
XI – título de reconhecida utilidade pública no âmbito do concedente, para as entidades privadas tomadoras de recursos; **(tal previsão é inaplicável ao caso, conforme parágrafo único do art. 11 do Decreto Estadual nº 4.189/2016)**
XII – as notas de empenho referentes aos valores da transferência para o exercício financeiro em curso;
XIII – o termo de transferência e respectivos aditivos;
XIV – comprovantes de publicação do termo de transferência e dos respectivos aditivos, quando houver;
XV – comprovantes da efetiva transferência dos recursos ao tomador
Ao final do procedimento, deve ser acostada a Cópia de Manifestação (informação/Parecer) da PGE e informada a Adoção da minuta de convênio previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado.
A verificação dos requisitos para o recebimento dos recursos financeiros deverá ser feita no momento da assinatura do respectivo instrumento, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor.
Por fim, conforme autorização do Governador do Estado, publicado no Diário Oficial nº 11.878, de 4 de abril de 2025. Tal autorização é válida para o ano de 2025.
Assim, caso inexistente nova autorização governamental para exercícios posteriores, a parceria deverá ser autorizada pelo Governador do Estado, nos termos do art. 1º, VI, do Decreto Estadual n.º 4.189/2016.[2]

III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Permanente manifesta-se favoravelmente à aprovação da minuta padronizada do convênio a ser celebrado com os municípios do Estado, com a finalidade de fomentar eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023, regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024, nos termos do Anexo I deste parecer.
Destaque-se que a presente Minuta integra o grupo dos "editais e instrumentos com objeto definido", de que trata o art. 8º, inciso I e § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE, com redação alterada pela Resolução nº 29/2021-PGE, ficando dispensada a análise jurídica da PGE, conforme § 4º do mencionado artigo.
A criação de link de acesso, com habilitação para download, no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do art. 11 da Resolução nº 41/2016-PGE c/c art. 1º da Portaria PGE nº 33/2018.
Anexo a este Parecer a minuta padronizada do termo de convênio e respectiva Lista de Verificação.
Encaminhe-se, inicialmente, à Coordenadoria do Consultivo - CCON, para conhecimento e, após, ao Gabinete do Sr. Procurador-Geral do Estado para apreciação, nos termos da Resolução nº 41/2016-PGE.

Curitiba, data da assinatura digital.

Ricardo de Mattos do Nascimento
Procurador do Estado do Paraná
Membro da Comissão
Relator

Adnilton José Caetano
Procurador do Estado do Paraná
Presidente da Comissão

Everson da Silva Biazon
Procurador do Estado do Paraná
Membro da Comissão

Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues
Procurador do Estado do Paraná
Membro da Comissão

Hellen Gonçalves Lima
Procuradora do Estado do Paraná
Membro da Comissão

Renato Andrade Kersten
Procuradora do Estado do Paraná
Membro da Comissão

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO N.º [X]/[X]
PROTOCOLO N.º [X]

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, E O MUNICÍPIO DE [X], PARA FOMENTAR E APOIAR A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTEGRANTES DO PROGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS, INSTITUÍDO PELA LEI N.º 21.760/ 2023 E REGULAMENTADO PELO DECRETO ESTADUAL N.º 7.627/2024.

Nota explicativa 1
Esta minuta padronizada destina-se exclusivamente aos convênios entre a Secretaria de Estado do Turismo - SETU e os municípios do Estado do Paraná no âmbito do Programa Paraná Mais Eventos, conforme a Lei n.º 21.760/2023 e o Decreto Estadual n.º 7.627/2024.
Alterações permitidas: Somente poderão ser modificados os itens destacados em amarelo ou substituídos por "X".
Categoria da minuta: A presente minuta se enquadra como "Minutas COM Objeto Definido", o que dispensa manifestação jurídica do órgão competente, conforme o artigo 5º do Decreto Estadual n.º 3.203/2015 e os artigos 8º, §§ 4º e 6º, da Resolução n.º 41/2016-PGE. Dúvidas quanto ao enquadramento legal de determinada situação devem ser previamente esclarecidas com a Procuradoria-Geral do Estado.
(**Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da minuta a ser assinada**)

O ESTADO DO PARANÁ, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º **[X]**, com sede na Rua **[X]**, n.º **[X]**, **[X]**, Curitiba-PR, CEP **[X]**, doravante denominado **CONCEDENTE,** neste ato representada pelo Diretor-Geral da SETU, em razão da Resolução XXXX/SETU, portador da Cédula de Identidade/RG n.º **[X]**, CPF n.º **[X]**, residente e domiciliado(a) nesta capital, e o **MUNICÍPIO DE [X]**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º **[X]**, com sede na Rua **[X]**, n.º **[X]**, **[X]**, **[X]/PR**, CEP n.º **[X]**, **[X]**, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu prefeito(a), **[X]**, portador da Cédula de Identidade n.º **[X]** e do CPF n.º **[X]**, tendo em vista o contido no Processo Administrativo n.º **[X],** com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Resolução n.º 028/2011-TCE-PR, regulamentada pela Instrução Normativa n.º 061/2011-TCE-PR, ou outras que venham a substituí-las, na Lei Complementar n.º 101/2000, na Lei n.º 21.760, de 30 de novembro de 2023, que instituiu o Programa Paraná Mais Eventos, regulamentada pelo Decreto n.º 7.627, de 17 de outubro de 2024, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Convênio tem por objeto a execução, em regime de mútua cooperação, de ações destinadas a fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 7.627/2024, no Município de **[X]**, conforme as ações e metas detalhadas no respectivo Plano de Trabalho.
1.1.Será(ão) fomentado(s) e apoiado(s) o(s) seguinte(s) evento(s): **[X]**.
1.2. Os eventos apoiados no âmbito deste Convênio deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios estabelecidos pelo Programa: serem realizados no território do Estado do Paraná; gerar fluxo turístico, valorizar o turismo e a cultura regional, e possibilitar o desenvolvimento nos diversos setores da economia do Estado do Paraná.

Nota explicativa 2
1. Nos termos do art. 73, VI, alínea a, da Lei Federal n.º 9.504/1997, é vedada, nos três meses que antecedem o período eleitoral, a celebração de convênio que implique a transferência voluntária de recursos do Estado ao Município, salvo as exceções previstas na lei. O art. 75 da mesma lei proíbe, nesse mesmo período, a contratação de shows artísticos para inaugurações, ainda que o convênio tenha sido formalizado anteriormente, a fim de evitar utilização político-eleitoral desses eventos. Ainda, é igualmente vedada a realização de showmício ou de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar comício e reunião eleitoral, nos termos do art. 39, § 7º, da referida lei.
2. O item 1.1 deverá ser preenchido com o(s) evento(s) fomentados ou apoiados no bojo do convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram o presente Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolo n.º [X].

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3. O presente Convênio terá vigência de **[X]** (**por extenso**) meses, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, para cumprimento do objeto e apresentação da prestação de contas final.
PARÁGRAFO ÚNICO - Quando necessária a prorrogação da vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu término, acompanhado da devida justificativa.

Nota explicativa 3
O prazo de vigência deve ser compatível com o período necessário para o cumprimento das obrigações e para prestação de contas. A celebração do convênio poderá ter duração de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada sucessivamente, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Compete ao CONCEDENTE:
4.1.1. transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio, conforme o
Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
4.1.2. inserir as informações pertinentes a esse Convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõe a Instrução Normativa n.º 61/2011-TCE-PR e a Resolução n.º 28/2011-TCE-PR, com nova redação dada pela Resolução n.º 46/2014, ou outra que vier a substituí-las;
4.1.3. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SETU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
4.1.4. realizar o acompanhamento, fiscalização, controle, supervisão e avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio da análise de relatórios, diligências e visitas *in loco,* comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades e fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4.1.5. analisar a prestação de contas apresentada pelo **CONVENENTE** relativamente aos valores repassados por força deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, e prestar contas aos órgãos fiscalizadores, de acordo com a legislação pertinente a matéria;
4.1.6. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar necessário, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
4.1.7. notificar o **CONVENENTE** quando não apresentada a prestação de contas ou constatada a má aplicação dos recursos públicos, instaurando Tomada de Contas Especial;
4.1.8. comunicar ao **CONVENENTE** qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, adotar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;
4.1.9. apurar eventual dano, caso a irregularidade de que trata o item 4.1.8 não seja sanada, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei n.º 20.656/2021;
4.1.10. comunicar à Controladoria Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5, e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;
4.1.11. acompanhar e verificar a execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à
prestação de contas;
4.1.12. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
4.1.13. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de
paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade.
4.2. Fica o CONVENENTE obrigado a:
4.2.1. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
4.2.2. aplicar os recursos financeiros recebidos da **CONCEDENTE** no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;
4.2.3. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para a consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;
4.2.4. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto n.º 10.086/2022:
a) aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

b) computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as
prestações de contas do Convênio; e
c) devolver ao **CONCEDENTE**, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;
4.2.5. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
a) não for executado o objeto deste Convênio;
b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;
c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;
4.2.6. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao **CONCEDENTE**/SETU, Certidão Negativa Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto a tributos federais e regularidade perante a Seguridade Social, prova de regularidade do convenente para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação – CRS, Certidão Negativa Trabalhista e documentos pertinentes ao objeto, devendo mantê-las atualizadas durante toda execução do Convênio;
4.2.7. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) "prática obstrutiva": *(i)* destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; *(ii)* atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
4.2.8. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela,salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;
4.2.9. observar as obrigações previstas no Decreto n.º 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;
4.2.10. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;
4.2.11. garantir o livre acesso de servidores da SETU, do controle interno do Poder Executivo
Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;
4.2.12. movimentar os recursos do Convênio em conta específica;
4.2.13. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará,
salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
4.2.14. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio,
independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de
Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;
4.2.15. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
4.2.16. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;
4.2.17. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;
4.2.18. submeter-se à auditoria da SETU, apresentando toda documentação solicitada;
4.2.19. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;
4.2.20. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiros subsequentes;
4.2.21. contabilizar e guardar os bens remanescentes, bem como utilizá-los para assegurar a
continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização e;
4.2.22. assegurar que os operadores das máquinas (equipamentos) tenham prévia habilitação e capacitação para seu uso;
4.2.23. responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela gestão dos bens e pelos danos causados durante a execução do objeto deste Convênio, em especial pela utilização do(s) equipamento(s) adquirido(s) com os recursos disponibilizados à
conta específica do ajuste;
4.2.24. assegurar e destacar a participação do Governo Estadual em qualquer ação institucional de divulgação ou promoção relacionada ao objeto deste instrumento, observadas as vedações da Lei Federal n.º 9.504/1997.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS
5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de R$ **[X]** (**valor por extenso**), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. Sendo o montante de R$ **[X]** (**valor por extenso**) referente a repasse do CONCEDENTE e o montante de R$ **[X]** (**valor por extenso**) referente a contrapartida do CONVENENTE.
5.1.1. o valor que será repassado pelo **CONCEDENTE**: R$ **[X]** (**valor por extenso**), tem a seguinte classificação orçamentária: **[X]** – [**indicar a nomenclatura da dotação**]; natureza da despesa n.º **[X]** – [**indicar a nomenclatura da natureza da despesa**], fonte de recursos n.º **[X]** – [**indicar a fonte**], pré-empenho n.º **[X]** expedido em **[X]**;
5.1.2. o valor que será repassado pelo **CONVENENTE**: R$ **[X]** (**valor por extenso**), tem a seguinte classificação orçamentária: **[X]** – [**indicar a nomenclatura da dotação**]; natureza da despesa n.º **[X]** – [**indicar a nomenclatura da natureza da despesa**], fonte de recursos n.º **[X]** – [**indicar a fonte**], pré-empenho nº **[X]** expedido em **[X]** ou declaração de contrapartida fls. **[X]** – mov. **[X]**;
5.2. na hipótese de o objeto deste convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição dos partícipes, conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetros os valores mencionados no item 5.1 e eventuais acréscimos.

Nota explicativa 5
A contrapartida será estabelecida conforme os parâmetros do art. 669, § 1º, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de acordo com a capacidade financeira do ente beneficiado e do objeto a ser executado.

Nota explicativa 6
A contrapartida poderá ser dispensada mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão ou entidade concedente, com autorização governamental, conforme o art. 669, § 2º, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022. A Administração deverá adotar a seguinte redação quando não existir contrapartida:
"**CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS**
5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de R$ **[X]** (**valor por extenso**), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.
5.1.1. o valor que será repassado pelo CONCEDENTE: R$ **[X]** (**valor por extenso**), tem a seguinte classificação orçamentária: **[X]** – [**indicar a nomenclatura da dotação**]; natureza da despesa n.º **[X]** – [**indicar a nomenclatura da natureza da despesa**], fonte de recursos n.º **[X]** – [**indicar a fonte**], pré-empenho nº **[X]** expedido em **[X]**;"

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
6.1. Os recursos do **CONCEDENTE** e a correspondente contrapartida do **CONVENENTE**, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do **CONVENENTE**, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial;
6.2. na hipótese de os recursos não serem suficientes à consecução do objeto, a complementação será aportada pelo **CONVENENTE** na forma de contrapartida, depositada e

utilizada na mesma conta do Convênio;
6.3. o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo **CONCEDENTE** de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo;
6.4. a liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária;
6.5. os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o **CONVENENTE**, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado;
6.6. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;
6.7. O **CONVENENTE** deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de
titularidade dos fornecedores.

Nota explicativa 7
A conta bancária deverá ser aberta em instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme previsto no Decreto n.º 4.505/2016, ou nas normas que venham a substituí-las. A Administração deverá adotar a seguinte redação quando não existir contrapartida:
1. CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1. Os recursos do **CONCEDENTE,** que serão destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do **CONVENENTE**, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial;
2. o valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo **CONCEDENTE** de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo;
3. a liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária;
6.4. os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o **CONVENENTE**, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado;
6.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;
6.6. O **CONVENENTE** deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÃO
7.1 É vedado(a):
7.1.1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
7.1.2. a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
7.1.3. a cessão, o transpasse ou transferência a terceiros da execução do objeto do Convênio;
7.1.4. o pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;
7.1.5. o pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Convênio;
7.1.6. a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
7.1.7. a realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;
7.1.8. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;
7.1.9. a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
7.1.10. a realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do Convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
7.1.11. a transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
7.1.12. a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:
a) membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.
7.1.13. estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do Convênio; e
7.1.14. a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares.
PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo indícios de irregularidades na execução do Convênio, poderá haver a suspensão do repasse de recursos financeiros, mediante justificativa idônea, até que as irregularidades sejam efetivamente apuradas por meio de procedimento administrativo que confira ampla defesa ao convenente.
CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES
8.1 O **CONVENENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei Geral de Licitações e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.
8.2 A celebração de contrato entre o **CONVENENTE** e terceiros não acarretará, sob qualquer hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do **CONCEDENTE**, vínculo funcional ou empregatício e, tampouco, transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.
CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO
9.1 Os levantamentos decorrentes do acompanhamento, monitoramento e fiscalização na execução das ações constantes na Cláusula Primeira, serão registrados em relatórios de acompanhamento e inspeção, os quais serão considerados nas análises e conclusões dos pareceres técnicos e de gestão relacionados à realização do objeto, conforme acordado no Plano de Trabalho.
9.2. **Fica designado(a) o(a) servidor**(a) **[X]** (**NOME DO SERVIDOR(A**), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº **[X]** e do CPF nº **[X]**, como fiscal do Convênio, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de
visitas *in loco*, material fotográficos e documentos previstos no art. 21 da Resolução n.º 28/TCE/PR.
9.3. Fica indicado(a) como gestor(a) do Convênio **[X]** (**NOME DO SERVIDOR(A**), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº **[X]** e do CPF nº **[X]**.
9.4. Compete ao fiscal do Convênio, nos termos do art. 701 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:
a) ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
b) acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
c) verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pela ENTIDADE com o efetivamente entregue ou executado;
d) prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
e) analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais adequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;
f) emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e
h) informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.5. Compete ao gestor do Convênio, nos termos do art. 700 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:
a) zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;
b) atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;
c) controlar os saldos de empenhos do Convênio;
d) verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;
e) inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e
f) zelar pelo cumprimento integral do ajuste.
PARÁGRAFO ÚNICO - Os parâmetros objetivos de referência para avaliação do cumprimento do objeto conveniado observará o estabelecido no plano de trabalho, que integra este convênio.
CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES
Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A readequação do Plano de Trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação da autoridade competente.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES E DA INALIENABILIDADE
11.1. São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2. Os bens remanescentes são de propriedade do **CONVENENTE** e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter ao domínio do **CONCEDENTE** na hipótese de desvio de finalidade no seu uso ou ser fixada indenização do valor global aplicado, nos termos do art. 684, XXIV e XXV, do Decreto n.º 10.086/2022.
11.3. Os bens remanescentes deverão, enquanto servíveis, ser utilizados em ações ou atividades no âmbito do Programa Estradas da Integração, ou, em não sendo possível, em outra destinação previamente autorizada pelo **CONCEDENTE**.
11.4. Após o transcurso do prazo de vigência deste Convênio, somente mediante declaração de inservibilidade do bem, emitida por uma comissão de servidores constituída pelo **CONVENENTE**, ficará sem efeito a cláusula de inalienabilidade.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
12.1. As prestações de contas parciais do CONVENENTE à CONCEDENTE deverão ser apresentadas após 30 (trinta) dias do término de cada etapa ou fase de execução e, na hipótese de parcela única, a prestação de contas observará o disposto na cláusula 12.4.
12.2. Para a prestação de contas parcial e final, deverão ser apresentados seguintes documentos:
12.2.1. relatório de execução e/ou cumprimento do objeto;
12.2.2. notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do MUNICÍPIO e número deste Convênio;
12.2.3. comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011 e a Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
12.2.4. relação das ações realizadas, em conformidade com as etapas ou fases de execução previstas no Plano de Trabalho.
12.3. Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o efetivo cumprimento da obrigação.
12.4. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua execução, em conformidade com o Plano de Trabalho, contendo além dos documentos elencados na subcláusula 12.2.
12.4.1. relatório de cumprimento do objeto, no qual constem especificadas as metas atingidas e os resultados alcançados em conformidade ao Plano de Trabalho;
12.4.2. resumo informando em ordem cronológica os bens adquiridos e as despesas realizadas com respectivos valores, acompanhado das notas e comprovantes fiscais, sem rasuras ou borrões e observada a inscrição dos dados do CONVENENTE e a identificação deste Convênio;
12.4.3. comprovação de ter prestado contas parciais diretamente no Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR, conforme Resolução n.º 28/2011 e Instrução Normativa n.º 61/2011, do TCE-PR.
12.4.4. comprovante da devolução do saldo de recursos, se houver.
12.5. Quando as prestações de contas não forem apresentadas nos prazos estabelecidos, o CONVENENTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação, atualizados monetariamente, acrescidos de juros de mora, na forma da lei.
12.6. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o CONVENENTE não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à Administração Pública, bem como não devolver os recursos, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial e deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
12.7. Caberá, ao gestor do Convênio, emitir parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à Administração Pública.
12.8. O CONCEDENTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS
13.1. A prestação de contas tratada na Cláusula Décima Segunda não dispensa o dever do
CONCEDENTE de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º
28/2011 e Instrução Normativa n.º 61/2011 do TCE-PR.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO
14.1 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SETU, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.
14.2 O **CONCEDENTE** deverá,
no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.
14.3 O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, sendo que no caso de algum dos partícipes já tenha se comprometido financeiramente com a sua meta convenial, eventual não cumprimento do avençado pela outra parte que prejudique a funcionalidade do objeto pretendido permitirá que seja ajustada uma forma de compensação dos possíveis prejuízos entre os partícipes.
14.4 O presente Convênio será rescindido em caso de:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
c) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
d) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
e) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
f) nos demais casos previstos em Lei.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE
A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SETU, a qual deverá ser providenciada por esta, na forma do art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** deverão disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, as datas, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir “link” em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de Convênio.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** deverão divulgar, em sítio
eletrônico oficial, as informações referentes aos materiais ou valores equivalentes devolvidos, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento.

Curitiba, [X] (**dia**) de **[X]** (**mês**) de **[X]** (**ano**)

[X]
Diretor Geral

[X]
PREFEITO MUNICIPAL.

TESTEMUNHAS: [X]
1. **RG e CPF**

2- RG e CPF

ANEXO II

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Protocolo n.º
Convênio n.º

REQUISITOS GERAIS		
01.	Documento de Formalização da Demanda (DFD), podendo ser oriundo da SETU ou de Município, por meio de ofício dirigido ao Governador do Estado:	Fls. _____
02.	Comprovante de inscrição e de Situação Cadastro do Município, por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ:	Fls. _____
03.	Comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico, mediante apresentação de cópia simples da ata de posse do Chefe do Poder Executivo:	Fls. _____
04.	Cópias do RG e do CPF do Prefeito:	Fls. _____
05	Comprovante de residência do Prefeito:	
06.	Comprovação de competência para assinatura do Termo de Convênio do Secretário de Estado (ato de nomeação) – Decreto nº XXX:	Fls. _____
07.	Cópia de contrato de abertura de conta bancária exclusiva para repasse dos recursos (Caixa/BB) e depósito da contrapartida:	Fls. _____
08.	Ato de designação do(s) gestor(es) e fiscal(is) do Termo de Convênio:	Fls. _____
09.	Plano de Trabalho detalhado, previamente aprovado pelas autoridades competentes:	
10.	Plano de Aplicação dos recursos financeiros e correspondente cronograma de desembolso, devidamente aprovado:	Fls. _____
11.	Orçamento devidamente detalhado em planilhas nos termos dos arts. 368 a 372 e dos arts. 484 a 486, todos do Decreto n.º 10.086/2022:	Fls. _____
12.	Comprovação/Declaração de que o convênio não incorre em quaisquer das vedações previstas nos artigos 670 do Decreto n.º 10.086/2022:	Fls. _____
13.	Comprovação/Declaração de que o convênio não incorre na vedação dos artigos 39, § 7º e 75 da Lei Federal n.º 9.504/1997:	Fls. _____
14.	Declaração de que o tomador deverá efetuar os apontamentos no SIT/TCE com assiduidade e precisão:	Fls. _____
15.	Declaração de manutenção e guarda de documentos referentes aos pagamentos efetuados:	Fls. _____
16.	Declaração de vedação ao nepotismo:	Fls. _____
17.	Cópia de Manifestação (informação/Parecer) da PGE:	Fls. _____
18.	Adoção da minuta de convênio previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado:	Fls. _____
19.	Autorização da autoridade competente:	Fls. _____

Nota explicativa 1.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
A formalização de convênio depende de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 1º, VI, do Decreto Estadual n.º 4.189/2016. Dessa forma, salvo delegação do Chefe do Poder Executivo, após a instrução do protocolo, o processo deverá ser encaminhado ao Governador do Estado para que este autorize a formalização do respectivo convênio.[3]

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA		
01.	Certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente:	Fls. _____
02.	Certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos:	Fls. _____
03.	Certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto a tributos federais e regularidade perante a Seguridade Social:	Fls. _____
04.	Prova de regularidade do convenente para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação – CRS:	Fls. _____
05.	Certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440/2011:	Fls. _____
06.	Certidão Liberatória do TCE/PR:	Fls. _____
07.	Certidão liberatória para transferência voluntárias, emitida pela SEFA (para entes públicos):	

CONSULTAS PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS		
01.	Consulta ao CADIN do Estado do Paraná (https://www.cadin.pr.gov.br/Pagina/Estou-Inscrito):	Fls. _____
02.	Consulta ao GMS (https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso) -inserir o documento atualizado, completo e com status regular:	Fls. _____

DOCUMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
01.	Indicação das fontes de recurso e da dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio:	Fls. _____
02.	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:	Fls. _____
03.	Declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias:	Fls. _____
04.	Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD:	Fls. _____
05.	Declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato:	Fls. _____

REQUISITOS MÍNIMOS DO PLANO DE TRABALHO		
01.	Descrição completa do objeto do convênio e seus elementos característicos:	Fls. _____
02.	Razões que justifiquem a celebração do convênio:	Fls. _____
03.	Estabelecimento de metas a serem atingidas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente:	Fls. _____
04.	Detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada:	Fls. _____
05.	Plano de Aplicação dos recursos (não pode ser genérico, devendo observar as metas quantitativas e qualificativas constantes do plano de trabalho):	Fls. _____
06.	Cronograma físico-financeiro e de desembolso:	Fls. _____
07.	Justificativa para a exigência de contrapartida e a comprovação de que está devidamente assegurada, quando for o caso:	
08.	Previsão, se for o caso, de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria:	Fls. _____
09.	Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas:	Fls. _____
10.	Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:	Fls. _____
11.	Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio:	Fls. _____
12.	Forma de aferição da correspondência entre o valor atribuído aos bens ou serviços com o praticado no mercado ou, no caso de objetos padronizados, mediante parâmetros previamente estabelecidos:	Fls. _____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

_____
[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

_____
[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

Nota Explicativa nº. 2:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação, no termo de convênio e no respectivo plano de trabalho sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

ATENÇÃO
AS AUTORIDADES QUE FRIMARÃO O CONVÊNIO DEVERÃO POSSUIR ASSINATURA QUALIFICADA, FAZER O CADASTRO DAS AUTORIDADES NO LINK: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/telalnicial.do?action=iniciarProcesso.

NENHUM DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO, TODOS DEVEM SER DIGITALIZADOS EM PDF INDIVIDUALMENTE.

1 Decreto Estadual n.º 7.627/2024. "Art. 4º Para atendimento ao Programa Paraná Mais Eventos, deve ser observado os seguintes critérios: I - os eventos devem ocorrer dentro do Estado do Paraná; II - os eventos devem gerar fluxo turístico, valorizar o turismo e a cultura regional e possibilitar o desenvolvimento nos diversos setores da economia do Estado do Paraná."
2 **Decreto Estadual nº 4.189/2016. "**Art. 1.º Depende de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, a realização das despesas abaixo relacionadas, independentemente do valor: (…) VI - formalização de acordos, convênios, contratos de gestão, termos de parceria, termos de cooperação técnica e/ou financeira, instrumentos formalizados com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e outros congêneres;
3 **Decreto Estadual nº 4.189/2016. "**Art. 1.º Depende de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, a realização das despesas abaixo relacionadas, independentemente do valor: (…) VI - formalização de acordos, convênios, contratos de gestão, termos de parceria, termos de cooperação técnica e/ou financeira, instrumentos formalizados com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e outros congêneres;

132526/2025

DELIBERAÇÃO N.º 44/2025 – CSPGE

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1225ª sessão ordinária do dia 18 de setembro de 2025, por unanimidade de votos,

D E L I B E R O U

por **reconduzir ao cargo de Tesoureiro Titular do Fundo Especial da PGE,** o Procurador do Estado **DANIEL LEITE RIBEIRO**, e por **eleger para o cargo de Tesoureiro Suplente,** o Procurador do Estado **BRUNO RABELO DOS SANTOS,** para o Biênio 2025/2027, na forma do disposto no art. 4º da Lei nº 14.234, de 23 de novembro de 2003, na Deliberação nº 18, de 2004-FEPGE, na Deliberação nº 11, de 2024-CSPGE e na Resolução nº 66, de 2024-PGE.

Esta deliberação entra em vigor no dia 06 de outubro de 2025.

Curitiba, em 18 de setembro de 2025.

Lucia Helena Cachoeira
Presidente do Conselho Superior, *em substituição*

Marco Antonio Lima Berberi
Conselheiro

Fernando Merini
Conselheiro

Bráulio Cesco Fleury
Conselheiro

Felipe Azevedo Barros
Conselheiro

Cláudio Moreira Philomeno Gomes Neto
Conselheiro

Gustavo Henrique Ramos Fadda
Conselheiro

Hellen Gonçalves Lima
Conselheira

Ítalo Medeiros Cisneiros
Conselheiro

131712/2025

Resolução nº 230/2025-PGE

Prorroga por 6 (seis) meses a vigência da Comissão Temporária para estudo, desenvolvimento e incorporação da atividade de cobrança administrativa de valores despendidos pelo Estado do Paraná no cumprimento de ordens judiciais em ações de saúde, no âmbito da Procuradoria da Saúde – PRS.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987, e considerando o contido no Protocolo n° 23.420.354-1:

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por 6 (seis) meses os trabalhos da Comissão Temporária para estudo, desenvolvimento e incorporação da atividade de cobrança administrativa de valores despendidos pelo Estado do Paraná no cumprimento de ordens judiciais em ações de saúde, no âmbito da Procuradoria da Saúde – PRS, a partir de 18 de setembro de 2025.
Art. 2º Ficam mantidos os membros, as competências e as demais condições estabelecidas na Resolução n° 065/2025-PGE.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

132062/2025

Resolução nº 232/2025-PGE

Lota Procuradora do Estado na Coordenadoria do Consultivo – CCON.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987 e no Decreto n° 2.709, de 10 de setembro de 2019:

RESOLVE

Art. 1º Lotar a Procuradora do Estado **IZABEL CRISTINA MARQUES, RG nº 3.XXX.873-X**, na Coordenadoria do Consultivo – CCON a partir de 18 de setembro de 2025.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

131791/2025

Resolução nº 235/2025-PGE

Dispõe sobre a instauração de procedimento de seleção voluntária de Procuradores do Estado e Advogados do Estado para Assunção Temporária de acervos processuais, com a finalidade de assegurar assunção da representação judicial do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987, e no art. 4º, inciso I e §1º, da Deliberação n° 22/2024-CSPGE, e considerando o contido no Protocolo n° 24.115.096-8 e 20.902.120-0:

RESOLVE

Art. 1º Instaurar o procedimento de seleção voluntária de Procuradores do Estado e Advogados do Estado para Assunção Temporária de acervos processuais, com a finalidade de assegurar a assunção da representação judicial do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.
Parágrafo único. A acumulação de acervo de que trata esta Resolução ocorrerá por períodos abaixo definidos:
I – 15 (quinze) acervos 13 de outubro de 2025 a 07 de dezembro de 2025;
II – 15 (quinze) acervos 08 de dezembro de 2025 a 01 de fevereiro de 2026;
III – 15 (quinze) acervos 02 de fevereiro de 2026 a 29 de março de 2026;

IV – 15 (quinze) acervos 30 de março de 2026 a 24 de maio de 2026;
V – 15 (quinze) acervos 25 de maio de 2026 a 19 de julho de 2026.
Art. 2º Os acervos processuais de que trata esta Resolução serão compostos a partir da divisão do acervo de processos ativos assumido pela Procuradoria-Geral envolvendo diversos temas, em especial: condutor, execução de título extrajudicial, particular em colaboração, penalidades de trânsito e débitos veiculares administrativos e tributários, responsabilidade civil, terceiro interessado, em trâmite perante juízos estaduais e federais, acrescidos de eventuais recursos ou sucedâneos recursais, além de novas demandas que forem eventualmente distribuídas.
§ 1º São classificados como ativos, os processos judiciais com status ativos, suspensos, em instância superior ou arquivados provisoriamente.
§ 2º Os processos judiciais observarão a distribuição e gestão das atividades de Procurador do Estado especialmente designado para realizar a condução da assunção da representação judicial do DETRAN, bem como estudo e implantação de melhoria de processo de trabalho visando à otimização da atividade e redução de acervo.
Art. 3º Todos os Procuradores do Estado e Advogados do Estado poderão concorrer à seleção, exceto os que mantiverem pedido de fruição de férias ou licenças voluntárias durante o período assumido, na forma do parágrafo único do art. 1º
Art. 4° Os Procuradores do Estado e Advogados do Estado interessados devem se manifestar, impreterivelmente até o dia **03 de outubro de 2025**, em resposta ao e-mail de comunicação deste ato a ser realizado pela Diretoria-Geral ou pelo Gabinete, **com a indicação de qual(is) período(s) possui interesse.**
§ 1º O pedido apresentado nos termos deste procedimento é irretratável.
§ 2º Os interessados poderão manifestar interesse por **um ou mais períodos de acumulação**, através da indicação de qual(is) incisos correspondem ao(s) período(s) de interesse, previstos nos incisos do parágrafo único do art. 1º.
§ 3º Os interessados serão classificados conforme os seguintes critérios de preferência, sucessivamente:
I – assunção de período prévio anterior na forma dos incisos do parágrafo único do art. 1º;
II – maior quantidade de assunções confirmadas neste procedimento;
III – ordem de apresentação do requerimento.

Art. 5º A representação judicial nos processos judiciais em regime de designação especial disciplinada nesta Resolução compreende:
I – a responsabilidade sobre os protocolos administrativos correspondentes ao acervo assumido;
II – a responsabilidade pelas audiências que se realizarem durante o período de assunção relativas ao acervo assumido, observadas as regras do Manual de Procedimento, quando se tratar de realização presencial;
III – a responsabilidade pelo cumprimento de eventos processuais expedidos no período de assunção, além das pendências administrativas correspondentes;
IV – a participação em reuniões setoriais em que convocado;
V – a submissão da atuação às regras de gestão do Coordenador da atividade.
Parágrafo único. O Procurador do Estado ou Advogado do Estado designado nos termos desta Resolução participará do quórum e da votação no âmbito do Colegiado de Procuradores, para fins do disposto nos arts. 4º e 5º do Regulamento da Procuradoria-Geral do Estado, aprovado pelo Decreto n° 2.709/2019, a ser organizado pelo Procurador do Estado designado na forma do §2º do art. 2º.
Art. 6º Durante o período de designação especial de acúmulo por assunção temporária de acervo instaurada nos termos desta Resolução, fica vedada a fruição de férias ou licenças voluntárias.
Parágrafo único. A designação especial não desonera o Procurador do Estado ou Advogado do Estado do cumprimento das demais obrigações funcionais, em especial o atendimento às intimações judiciais e realização de audiências, nem autoriza a redução de acervo ou de distribuição de atividades, na unidade de vinculação.
Art. 7° Eventual necessidade de prorrogação do período de assunção temporária de acervo previsto no parágrafo único do art. 1º desta Resolução deverá ser comunicada pelo Procurador do Estado designado na forma do §2º do art. 2º e estará sujeita a novo procedimento de seleção, com preferência aos Procuradores do Estado e Advogados do Estado designados neste procedimento.
Art. 8° Os casos omissos serão decididos pela Subprocuradora-Geral do Estado.
Art. 9º O Procurador-Geral do Estado poderá a qualquer tempo suspender ou revogar, parcial ou totalmente, as designações de acúmulo, em especial se houver modificações ou a não aprovação de proposta de Decreto com o estabelecimento de cronograma para assunção da representação judicial do ente autárquico pela Procuradoria-Geral do Estado.
Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

132107/2025

RESOLUÇÃO nº 233/2025 - PGE

Designa Procurador do Estado para substituir, em razão de saldo de férias da titular, Procuradora-Chefe de Gabinete da Procuradoria.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **JÚLIO DA COSTA ROSTIROLA AVEIRO**, R.G. nº 13.XXX.350-X, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procurador-Chefe de Gabinete, pelo período de 11 (onze) dias, de 24/11/2025 a 04/12/2025, em razão da fruição de saldo de férias referente ao exercício de 2023, pela titular do cargo, Procuradora do Estado CAMILA KOCHANOWSKI SIMÃO.
Art. 2º Durante o período de férias da titular, o Procurador do Estado designado, na qualidade de Chefe de Gabinete, será responsável por receber citações, intimações e notificações em nome do Estado do Paraná, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 26/85.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada eletronicamente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado do Paraná

132139/2025

Resolução nº 237/2025-PGE

Lota Procurador do Estado na Assessoria Técnica do Gabinete da Procuradoria-Geral – AT.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987 e no Decreto n° 2.709, de 10 de setembro de 2019:

RESOLVE

Art. 1º Lotar o Procurador do Estado **MOISES MOURA SAURA**, RG n° 6.XXX.356-X, na Assessoria Técnica do Gabinete – AT, a partir de 1º de outubro de 2025, revogando-se a lotação anterior.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

132474/2025

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 117/2025

Designa servidores para atuarem como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS n.º 1436/2025, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado - CGE e a Associação Mega Taxi Brasil.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO,** em substituição, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, JULIANE FROGGEL ALVES DE SOUZA, matrícula n.º 810347, para atuar como gestora, MARCELA GONÇALVES DE OLIVEIRA, matrícula n.º 1076378, para atuar como fiscal, e MATHEUS HENRIQUE ORTEGA, matrícula n.º 818063, para atuar como gestor e fiscal substituto, do Contrato Administrativo GMS sob o n.º 1436/2025, cujo objeto trata de Prestação de Serviços Continuados de Agenciamento de transporte individual remunerado de passageiros, via sistema ou aplicativo customizável web e mobile, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60 e a Associacao Mega Taxi Brasil, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.713.419/0001-88, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n.º 10.086,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de 2022, na proporção dos aspectos técnicos e administrativos da fiscalização.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

131719/2025



Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 10557 25/09/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
246606935	ADAILTO GARCIA	72120507	2	SESP	
246842035	CLAUDIA DESPLANCHES	59861425	1	SEED	
246205388	CLAUDIA ELIANE GAVA MATARAM	42479675	2	SEED	
241217612	ELISMARI GASPAR TEIXEIRA SALLES	42274356	2	SEED	
247000747	ELIZANE TEREZINHA VANSETTO BARBACOVI	31547245	1	SEED	
245884680	FLAUSINA MARIA LUIS DE LIMA	41868953	1	SEED	
246038708	GENILDA MESSIAS DOS SANTOS	43993879	1	SEED	
243540240	IEDA DELAI LOCATELLI	35587667	1	SEED	
246866716	JULIO CESAR DE RAMOS	40860690	1	IPARDES	
246948755	JULIO CESAR PINTO	32924956	1	SEED	
246715432	MAIRTON SANTOS MORETTO	69160980	1	SESP	
245630824	MARCELO JOSE DOS SANTOS	104350062	1	SESP	
246780552	MARCIA REGINA FIGUEIREDO SAQUETA	42827541	2	SEED	
246672113	MÁRCIA REGINA GRANADO SILVA	93992629953	1	SEED	
245874774	MARIA APARECIDA CARPINELI	65263238	1	SEED	
246821275	NEDINA BARBOSA CONEGLIAN	39807513	1	SEED	
246898421	SANDRA REGINA GOUVEIA VIEIRA	43337831	1	SEED	
246898804	SANDRA REGINA GOUVEIA VIEIRA	43337831	2	SEED	
246346593	SILVIA MATHEUS CARRADORE CARRARO	57804831	1	SEED	

130220/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 10561 26/09/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
246832340	ADENIR ZANIN	38125761	3	REPR	
245834489	APARECIDA DE FATIMA MOLINA YWAMOTO	39136228	1	SEED	
247018360	CARLOS HUL DE ALMEIDA	43533312	1	IAT	
247089896	CATIA REGINA MARTINS	43496271	97	SEED	
239449980	CLAUDIA MARIA DE MELO PINTO	42842753	1	SEED	
239142192	FATIMA LAURINDO DA SILVA KOHN	60517835	1	SEED	
246528519	FLAVIO FOGACA FERNANDES	18749998	1	SEED	
247089675	ISAIAS DUTRA	36442980	1	DER	
246144400	JOSEANE DE FATIMA TAMBOSI	45213986	3	SEED	
245710011	LEONI DAS GRACAS GONCALVES ANGENENDT	64130374	1	SEED	
247074333	LUIZ CARLOS KANIGOSKI	41329459	21	SEED	
246428107	LUIZ CARLOS MARKUS	81535485	99	SEED	
246278431	LUNAMAR RODRIGUEZ	20959649	2	SEED	
245927614	REGIANE APARECIDA SCHWAB CARVALHO	33452071	1	FUNSAUDE	
246022720	RENATO LYSYK	33159323	1	SEED	
245666330	RUBENS HIMOVSKI	32818544	1	FUNSAUDE	
246762473	SANTINA DE FATIMA HERRERA	41873248	1	SEED	
246148783	SONIA REGINA DE OLIVEIRA ANDRADE	38744941	3	SEED	
247016147	SUSI REGINA BRAVO TOYOTA	52450896	1	SEED	

131159/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 10562 26/09/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
245035950	ADEMIR GOMES DA SILVA	53787789	1	SESP	

131158/2025

1 RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 10560

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº 0002547-40.2020.8.16.0115, DA

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA-PR, E OFÍCIO Nº 1649/2025, DA PROCURADORIA DE EXECUÇÕES, PRECATÓRIOS E CÁLCULOS-PRE,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA EM FAVOR DE ORAIDES MARIA DA SILVA RIBEIRO, CPF 510.247.729-34, NO VALOR EQUIVALENTE A 1/3 (UM TERÇO) DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL, VIGENTE A ÉPOCA DO ÓBITO EM 23/06/2019, VALOR ATUALIZADO, ATÉ 09/04/2053, DATA ESSA EM QUE A VÍTIMA CLAUDINEI BOERA DOS SANTOS, COMPLETARIA 73 ANOS DE IDADE, OU FALECIMENTO DA BENEFICIÁRIA, O QUE OCORRER PRIMEIRO.
PROTOCOLO 24.721.616-2

CURITIBA, 26/09/2025

LUIZÃO GOULART
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

131161/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10488
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: DOROTEIA TKACZUK DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 4.511.176-8 CARGO: Professor LF: 91
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.702/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.531,05(Seis Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 91-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.333.573-6

NOME: GESSI DOS SANTOS DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 8.456.724-8 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
A partir de 18/06/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.712/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.308,20(Dois Mil, Trezentos e Oito Reais e Vinte Centavos)
CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.023.654-0

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10489
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: IGOMAR TRES ORGAO: SEED
R.G.: 3.438.468-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.701/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.219,87(Três Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Oitenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.478.664-2

NOME: ADRIANA DE FATIMA FERMINIO DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 5.780.189-1 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria por Incapacidade

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.700/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.846,32(Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Seis Reais e Trinta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.203.512-7

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10490

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SUELI OSTETTI BORGES ORGAO: SEED
R.G.: 4.785.101-7 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.693/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.721,37(Dois Mil, Setecentos e Vinte e Um Reais e Trinta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.390.899-0

NOME: LUZINETE DE SOUZA ORBEN ORGAO: SEED
R.G.: 4.258.195-0 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.691/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.309,70(Cinco Mil, Trezentos e Nove Reais e Setenta Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.413.798-9

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10491

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ADENIR DA SILVA REIS ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 1.602.968-8 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE EXECUCAO LF: 2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.682/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.874,91(Treze Mil, Oitocentos e Setenta e Quatro Reais e Noventa e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 79-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.399.409-8

NOME: ROBERTO CARLOS MARKOVICZ ORGAO: SEED
R.G.: 3.760.506-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.715/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.183,26(Quatro Mil, Cento e

Oitenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 89-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.443.014-7

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10492
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JOSE ARTURO MIRANDA BATALHA ORGAO: SEED
R.G.: 2.085.600-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.703/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.891,41(Oito Mil, Oitocentos e Noventa e Um Reais e Quarenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 64-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.220.190-6

NOME: EDILSON JOSE LOPES ORGAO: SEED
R.G.: 3.467.652-6 CARGO: Professor LF: 21
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.699/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.847,19(Oito Mil, Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e Dezenove Centavos)
CALCULOS A FL. 52-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.385.577-2

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

130772/2025

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 10493
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ALECIO MAZONI ORGAO: PMPR
R.G.: 4.946.183-6 CARGO: 2°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória Integral por Idade (Praças) .
A partir de 01/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 158 da Lei Estadual 1.943/54.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.673/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.091,93(Dez Mil e Noventa e Um Reais e Noventa e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 42-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 24.173.490-0

NOME: NELSON LUIZ COMPAGNONI ORGAO: PMPR
R.G.: 7.098.756-2 CARGO: Soldado 1ª. Classe LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória Integrall por Idade (Praças) .
A partir de 15/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 158 da Lei Estadual 1.943/54.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.694/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.279,70(Oito Mil, Duzentos e Setenta e Nove Reais e Setenta Centavos)
CALCULOS A FL. 38-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 24.374.387-7

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 10494

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANTONIO DE CARVALHO PEREIRA ORGAO: PMPR
R.G.: 5.131.036-5 CARGO: Subtenente LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória (Limite de Tempo)
A partir de 12/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-A, § único do Decreto Lei 667/69, caput do art. 157 da Lei 1943/54 e art. 2° do Decreto Estadual 3829/20
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.685/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.783,90(Treze Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 24.478.395-3

CURITIBA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

130773/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10499

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CARLOS EDUARDO RITTER ORGAO: SEED
R.G.: 1.914.172-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.718/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.201,85(Três Mil, Duzentos e Um Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 98-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.072.716-1

NOME: REGINA DOS SANTOS PRADO BRAGA ORGAO: SEED
R.G.: 4.359.860-0 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.731/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.777,18(Seis Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Dezoito Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.808.480-6

CURITIBA, 22 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10500

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CELESTINO CELSO MEDEIROS BLAIA ORGAO: SEED
R.G.: 3.417.222-6 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.704/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.298,87(Dez Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.241.872-7

NOME: MARGARETE SCHERER ROTTA ORGAO: SEED
R.G.: 4.096.950-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Servidor com Deficiência
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35 CE, §6°, com redação dada pela EC 45/19 e LC 142/13
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.714/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.750,82(Três Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais e Oitenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 67-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.504.844-0

CURITIBA, 22 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10501

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ELIANE BERNADETE LUCAVEI IANISKI ORGAO: SEED
R.G.: 5.843.271-7 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.720/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.941,46(Sete Mil, Novecentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 78-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.062.095-2

NOME: MADELAINE OLIVEIRA DE ABREU ORGAO: SEED
R.G.: 5.833.689-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.719/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.472,93(Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Noventa e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 87-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.417.446-9

CURITIBA, 22 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10502

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: NEIDE YOKO CHIMADA YANO ORGAO: SEED
R.G.: 2.126.381-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.713/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.774,15(Oito Mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Quinze Centavos)
CALCULOS A FL. 46-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.509.219-9

NOME: DURVALINO BILIATTO ORGAO: SEED
R.G.: 3.686.297-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.706/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.938,71(Cinco Mil, Novecentos e Trinta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 91-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.477.948-4

CURITIBA, 22 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10503
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: CLOE TERESINHA RODRIGUES ORGAO: SEED
R.G.: 3.210.717-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.716/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.173,66(Nove Mil, Cento e Setenta e Três Reais e Sessenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 50-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.524.023-6

CURITIBA, 22 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

130774/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10534
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: TANIA INES ARENHART KUHN ORGAO: SEED
R.G.: 3.052.024-6 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.725/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.606,75(Dois Mil, Seiscentos e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 75-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.494.725-5

NOME: ROSIMEIRE REBOLHO TUROZI ORGAO: SEED
R.G.: 4.555.233-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.735/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.546,91(Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 91-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.449.129-4

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10535

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: GIOVANNA CAPELARI KAPP ORGAO: SEED
R.G.: 5.935.004-8 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.737/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.741,90(Seis Mil, Setecentos e Quarenta e Um Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.480.678-3

NOME: LUIZ CICERO JULIANI ORGAO: SEED
R.G.: 1.331.496-9 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19.
Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1°, 2° e 6° da EC 103/19
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.721/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.679,73(Dois Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 91-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 22.310.174-7

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10536

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CARLA VANUZA HEINEN SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 4.967.672-7 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.732/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 15.429,02(Quinze Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 42-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.398.904-3

NOME: GENISIA DE LIMA ORGAO: SEED
R.G.: 4.184.040-4 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.739/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.259,37(Dez Mil, Duzentos e Cinqüenta e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 167-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.491.036-0

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10537

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: BALVINA ANTONELLO REICHEMBACH ORGAO: SEED
R.G.: 3.392.501-8 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.738/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.945,04(Seis Mil, Novecentos e Quarenta e Cinco Reais e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.241.182-0

NOME: LUCIA REGINA RODRIGUES ORGAO: SEED
R.G.: 5.642.844-5 CARGO: Professor LF: 90
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.752/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.541,14(Três Mil, Quinhentos e Quarenta e Um Reais e Quatorze Centavos)
CALCULOS A FL. 64-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.394.201-2

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10538

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ROMIR RODRIGUES ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 3.872.224-7 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
FARMACEUTICO
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.733/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 25.295,56(Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Cinqüenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 142-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.456.933-1

NOME: HELENA SILVA DOS SANTOS CORREA ORGAO: SEED
R.G.: 6.025.508-3 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21

Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.736/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.939,36(Um Mil, Novecentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 38-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.885.563-2

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10539

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JEVAIR GARCIA JUNIOR ORGAO: SESP
R.G.: 3.912.010-0 CARGO: Policial Penal LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, caput, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.746/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.513,25(Dezoito Mil, Quinhentos e Treze Reais e Vinte e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 31-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.541.224-0

NOME: TEREZINHA APARECIDA FERNANDES ORGAO: SEED
R.G.: 6.370.182-3 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.728/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 15.620,13(Quinze Mil, Seiscentos e Vinte Reais e Treze Centavos)
CALCULOS A FL. 47-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.384.352-9

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10540

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ERENITA ZONTA SANTIN ORGAO: SEED
R.G.: 4.563.394-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.717/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.434,61(Oito Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 132-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.396.257-9

NOME: ROSELEI IRACEMA GROTH ALVES ORGAO: SEED
R.G.: 4.547.219-1 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.729/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.026,52(Cinco Mil e Vinte e Seis Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 60-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.358.998-3

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131525/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10541
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: EDILENE APARECIDA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 2.208.855-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.723/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.339,52(Oito Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 59-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.904.930-3

NOME: JULIMARE ALVES TEIXEIRA DO PRADO ORGAO: SEED
R.G.: 4.653.028-4 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.745/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.554,39(Quatro Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Trinta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 131-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.423.866-1

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA
RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10542
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: SAIDA CURY ORGAO: SEED
R.G.: 5.646.686-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.724/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.696,07(Dez Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 40-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 244.595.099-7

NOME: PAULA REGINA PIRES RODRIGUES ORGAO: SEED
R.G.: 4.450.502-9 CARGO: Agente Educacional II LF: 2

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.734/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.894,39(Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 68-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.532.854-0

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA
RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10543
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS

ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARCIA DA LUZ LEAL ORGAO: SEED
R.G.: 6.054.838-2 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.756/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.546,82(Dez Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Oitenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 55-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.560.301-0

NOME: ELVIRA MOSCIBROVSKI ORGAO: SEED
R.G.: 2.099.596-3 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.760/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.089,52(Dois Mil e Oitenta e Nove Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 115-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.876.089-5

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10544

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LUIZ CARLOS BUENO ORGAO: SEED
R.G.: 2.186.606-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.753/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 12.812,82(Doze Mil, Oitocentos e Doze Reais e Oitenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.498.083-0

NOME: CELIA PINHEIRO GARCIA ORGAO: SEED
R.G.: 4.223.835-0 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.759/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.528,60(Oito Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Reais e Sessenta Centavos)
CALCULOS A FL. 80-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.458.050-7

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10545

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: EDNA SILVIA FRANCO NEPOMUCENO ORGAO: SEED
R.G.: 5.648.486-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.757/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.575,70(Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta Centavos)
CALCULOS A FL. 69-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.105.241-9

NOME: CECILIA SUEKO MIYAKE FUKUSHIMA ORGAO: SEED
R.G.: 1.274.127-8 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.754/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.806,73(Três Mil, Oitocentos e Seis Reais e Setenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 114-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.946.673-7

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10546

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: KATIA CRISTIANE ABRAO ORGAO: SEED
R.G.: 5.226.275-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.730/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.513,15(Onze Mil, Quinhentos e Treze Reais e Quinze Centavos)
CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.504.361-9

NOME: GINESIO JOAO PINHEIRO ORGAO: SEED
R.G.: 4.259.561-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.743/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.937,79(Cinco Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais e Setenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 88-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.391.296-2

CURITIBA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10547

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS

SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MARIA BONFIM DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 7.615.650-6 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8º, com a redação dada pela Emenda Constitucional. Nº 41/03.
Art.40, §§ 3º e 17º, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.751/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 892,33(Oitocentos e Noventa e Dois Reais e Trinta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. Prop. 24/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 24.158.694-4

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10548

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: DIONES LOCATELLI FERRARI ORGAO: SEED
R.G.: 3.820.869-1 CARGO: Professor LF: 99
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.782/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.530,89(Cinco Mil, Quinhentos e Trinta Reais e Oitenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.544.092-8

NOME: MARLI DA APARECIDA RAMOS DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 4.025.593-1 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.775/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.788,54(Um Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 47-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.487.404-5

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10549

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ELCY TEREZINHA DE ALMEIDA FERREIRA ORGAO: SEED
R.G.: 3.455.610-5 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.776/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.219,17(Nove Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Dezessete Centavos)
CALCULOS A FL. 79-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.147.393-7

NOME: MARIA DO SOCORRO SOUSA SILVA ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 6.960.586-9 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE EXECUCAO LF: 1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.762/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.421,48(Treze Mil, Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.151.384-1

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131524/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10551
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ELIZANGELA TEIXEIRA ORGAO: SEED
R.G.: 5.924.879-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.779/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.953,08(Nove Mil, Novecentos e Cinqüenta e Três Reais e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 48-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.443.925-0

NOME: DIRCE NERY SANTOS ORGAO: SEED
R.G.: 1.136.871-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.773/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.531,33(Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Trinta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 86-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.755.110-9

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10552
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: BENEDITO DA FONSECA ORGAO: SEED
R.G.: 3.655.329-4 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.765/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 17.341,07(Dezessete Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 46-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.475.781-2

NOME: MARCIO ALEXANDRE VOLPATO ORGAO: SEED
R.G.: 5.909.217-0 CARGO: Professor LF: 1

Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.781/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.797,14(Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Quatorze Centavos)
CALCULOS A FL. 114-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.113.801-1

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10553

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARIA MARLENE MINELLI ORGAO: SEED
R.G.: 4.652.510-8 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19.
Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1°, 2° e 6° da EC 103/19
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.763/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.030,94(Dois Mil e Trinta Reais e Noventa e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 67-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 22.412.929-7

NOME: ANTOANETH FREIRE DE QUADROS ORGAO: SEED
R.G.: 5.594.463-6 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.780/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.592,31(Quatro Mil, Quinhentos e Noventa e Dois Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 32-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 23.998.026-0

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131526/2025

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 10554

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ELISEU VANDER PIALA ORGAO: SESP
R.G.: 3.977.665-0 CARGO: Policial Penal LF: 2

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, caput, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.758/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.513,25(Dezoito Mil, Quinhentos e Treze Reais e Vinte e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 28-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.461.832-4

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131530/2025

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 10555

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ELIZEU DA SILVA ORGAO: PMPR
R.G.: 5.153.907-9 CARGO: Major LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória (Limite de Tempo)
A partir de 30/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-A, § único do Decreto Lei 667/69, caput do art. 157 da Lei 1943/54 e art. 2º do Decreto Estadual 3829/20
Art. 1º, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.769/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 33.080,38(Trinta e Três Mil e Oitenta Reais e Trinta e Oito Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.
CALCULOS A FL. 37-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 24.232.363-7

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131527/2025

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 10556
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: WAGNER MARIO MACHADO CUBIS ORGAO: CBMPR
R.G.: 5.039.163-9 CARGO: Subtenente LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória (Limite de Tempo)
A partir de 05/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-A, § único do Decreto Lei 667/69, caput do art. 157 da Lei 1943/54 e art. 2º do Decreto Estadual 3829/20
Art. 1º, § único, da Lei 17169/12.EC n.º 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 143.770/25
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.783,90(Treze Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 24.369.686-0

CURITIBA, 25 DE SETEMBRO DE 2025

LUIZÃO GOULART
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

131529/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 10558 25/09/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
ASTRID BACHMANN	06328921969	1	NI01	246840725	17/09/2025	SEED
ANDRÉ HIDEKI DUARTE KIMURA	127488959	3	NI01	246757739	17/09/2025	SEED
ALCIONI TEREZINHA MALKO	56555943	1	NII11	245739974	29/08/2025	SEED
RUI BRAGADO SOUSA	75219342	4	NI01	245547269	20/08/2025	SEED

130219/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 10563 26/09/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
ANGELA DANTAS GOMES DA SILVA	09837296976	1	NAI	24.690.586-0	22/09/2025	SESP
VITOR HIDEO NASU	123580834	2	NAIII	245788886	24/09/2025	UENP
VITOR DOMINGOS MARTINEZ	22509268	2	NII11	247051694	24/09/2025	SEED
HENRIQUE MEHL HELLMANN JUNIOR	38570676	2	NII11	247128603	24/09/2025	SEED
LEIDE MARIA DA COSTA	45056660	1	NII11	247078622	23/09/2025	SEED
AUGUSTO DERKIAN HACH PRATTS	5762078	1	NA4C	24.675.757-7	18/09/2025	SESP

131160/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8160 30/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 11474 DE 21/12/2022 O NOME DE GENOVI MARIA FRARON CAMARGO
R.G. 49929595 LF - 91
EXCLUIR DA PORTARIA N. 14799 DE 28/05/2018 O NOME DE SIMONE KOEHLER

R.G. 51777344 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8161 30/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 2334 DE 22/07/2019 O NOME DE VALTER VIEIRA NETO
R.G. 14693858 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 4485 DE 22/10/1999 O NOME DE MARA LUCIA SILVA
R.G. 32054064 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 7729 DE 10/12/2021 O NOME DE ELIZABETE DE OLIVEIRA GOMES
R.G. 32989047 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 10049 DE 17/11/2004 O NOME DE MARLY RODRIGUES
R.G. 41159367 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 18256 DE 09/03/2006 O NOME DE JOELMA PARRA MEDINA LONGHI
R.G. 45010902 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8162 30/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 212 DE 09/01/2007 O NOME DE ADRIANA DARUIZ FERNANDES GATTO
R.G. 50003388 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 2746 DE 06/07/2011 O NOME DE ADRIANI HONORINA DE PIERI CIONI
R.G. 59279173 LF - 90
EXCLUIR DA PORTARIA N. 8398 DE 07/08/2012 O NOME DE MARTA SILENE MERISSI
R.G. 54322100 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 10392 DE 08/12/2004 O NOME DE VALERIA SCHEPANSKI RIBEIRO DE OLIVEIRA
R.G. 50930580 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 23982 DE 31/10/2006 O NOME DE HELENA CONCEICAO FIGUEREDO MARQUES
R.G. 50669467 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8163 30/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 2749 DE 06/07/2011 O NOME DE ADRIANI HONORINA DE PIERI CIONI
R.G. 59279173 LF - 90

132407/2025

Resolução SEAP nº. 10564

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
24.676.085-3	CLAUDIA REGINA GREGIO DARCE FILETTI	UEM
24.622.369-6	ESTELA LOURO	UEM
24.675.505-1	OURIDES SANTIN FILHO	UEM

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10565

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária integral por tempo de contribuição a JOSE CARLOS AMADOR, RG 9XX.064-X, LF01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UEM, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §6°, inc. I e §7º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei 11713/97, art. 30; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 11713/97, art. 30; Lei 10692/93, art. 13. Valor dos proventos R$ 13.867,91 (Treze mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos). Cálculos de fls. 96 – PRPREV.
Protocolo nº 24.319.918-2

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 10566

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a ARMIN FEIDEN, RG 1.XXX.330-X, LF01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UNIOESTE, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §6°, inc. I e §7º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei 11713/97, art. 3º, §4º e art. 17 c/c Lei 14825/05; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 21852/2023, art. 3º, inc. I, II, III e IV. Valor dos proventos R$ 27.470,64 (Vinte e sete mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). Cálculos de fls. 53 – PRPREV.
Protocolo nº 24.413.541-2

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10567

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a CARLOS ALBERTO DE SOUZA, RG 12.XXX.775-X, LF01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UEPG, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §6°, inc. II e §7º, inc. II da Emenda Constitucional nº 45/2019; art. 4º, §6º, inc. II e III e §7º, inc. II da Emenda Constitucional nº 45/2019. Valor dos proventos R$ 13.885,34 (Treze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos). Cálculos de fls. 102 – PRPREV.
Protocolo nº 23.804.389-1

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10568

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a LUCI MERCEDES DE MORI, RG 3.XXX.660-X, LF01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei 11713/97 e Lei 19594/18, art. 5º; Lei 6174/70, art. 170; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 24.238,79 (Vinte e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos). Cálculos de fls. 25 – PRPREV.
Protocolo nº 24.590.907-1

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10569

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a NELZA MARA PALU, RG 4.XXX.708-X, LF02, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UNIOESTE, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e

§3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei 11713/97 e Lei 19594/18, art. 5º; Lei 6174/70, art. 170; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 24.238,80 (Vinte e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos). Cálculos de fls. 39 – PRPREV.
Protocolo nº 24.319.997-2

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10570

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a NEUTON LELIS DE CARVALHO FILHO, R.G n° 8.XXX.927-X, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário Profissional, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 10692/93, art. 13; Lei 21583/2023, art. 24, inc. IV e art. 26. Valor dos proventos R$ 17.591,49 (Dezessete mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos). Cálculos de fls. 35 – PRPREV.
Protocolo nº 24.559.711-8

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10571

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a SANDRA REGINA BIN SILVA, R.G n° 14.XXX.831-X, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário Profissional, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e 171 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 10692/93, art. 13; Lei 21583/2023, art. 24, inc. IV e art. 26. Valor dos proventos R$ 19.364,15 (Dezenove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos). Cálculos de fls. 47 – PRPREV.
Protocolo nº 24.569.776-7

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10572

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de MARIA CRISTINA MICHELETTI DA SILVA, RG. nº 4.XXX.449-X, LF 01, Agente Universitário Execução, UEL, conforme cálculos de fls. 43 – PRPREV em cumprimento de ordem judicial autos nº 0022160-53.2023.8.16.0014. Valor dos proventos R$ 8.150,95 (Oito mil, cento e cinquenta reais e noventa e cinco centavos).
Protocolo nº 24.457.037-2

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 10573

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de DILVAMIRA PAIVA MARTINS, RG. nº 3.XXX.812-X, LF 01, Agente Universitário, UEM, conforme cálculos de fls. 50 – PRPREV em cumprimento de ordem judicial autos nº 0005484-51.2005.8.16.0017. Valor dos proventos R$ 4.009,53 (Quatro mil e nove reais e cinquenta e três centavos).
Protocolo nº 20.713.373-6

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10574

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de CHRISTIANE SEUGLING PERISSE, R. G. nº 1.XXX.277-X, LF 01, Agente Universitário Profissional, UEL, conforme cálculos de fls. 28 – PRPREV e Parecer nº 0059/2024. Valor dos proventos R$ 19.376,28 (Dezenove mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos).
Protocolo nº 22.261.130-0
.

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10575

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Retificar a Resolução nº 10296 de 01/09/2025, na parte que exonerou, a pedido, LUIZ FERNANDES DA SILVA, RG 6.XXX.215-X, LF 99, SEED, alterando a data a partir para 12/01/2025, ficando sem efeito a resolução anteriormente emitida de nº 9847 de 24/07/2025.
Protocolo nº 23.290.808-4

Curitiba, 26 de setembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

131238/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 937/2025

Retifica os registros funcionais da servidora CINARA MAISTRO MAMPRIM VOLSO por força de Ordem Judicial.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, a **Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento substituta** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90, da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, a Lei n.º 18.005/2014, de 27 de março de 2014, a Lei Estadual n.º 21.108, de 30 de junho de 2022, os termos do Mandado Judicial – Autos n.º 0020314-40.2019.8.16.0014 e o contido no protocolado sob o n.º 21.066.905-1,

RESOLVEM:

Art. 1° Retificar, por força de decisão judicial, a Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 238, de 01 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.539, de 10 de novembro de 2023, que retificou a Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 360, de 13 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.500, de 15 de agosto de 2019, concedeu Progressão por Aperfeiçoamento, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 18.005/2014, à servidora abaixo relacionada integrante do Quadro Próprio do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Cinara Maistro Mamprim Volso	460893	6.xxx.428-x	Assistente em C&T	A	6	A	8	13/11/2018

Art. 2º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 140, de 29 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.310, de 01 de dezembro de 2022, que procedeu o Enquadramento dos servidores ativos de provimento efetivos das carreiras do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR, regulado pela Lei n.º 18.005/2014, especificamente da servidora abaixo relacionada:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Cinara Maistro Mamprim Volso	460893	6.xxx.428-x	Profissional Especialista	A	9	PE1	05	01/12/2022

Art. 3º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo I da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 277, de 04 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.556, de 06 de dezembro de 2023, que concedeu Progressão por Titulação, nos termos do caput e parágrafo 2º, do art. 15, da Lei Estadual n.º 21.108/2022, à servidora abaixo relacionada integrante do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Cinara Maistro Mamprim Volso	460893	6.xxx.428-x	Profissional Especialista	PE1	05	PE1	07	06/12/2023

Art. 4° Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 670, de 06 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.904, de 19 de maio de 2025, que concedeu Progressão por Avaliação de Desempenho, nos termos do § 2°, do art. 14, da Lei n.º 21.108/2022, à servidora abaixo relacionada integrante do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Cinara Maistro Mamprim Volso	460893	6.xxx.428-x	Profissional Especialista	PE1	07	PE1	08	19/05/2025

Art. 5° Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor, providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 6° Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento substituta

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

131838/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEDEF N.º 954/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.660.755-9,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder as servidoras estáveis e ativas do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regidas pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Rogerio Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO ÚNICO

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
JULIANA MULLER SABBAG	7.XXX.597-X	1	SEDEF	AGP	IX	XIII
LIGIA APARECIDA CONSALTER DE MELLO	3.XXX.408-X	1	SEDEF	AGP	IX	XIII
MAGALI SOCHER LUIZ	6.XXX.932-X	1	SEDEF	AGP	IX	XIII

131813/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEJU N.º 951/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Justiça e Cidadania**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo nº 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.507.105-1,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANTONIO CARLOS PEREIRA DE JESUS	3.XXX.551-X	1	SEJU	AGA - Agente de Apoio	VIII	IX
GIANE MARA DE MORAES	7.XXX.386-X	2	SEJU	AGE - Agente de Execução	II	III
LAURA KMIECIK	9.XXX.969-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
DENILSON APARECIDO DOS SANTOS	5.XXX.878-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	VII	XIII
GERUZA KUSKOSKI	8.XXX.427-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	VIII	XIII
ELAINE CRISTINA ELOIS	7.XXX.917-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	VIII	XIII
IZAIAS RIBEIRO DA SILVA	4.XXX.552-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
FABIANE CRISTINA CORDEIRO DA CRUZ	6.XXX.057-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CRISTIANO VIEIRA PASCHOALINOTO	6.XXX.824-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
LUCIANO HAAG	6.XXX.540-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CARLOS EDUARDO BALADELLI SCHELBAUER	7.XXX.787-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
JULIO CEZAR BORGES	6.XXX.501-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
ALEXON MARCELO SCHUH	5.XXX.785-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
FABIANO DA SILVA FRANCA	6.XXX.765-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
MARCELIO MONTEIRO	8.XXX.905-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ARTHUR BRACELLOS NUNES	10.XXX.615-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII

ANDRE LUIZ DE SOUZA GALANTE	6.XXX.328-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
RENATO GONSALVES DE LIMA	9.XXX.764-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
RENATO RODRIGUES RIBEIRO	10.XXX.977-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
WILSON JOSE ALVES SATEL	6.XXX.950-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
SABINO KORALEVSKI MACHADO	5.XXX.476-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
AUGUSTO NALEPA FILHO	6.XXX.045-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
HERON CARLOS FONTES	4.XXX.226-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	IX	XIII
ADILVO POLETO	5.XXX.476-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JOEL MARCOS DA SILVA	9.XXX.066-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
OSMARI ADEMIR HOFFMANN DO CANTO	6.XXX.383-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
SILVIA LAIR VIEIRA XAVIER	4.XXX.275-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	IX	XIII
ANTONIO MARQUES DOS SANTOS	13.XXX.082-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JOAO PAULO FERRARIN FERRARI	7.XXX.503-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JAIME APARECIDO DOS SANTOS	5.XXX.124-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
CRISTINA FONSECA	8.XXX.502-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ADAO ALVES RODRIGUES JUNIOR	8.XXX.496-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ADRIANO CHIMENES	10.XXX.850-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CARLOS ALBERTO MOREIRA DE ALMEIDA	6.XXX.215-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ALDECIR BRUNO	4.XXX.622-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ELIS MARINA GUIMARAES VIEIRA	9.XXX.477-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JONATHAS RIBEIRO DE ALMEIDA	7.XXX.577-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ANDERSON DOMINGOS ALVES	7.XXX.260-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MATEUS FERNANDO SILLA	9.XXX.306-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARCELO DA COSTA	10.XXX.842-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ODILON OSCAR SOTTOMAIOR MACEDO FILHO	12.XXX.874-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
LEANDERSON MINIKOSKI	8.XXX.436-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
PAULO SERGIO DA COSTA	7.XXX.762-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
LUIZ CARLOS EVANGELISTA	4.XXX.459-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CLODOALDO DE JESUS APARECIDO COSSA	6.XXX.734-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARCOS ANTONIO PAWLOSKI	6.XXX.734-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
VALDECIR MARTINE	8.XXX.603-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CLAUDINEI ALVES DA SILVA	4.XXX.838-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
EDRIANE CRISTINA LAVEZZO DROSS	6.XXX.730-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
RUBEM LOPES GALVAO	3.XXX.485-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
LOURENCO FRANCISCO DA SILVA	5.XXX.534-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
LEANDRO JOSE COELHO	5.XXX.760-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARINA DREHER GAMEIRO	9.XXX.518-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
PAULO MARQUES ALEXANDRE	5.XXX.869-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JULIO CESAR BESERRA	9.XXX.410-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
ADILSON ADRIANO BECKER	7.XXX.619-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
SIDNEI DE SOUZA	7.XXX.613-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
WAGNER FERREIRA MIGUEL	6.XXX.949-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
RAPHAEL SCHVARZ POZZO	4.XXX.265-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
MARLUS JUSSEN AVANCI	4.XXX.192-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
EDIVAL DE PAULA	4.XXX.476-X	52	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
VERA LUCIA LAZZARI	11.XXX.649-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
ANDRE LUCIANO FERRARESE SIMAO	4.XXX.885-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	IX	XIII
NILSON DOMINGOS	3.XXX.234-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JOSE VALDECIR MONTEIRO	5.XXX.126-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
FRANCISCO DA LUZ CABRAL NETO	7.XXX.071-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	III	XIII
MOISES VARELA VICENTE CARNOVALE	7.XXX.997-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CESAR AUGUSTO PEREIRA CHALEGRE	10.XXX.390-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARCO ANTONIO BARBOSA	6.XXX.916-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
VALTER MACIEL AVELINO	8.XXX.438-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
MARIA DA GLORIA MURARO	1.XXX.297-X	2	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
LAIS HELENA ISAIAS	13.XXX.667-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IV	XIII
AUREA YUMI KONTA	10.XXX.997-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	XIII
ANA LUIZA AZEVEDO THIBAU	7.XXX.475-X	53	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
ERIKA NARA GOMES HOSAKA	10.XXX.020-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
FERNANDA SALOMAO TESSER	5.XXX.948-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
ALESSANDRO PEREIRA DONADIO	6.XXX.310-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	III	VII
ELZA WONS ZARSKI	1.XXX.472-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRCEU ALVES DO PRADO	4.XXX.900-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
ADRIANA WEBER ZANINI	12.XXX.791-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
RENATA MORAES TEBET	10.XXX.513-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
PRISCILA BODNAR	7.XXX.395-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VII	XIII
TERESA GAWLAK	5.XXX.224-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
DANIELE NARDUCI PEREIRA	8.XXX.875-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	III	VII
CRISTIANE DOS SANTOS SILVA ANDRADE	7.XXX.503-X	52	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII
TEREZINHA LEAL GUIMARAES	4.XXX.454-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	XIII

131803/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA N.º 952/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado Saúde**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo nº 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.632.226-0,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ELISABETE CRISTINA DIAS	3.XXX.794-X	1	QPPE	AO	II	III
MARLI MARTINS	5.XXX.692-X	1	QPPE	AP	II	III
ANGELA MARIA MARTINS CARRANO	8.XXX.268	1	QPPE	AP	II	III

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE E TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
MIGUEL DA SILVA KEMEL	6.XXX.231-X	1	QPPE	AO	II	VII

131827/2025

DESPACHO Nº: **753/2025**
Protocolo nº**:** 24.739.821-0
Interessado: SEAP/DPDT/DETO
Assunto: Declínio da realização do Leilão Eletrônico n.º 14/2025
Data: 29/09/2025

O presente protocolo trata da manifestação do **Leiloeiro Oficial, Sr. Jorge Vitorio Espolador, CPF nº XXX.216.069-XX**, classificado na posição nº 20 do Edital de Credenciamento de Leiloeiros nº 03/2021-SEAP/DETO, o qual **declinou da convocação para condução dos trabalhos relativos ao Edital de Leilão Eletrônico nº 14/2025 – SEAP/DPDT/DETO**, conforme ofício s/nº, fl. 2, do protocolo nº 24.559.798-3.

Diante do exposto, esta Comissão registra a recusa do referido Leiloeiro Oficial e, em observância aos princípios da transparência e da publici-

dade, solicita a publicação deste Ato no DIOE/PR.

Atenciosamente.

Comissão Permanente para Credenciamento de Leiloeiros Resolução SEAP nº 10.053/2025	
(assinado eletronicamente) Bruno Rossa	(assinado eletronicamente) Fernando P. de Oliveira
(assinado eletronicamente) Leonardo Tidre Rossetto	(assinado eletronicamente) Luiz Fernando R. Júnior
(assinado eletronicamente) Celso Diniz Maia	(assinado eletronicamente) Edson Silveira Filho

Ciente, e de acordo.

Publique-se.

(assinado eletronicamente)
Naasson Polak
Chefe de Departamento - DETO/DPDT

132000/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO EDITAL 13/2025-SEAP/PR

Protocolo: 24.716.005-1

Integrantes: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, CNPJ 77.071.579/0001-08 e Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, CNPJ 76.416.916/0001-99.

Objeto: Divulgação da abertura das inscrições para a realização de processo seletivo para o preenchimento de 08 (oito) vagas, para nova turma do Programa de Pós-Graduação lato sensu – Especialização em Gestão por Processos.

Público Alvo (*): servidores públicos efetivos (estatutários, estáveis e não-estáveis), ocupantes de cargos do Poder Executivo do Estado do Paraná, civis ou militares, em efetivo exercício de suas funções, com formação de nível superior em uma das seguintes áreas: Administração; Administração de Empresas; Administração Pública; Gestão Pública; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Engenharias; Ciência da Computação; Tecnologia da Informação; Engenharia da Computação; Sistemas de Informação; Processamento de Dados; Gestão da Tecnologia da Informação; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Banco de Dados; Redes de Computadores ou Segurança da Informação.

Período de Inscrições: 29/09/2025 a 01/10/2025.

Início previsto das Aulas: outubro de 2025.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

(*) EDITAL COMPLETO disponível no Portal da Escola de Gestão do Paraná: http://www.administracao.pr.gov.br/Escola-de-Gestao

132012/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL - DETO
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO N.º 6630/2025 **-** SEAP
PROTOCOLO: 24.609.032-7
CONTRATANTE: ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – CNPJ n.º 77.071.579/0001-08.
CONTRATADO: Leiloeiro Oficial Werno Klockner Junior - CPF nº XXX.326.589-XX– Matriculado na Junta Comercial sob o nº 660.
OBJETO: Prestação de serviços de leiloeiro oficial para a alienação de veículos e sucatas de veículos de propriedade do Estado do Paraná, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR e da Universidade Estadual de Maringá – UEM, por meio de processo licitatório na modalidade Leilão.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Estadual n.º 15.608/07, do Regulamento a que se refere o Decreto Federal n.º 21.981/32, da IN DREI n.º 072/19, da Lei n.º 19.140/17 e das demais disposições pertinentes.
VIGÊNCIA: Até 60 (sessenta) meses, com base no art. 103, § 1º, da Lei nº. 15.608/07.
DATA DA ASSINATURA: 29 de setembro de 2025.
SIGNATÁRIOS:
Contratante: Luiz Goularte Alves (Secretário da SEAP)
Contratado: Werno Klockner Junior (Leiloeiro Oficial)
Testemunha 1: Edson Silveira Filho
Testemunha 2: Fernando Pereira de Oliveira

SEAP/DETO/2025

132016/2025

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC Nº 40/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, torna público o extrato do Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa **LUCIPAR LICITAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 73.976.318/0001- 86, conforme o teor do protocolo nº 20.883.265-4.

1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DO FATO

Violação ao disposto na Cláusula 4, item 4.4., subitens 4.4.1 e 4.4.2, das Condições Gerais, e Cláusula 1, item 1.4, subitem 1.4.1, do Termo de Referência (Anexo I), ambas do Edital do Pregão Eletrônico n. 1709/2022; sujeitando-se, portanto, às sanções previstas no art. 152, inciso I, e art. 154, inciso II, ambos da Lei Estadual n. 15.608/2007; e Cláusula 12, item 12.4, alíneas a e b, do referido edital..

2. CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACORDO

O compromissário se compromete a realizar as medidas abaixo:

a) Participar de cursos e treinamentos promovidos pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), visando a correta compreensão dos seus deveres e proibições ou a melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

b) A participação nos cursos e treinamentos deverá ser atestada mediante a apresentação de certificado, emitido pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), com carga horária total de, no mínimo, 50 horas; e

c) Os temas dos cursos e treinamentos deverão versar sobre o assunto Licitações e Contratos Administrativos.

3. CLÁUSULA PENAL ESTIPULADA

Em caso de descumprimento total ou parcial deste TAC, será aplicada imediatamente multa no valor de **1% (um por cento)** sobre o valor total dos lotes nos quais participou, nos termos do item 12.4, alíneas a e b, do Pregão Eletrônico n.º 1709/2022, correspondente ao valor **de R$ 3.838,74 (três mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos)** que deverá ser paga em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Certificado de Descumprimento do TAC, sem prejuízo da instauração do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

4. VIGÊNCIA

O presente termo de ajustamento de conduta terá a vigência de **90 (noventa) dias úteis,** e o prazo para o cumprimento integral das obrigações é de **60 (sessenta) dias úteis**, a partir da assinatura deste termo, que deve ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento pelo agente interessado, sob pena de prosseguimento do Processo Administrativo de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Curitiba, 30 de setembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

132433/2025

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC Nº 42/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, torna público o extrato do Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa **MARCELO JACOB,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.774.132/0001-97, conforme o teor do protocolo nº 24.273.400-9.

1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DO FATO

Violação ao disposto na Cláusula 4, item 4.4., subitens 4.4.1 e 4.4.2, das Condições Gerais do Edital do Pregão Eletrônico n. 1709/2022; sujeitando-se, portanto, às sanções previstas no art. 152, inciso I, e art. 154, inciso II, ambos da Lei Estadual n. 15.608/2007; e Cláusula 12, item 12.4, alíneas a e b, do referido edital.

2. CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACORDO

O compromissário se compromete a realizar as medidas abaixo:

a) Participar de cursos e treinamentos promovidos pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), visando a correta compreensão dos seus deveres e proibições ou a melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

b) A participação nos cursos e treinamentos deverá ser atestada mediante a apresentação de certificado, emitido pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), com carga horária total de, no mínimo, 50 horas; e

c) Os temas dos cursos e treinamentos deverão versar sobre o assunto Licitações e Contratos Administrativos.

3. CLÁUSULA PENAL ESTIPULADA

Em caso de descumprimento total ou parcial deste TAC, será aplicada imediatamente multa no valor de 1% (um por cento) sobre o valor total dos lotes nos quais participou, nos termos do item 12.4, alíneas a e b, do Pregão Eletrônico n.º 1709/2022, correspondente ao valor de R$ 309,41 (trezentos e nove reais e quarenta e um centavos) que deverá ser paga em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Certificado de Descumprimento do TAC, sem prejuízo da instauração do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

4. VIGÊNCIA

O presente termo de ajustamento de conduta terá a vigência de 90 (noventa) dias úteis, e o prazo para o cumprimento integral das obrigações é de 60 (sessenta) dias úteis, a partir da assinatura deste termo, que deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento pelo agente interessado, sob pena de prosseguimento do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Curitiba, 30 de setembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

131943/2025

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 063/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022 e com base no artigo 70, parágrafo único da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970;

RESOLVE

Art. 1° Designar o servidor, ROGÉRIO CESAR NOGUEIRA, RG nº 7.XXX.XXX-0 para sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo comissionado de Diretor-Presidente, Símbolo CCE-DG, no período de 02/10/2025 a 11/10/2025, referente ao período de férias do titular, DANIEL ROMANOWSKI, RG 7.XXX.XXX-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

131716/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 73424/12, Pensão Por Morte, Protocolo 24.690.500-2/11.248.937-1, Segurado Benedito Quagliarello**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 344.618-2**, Beneficiários** Ana Maria Nogueira Quagliarello, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 26.881,19** (Vinte e Seis Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Dezenove Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: janeiro/2012.

Ato nº 110530/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.683.709-0/15.469.809-4, Segurado Lourival Soares dos Anjos**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 318.220-7**, Beneficiários** Beatriz Terezinha Britto dos Anjos, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 39.079,18** (Trinta e Nove Mil e Setenta e Nove Reais e Dezoito Centavos) - FP **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: outubro/2018.

Ato nº 111939/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.683.738-4/15.596.219-4, Segurado Oneide Negrao de Freitas**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 643.073-2**, Beneficiários** Lutembergue Vieira de Freitas, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 33.117,74** (Trinta e Nove Mi, Cento e Dezessete Reais e Setenta e Quatro Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: janeiro/2019.

Ato nº 114135/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.684.818-1/15.879.692-9, Segurado Oswaldo João Espindola**, Cargo** Desembargador**, RG** 159.086-3**, Beneficiários** Teresa de Jesus Rodrigues de Paula, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 49.647,11** (Quarenta e Nove Mil, Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Onze Centavos) - FP **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: junho/2019.

Ato nº 114323/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.683.841-0/15.776.748-8/15.776.78-8, Segurado Jose Cichocki Neto**, Cargo** Desembargador**, RG** 622.912-3**, Beneficiários** Raquel Lubina Cichocki, Credor de Alimentos, Cota 25,00%, Carla Regina Prado Fogaca Cichocki, Cônjuge, Cota 25,00%, Marcio Fogaca Cichocki, Filho(a) Universitário(a), Cota 25,00%, Matheus Fogaca Cichocki, Filho(a) Menor, Cota 25,00%, **Valor R$ 44.327,88** (Quarenta e Quatro Mil, Trezentos e Vinte e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: maio/2019.

Ato nº 114948/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.683.825-9/15.706.407-0, Segurado Flavio Araujo**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 320.241-0**, Beneficiários** Aline dos Santos de Oliveira Araujo, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 45.480,30** (Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais e Trinta Centavos) - FP **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: março/2019.

Ato nº 115944/19, Pensão Por Morte, Protocolo 24.684.824-6/16.035.481-0, Segurado Marcos Flavio de Oliveira Schiefler**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 686.613-1**, Beneficiários** Miriam Kolb Schiefler, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 43.795,84** (Quarenta e Três Mi, Setecentos e Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos) - FP **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: julho/2019.

Ato nº 142155/25, Pensão Por Morte, Protocolo 22.350.721-2, Segurado Ana Maria Abrão Machado**, Cargo** Agente Educacional II**, RG** 3.063.860-3**, Beneficiários** Gerson Abrão Machado, Cônjuge Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 2.818,95** (Dois Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Noventa e Cinco Centavos) - FP **Motivo** Alteração da condição para cônjuge inválido de Gerson Abrão Machado, com fulcro no 19 da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 1426/2025. Base de cálculo: Junho/24.

Ato nº 142240/25, Pensão Por Morte, Protocolo 23.958.697-0, Segurado Anisia de Oliveira Valduga**, Cargo** Agente de Apoio**, RG** 1.196.820-1**, Beneficiários** Luiz Ivalino Valduga, Cônjuge Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 3.468,81** (Três Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Oitenta e Um Centavos) - FF **Motivo** Alteração da condição para cônjuge inválido de Luiz Ivalino Valduga, com fulcro no 19 da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 1434/2025. Base de cálculo: Abril/25.

Ato nº 142851/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.240.993-0/24.204.869-5, Segurado Antonio Carlos de Aguiar Valente**, Cargo** Agente de Execução**, RG** 1.236.805-4**, Beneficiários** Iná Barbosa Da Conceição, Cônjuge, Cota 50,00%, Gabriel Barbosa Aguiar Valente, Filho(a) Inválido(a), Cota 50,00%, **Valor R$**

13.997,81 (Treze Mil, Novecentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Um Centavos) - FF **Motivo** Inclusão de Gabriel Barbosa Aguiar Valente, na condição de filho inválido com fulcro no Art. 5º e, observado o § 3º do art. 19, ambos da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 1431/2025. Base de cálculo: Junho/25.

Curitiba, 25 de setembro de 2025.

131166/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 120, de 24 de setembro de 2025.

Instaura Sindicância e designa membros da Comissão de Processo de Sindicância.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o art. 306 da Lei Estadual 6174/70, a Lei Estadual nº 20.656/2021 e o contido nos autos do processo registrado no Sistema e-Protocolo sob nº 24.517.511-6,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com vistas a apurar o desaparecimento dos equipamentos de informática vinculados ao Projeto Urbal, alocados juntos à Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, objeto do Protocolado n° 24.517.511-6.

Art. 2° Designar os servidores, **Valéria Piatzchaki**, RG n° 7.XXX.251-X, CPF: 029.XXX.289-XX, **Pablo Signor**, RG n° 12.XXX.631-X, CPF n° 038.XXX.219-XX e **Cláudio Dautino Hurmus**, RG n° 1.XXX.541-X, CPF n° 287.XXX.129-XX, todos lotados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Sindicância.

Art. 3° A sindicância deverá ser iniciada no prazo de 3 (três) dias uteis contados da publicação do presente ato e deverá estar concluída no prazo de 15 (quinze) dias uteis contados de seu início, conforme previsto no Artigo 117 da lei nº 20.656/2021.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

132387/2025

ADAPAR

DECISÃO DO DIRETOR PRESIDENTE N° 005/2025

Instauração de PAAR, Protocolo nº 24.473.862-1.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

Art.1º AUTORIZO, cumpridas as exigências legais: a Comissão Permanente Processante, designada pela Portaria 367-25 publicada no DOEPR 11.983 de 10set25, a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades, sob o Protocolo em epígrafe, conforme fundamentação contida da Nota Técnica nº025-25, da Corregedoria da ADAPAR, em vistas a indícios de descumprimento, inexecução de contrato, passível de aplicação de penalidades à empresa GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.308.817/0001-70
Parágrafo único. A Comissão Permanente Processante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da Notificação da empresa indiciada, para concluir a apuração dos fatos.
Ao GAB para providências.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

DECISÃO DO DIRETOR PRESIDENTE N° 0062025

Instauração de PAAR, Protocolo nº 24.017.879-6.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

Art.1º AUTORIZO, cumpridas as exigências legais: a Comissão Permanente Processante, designada pela Portaria 367-25 publicada no DOEPR 11.983 de 10set25, a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades, sob o Protocolo em epígrafe, conforme fundamentação contida da Nota Técnica nº012-25, da Corregedoria da ADAPAR, em vistas a indícios de descumprimento, inexecução de contrato, passível de aplicação de penalidades à empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
Parágrafo único. A Comissão Permanente Processante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da Notificação da empresa indiciada, para concluir a apuração dos fatos.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

DECISÃO DO DIRETOR PRESIDENTE N° 007/2025.

Instauração de PAAR, Protocolo nº 24.428.244-0

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

Art.1º AUTORIZO, cumpridas as exigências legais: a Comissão Permanente Processante, designada pela Portaria 367-25 publicada no DOEPR 11.983 de 10set25, a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades, sob o Protocolo em epígrafe, conforme fundamentação contida da Nota Técnica nº026-25, da Corregedoria da ADAPAR, em vistas a indícios de descumprimento, inexecução de contrato, passível de aplicação de penalidades à empresa LA MAISON DISTRIBUIDORA LTDA - EPP - CNPJ 46.743.542/0001-55.
Parágrafo único. A Comissão Permanente Processante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da Notificação da empresa indiciada, para concluir a apuração dos fatos.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

132498/2025

PORTARIA Nº **399,** DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.

Designa servidor para substituição do Chefe de Divisão de Compras no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de Maio de 2024, em conformidade com o art. 48 da Lei Est. nº 21.112 de 30 de Junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar o servidor **PAULO MARCELO PRATI**, RG nº 8.XXX.496-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Compras, no período de 06/10/2025 a 20/10/2025, em substituição ao servidor, **ENNIO EDUARDO DE BARROS**, RG n° 8.XXX.751-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

131837/2025

PORTARIA Nº **400,** DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Revoga Portaria de remoção

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de maio de 2024 e considerando o contido no protocolado 24.670.140-7.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a pedido da servidora Nicolle Motta Reis, a Portaria nº 193, de 26 de Maio de 2025.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

131999/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 226/2025-SETI, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Comissão Própria de Apoio e Seleção, CPAS, da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ageuni.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, em exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a Resolução n.º 207, de 17 de setembro de 2025; e

Considerando os artigos 5° e 6° §1º; §2º e §3º do Decreto n.º 4.598, de 15 de janeiro de 2024, que alterou o Decreto n.º 10.769/2022, que dispõe sobre a criação do Programa Ageuni,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir a Comissão Própria de Apoio e Seleção, CPAS, para apoiar no âmbito do Comitê Estadual da Ageuni as atividades e ações que envolvam as Agências de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ageuni.

Art. 2.º Designar os seguintes membros para compor a Comissão Própria de Apoio e Seleção, CPAS:

I – Sandro Valdecir Deretti Lemes - CPF n.º XXX.633.299-XX, como presidente;

II – Marlon Cesar Negrão – CPF n.º XXX.227.709-XX;

III – Dalton Luiz Schiessel – CPF n.º XXX.673.786-XX;

IV – Dinéia Alves de Barros – CPF n.º XXX.089.109-XX;

V – Richard Lima da Cunha – CPF n.º XXX.383.269-XX;

VI – Sthéfany Walber – CPF n.º XXX.451.129-XX.

Parágrafo único. Na ausência do presidente, a Comissão poderá ser presidida pelo servidor Marlon Cesar Negrão.

Art. 3.º São atribuições da Comissão Própria de Apoio e Seleção, CPAS:

I – Identificar, organizar e divulgar as demandas produtivas recebidas pelo Comitê Estadual da Ageuni;

II - Avaliar a conformidade das propostas de Pesquisa e Desenvolvimento (PD&I) recebidas para a chamada pública Seti/Fundo Paraná CP n.º 01/2025;

III – Submeter as propostas para homologação do Comitê Estadual Ageuni;

IV – Submeter as propostas para a análise da Comissão de Avaliação *ad hoc* e do Comitê Estadual Ageuni;

V - Publicar os resultados das análises da Comissão de Avaliação *ad hoc* e do Comitê Estadual Ageuni.

Art. 4.º Os trabalhos da Comissão Própria de Apoio e Seleção, CPAS, serão acompanhados pelo Diretor de Ciência e Tecnologia desta Secretaria de Estado.

Art. 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

JAMIL ABDANUR JUNIOR
Secretário de Estado, em exercício

132143/2025



UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2244/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1471/2025 Pregão Eletrônico nº313/2024

Contratada: Orion Com. de Artigos Médicos Ltda.

Objeto: Fornecimento Parcelado de Instrumentais Cirurgicos (Alicate Puxa Fio, Caixa de Traqueostomia Neo, Pinça Mixter de Dissecção, Entre Outros), Para Atender O Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Silvia Paulino Ribeiro Albanese
Matricula 1913200
E-mail silviaalbanese@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2245/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1462/2025 Pregão Eletrônico nº311/2024

Contratada: Orion Com. de Artigos Médicos Ltda.

Objeto: Fornecimento Parcelado de Pinças Diversas (Anatômica Potts Smith Com Vídea, Lahey, Kelly Reta, Entre Outros), Para Atender A Clínica Odontológica Universitária - Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

Servidor Rodrigo Tiossi
Matricula 1815654
E-mail rtiossi@uel.br

Servidor Josmar Antonio Moreira
Matricula 1013869
E-mail phoenix@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829

E-mail juenf@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fernanda Cristina Sposito
Matricula 0603349
E-mail fernandasposito@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2246/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1463/2025 Pregão Eletrônico nº311/2024

Contratada: Endogerais Equipamentos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Pinças Diversas (Anatômica Potts Smith Com Vídea, Lahey, Kelly Reta, Entre Outros), Para Atender A Clínica Odontológica Universitária - Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

Servidor Rodrigo Tiossi
Matricula 1815654
E-mail rtiossi@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fernanda Cristina Sposito
Matricula 0603349
E-mail fernandasposito@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2247/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1464/2025 Pregão Eletrônico nº311/2024

Contratada: Ana Julia Martins Faleiros de Andrade Ltda.

Objeto: Fornecimento Parcelado de Pinças Diversas (Anatômica Potts Smith Com Vídea, Lahey, Kelly Reta, Entre Outros), Para Atender A Clínica Odontológica Universitária - Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

Servidor Rodrigo Tiossi
Matricula 1815654
E-mail rtiossi@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fernanda Cristina Sposito
Matricula 0603349
E-mail fernandasposito@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2248/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1465/2025 Pregão Eletrônico nº311/2024

Contratada: Mcn Comércio e Importação de Produtos Cirúrgicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Pinças Diversas (Anatômica Potts Smith Com Vídea, Lahey, Kelly Reta, Entre Outros), Para Atender A Clínica Odontológica Universitária - Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2249/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1466/2025 Pregão Eletrônico nº312/2024

Contratada: Angular Produtos Para Saude Ltda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Médicos Hospitalares (Alicate Steinmann, Escova de Limpeza Para Canal de Biópsia Broncoscopia, Pinça de Biópsia Via Videocolonoscopia, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2250/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1467/2025 Pregão Eletrônico nº312/2024

Contratada: Devant Care Comercial Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Médicos Hospitalares (Alicate Steinmann, Escova de Limpeza Para Canal de Biópsia Broncoscopia, Pinça de Biópsia Via Videocolonoscopia, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Adelaine Rodrigues Oliveira
Matricula 0111195
E-mail adelaine@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Noemi Tateiwa Niekawa
Matricula 1402951
E-mail niekawa@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2251/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1468/2025 Pregão Eletrônico nº312/2024

Contratada: Stan Comércio de Produtos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Médicos Hospitalares (Alicate Steinmann, Escova de Limpeza Para Canal de Biópsia Broncoscopia, Pinça de Biópsia Via Videocolonoscopia, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Marsileni Pelisson
Matricula 1321522
E-mail marsileni@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Claudemir Caetano
Matricula 0307033
E-mail claudemirc@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2252/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1469/2025 Pregão Eletrônico nº312/2024

Contratada: Manancial Medical Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Médicos Hospitalares (Alicate Steinmann, Escova de Limpeza Para Canal de Biópsia Broncoscopia, Pinça de Biópsia Via Videocolonoscopia, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Adelaine Rodrigues Oliveira
Matricula 0111195
E-mail adelaine@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor Noemi Tateiwa Niekawa
Matricula 1402951
E-mail niekawa@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2253/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118

da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1470/2025 Pregão Eletrônico nº312/2024

Contratada: Ana Julia Martins Faleiros de Andrade Ltda.

Objeto: Fornecimento Parcelado de Materiais Médicos Hospitalares (Alicate Steinmann, Escova de Limpeza Para Canal de Biópsia Broncoscopia, Pinça de Biópsia Via Videocolonoscopia, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Juliana Aparecida Morini Altafin
Matricula 1017829
E-mail juenf@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,30 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

132024/2025

UEM

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das contratações em Regime Especial para funções técnico-universitárias, referentes ao mês de setembro de 2025.

Nome	RG	Contrato	Função	Remuneração	Vigência contrato	
Andressa Sulamita Siqueira Menezes de Brito	156863033/PR	369/2025	Biomédico	8588.33(2)	17/09/2025	16/03/2026
Bruno Roberto Mattos	104938531/PR	356/2025	Contador	7616.88	17/09/2025	16/03/2026
Leonardo de Oliveira Figueiredo	9925879990/PR	365/2025	Biomédico	8588.33(2)	15/09/2025	14/03/2026
Leonardo Henrique de Oliveira	104007937/PR	346/2025	Técnico Administrativo	4231.60	02/09/2025	01/03/2026
Maria do Carmo Correa Andrade	68498163/PR	366/2025	Técnico Administrativo	4231.60	12/09/2025	11/01/2026
Matheus Gomes da Silva	134721243/PR	357/2025	Técnico Administrativo	5203.05(2)	15/09/2025	14/03/2026
Willian Jose Cabral de Souza	107322574/PR	372/2025	Técnico Administrativo	4231.60	24/09/2025	23/03/2026

(1) Salário da função + Gratificação de Atividade de Saúde. Lei 21.586/2023 2021 e Decreto 3808/2023 – HUM;
(2) Salário da função + Gratificação de Atividade de Saúde nos termos da Lei 21.586/2023 – Demais Unidades;
(3) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial nos termos da Lei 21.586/2023 e Decreto 3808/2023;
(4) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial + Gratificação de Atividade de Saúde. Lei 21.586/2023 e Decreto 3808/2023 – HUM;
(5) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial + Gratificação de Atividade de Saúde nos termos da Lei 21.586/2023 – Demais Unidades;

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das contratações em Regime Especial para docentes, referentes ao mês de setembro de 2025.

Nome	RG	Contrato	Classe	RT	Salário base	Inc. Tit. R$	Vigência contrato	
Ana Paula Gatto da Conceição	130758673/PR	354/2025	Auxiliar A-Esp-CRES	40	3607.51	1082.25	05/09/2025	31/12/2025
Beatriz Elena Barud Silva	105287143/PR	352/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	03/09/2025	31/12/2025
Bheatriz Silvano Graciano	526309441/SP	360/2025	Assistente A-Msc-CRES	20	2074.34	1244.60	15/09/2025	31/12/2025
Franciele de Lima Berloffa Machado	75402325/PR	370/2025	Auxiliar A-Esp-CRES	24	2164.51	649.35	18/09/2025	31/12/2025
Giselma Cecilia Serconek	34995281/PR	363/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	16/09/2025	31/12/2025
Gustavo Henrique Batista Cassiolato	124267820/PR	355/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/09/2025	31/12/2025
Hugo Sefrian Peinado	95805469/PR	368/2025	Assistente A-Msc-CRES	40	4148.65	2489.19	17/09/2025	31/12/2025
Italo Ariel Zanelato	92505308/PR	350/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	09/09/2025	31/12/2025
Jéssica Laguilio Rodrigues	107165711/PR	358/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	09/09/2025	31/12/2025
Lucas de Oliveira Teixeira	86964619/PR	361/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	11/09/2025	31/12/2025
Luciana Conci Macedo da Motta	75005342/PR	344/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	02/09/2025	31/12/2025
Marcella Ribeiro da Costa	107909761/PR	348/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	02/09/2025	31/12/2025
Maurilio Martins Campano Junior	80321708/PR	359/2025	Assistente A-Msc-CRES	40	4148.65	2489.19	09/09/2025	31/12/2025
Pablo Henrique Perondi	126127596/PR	345/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	16/09/2025	31/12/2025
Paula Fernanda Massini	91300451/PR	347/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	01/09/2025	31/12/2025
Poliana Hreczynski Ribeiro	140817546/PR	364/2025	Assistente A-Msc-CRES	40	4148.65	2489.19	12/09/2025	31/12/2025
Raquel dos Santos Quadros	61326529/PR	362/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	11/09/2025	31/12/2025
Ricardo Cardoso de Oliveira	87248828/PR	367/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	15/09/2025	31/12/2025
Rodrigo de Souza Nogueira	98078681/PR	349/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/09/2025	31/12/2025
Tânia do Carmo Ribeiro	91735148/PR	371/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	19/09/2025	31/12/2025
Ylla Grasielle dos Santos Alves	33550255/SE	353/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	05/09/2025	31/12/2025

132052/2025

PORTARIA N.º 816/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Edital n.º 172/2025-PRH e o contido no Protocolo n. 24.148.323-1, resolve,

HOMOLOGAR

O resultado final do teste seletivo realizado pela Universidade Estadual de Maringá, para contratação de Assistente Social e Técnico Administrativo para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o Edital n.º 328/2025-PRH, publicado no Suplemento de Concursos Públicos do Diário Oficial do Estado n.º 11994, de 25 de setembro de 2025.

Maringá, 30 de setembro de 2025.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

132447/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNIOESTE

UNIOESTE/Campus de Toledo

Portaria nº 059/2025-DG: Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo de Responsabilização – PAR em face da Empresa RKV ALIMENTOS LTDA, CNPJ: n.º 34.652.187/0001-20, por descumprimento do Contrato n.º 1776/2025, sendo os dispositivos supostamente infringidos: Art. 155, incisos I, II, V, VII da Lei 14.133/2021; Art. 27 da Resolução n.º 099/2023 – COU; Art. 193 do Decreto 10.086/2022, a fim de conceder a Empresa faltosa o direito de defesa, como medida prévia à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei. Art. 2° Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão: KARINE DANIELE BYHAIN DE SOUZA – CPF n.°: 009.XXX.XXX-76, como Presidente; ADRIANA BISCAIA BARBOSA STUCKER – CPF n.°: 924.XXX.XXX-20; e FLAVIA SPALA GARCIA– CPF n.°: 037.XXX.XXX-33, como membros. Art. 3° Conforme dispõe o Art. 68 da Resolução n° 099/2023-COU, e a Lei Estadual n.° 20.656/2021, fica determinado que o Processo Administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de 03 (três) dias, contados a partir da publicação da Portaria de instauração no DIOE, devendo estar concluído em 90 (noventa) dias úteis. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

Patrícia Stafusa Sala Battisti – Diretor-Geral da Unioeste

129075/2025

PORTARIA Nº 044/2025-DGC, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Designar a docente MARCIA REGINA CALEGARI, RG nº 5.XXX.349-X, como FISCAL do contrato nº 7337/2025-GMS (lote 01), referente ao Pregão Eletrônico nº 1270/2025-GMS, com vigência de 29 de setembro de 2025 a 28 de setembro de 2026, que tem por objeto: Aquisição de equipamentos para atender a demanda do Convênio nº 341/2022, celebrado entre a Unioeste e a Fundação Araucária, referente ao projeto intitulado "Efeito da Bioturbação na Distribuição de Sílica Fitogênica em Solos: Impactos nos Estudos de Reconstituição Paleoambiental". Descrição do Objeto: - Item 01: Sistema de Osmose Reversa 3 Estágios. - Item 02: Kit de reposição dos filtros (cartucho de carvão e membrana Osmose reversa e coluna deionizadora sobressalente) compatível com o modelo de sistema de osmose descrito no item 01.

EMERSON FEY – DIRETOR GERAL DA UNIOESTE – CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

131947/2025

PORTARIA Nº 045/2025-DGC, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Designar a docente MARCIA REGINA CALEGARI, RG nº 5.XXX.349-X, como FISCAL do contrato nº 7369/2025-GMS (Lote 02 e 03), referente ao Pregão Eletrônico nº 1270/2025-GMS, com vigência de 29 de setembro de 2025 a 28 de setembro de 2026, que tem por objeto: Aquisição de equipamentos para atender a demanda do Convênio nº 341/2022, celebrado entre a Unioeste e a Fundação Araucária, referente ao projeto intitulado: "Efeito da Bioturbação na Distribuição de Sílica Fitogênica em Solos: Impactos nos Estudos de Reconstituição Paleoambiental". - Descrição do Objeto (Lote 02): Tubo de ensaio, MATERIAL: Vidro borossilicato, MEDIDA: 13mm x 100mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com tampa de rosca. - Descrição do Objeto (Lote 03): Tubo de Durhan, USO: Laboratorial, MATERIAL: Vidro, DIMENSÃO: Altura: 30mm, Diâmetro: 5mm.

EMERSON FEY – DIRETOR GERAL DA UNIOESTE – CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

131954/2025

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DA PROCESSO ADMMINISTRATIVO DISCIPLINAR instaurado pela Portaria nº 079/2025 – DG/HUOP, publicada em Diário Oficial em 21 de maio de 2025.

A Direção Geral do HUOP - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER: Publicação do DIOE da decisão final do PAR instaurado pela Portaria nº 079/2025 – DG/HUOP, publicada em Diário Oficial em 21 de maio de 2025, para apurar supostas irregularidades cometidas pelo Empresa a NAKA EXPRESS, inscrita no CNPJ nº 51.412.036/0001-13, descritos no e-Protocolo 22.780.607-9, acatado o Parecer Jurídico nº 366/2025 de 08/09/2025, e adotar seus fundamentos para aplicar multa no quantum de 5% do valor do lote no qual participou ou do contrato, sendo essa no valor de R$ 1.418,75 (mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), além da obrigatoriedade de reparação do prejuízo financeiro ao HUOP, a título de danos emergentes, estimado em R$ 3.909,60 (três mil novecentos e nove reais e sessenta centavos). Cascavel, 30 de setembro de 2025. RAFAEL MUNIZ DE OLIVEIRA – Diretor Geral HUOP.

132219/2025

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Gabinete da Direção

PORTARIA Nº 049/2025 – GD/CCBS

DATA: 30 de setembro de 2025.

SÚMULA: Autoriza o afastamento para o exterior da docente Fabiana Gisele da Silva Pinto, do curso de Ciências Biológicas - Bacharelado para visita técnica ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Portugal/Bragança, promovido pelo IPB/Unioeste, período de realização de 02/12/2025 a 04/12/2025, período do afastamento de 01/12/2025 a 06/12/2025, ônus: recursos da Fundação Araucária, eprotocolo 24.697.582-5.

A Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, do Campus de Cascavel – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

Considerando a Resolução nº 210/2013-CEPE, de 05 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o afastamento para o exterior da docente Fabiana Gisele da Silva Pinto, do curso de Ciências Biológicas - Bacharelado para visita técnica ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Portugal/Bragança, promovido pelo IPB/Unioeste, período de realização de 02/12/2025 a 04/12/2025, período do afastamento de 01/12/2025 a 06/12/2025, ônus: recursos da Fundação Araucária, eprotocolo 24.697.582-5.

Art.2º – Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e gera efeito a partir de 01 de dezembro de 2025.

GABINETE DA DIREÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.

Publique-se.

Nelsi Salete Tonini

Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

132517/2025

PORTARIA Nº 4099/2025-GRE, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder Licença Especial – 01(um) mês, ao Servidor LUIZ CARLOS CORDEIRO, RG nº 6.XXX.258-X, lotado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2008 a 22-12-2013, a serem usufruídos no período de 15 de outubro a 14 de novembro de 2025. Fica completo o usufruto da Licença Especial para o quinquênio acima citado.

PORTARIA Nº 4100/2025-GRE, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Declarar a contagem de tempo, para todos os efeitos legais, da Professora IVANETE TEREZINHA SCHUMANN, RG nº 3.XXX.085-X, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, conforme segue: 01 ano e 73 dias; período: 19-04-2001 a 01-07-2002 - UNIOESTE/CLT.

PORTARIA Nº 4129/2025-GRE, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, a Professora OLGA VIVIANA FLORES, RG nº 9.XXX.756-X, lotada no Centro de Educação, Letras e Saúde do Campus de Foz do Iguaçu, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 02-05-2009 a 01-05-2016, a ser usufruída no período de 20 de setembro de 2025 a 19 de março de 2026.

PORTARIA Nº 4180/2025-GRE, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Declarar a contagem de tempo, para fins de aposentadoria e disponibilidade, do Professor JOÃO EDMILSON FABRINI, RG nº 3.XXX.946-X, lotado no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, conforme segue: 13 anos e 59 dias; períodos: 26-08-1981 a 16-02-1986 - Prefeitura Municipal de Xambre; 28-04-1989 a 08-04-1996 - Previdência Estado/MS; 01-06-1996 a 12-03-1998 - Universidade Federal/MS. Tornar sem efeito as Portarias n°s. 5161/2014-GRE, de 01 de dezembro de 2014; e 3078/2025-GRE, de 14 de julho de 2025.

132428/2025

PORTARIA Nº 4171/2025-GRE, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder progressão de nível a Professora PATRICIA GUERRERO DE SOUSA, RG nº 5.XXX.688-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

PORTARIA Nº 4172/2025-GRE, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Promover o Professor ALÁDIO ZANCHET, RG nº 4.XXX.639-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.

PORTARIA Nº 4173/2025-GRE, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Promover a Professora MELISSA BARBIERI DE OLIVEIRA, RG nº 9.XXX.372-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Francisco Beltrão, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.

PORTARIA Nº 4182/2025-GRE, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 7106/2025** – Reitoria, PE 1239/2025 - Processo nº 21.295.449-1, Processo Contrato nº 24.698.142-6, com o objeto Prestação de serviços de agenciamento de hospedagem, com o objetivo de atender às demandas institucionais por meio da intermediação de reservas em estabelecimentos hoteleiros, abrangendo a pesquisa, reserva, alteração, cancelamento e emissão de comprovantes de hospedagem, conforme segue: Campus de Cascavel e Reitoria: **Gestora de Contrato**: Mari Ângela Sbaraini Agostini, RG n° 3.XXX.065-X. **Fiscais de Contrato**: Lindonez Paiva, RG n° 4.XXX.970-X; e Rejane Rodrigues da Silva Sarnoski, RG n° 5.XXX.028-X. Campus de Foz do Iguaçu: **Gestor de Contrato**: Mustafa Hassan Issa, RG n° 6.XXX.360-X. **Fiscal de Contrato**: Marcia Correia de Souza, RG n° 6.XXX.761-X. Campus de Francisco Beltrão: **Gestor de Contrato**: Everton Maria, RG n° 6.XXX.363-X. **Fiscal de Contrato**: João Maria Rodrigues da Silva, RG n° 7.XXX.975-X. Campus de Marechal Cândido Rondon: **Gestor de Contrato**: Márcio Gilberto Malher, RG n° 7.XXX.008-X. **Fiscal de Contrato**: Maria Rejanete Bienert Seibert, RG n° 7.XXX.374-X. Campus de Toledo: **Gestor de Contrato**: Moisés Cordeiro Muniz, RG n° 5.XXX.276-X. **Fiscal de Contrato**: Carmen Lucia Bordiguini Bordin, RG n° 1.XXX.217-X. Hospital Universitário do Oeste do Paraná: **Gestora de Contrato**: Marli da Silva Santos, RG n° 6.XXX.065-X. **Fiscal de Contrato**: Francieli Bonella, RG n° 12.XXX.169-X. Esta Portaria, gera efeito a contar de 22 de setembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

132205/2025

Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO 104/2025 SEEC

Súmula: Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão de Análise Técnica e de Mérito do Edital "Oficinas de Práticas Contemporâneas do Museu Internacional de Arte – Macrorregião Oeste".

A Secretária de Estado da Cultura, no uso das atribuições que lhe confere, tendo em vista o contido na Lei Estadual nº 9.375 de 24 de setembro de 1990, no Decreto Estadual nº 4.120 de 17 de maio de 2016, na Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, no Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013e considerando o disposto no item 11.2.1 do Edital supracitado e a Nota Técnica nº 001/2025 – COSEM/SEEC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído a Comissão de Análise Técnica e de Mérito do Edital "Oficinas de Práticas Contemporâneas do Museu Internacional de Arte – Macrorregião Oeste, designando-se, como membros os seguintes servidores da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná:

I – Joanes Barauna, CPF XXX.492.249-XX Diretora Artística do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu de Arte Contemporânea;

II – Kamila Kuromiya, CPF XXX.844.689-XX, Coordenadora do Setor Educativo do Museu de Arte Contemporânea do Paraná Museu de Arte Contemporânea;

III – Roberta Agnoletto Horvath, CPF XXX.675.739-XX Coordenadora do Núcleo Educativo do Museu Paranaense, Museu Paranaense;

IV – Priscila de Morais, CPF XXX.370.498-XX, Coordenação de Desenvolvimento de Públicos Museu Internacional de Arte / Pompidou Paraná;

V – Gabriel Tomich, Coordenador de Arquitetura, CPF XXX.761.799-XX, Museu Internacional de Arte / Pompidou Paraná.

Art. 2º Compete à Comissão a análise técnica e de mérito das propostas apresentadas, conforme critérios estabelecidos no edital.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Luciana Casagrande Ferreira Pereira

Secretária de Estado da Cultura

132047/2025

RESOLUÇÃO SEEC Nº 99/2025

Súmula: Designa a comissão de acompanhamento e apuração de irregularidades em editais da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB e Lei Paulo Gustavo – LPG.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas respectivas atribuições legais, contidas no artigo 47, da Lei Estadual nº 21.352/2023, de 1º de janeiro de 2023,

CONSIDERANDO que a Lei n.º 14.399/2022 instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), com o objetivo de fomentar a cultura no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, assegurando financiamento continuado a agentes, espaços e ações culturais, por meio de editais, chamamentos públicos, execução direta e demais instrumentos legais de fomento;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 195/2022 instituiu a Lei Paulo Gustavo (LPG), destinada a apoiar e garantir ações emergenciais no setor cultural em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 14.903/2024 instituiu o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, regulando os instrumentos e regimes próprios de fomento cultural, estabelecendo normas de transparência, responsabilização e critérios específicos para editais, fortalecendo o controle social e administrativo sobre o uso dos recursos públicos em cultura;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de assegurar à sociedade civil mecanismos de controle e fiscalização sobre os editais culturais fomentados com recursos da PNAB e LPG, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a comissão de acompanhamento e apuração de irregularidades de editais fomentados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e da Lei Paulo Gustavo (LPG), com a finalidade de apurar denúncias e analisar as prestações de contas não aprovadas destes editais.

Art. 2º Compete à Comissão:
I – receber, registrar e acompanhar as denúncias formais, relacionados aos editais PNAB e LPG, apresentadas por cidadãos, entidades culturais, beneficiários ou demais interessados;
II – receber, registrar e acompanhar as prestações de contas não aprovadas nos editais fomentados com recursos da PNAB e LPG;
III – requisitar informações, documentos e manifestações indispensáveis à apuração das denúncias e/ou prestação de contas não aprovadas;
IV – elaborar relatório conclusivo, propondo medidas administrativas cabíveis e encaminhando-o à Autoridade Superior.
Parágrafo único. As atribuições desta Comissão não se confundem com as competências de outras comissões existentes na SEEC, em especial a Comissão de Heteroidentificação, que possui caráter específico e atua exclusivamente na apuração de denúncias relacionadas a cotas e critérios de identidade.

Art. 3º A presente Comissão será composta por 05 membros titulares e 05 suplentes, da seguinte forma:
I - Allan Kolodzieisk - CPF: XXX.810.679-XX, titular, e como suplente Adriane Isabelle Fagundes dos Santos - CPF: XXX.470.379-XX;
II - Ana Lucia Tulio Juki - CPF: XXX.041.109-XX , titular, e como suplente Igor Halter Andrade - CPF: XXX.078.439-XX;
III - Fernanda Schuhli Bourges - CPF: CPF: XXX.362.509-XX, titular, e como suplente Pedro Furlan da Silva - CPF: XXX.751.109-XX;
IV - Luiz Felipe de Lima Rodelli - CPF: XXX.170.839-13, titular, e como suplente Claudia Chipon Staude - CPF: XXX.805.759-XX;
V - Victor Havro de Sa Grein - CPF: XXX.000.000-XX, titular, e como suplente Cibele de Biasi da Silva - CPF: XXX.657.819-XX
§ 1º Os suplentes substituirão automaticamente os respectivos titulares em suas ausências ou impedimentos.
§ 2º Designa-se o servidor Victor Havro de Sa Grein como Presidente da Comissão, responsável por conduzir as reuniões, organizar e coordenar os trabalhos, bem como distribuir as atividades entre os membros.
§ 3º Na ausência do Presidente, exercerá interinamente suas funções o seu suplente, assegurando a continuidade dos trabalhos da Comissão.

Art. 4º O Presidente da Comissão poderá comunicar à Autoridade Máxima da SEEC qualquer membro titular ou suplente que não participe efetivamente dos trabalhos, se mantenha alheio às atividades ou deixe de colaborar com as atribuições da Comissão, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.
§ 1º Considera-se inatividade, para fins deste artigo:
I – 2 (duas) ausências consecutivas ou 3 (três) alternadas às reuniões no período de 90 dias, sem justificativa; ou
II – descumprimento reiterado de prazos atribuídos pela Presidência, com atraso superior a 15 (quinze) dias, sem justificativa.
§ 2º Antes da comunicação, a Presidência notificará o(a) membro(a) por e-mail institucional, concedendo 5 (cinco) dias para manifestação e apresentação de justificativa.
§ 3º A comunicação não implica substituição automática, eis que caberá à Autoridade Máxima decidir, por despacho fundamentado, podendo designar o(a) suplente na forma do art. 3º, § 1º.
§ 4º A Presidência fará constar em ata e juntará ao processo a notificação, a resposta, se houver, e a comunicação encaminhada.
§ 5º O disposto neste artigo não substitui eventuais procedimentos disciplinares ou de gestão de pessoal, quando cabíveis.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, data da assinatura eletrônica

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

132154/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* 022/2025 | CEAS/PR

A **MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta N° 001/2025, a qual convoca a XV Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 017/2025 que regulamenta XV Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 102/2024, que institui a Comissão Organizadora da XV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná;

CONSIDERANDO o Informe CNAS 002/2025 que orienta acerca das Conferências Municipais de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução Ad Referendum 019/2025 que aprovou e publicizou a lista dos participantes habilitados para participação na XV Conferência Estadual de Assistência Social;

RESOLVE

Art. 1º Publicizar a relação de hotéis e de participantes hospedados por unidade conforme o Anexo I da presente Resolução.

§1º Fica assegurada a hospedagem dos delegados titulares e delegados habilitados em vagas complementares, conforme indicado na Resolução CEAS/PR 019/2025.

§2º Mediante ausência justificada do delegado titular, nos casos em que houver a necessidade da participação do delegado suplente, a troca deverá ser comunicada via e-mail ao Conselho Estadual de Assistência Social (ceas@sedef.pr.gov.br), para que as providências referente à liberação da hospedagem possam ser tomadas.

§3º Não será permitida alteração da distribuição das hospedagens.

Art. 2º Fica estabelecido o hotel Grand Carimã Resort como sede da XV Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

HOTEL SEDE

GRAND CARIMÃ RESORT

Endereço: Av. das Cataratas, 4790 - Vila Carimã, Foz do Iguaçu

HÓSPEDES:

Ref. Regional	Cidade da representação	Quarto	Tipo	Participante	Hotel
NR Curitiba	CURITIBA	1	Duplo	DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI	**Carimã**
NR Curitiba	PINHAIS	1	Duplo	ALOISIO JUSTINO DO NASCIMENTO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	2	Duplo	IGOR DAVI DE LIMA	**Carimã**
IARA Jacarezinho	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	2	Duplo	ALEXSANDRO SOUSA MAFRA	**Carimã**
NR Curitiba	PINHAIS	3	Duplo	RENATO LUIZ DE OLIVEIRA HOMEM	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	3	Duplo	HUDSON LUIS BRUNO	**Carimã**
IARA Laranjeiras do Sul	NOVA LARANJEIRAS	4	Duplo	ADILSON VENHGYNH FREITAS	**Carimã**
NR Londrina	TAMARANA	5	Duplo	DANILO APARECIDO MENDONÇA PEREIRA	**Carimã**
IARA Irati	INÁCIO MARTINS	6	Duplo	OSVALDIR NUNES PEREIRA	**Carimã**
IARA Apucarana	SABÁUDIA	6	Duplo	MARIO ROBERTO TEIXEIRA	**Carimã**
IARA Cianorte	SÃO MANOEL DO PARANÁ	7	Duplo	ESTEVAM CAETANO	**Carimã**
NR Londrina	SERTANÓPOLIS	7	Duplo	ANTÔNIO ROBERTO MARQUES DE SOUZA	**Carimã**
NR Londrina	LONDRINA	8	Duplo	DENISE MARIA FRANK DE ALMEIDA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	8	Duplo	JULYA VITÓRIA POLITA POSSENTI	**Carimã**
NR Curitiba	ALMIRANTE TAMANDARÉ	9	Duplo	GABRIELA MARQUES DOS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	9	Duplo	ANA CARLA BRESSAN PATRONI	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	10	Duplo	MÔNICA LOUISE DE AZEVEDO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	10	Duplo	DENISE RATMANN ARRUDA COLIN	**Carimã**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	11	Duplo	NEUSA LUCIA BENONI	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	11	Duplo	JADWIGA KOSINSKI PIRES	**Carimã**
NR Maringá	MARINGÁ	12	Duplo	BRUNA SOUZA THEODORO	**Carimã**
NR Maringá	MARINGÁ	12	Duplo	CLAUDIANE MARIA VIEIRA THEODORO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	13	Duplo	DANIELLE DALAVECHIA CHEDID SILVESTRE	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	13	Duplo	IVANETE PAULINO XAVIER	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	14	Duplo	ANDRESSA BREMM	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	14	Duplo	DANIELE GRACIANE DE SOUZA	**Carimã**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	15	Duplo	MICHELE APARECIDA TESLUK	**Carimã**
NR Umuarama	ALTO PARAÍSO	15	Duplo	DENIZE DA SILVEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	16	Duplo	JULIANA DE ALMEIDA FURLAN	**Carimã**
IARA Cianorte	CIANORTE	16	Duplo	ADRIÉLI VOLPATO CRAVEIRO	**Carimã**
NR Campo Mourão	BARBOSA FERRAZ	17	Duplo	LUCILENA GRANDO	**Carimã**

NR Maringá	COLORADO	18	Duplo	DIRCILENE BARBOSA DA SILVA	**Carimã**
IARA Cianorte	TERRA BOA	19	Duplo	KARINA DA SILVA ARAUJO	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	NOVA FÁTIMA	20	Duplo	CÉLIA LOURDES SALES ROQUE DA SILVA	**Carimã**
IARA Jacarezinho	TOMAZINA	20	Duplo	GISELLE BORDIM MOURA	**Carimã**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	21	Duplo	DEJANIRA DA SILVA CÂNDIDO	**Carimã**
IARA Toledo	ASSIS CHATEAUBRIAND	21	Duplo	EDENIR PRANDINI	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	22	Duplo	MARTA FREITAS DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	CORNÉLIO PROCÓPIO	22	Duplo	LINDALVA TOMAZ DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Paranavaí	CRUZEIRO DO SUL	23	Duplo	CREUZA MARIA TORRATTI	**Carimã**
IARA Jacarezinho	CURIÚVA	23	Duplo	MARIA LUIZA RUAS DE BARROS	**Carimã**
NR Maringá	DOUTOR CAMARGO	24	Duplo	JOANA APARECIDA GONZAGA	**Carimã**
IARA Toledo	FORMOSA DO OESTE	24	Duplo	MARIA GRACIELA ALVES DE LIMA	**Carimã**
NR Guarapuava	FOZ DO JORDÃO	25	Duplo	FATIMA MARILIM MENDES DE ALMEIDA MACEDO	**Carimã**
NR Umuarama	FRANCISCO ALVES	25	Duplo	ZULMA DELABENETA CALIARI	**Carimã**
IARA Cianorte	GUAPOREMA	26	Duplo	MARIA DO SOCORRO SILVA LINS	**Carimã**
IARA Irati	IMBITUVA	26	Duplo	GRACINHE HENRIETTE CAMARGO DA SILVA	**Carimã**
NR Ponta Grossa	IVAÍ	27	Duplo	REGINA CAMARGO DE CRISTO	**Carimã**
NR Maringá	MANDAGUARI	27	Duplo	IZILDINHA APARECIDA MARQUES SINCERO	**Carimã**
NR Umuarama	MARIA HELENA	28	Duplo	GERCINA DIONIZIO BELANÇON	**Carimã**
NR Maringá	MARINGÁ	28	Duplo	MARIA AUXILIADORA PIMENTEL DOS SANTOS	**Carimã**
NR Paranavai	MIRADOR	29	Duplo	MARLENE JABOTICABA DA SILVA BOTELHO	**Carimã**
NR Umuarama	NOVA OLÍMPIA	29	Duplo	VALDETE SOUZA DA SILVA	**Carimã**
NR Maringá	OURIZONA	30	Duplo	APARECIDA POMINI FERRAREZE	**Carimã**
IARA Toledo	OURO VERDE DO OESTE	30	Duplo	REGINA CÉLIA DOS SANTOS	**Carimã**
IARA União da Vitória	PORTO VITÓRIA	31	Duplo	LORELI APARECIDA DA CRUZ	**Carimã**
IARA Pato Branco	SAUDADE DO IGUAÇU	31	Duplo	CARMEN FATIMA GABIATTI	**Carimã**
IARA Toledo	TERRA ROXA	32	Duplo	MARILITA DE SOUZA ANDERSON	**Carimã**
NR Cascavel	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	32	Duplo	NEUSA DE SOUZA	**Carimã**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	33	Duplo	LIAMAR APARECIDA DA SILVA	**Carimã**
IARA Pato Branco	CORONEL VIVIDA	33	Duplo	MARILU SALETE TASSI	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	34	Duplo	ZENIA EBERT	**Carimã**
NR Francisco Beltrão	FRANCISCO BELTRÃO	34	Duplo	MAIZA LÚCIA DA SILVA	**Carimã**
NR Maringá	MANDAGUARI	35	Duplo	CRISTIANE APARECIDA TOSSATI FORMAGGI	**Carimã**
NR Curitiba	MANDIRITUBA	35	Duplo	NILZA FERREIRA LOPES MUZZOLON	**Carimã**
IARA Ivaiporã	NOVA TEBAS	36	Duplo	LUIZA GODOI RODRIGUES	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	RANCHO ALEGRE	36	Duplo	MAIARA COLOMBAROLI	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	37	Duplo	JUDITE PEREIRA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	BOCAIÚVA DO SUL	37	Duplo	FABIOLA ALBERTI	**Carimã**
NR Curitiba	ALMIRANTE TAMANDARÉ	38	Duplo	NOZETE APARECIDA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	ALMIRANTE TAMANDARÉ	38	Duplo	KARIN OLIVEIRA	**Carimã**
NR Paranaguá	GUARATUBA	39	Duplo	DIEGO DUARTE SILVA	**Carimã**
NR Paranaguá	GUARATUBA	39	Duplo	DIRCEU DINIZ BEMFICA JUNIOR	**Carimã**
IARA Laranjeiras do Sul	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	40	Duplo	IVO BIESECHE PROÊNCIO	**Carimã**
IARA Laranjeiras do Sul	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	40	Duplo	LUCIANE BIESECHE PROÊNCIO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	41	Duplo	SILVANE OLIVEIRA GONÇAVES	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	41	Duplo	KAREN KEGLES DA SILVA BUENO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	42	Duplo	MIRELE CRISTINE DOS SANTOS DO AMARAL	**Carimã**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NR Curitiba	CURITIBA	42	Duplo	WANDERLÉIA MARIA SANTOS FRANÇA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	43	Duplo	LUIZA HELENA COSMO SPAKI	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	43	Duplo	CARLA DE SOUZA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	44	Duplo	THAINY MADUREIRA TRALESCKI	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	44	Duplo	SIMONE ANDREIA ALIBOSEK	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	45	Duplo	JEFFERSON PORTUGAL MARCHIORATP	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	45	Duplo	FELIPE VIANA DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	46	Duplo	GISELE DE SOUZA CHIBINSKI	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	46	Duplo	MARILDA DAMIÃO RODRIGUES GOMES	**Carimã**
NR Curitiba	CAMPO LARGO	47	Duplo	FERNANDA BATHKE	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	47	Duplo	KARINA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	CAMPO LARGO	48	Duplo	RENATA APARECIDA SCHOTTEN	**Carimã**
NR Curitiba	CAMPO LARGO	48	Duplo	NATHALY NUNES BATISTA	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	49	Duplo	ANA CLARA CORACIN B. DA SILVA	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	49	Duplo	KAMILA DA SILVA FELICIO	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	50	Duplo	CAIENA LOUISE DE OLIVEIRA RODRIGUES	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	50	Duplo	DANIELE FERREIRA	**Carimã**
NR Curitiba	COLOMBO	51	Duplo	CASSIA REGINA GATTO SGODA	**Carimã**
NR Curitiba	ARAUCÁRIA	51	Duplo	EDINÉIA PEREIRA DA SILVA	**Carimã**
NR Curitiba	QUATRO BARRAS	52	Duplo	CLAUDINEIA MARIA ANTONIO	**Carimã**
NR Curitiba	FAZENDA RIO GRANDE	52	Duplo	ROSENILDA JOCELIA LOPES ALERICO	**Carimã**
NR Curitiba	PINHAIS	53	Duplo	DANIELLY DINACIR ARAUJO REMEDI	**Carimã**
NR Curitiba	PINHAIS	53	Duplo	SALITA KARIN MARCHETTE SILVEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	54	Duplo	MARLON LUIZ LIMA	**Carimã**
NR Curitiba	PINHAIS	54	Duplo	DOUGLAS EDUARDO PEREIRA	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	55	Duplo	SILVIA MARIA CARDOZO DOS SANROS	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	55	Duplo	MARCIA MARIA FEYH	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	56	Duplo	ALANA GRAZIELE WEBER SELKE	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	56	Duplo	SUELEN CRISTINA PIETROSKI DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	57	Duplo	SAMUELY MARIA MOREIRA ZORZAN OLIVEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	57	Duplo	ALINE MARQUES DA SILVA	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	58	Duplo	DANIELLE CRISTINE FERREIRA BORGES	**Carimã**
NR Curitiba	RIO BRANCO DO SUL	58	Duplo	DEBORA MENEZES DA SILVA	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	59	Duplo	JESSICA PAOLA DA SILVA MIRANDA	**Carimã**
NR Curitiba	PIRAQUARA	59	Duplo	KARINA TORRECILHA DA CONCEIÇÃO	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	60	Duplo	THALITA KAREN LOPKOWSKI BUENO	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	60	Duplo	MONIQUE DA COSTA MARTINS	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	61	Duplo	EMANUEL FERNANDO COCHINSKI	**Carimã**
NR Curitiba	TIJUCAS DO SUL	61	Duplo	JOSÉ LUCAS JANUÁRIO DE MENEZES	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	62	Duplo	GUSTAVO FILIPOWSK	**Carimã**
NR Paranaguá	ANTONINA	62	Duplo	LOGAN UDSON CABRAL MENDES	**Carimã**
NR Paranaguá	GUARAQUEÇABA	63	Duplo	SELMA APARECIDA MATIAS DOELLE	**Carimã**
NR Paranaguá	MATINHOS	63	Duplo	ROSILENE LEITE CORRÊA	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	64	Duplo	ELENISE GOMES DA COSTA MARTINSKI	**Carimã**
NR Paranaguá	MORRETES	64	Duplo	HANNAH HEND TOSO SFAIR	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	65	Duplo	FLÁVIA MOREIRA PINTO	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	65	Duplo	FABIANA PEREIRA MONTEIRO	**Carimã**

				BACHMANN	
NR Paranaguá	PONTAL DO PARANÁ	66	Duplo	ANDREIA GOMES SANTOS	**Carimã**
NR Londrina	LONDRINA	66	Duplo	ANA BEATRIZ SANTOS PIMENTEL	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	67	Duplo	JOILSON MARQUES CARDOSO	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	67	Duplo	WAGNER LUÍZ PEIXOTO DA SILVA	**Carimã**
NR Paranaguá	PARANAGUÁ	68	Duplo	ERICA ROBERTA SANTOS RIBEIRO	**Carimã**
NR Londrina	PITANGUEIRAS	68	Duplo	SAMIRA SILVEIRA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Londrina	ALVORADA DO SUL	69	Duplo	DAIANE DOS SANTOS BATISTA	**Carimã**
NR Londrina	BELA VISTA DO PARAÍSO	69	Duplo	BEATRIZ MIYUKI YOKOTA	**Carimã**
NR Londrina	FLORESTÓPOLIS	70	Duplo	LUCIANA PAULA CARNELOSSI	**Carimã**
NR Londrina	IBIPORÃ	70	Duplo	MARCIA CRISTINA SILVA BARBIERI	**Carimã**
NR Londrina	IBIPORÃ	71	Duplo	JAQUELINE DEBORA BALBINO RIBEIRO	**Carimã**
NR Londrina	IBIPORÃ	71	Duplo	AMANDA WELTER	**Carimã**
NR Londrina	LUPIONÓPOLIS	72	Duplo	LILIA CASTRO DE SOUZA	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	72	Duplo	ANTONIA LILIANE LIMA RODRIGUES	**Carimã**
NR Londrina	MIRASELVA	73	Duplo	ALYNE LUIZA DE OLIVEIRA TONIN	**Carimã**
NR Londrina	MIRASELVA	73	Duplo	TEREZINHA LOPES FERREIRA DA SILVA	**Carimã**
NR Londrina	PRADO FERREIRA	74	Duplo	BEATRIZ WERLINGUE MORANDI	**Carimã**
NR Londrina	ROLÂNDIA	74	Duplo	GIOVANA CASARIN SILVA	**Carimã**
NR Londrina	CENTENÁRIO DO SUL	75	Duplo	VANDERLY PISSINATI NICACIO	**Carimã**
NR Londrina	GUARACI	75	Duplo	SIMONE DE OLIVIERA FREITAS MARTINS	**Carimã**
NR Londrina	ALVORADA DO SUL	76	Duplo	ÉRICA MARA BARRO SILVA	**Carimã**
IARA Toledo	PATO BRAGADO	76	Duplo	AMÁLIA MARIA TEM CATEM	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	NOVA AMÉRICA DA COLINA	77	Duplo	INGRID OLIVEIRA ARAÚJO	**Carimã**
NR Londrina	CAMBÉ	77	Duplo	GISLAINE GAROZI UTECHT	**Carimã**
NR Londrina	PITANGUEIRAS	78	Duplo	LUANA APARECIDA SGORLON	**Carimã**
NR Curitiba	CAMPO MAGRO	78	Duplo	SUELLEN CRISTINA FAVERI DA COSTA	**Carimã**
NR Curitiba	RIO NEGRO	79	Duplo	LEONICE GRITTI DUARTE	**Carimã**
NR Curitiba	QUITANDINHA	79	Duplo	IRACEMA DE JESUS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	BALSA NOVA	80	Duplo	JEFERSON LUIZ BONATO COCHINSKI	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	BANDEIRANTES	80	Duplo	EBENEZER OLIVEIRA MÜLLER	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	ABATIÁ	81	Duplo	FABIOLA CRISTINA MARQUES ZUQUER	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	ANDIRÁ	81	Duplo	JULIANA CASAGRANDE FELIX	**Carimã**
IARA Jacarezinho	CAMBARÁ	82	Duplo	STEFANE LUCIANA DE CARVALHO	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	NOVA AMÉRICA DA COLINA	82	Duplo	JOZILAINE FERNANDA MALHEIROS	**Carimã**
IARA Jacarezinho	IBAITI	83	Duplo	ANDREA CARLOS DIAS	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	ITAMBARACÁ	83	Duplo	AMANDA MILENA RIBEIRO	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	CONGOINHAS	84	Duplo	ANA CRISTINA LOZANO	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	LEÓPOLIS	84	Duplo	ESTELA APARECIDA DE LIMA	**Carimã**
IARA Jacarezinho	RIBEIRÃO CLARO	85	Duplo	ROSMERY LISARAZU SHIOSAKY	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	RANCHO ALEGRE	85	Duplo	MAIARA COLOMBAROLI	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	RIBEIRÃO DO PINHAL	86	Duplo	MARIA EDUARDA DE SOUZA RAMOS	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	SANTA AMÉLIA	86	Duplo	MARIA APARECIDA IPOLITO CONEGLIAN	**Carimã**
NR Cornélio Procópio	SANTA MARIANA	87	Duplo	FATIMA OLIVEIRA SOUZA	**Carimã**
IARA Jacarezinho	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	87	Duplo	HELENA CRISTINA GONÇALVES MENEZES	**Carimã**
IARA Jacarezinho	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	88	Duplo	ÉRICA APARECIDA VEIGA	**Carimã**
NR Curitiba	MANDIRITUBA	88	Duplo	CAROLINE KABUCHI FIGUEIREDO	**Carimã**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	89	Duplo	MARIA JOSIANI TARGA PINTO	**Carimã**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	CAMPO DO BRITO/SE	1	Individual	VALDIOSMAR VIEIRA	**Carimã**
	BRASÍLIA/DF	2	Individual	ANDRÉ QUITÃO	**Carimã**
IARA Cianorte	CIANORTE	3	Individual	RODRIGO LUQUE DA SILVA	**Carimã**
IARA Jacarezinho	PINHALÃO	4	Individual	CARLOS RODRIGUES	**Carimã**
NR Cascavel	CASCAVEL	5	Individual	JACO BASCZASK	**Carimã**
NR Londrina	JAGUAPITÃ	6	Individual	JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA	**Carimã**
NR Curitiba	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	7	Individual	GERALDO RODRIGUES DA SILVA FILHO	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	8	Individual	BRUNA RAVENA BRAGA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Maringá	MARINGÁ	9	Individual	VANESSA ROMBOLA MACHADO	**Carimã**
NR Curitiba	CAMPO MAGRO	10	Individual	CLEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Cascavel	CASCAVEL	11	Individual	CLEODOMIRA SOARES DOS SANTOS	**Carimã**
NR Curitiba	CURITIBA	12	Individual	ABIGAIL SILVESTRE TORRES	**Carimã**
IARA Pato Branco	CORONEL VIVIDA	13	Individual	DEISI MACIEL DE OLIVEIRA	**Carimã**
NR Francisco Beltrão	FRANCISCO BELTRÃO	14	Individual	PAULA CRISTINA FRANÇA FELISBINO	**Carimã**
NR Maringá	SANTA INÊS	15	Individual	JANES DE REZENDE ROCHA GALINDO	**Carimã**
NR Ponta Grossa	TELEMÂCO BORBA	16	Individual	ELISANDRA MARIA CATARINA DE JESUS SILVA	**Carimã**
NR Ponta Grossa	PIRAÍ DO SUL	17	Individual	RITA DE CÁSSIA DE MELLO CORREA	**Carimã**
NR Londrina	LONDRINA	18	Individual	RITA DE CASSIA LEMOS BARBOZA	**Carimã**
NR Campo Mourão	LUIZIANA	19	Individual	VERA LUCIA MOREIRA DOS SANTOS	**Carimã**
NR Cascavel	CASCAVEL	20	Individual	IVÃ JOSÉ DE PÁDUA	**Carimã**
NR Curitiba	ALMIRANTE TAMANDARÉ	21	Individual	SANDRO OLIVEIRA KEPP	**Carimã**
NR Cascavel	CAFELÂNDIA	22	Individual	PAULO SERGIO MOREIRA	**Carimã**

HOTEIS COMPLEMENTARES

BOURBON THERMAS ECO RESORT CATARATAS DO IGUAÇU
End: Av. das Cataratas, 2345 - Vila Yolanda, Foz do Iguaçu

HÓSPEDES:

Ref. Regional	Cidade da representação	Quarto	Tipo	Participante	Hotel
NR Umuarama	ALTO PARAÍSO	1	Duplo	MIRIAN DE JESUS FARIA SANTOS	**Bourbon**
NR Umuarama	ALTO PIQUIRI	1	Duplo	ALEXANDRA PEDRO MORO	**Bourbon**
NR Umuarama	DOURADINA	2	Duplo	ALINE RENATA MIRANDA	**Bourbon**
NR Umuarama	ICARAÍMA	2	Duplo	DIEGO VINICIUS SANTOS SILVA	**Bourbon**
NR Umuarama	CRUZEIRO DO OESTE	3	Duplo	ANA PAULA DE ARAÚJO NOCKO	**Bourbon**
NR Umuarama	DOURADINA	3	Duplo	WELINGTON DE OLIVEIRA CAMPOS	**Bourbon**
NR Umuarama	ESPERANÇA NOVA	4	Duplo	VALQUIRIA DOS SANTOS OCHMAN	**Bourbon**
IARA Toledo	TOLEDO	4	Duplo	CARLA PATRICIA RADTKE	**Bourbon**
NR Umuarama	IVATÉ	5	Duplo	ANDRÉIA PESTANA BIATTO	**Bourbon**
NR Paranavai	MARILENA	5	Duplo	DARLENE DE SOUZA BARBOSA	**Bourbon**
NR Umuarama	MARILUZ	6	Duplo	CARLOS EDUARDO DE PAULA	**Bourbon**
NR Umuarama	XAMBRÊ	6	Duplo	GUILHERME AUGUSTO NEVES DE SOUZA	**Bourbon**
NR Umuarama	IPORÃ	7	Duplo	ANA REBECA OLIVA TODÃO	**Bourbon**
NR Umuarama	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	7	Duplo	ANTONIA ELIVANEIDE BARBOSA DA SILVA	**Bourbon**
IARA Toledo	TOLEDO	8	Duplo	CÍNTHIA REGINA BRUN	**Bourbon**
IARA Toledo	TOLEDO	8	Duplo	MARILIA BORGES LEITE	**Bourbon**
IARA Cianorte	CIANORTE	9	Duplo	JHEYMIS PALPINELLI	**Bourbon**
IARA Toledo	TOLEDO	9	Duplo	EVERTON CHAVES MARIA	**Bourbon**
NR Umuarama	UMUARAMA	10	Duplo	JANAÍNA CONCEIÇÃO BARBOZA	**Bourbon**
NR Umuarama	UMUARAMA	10	Duplo	ROSENI DE MORAES CARVALHO	**Bourbon**
NR Umuarama	UMUARAMA	11	Duplo	GLÁUCIA YAMAMOTO MORENO DE FREITAS	**Bourbon**
IARA Cianorte	CIANORTE	11	Duplo	LETÍCIA MARTINS LEÃO	**Bourbon**
NR Umuarama	UMUARAMA	12	Duplo	ROGÉRIO ANGELO DA SILVA	**Bourbon**
NR Umuarama	UMUARAMA	12	Duplo	MAURÍCIO KÖLLN GENERO	**Bourbon**

IARA Cianorte	CIANORTE	14	Duplo	LUCIANE GONÇALVES ANTUNES	**Bourbon**
IARA Cianorte	INDIANÓPOLIS	14	Duplo	MELISSA GIMAIEL FERREIRA	**Bourbon**
IARA Cianorte	JUSSARA	15	Duplo	JÉSSICA ROGÉRIO FERREIRA	**Bourbon**
IARA Cianorte	RONDON	15	Duplo	CLAUDIA FERREIRA ALVES GOSCER	**Bourbon**
IARA Cianorte	RONDON	16	Duplo	SILVIA APARECIDA MOCKI COLOMBO	**Bourbon**
IARA Cianorte	SÃO TOMÉ	16	Duplo	BILANIA CAMILA DE CARVALHO	**Bourbon**
IARA Cianorte	TAPEJARA	17	Duplo	REGIANE DUTRA VILAS BOAS	**Bourbon**
IARA Cianorte	TUNEIRAS DO OESTE	17	Duplo	ANDREIA MARÇAL DA COSTA	**Bourbon**
IARA Apucarana	APUCARANA	18	Duplo	FABÍOLA CRISTINA CARRERO	**Bourbon**
IARA Apucarana	APUCARANA	18	Duplo	SUSANA APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES LIMA	**Bourbon**
IARA Apucarana	APUCARANA	19	Duplo	SUELLEN RUBIA CORREA	**Bourbon**
IARA Apucarana	APUCARANA	19	Duplo	CRISÉLE GONÇALVES MORENO	**Bourbon**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	20	Duplo	ANGELA CRISTINA RAMALHO	**Bourbon**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	20	Duplo	SILVANA APARECIDA REZENDE	**Bourbon**
NR Curitiba	CAMPINA GRANDE DO SUL	21	Duplo	CÍNTIA MARA CARDOSO	**Bourbon**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	22	Duplo	VITOR GABRIEL ANDRÉ VIANA	**Bourbon**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	22	Duplo	TIAGO ANTONIO DE CARVALHO COATI	**Bourbon**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	23	Duplo	CARLOS FERNANDO JACYNTHO	**Bourbon**

HOTEL COLONIAL IGUAÇU

End: Rodovia das Cataratas - Km 20, 11237 – Foz do Iguaçu

HÓSPEDES:

Ref. Regional	Cidade da representação	Quarto	Tipo	Participante	Hotel
IARA Ivaiporã	JARDIM ALEGRE	1	Duplo	ROBERTO JOSÉ DE BRITO NETO	**Colonial**
IARA Pato Branco	PATO BRANCO	1	Duplo	CARLOS HENRIQUE GALVAN GNOATTO	**Colonial**
NR Londrina	LONDRINA	2	Duplo	PAMELA RACHEL GONÇALVES ALVES	**Colonial**
NR Paranavai	TAMBOARA	2	Duplo	ALANA ALVES DOS REIS PIM	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	3	Duplo	JULLY AGUIAR	**Colonial**
NR Paranaguá	GUARATUBA	4	Duplo	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA ARAUJO	**Colonial**
NR Paranavai	ALTO PARANÁ	5	Duplo	ANDREIA ZABLONSKI	**Colonial**
NR Umuarama	ALTÔNIA	5	Duplo	SONIA APARECIDA DOS SANTOS	**Colonial**
NR Paranavai	AMAPORÃ	6	Duplo	ALICE FUCHTER OLIVEIRA ALVES	**Colonial**
NR Maringá	ÂNGULO	6	Duplo	GLEICY KELLY DE ABREU BARBOSA	**Colonial**
IARA União da Vitória	ANTÔNIO OLINTO	7	Duplo	MARIA SILMARA MACHADO	**Colonial**
IARA União da Vitória	ANTÔNIO OLINTO	7	Duplo	JESSICA BARBOSA FRANCO	**Colonial**
IARA Ivaiporã	ARAPUÃ	8	Duplo	KARINA CARDOSO KURTEN OENING	**Colonial**
NR Maringá	ATALAIA	8	Duplo	BEATRIZ DE SOUZA GONÇALVES	**Colonial**
IARA Ivaiporã	ARIRANHA DO IVAÍ	9	Duplo	MARCELO JOSÉ VIEIRA	**Colonial**
NR Maringá	ASTORGA	9	Duplo	DANIEL RODRIGUES PEREIRA FILHO	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	BARRACÃO	10	Duplo	ANGELA MARIA FRANQUIM MENEGASSI	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	BELA VISTA DA CAROBA	10	Duplo	ELIANDRA MORETTO FERRARI	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	BELA VISTA DA CAROBA	11	Duplo	CLEDIMARA TEIXEIRA DE MOURA	**Colonial**
IARA União da Vitória	BITURUNA	11	Duplo	SALETE FÁTIMA DA SILVA	
NR Francisco Beltrão	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	12	Duplo	IVANETE RUFATTO TRINDADE	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	BOM JESUS DO SUL	12	Duplo	JANETE FERNANDES DOS SANTOS	**Colonial**
IARA Pato Branco	BOM SUCESSO DO SUL	13	Duplo	ROBERTA KRAVEC	**Colonial**
IARA Ivaiporã	BORRAZÓPOLIS	13	Duplo	JOSELE CRISTINA DE SOUZA	**Colonial**
IARA Ivaiporã	BORRAZÓPOLIS	14	Duplo	ADRIANGELA PEREIRA PESSEGUEIRO	**Colonial**
NR Cascavel	BRAGANEY	14	Duplo	LIDAMARES DE OLIVEIRA BARBOSA	**Colonial**
NR Londrina	CAMBÉ	15	Duplo	GESIELENE OLIVEIRA DE CARVALHO	**Colonial**
IARA Apucarna	CAMBIRA	15	Duplo	FRANCIELLE RAVANELLI	**Colonial**

Diário OFICIAL Paraná
Poder Executivo Estadual
Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NR Londrina	CAMBÉ	16	Duplo	MARCIO JOSE NOVAIS DE CARVALHO	**Colonial**
NR Guarapuava	CAMPINA DO SIMÃO	16	Duplo	MARCIO AMADIU	**Colonial**
IARA Ivaiporã	CÂNDIDO DE ABREU	17	Duplo	NEIVA LEACHENSKI BORGES PERUZZI	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	CAPANEMA	17	Duplo	IZOLETE APARECIDA WALKER	**Colonial**
NR Guarapuava	CANTAGALO	18	Duplo	EDI CARLOS STRAUBE DOMINGUES	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	DOIS VIZINHOS	18	Duplo	ALEX JUNIOR BACHI	**Colonial**
IARA Pato Branco	CHOPINZINHO	19	Duplo	ELIANA PIAIA	**Colonial**
IARA Pato Branco	CLEVELÂNDIA	19	Duplo	FRANCIELI DE QUADROS GRACIANO	**Colonial**
IARA Pato Branco	CORONEL DOMINGOS SOARES	20	Duplo	VANESSA DE SOUZA MATIELLO	**Colonial**
IARA União da Vitória	CRUZ MACHADO	20	Duplo	VILMARISE DE FATIMA BUENO	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	CRUZEIRO DO IGUAÇU	21	Duplo	ELEANDRA ARALDI BISSOTO MANFROI	**Colonial**
IARA Ivaiporã	CRUZMALTINA	21	Duplo	GABRIELA VALENTINA GALVAO HAIDER DE ALMEIDA	**Colonial**
NR Maringá	DOUTOR CAMARGO	22	Duplo	ÉLICA DE PAIVA LOPES RUIZ	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	ENÉAS MARQUES	22	Duplo	JOCEMARA BRASIL	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	FLOR DA SERRA DO SUL	23	Duplo	MARINA PARISE REINA	**Colonial**
NR Maringá	FLORAÍ	23	Duplo	KELE CRISTHINE MARTINS JIOPATO	**Colonial**
NR Maringá	FLÓRIDA	24	Duplo	ROSINARA CIAVOLELA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	FRANCISCO BELTRÃO	24	Duplo	DANIELE FAGUNDES	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	CAMBÉ	25	Duplo	ROSELEI CARVALHO DA SILVA	**Colonial**
IARA União da Vitória	GENERAL CARNEIRO	25	Duplo	ELOIZE EMANUELLE PADILHA ALBINO	**Colonial**
NR Guarapuava	GOIOXIM	26	Duplo	AMANDA SANTOS MACHADO	**Colonial**
NR Paranavai	GUAIRAÇÁ	26	Duplo	VILMA DOMINGUES DA SILVA RIZZATO	**Colonial**
NR Guarapuava	GUARAPUAVA	27	Duplo	LOSANJA LUCIANA GONZALES DOS SANTOS	**Colonial**
NR Guarapuava	GUARAPUAVA	27	Duplo	JEANE RAMOS SILVÉRIO GARCIA	**Colonial**
IARA Pato Branco	HONÓRIO SERPA	28	Duplo	CLEONYCE DO AMARAL PIZZI	**Colonial**
NR Maringá	IGUARAÇU	28	Duplo	NÁDIA MIRIAN DE SOUZA	**Colonial**
NR Paranavai	INAJÁ	29	Duplo	GISELLE FLORÊNCIO LUCAS DE LIMA DE SOUZA	**Colonial**
NR Maringá	ITAGUAJÉ	29	Duplo	ETIENE CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA LUIZ	**Colonial**
IARA Pato Branco	ITAPEJARA DO OESTE	30	Duplo	ELIANE CRISTINA PIAZENTINI DOS REZES	**Colonial**
NR Paranavai	ITAÚNA DO SUL	30	Duplo	SOLANGE APARECIDA FREITAS DO NASCIMENTO	**Colonial**
IARA Ivaiporã	IVAIPORÃ	31	Duplo	PAMELLA KELLY MARRAFON ROSINA	**Colonial**
IARA Ivaiporã	IVAIPORÃ	31	Duplo	MICHELE DA ROCHA ALVES DE LIMA	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	GUARANIAÇU	32	Duplo	RAFAELA MARCOLIN DE OLIVEIRA	**Colonial**
IARA Apucarana	ARAPONGAS	32	Duplo	RAFAELA FERREIRA DA SILVA	**Colonial**
NR Cascavel	CORBÉLIA	33	Duplo	VERÔNICA DA SILVA	**Colonial**
NR Maringá	IVATUBA	34	Duplo	RAPHAELLE MARTIRE MEZAVILLA	**Colonial**
IARA Jacarezinho	JACAREZINHO	34	Duplo	ISABEL CRISTINA CÂNDIDO MELO	**Colonial**
IARA Apucarna	JANDAIA DO SUL	35	Duplo	SIDNEIA DIAS DE LIMA	**Colonial**
IARA Jacarezinho	JAPIRA	35	Duplo	VALDINEIA DE OLIVEIRA ROCHA	**Colonial**
NR Paranavai	JARDIM OLINDA	36	Duplo	MONICA GOBI ZANELLA	**Colonial**
IARA Ivaiporã	LIDIANÓPOLIS	36	Duplo	LUDIMILA APARECIDA MARTINS BUENO	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	LARANJEIRAS DO SUL	37	Duplo	JOÃO PAULO ASSUNÇÃO RIBEIRO	**Colonial**
IARA Ivaiporã	LUNARDELLI	37	Duplo	RODRIGO DELDOTTO REZENDE	**Colonial**
NR Paranavai	LOANDA	38	Duplo	ELIANE BUZULINI DE LIRA	**Colonial**
NR Maringá	MANDAGUAÇU	38	Duplo	GISIANE CAMARGOS DE FREITAS	**Colonial**
IARA Pato Branco	MANGUEIRINHA	39	Duplo	LADIJANE BRUNETTI	**Colonial**
IARA Ivaiporã	MANOEL RIBAS	39	Duplo	THAIS REGINA CASTILHO DE OLIVEIRA	**Colonial**

IARA Toledo	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	40	Duplo	FERNANDA LUANA SCHMITT	**Colonial**
NR Umuarama	MARIA HELENA	40	Duplo	VILMA APARECIDA DA SILVA MARGONARI	**Colonial**
NR Maringá	MARIALVA	41	Duplo	ADRIANO JOSÉ DE LIMA	**Colonial**
IARA Pato Branco	MARIÓPOLIS	41	Duplo	MAICON CHARLES BASSANESE	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	42	Duplo	GABRIEL ANTUNES DA SILVA	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	42	Duplo	TIAGO HENRIQUE DOLPHINE ALVES	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	43	Duplo	CRISTIANE MULLER CALAZANS	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	43	Duplo	ANA APARECIDA DE BRITO	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	44	Duplo	CLARICE LERIANO MALENTAQUI	**Colonial**
NR Maringá	MARINGÁ	44	Duplo	VANESSA SOUZA ORTIZ	**Colonial**
IARA Pato Branco	MARIÓPOLIS	45	Duplo	EMIRES APARECIDA SBARDELLA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	MARMELEIRO	45	Duplo	VERA LUCIA CECCHIN DAPONT	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	MARMELEIRO	46	Duplo	SUSANI SCANDOLARA CAMPRA	**Colonial**
IARA Apucarna	MAUÁ DA SERRA	46	Duplo	CAMILA MIZUNO	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	MARQUINHO	47	Duplo	WALTER ARANA VARGAS	**Colonial**
IARA Ivaiporã	NOVA TEBAS	47	Duplo	WILLIAN EDUARDO CASSEMIRO TOMAZIN	**Colonial**
NR Maringá	MUNHOZ DE MELLO	48	Duplo	FLAVIA MARINÊS AMORIM DORIGO	**Colonial**
NR Maringá	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	48	Duplo	ESTER MAREGA	**Colonial**
NR Paranavai	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	49	Duplo	FRANCINE RODRIGUES FERREIRA DA ROCHA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	NOVA ESPERANÇA	49	Duplo	MARIANA FELIPE GALBIATTI	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	NOVA PRATA DO IGUAÇU	50	Duplo	MARISTELA RODRIGUES DE LIMA	**Colonial**
NR Maringá	PAIÇANDU	50	Duplo	ANA ALICE DOS SANTOS	**Colonial**
NR Paranavai	PARAÍSO DO NORTE	51	Duplo	ISRAEL DE MORAES	**Colonial**
IARA Pato Branco	PATO BRANCO	51	Duplo	GABRIEL HENRIQUE DAMIN PICOLOTTO	**Colonial**
NR Paranavai	PARANACITY	52	Duplo	CLEISIELY ALENCAR SOLER	**Colonial**
NR Paranavai	PARANAVAÍ	52	Duplo	LUCIANE ESTEVAM DE PONTES COSTA	**Colonial**
NR Paranavai	PARANAVAÍ	53	Duplo	LÍDIA RODRIGUES DOS SANTOS	**Colonial**
NR Paranavai	PARANAVAÍ	53	Duplo	VALDIRENE RODRIGUES DE SOUZA	**Colonial**
NR Paranavai	PARANAVAÍ	54	Duplo	JÉZICA NERES FONSECA BUNIOTTI	**Colonial**
IARA Pato Branco	PATO BRANCO	54	Duplo	HELOIZA NATALIA GARBIN	**Colonial**
IARA União da Vitória	PAULO FRONTIN	55	Duplo	ANELIESE NAJARA LICHTFELD DE MATTOS JASINSKI	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	PÉROLA D'OESTE	55	Duplo	TANIA LOVIS	**Colonial**
NR Curitiba	PIÊN	56	Duplo	CAMILA MÁRCIA DOS SANTOS MOLETTA	**Colonial**
NR Curitiba	PIÊN	56	Duplo	CANDIDA DE LOURDES SIMÕES BINECK	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	PINHAL DE SÃO BENTO	57	Duplo	MARLENE RIGHI	**Colonial**
NR Guarapuava	PINHÃO	57	Duplo	IARA APARECIDA DE OLIVEIRA	**Colonial**
IARA Pitanga	PITANGA	58	Duplo	ANA CLAUDIA NUNES SILVA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	PLANALTO	58	Duplo	JANICE ROYER BORCHARDT	**Colonial**
NR Paranavai	PLANALTINA DO PARANÁ	59	Duplo	VALÉRIO XAVIER DOS SANTOS	**Colonial**
NR Paranavai	QUERÊNCIA DO NORTE	59	Duplo	LEANDRO LOPES DOS SANTOS	**Colonial**
NR Ponta Grossa	PORTO AMAZONAS	60	Duplo	CHRISTIANE JOSEFA ALMEIDA VIEIRA	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	PORTO BARREIRO	60	Duplo	SILVANA APª DE OLIVEIRA MATOS	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	PRANCHITA	61	Duplo	CAROLINE FEDRIGO	**Colonial**
NR Maringá	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	61	Duplo	MARIA IZABEL ROQUE TROLEIS	**Colonial**
NR Guarapuava	PRUDENTÓPOLIS	62	Duplo	LORRAINE HELENA DIAS	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	REALEZA	62	Duplo	CAMILA EDUARDA LOPES	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	RENASCENÇA	63	Duplo	MARIA APARECIDA PRATES DE OLIVEIRA	**Colonial**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NR Guarapuava	RESERVA DO IGUAÇU	63	Duplo	DAISY CRISTINA SCHMITZ	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	RIO BONITO DO IGUAÇU	64	Duplo	MARIANA PANASSOLO	**Colonial**
NR Londrina	ROLÂNDIA	64	Duplo	CARLA PATRÍCIA MASTELINI	**Colonial**
NR Londrina	ROLÂNDIA	65	Duplo	FERNANDA COTARELLI BURANELLO DE ALMEIDA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SALGADO FILHO	65	Duplo	SILVANA TEREZA WELTER	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SALTO DO LONTRA	66	Duplo	SIMONE SORANZO	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SALTO DO LONTRA	66	Duplo	RUDILETE SIMÕES PIRES	**Colonial**
NR Maringá	SANTA FÉ	67	Duplo	ELZA PAES DE LIRA	**Colonial**
NR Maringá	SANTA INÊS	67	Duplo	KÁTIA APARECIDA SANTANA	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SANTA IZABEL DO OESTE	68	Duplo	JULIANI APARECIDA AZAMBUJA	**Colonial**
IARA Pitanga	SANTA MARIA DO OESTE	68	Duplo	MARIA DA GLORIA TOMEN	**Colonial**
NR Paranavai	SANTA MÔNICA	69	Duplo	ALESSANDRA DUARTE DOS SANTOS	**Colonial**
NR Paranavai	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	69	Duplo	ADRIELE DE SOUZA DA SILVA	**Colonial**
NR Cornélio Procópio	SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	70	Duplo	VANESSA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA SILVA	**Colonial**
NR Maringá	SANTO INÁCIO	70	Duplo	ELAINE DE CARVALHO	**Colonial**
NR Cornélio Procópio	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	71	Duplo	LILLIAN GABRIELLA R TEIXEIRA AVELAR	**Colonial**
IARA Pato Branco	SÃO JOÃO	71	Duplo	ANDRIELI BORSATI	**Colonial**
NR Paranavai	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	72	Duplo	JOSILAINE COSTA LEANDRO	**Colonial**
IARA Ivaiporã	SÃO JOÃO DO IVAÍ	72	Duplo	PATRICIA MARIA DOS SANTOS	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SÃO JORGE D'OESTE	73	Duplo	ORLANDA AQUINO BARBOSA	**Colonial**
NR Maringá	SÃO JORGE DO IVAÍ	73	Duplo	MARLENE DA CRUZ CASAGRANDE	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	SÃO JORGE D'OESTE	74	Duplo	RONALDO ROQUE POYER	**Colonial**
NR Maringá	LOBATO	74	Duplo	DANIEL GOMES DA ROCHA	**Colonial**
IARA Ivaiporã	SÃO PEDRO DO IVAÍ	75	Duplo	ANDREIA GALAN CARNIATO	**Colonial**
NR Paranavai	SÃO PEDRO DO PARANÁ	75	Duplo	THALYTA MERYCE DOS SANTOS SOFIATTE	**Colonial**
NR Paranavai	SÃO PEDRO DO PARANÁ	76	Duplo	FERNANDA FARIAS NEGRIZOLLI	**Colonial**
IARA Jacarezinho	SIQUEIRA CAMPOS	76	Duplo	MAIARA SABINO ROSA	**Colonial**
IARA Pato Branco	SULINA	77	Duplo	VIDIANE FORLIN	**Colonial**
NR Paranavai	TERRA RICA	77	Duplo	DAIANE APARECIDA MACHADO DOS SANTOS	**Colonial**
NR Guarapuava	TURVO	78	Duplo	MICHELI JOHANN FIGUEIREDO	**Colonial**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	78	Duplo	MARCIA APARECIDA MOHILSKI	**Colonial**
IARA União da Vitória	UNIÃO DA VITÓRIA	79	Duplo	ÂNGELA ANDREA HORBATIUL	**Colonial**
NR Francisco Beltrão	VERÊ	79	Duplo	PATRÍCIA APARECIDA ZANATA	**Colonial**
IARA Laranjeiras do Sul	VIRMOND	80	Duplo	SANDRA KOZAK	**Colonial**
IARA Pato Branco	VITORINO	80	Duplo	RONICLÉIA DOS SANTOS JOSÉ	**Colonial**
NR Maringá	FLORESTA	81	Duplo	MARIA DE FATIMA MARTINS	**Colonial**
NR Maringá	FLORESTA	81	Duplo	SAMARA CRISTINA CARREIRA CAVICHIOLLI	**Colonial**
NR Guarapuava	GUARAPUAVA	82	Duplo	DANIELE SCHINEMANN DO PRADO	**Colonial**
NR Maringá	LOBATO	82	Duplo	GISLAYNE ESPERANÇA SIQUEIRA BEZERRA	**Colonial**
NR Laranjeira	MATO RICO	83	Duplo	MARIA VERONICA DA SILVA HUMENIUK	**Colonial**
IARA Pato Branco	PALMAS	83	Duplo	DANIELA TOLDO PEDROSO	**Colonial**
IARA União da Vitória	PAULA FREITAS	84	Duplo	ELIZETE MARINO	**Colonial**
NR Guarapuava	GUARAPUAVA	84	Duplo	REGINA DE LIMA PRESCHLAK	**Colonial**
NR Paranavai	SANTA ISABEL DO IVAÍ	85	Duplo	FRANKLIN CARLOS JACOMEL	**Colonial**
IARA Toledo	PINHÃO	85	Duplo	JOSÉ MARIA LIMA OLIVEIRA	**Colonial**

HOTEL DAS CATARATAS RESORT

End: Av. das Cataratas, 12100 – Foz do Iguaçu

HÓSPEDES:

Ref. Regional	Cidade da representação	Quarto	Tipo	Participante	Hotel
NR Cascavel	ANAHY	1	Duplo	JENIFFER KAROLINE DOS SANTOS	**Cataratas**

				VIDAL BUENO	
NR Campo Mourão	BOA ESPERANÇA	1	Duplo	ELIONAI DE OLIVEIRA CARDOSO DA SILVA	**Cataratas**
NR Cascavel	BOA VISTA DA APARECIDA	2	Duplo	RODRIGO FLORENTINO DA SILVA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	CAMPO MOURÃO	2	Duplo	DIEGO COMIRAN	**Cataratas**
NR Campo Mourão	CAMPO MOURÃO	3	Duplo	NEUSA CAETANO DA SILVA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	CAMPO MOURÃO	3	Duplo	MARISA APARECIDA SIMÕES DE FREITAS	**Cataratas**
IARA Toledo	ENTRE RIOS DO OESTE	4	Duplo	RAFAEL LOBO DE SOUZA	**Cataratas**
NR Londrina	IBIPORÃ	4	Duplo	JOSÉ TIAGO GOMES DE OLIVEIRA	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	5	Duplo	LILIANE FARIAS	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	5	Duplo	VERÔNICA MARIA SIMPLÍCIO FERREIRA DE OLIVEIRA	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	6	Duplo	KELLY KRISTINA KUMBIER	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	6	Duplo	RAFAELA ZULMIRA DE OLIVEIRA MORAES	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	7	Duplo	JANAINE LIMA CAMARGO	**Cataratas**
NR Campo Mourão	CAMPINA DA LAGOA	7	Duplo	TERESA DE LIMA MAZER LICHMANN	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	8	Duplo	DANIELE FOSCARINI	**Cataratas**
NR Cascavel	CATANDUVAS	8	Duplo	ELIZIANE BLEM DA SILVA PAVAN	**Cataratas**
NR Cascavel	CATANDUVAS	9	Duplo	SILVIA VIEIRA MARCELINO	**Cataratas**
NR Cascavel	CORBÉLIA	9	Duplo	ENDY BISPO DOS SANTOS	**Cataratas**
NR Campo Mourão	ENGENHEIRO BELTRÃO	10	Duplo	IZABEL DE PAULA LIMA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	FAROL	10	Duplo	MARIA APARECIDA DE SOUZA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	GOIOERÊ	11	Duplo	ALÉXIA ALEXANDRA TOMADON NUNES	**Cataratas**
IARA Toledo	GUAÍRA	11	Duplo	LILIANA ELIZABETH GIMENEZ ACOSTA	**Cataratas**
IARA Toledo	GUAÍRA	12	Duplo	RONALDO MARTINES ESQUIVEL	**Cataratas**
NR Campo Mourão	UBIRATÃ	12	Duplo	JEAN CARLOS BONISSONI	**Cataratas**
NR Cascavel	IGUATU	13	Duplo	GISLEI LUIZA DE MELO FRAGA	**Cataratas**
IARA Toledo	IRACEMA DO OESTE	13	Duplo	ALESSANDRA DE SOUZA ORLANDINI	**Cataratas**
NR Campo Mourão	JURANDA	14	Duplo	CARLA APARECIDA LATCZUK RIBEIRO	**Cataratas**
NR Campo Mourão	MAMBORÊ	14	Duplo	VANESSA APARECIDA MARTINS FERREIRA	**Cataratas**
NR Cascavel	NOVA AURORA	15	Duplo	DAIANE DA SILVA LIMA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	NOVA CANTU	15	Duplo	LETICIA GASPAR CAMARGO BATISTA	**Cataratas**
IARA Toledo	NOVA SANTA ROSA	16	Duplo	LETICIA KERBER HEIMERDINGER	**Cataratas**
IARA Toledo	PALOTINA	16	Duplo	ISABEL DIAS FUENTES	**Cataratas**
IARA Irati	IMBITUVA	17	Duplo	ARDIANA APARECIDA RIBEIRO	**Cataratas**
NR Campo Mourão	PEABIRU	17	Duplo	JOZIANE APARECIDA FERREIRA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	QUARTO CENTENÁRIO	18	Duplo	SAMARA ALVES DA SILVA	**Cataratas**
IARA Toledo	QUATRO PONTES	18	Duplo	VANESSA DE SOUZA CAZARI POZZOLO	**Cataratas**
IARA Toledo	QUATRO PONTES	19	Duplo	ADRIEL JOSE DE QUADROS	**Cataratas**
NR Cascavel	SANTA TEREZA DO OESTE	19	Duplo	SAMUEL SCHAIA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	QUINTA DO SOL	20	Duplo	NEIDE TEIXEIRA SCHORBA	**Cataratas**
NR Campo Mourão	QUINTA DO SOL	20	Duplo	LEILA ROSA MENECHINI	**Cataratas**
NR Campo Mourão	RANCHO ALEGRE D'OESTE	21	Duplo	JANAINA NAYARA SILVA MARIANO	**Cataratas**
NR Campo Mourão	RONCADOR	21	Duplo	ROSE MARI MAYBUK	**Cataratas**
IARA Toledo	SANTA HELENA	22	Duplo	EDINA BARBOSA ROSENO	**Cataratas**
IARA Toledo	SANTA HELENA	22	Duplo	JAQUELINE FERNANDA TURCATTO	**Cataratas**
NR Cascavel	SANTA LÚCIA	23	Duplo	INDIANARA APARECIDA DE LIMA COLASSO	**Cataratas**
IARA Toledo	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	23	Duplo	ANDRÉIA CRISTINE ZIMPEL	**Cataratas**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IARA Toledo	MARIPÁ	24	Duplo	DIEGO EDUARDO STANGE	**Cataratas**
IARA Toledo	TUPÃSSI	24	Duplo	LUIZ CARLOS CHESCA	**Cataratas**
NR Cascavel	CASCAVEL	25	Duplo	CLARA KRÜGER LOPES	**Cataratas**

HOTEL GOLDEN PARK INTERNACIONAL FOZ & CONVENÇÕES BY NACIONAL INN
End: R. Alm. Barroso, 2006 - Centro, Foz do Iguaçu - PR

HÓSPEDES:

Ref. Regional	Cidade da representação	Quarto	Tipo	Participante	Hotel
NR Ponta Grossa	ARAPOTI	1	Duplo	KAREN CRISTINA DE SOUZA FRANCO	**Golden**
NR Ponta Grossa	ARAPOTI	1	Duplo	CINTIA APARECIDA ROCHA DA SILVA	**Golden**
NR Ponta Grossa	CARAMBEÍ	2	Duplo	THIAGO RODRIGUES DE PAULA	**Golden**
IARA Irati	GUAMIRANGA	2	Duplo	NILSON ROBERTO TAQUES	**Golden**
NR Ponta Grossa	CASTRO	3	Duplo	ATAISE DE LIMA VILAS BOAS MARONEZE	**Golden**
NR Ponta Grossa	CASTRO	3	Duplo	JULIANA SILVA CASTRO	**Golden**
NR Ponta Grossa	IMBAÚ	4	Duplo	SOELI ALMEIDA DE OLIVEIRA	**Golden**
NR Ponta Grossa	IPIRANGA	4	Duplo	PAOLA NAYANA KACHAKI	**Golden**
NR Ponta Grossa	JAGUARIAIVA	5	Duplo	DANIELA CANAVARRO MENDES	**Golden**
NR Ponta Grossa	PALMEIRA	5	Duplo	STEFANY NAYARA ANDRADE MACHADO	**Golden**
NR Ponta Grossa	PONTA GROSSA	6	Duplo	EVERALDO CARNEIRO ORTIZ	**Golden**
NR Ponta Grossa	TELEMÂCO BORBA	6	Duplo	MURILO CAMILO CHAGAS CARDOSO	**Golden**
NR Ponta Grossa	PONTA GROSSA	7	Duplo	SILMARA AP. LESIKO	**Golden**
NR Ponta Grossa	PONTA GROSSA	7	Duplo	TAYNÁ SCHNEPPER BARCHE	**Golden**
NR Ponta Grossa	PONTA GROSSA	8	Duplo	ANDRESSA MARAVIESKI	**Golden**
NR Ponta Grossa	RESERVA	8	Duplo	LUCIANE FERNANDES VIEIRA	**Golden**
NR Ponta Grossa	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	9	Duplo	ANA PAULA GRECHAKI HALILA	**Golden**
NR Ponta Grossa	SENGÉS	9	Duplo	DELMA LUCIA ALVES	**Golden**
NR Ponta Grossa	SENGÉS	10	Duplo	CAMILA BITTES CORREA FERNANDES	**Golden**
NR Ponta Grossa	TELEMÂCO BORBA	10	Duplo	JÉSSICA EMANUELE MARTINS LOPES	**Golden**
NR Ponta Grossa	TELEMÂCO BORBA	11	Duplo	ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS	**Golden**
NR Ponta Grossa	TELEMÂCO BORBA	11	Duplo	FRANCIELI LANG SCHIAVON	**Golden**
NR Ponta Grossa	TIBAGI	12	Duplo	SILVANA CAMPOS NOVAKOSKI	**Golden**
NR Ponta Grossa	VENTANIA	12	Duplo	GABRIELI BATISTA LIMA	**Golden**
IARA Irati	FERNANDES PINHEIRO	13	Duplo	THAIS SALVADO TARTAROTTI	**Golden**
IARA Irati	FERNANDES PINHEIRO	13	Duplo	THAIS SALVADO TARTAROTTI	**Golden**
IARA Irati	IRATI	14	Duplo	DORA LEANDRA WOLANIUK	**Golden**
IARA Irati	TEIXEIRA SOARES	14	Duplo	ALINE BUENO MAROCHI	**Golden**
IARA Irati	IRATI	15	Duplo	DIENIFER APARECIDA LOPES	**Golden**
IARA Irati	REBOUÇAS	15	Duplo	ROSANGELA LAURINDO	**Golden**
IARA Irati	IRATI	16	Duplo	DENIS CEZAR MUSIAL	**Golden**
IARA União da Vitória	SÃO MATEUS DO SUL	16	Duplo	LEANDRO ULBRICH BUENO DA SILVEIRA	**Golden**
IARA Irati	MALLET	17	Duplo	DARLEI ANTONIO CABRAL	**Golden**
NR Londrina	TAMARANA	17	Duplo	CARLOS EDUARDO RAMOS	**Golden**
NR Campo Mourão	BARBOSA FERRAZ	18	Duplo	ANTONIO MARCOS DA SILVA MAZZO	**Golden**

132083/2025

RESOLUÇÃO nº 468/2025 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 -SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**
Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Municípios	Equipamentos
Terra Roxa	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

131666/2025

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA/PR
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA – SEDEF

RESOLUÇÃO CONJUNTA 01/2025 – CEDCA/SEDEF
Protocolo 24.740.864-9

Define orientações sobre a destinação de bens imóveis adquiridos com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, na interface com os equipamentos e serviços vinculados ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual prevê como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão";
Considerando que o disposto no §2º do artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual atribui aos Conselhos (Nacional, Estadual e Municipal) a responsabilidade de definir critérios para utilização dos recursos do Fundo para a Infância e Adolescência;
Considerando que a Lei Federal n° 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as crianças e adolescentes se encontrem "em peculiar fase de desenvolvimento", tendo garantia à Proteção Integral que assegure todos seus direitos fundamentais e permita que alcancem todas as suas potencialidades;
Considerando que os recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR tem por objetivo suplementar as políticas públicas estaduais nas diferentes áreas que garantam os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, respeitando as prioridades que envolvem maior risco, assim como respondendo questões de significação no território estadual;
Considerando o disposto na §3º do art. 8° da Resolução n° 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, o qual estabelece que "A destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.";
Considerando a importância de garantir a adequada e efetiva aplicação dos recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR em programas/projetos específicos de atendimento à criança e adolescente, em conformidade com os objetos das parcerias firmadas com organizações governamentais e não-governamentais;
Considerando a necessidade de garantir resultados que concretizem os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como a efetividade dos programas/projetos financiados com recursos do FIA/PR;
Considerando a necessidade de normatizar ações de acompanhamento e fiscalização da utilização dos recursos do FIA/PR, oferecendo elementos para os técnicos da Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, bem para os Municípios, Secretarias de Estado e Organizações da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, responsáveis pela executam dos projetos/programas;
Considerando as frequentes e reiteradas demandas relacionadas a transferência de bens imóveis adquiridos com recursos do FIA/PR, para outros serviços do Município, dadas as reestruturações próprias da gestão municipal.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, **RESOLVEM**:

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS DO FIA/PR

Art. 1° Os recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR são exclusivos para o atendimento de crianças e adolescentes, possuindo caráter suplementar em relação às políticas públicas intersetoriais.

CAPÍTULO II

DOS BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO FIA/PR

Art. 2° Os bens imóveis adquiridos por Município ou por Órgão da Administração Pública Estadual, com recursos do FIA/PR, podem ser redirecionados para outros serviços dentro do próprio Município, no caso de recursos recebidos por Município ou, do Estado, no caso de recurso recebido por Órgão da Administração Pública Estadual, que atendam crianças e adolescentes, após o encerramento da prestação de contas vinculada ao Instrumento que viabilizou a aquisição do bem pelo ente público.

Parágrafo único. Para o redirecionamento dos bens, o Município deverá observar os seguintes requisitos:

I **–** Que haja a continuidade do serviço para qual o imóvel foi adquirido, mantendo ou superando a qualidade do atual espaço onde o serviço é prestado;

II – Que o bem não seja mais necessário para o serviço público, para o qual foi inicialmente adquirido, devendo ser demonstrado como será preservado o programa/projeto que originou o repasse do recurso;

III – Anuência expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no caso de Município e, anuência expressa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR no caso de Órgão da Administração Pública, realizada através da expedição de Resolução/Deliberação específica, devidamente publicada no Diário Oficial.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§1° O CMDCA ou CEDCA/PR deve desaprovar as solicitações que reduzam o atendimento em sua quantidade, comprometam a qualidade do serviço prestado ou ainda, prevejam a utilização dos recursos do FIA/PR em substituição ao orçamento público.

Art. 3° Os Municípios e os Órgãos da Administração Pública Estadual estão sujeitos, a qualquer tempo, à fiscalização do CEDCA/PR e dos demais órgãos de controle em relação aos procedimentos executados.

Art. 4º As propostas de reordenamento deverão ser feitas com bens existentes no Município ou Estado, a depender do ente recebedor no ato da proposição, não podendo versar sobre hipótese futura de recebimento ou aquisição de outro bem.

Art. 5° Os casos omissos serão analisados pela SEDEF e aprovados pelo CEDCA/PR.

Art. 6° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 21 Agosto de 2025.

Danielle Dalavechia Chedid Silvestre
Presidente do CEDCA/PR

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
131856/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 446/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.593.793-8.

I. AUTORIZO com fundamento no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, no art. 134, da Lei nº 14.133/2021 e no inciso III do artigo 176 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e com base no pedido da contratada (Mov. 03), no Aviso nº 05/2025-SEAP/DOS (Mov. 04), na Memória de Cálculo (Mov. 20-21), na Pesquisa e Justificativa da Vantajosidade (Mov. 13-19), bem como na Informação Técnica nº 495/2025-SEDEF/AT (Mov. 31), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 9387/2024**, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e a empresa **BSL SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 07.293.726/0001-09**, que tem por objeto a contratação de serviços continuados de SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS, e, tendo em vista a disponibilidade de recursos orçamentários (Mov. 23-25), **a realização da despesa no valor total de até R$ 19.767,60 (dezenove mil e setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**, referente à aplicação do índice percentual de **repactuação** para ao exercício de 2025 - Data base: Fevereiro, para o Lote 02, no percentual de 11,00% do P.E. nº 847/2024. Assim, o valor mensal de R$ 15.229,26 (quinze mil e duzentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), passará a ser de **R$ 16.904,48 (dezesseis mil e novecentos e quatro reais e quarenta e oito centavos)**.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. Ao NAS/SEDEF para providências.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
131734/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 449/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.650.945-0

I. AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 053/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 407/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 26) e Informação Técnica nº 165/2025 - DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 28), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 18-21), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Terra Roxa.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
131665/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 450/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.333.269-2.

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 434/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 63) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 64-66), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Coronel Vivida – Segunda parcela.
I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
132500/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 451/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.352.744-2.

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 433/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 46) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 47-49), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Maria Helena – Segunda parcela.
I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
132510/2025

RESOLUÇÃO Nº 470 /2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**
Art. 1º Designar a servidora **Rosa Maria Alves Rodrigues,** inscrita no CPF nº ***.989.709-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BENEFICENTE, EDUCACIONAL E MATERNAL DE CIANORTE,** inscrita no CNPJ Nº 95.641.031/0001-38, destinado à execução do projeto aprovado "PROJETO FORTALECENDO LAÇOS", no valor de R$ 268.223,83 (duzentos e sessenta e oito mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
131711/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 454/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 22.330.171-1.

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 442/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 42) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 43-45), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Nova Londrina – Segunda parcela.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

132478/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 455/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 22.342.957-2.

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 444/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 52) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 53-55), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Vitorino – Segunda parcela.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

132528/2025

RESOLUÇÃO Nº 460 /2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora **Clarice Hammerschmidt,** inscrita no CPF nº ***184.699-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO TEMPO DE MILAGRES,** inscrita no CNPJ Nº 17.284.120/0001-60, destinado à execução do projeto aprovado "**Pintando o Setting!**", no valor de R$ 289.781,09 (duzentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e um reais e nove centavos), com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de setembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

131729/2025

RESOLUÇÃO nº 461/2025 - SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **Janine Luswargui Pereira Lima**, inscrita no CPF sob nº ***.374.259-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL ILHA DO SABER, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, inscrita no CNPJ Nº 07.139.484/0001-01 destinado à execução do projeto aprovado "**CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO: MOBILIDADE E ACESSO AO SABER**", no valor de **R$ 284.741,50 (duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)**, com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de setembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

131726/2025

RESOLUÇÃO Nº 462 /2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **André Leonardo Severo,** inscrita no CPF nº ***.098.070--**, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO TEMPO DE MILAGRES,** inscrita no CNPJ Nº 17.284.120/0001-60, destinado à execução do projeto aprovado "TRANSPORTANDO DIREITOS", no valor de R$292.311,30 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e onze reais e trinta centavos), com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de setembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

131796/2025

RESOLUÇÃO Nº 467 /2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora **Clarice Hammerschmidt,** inscrita no CPF nº ***.184.699 -**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA CRISTO REDENTOR,** inscrita no CNPJ N °07.983.650/0002-24, destinado à execução do projeto aprovado "**Impulso Jovem Dorcas**", no valor de **R$ 185.427,54** (cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos), com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de setembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

131718/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MITRA DIOCESANA DE GUARAPUAVA, a Autorização Ambiental - AA nº 60588 com validade até 08/05/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA VISCONDE DE GUARAPUAVA, 236 Bairro:CENTRO Cep:85010240 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132267/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LOTEAMENTO NOVA PARANAGUÁ, a Autorização Ambiental - AA nº 63264 com validade até 29/09/2027, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:PR-407 km 03 Bairro: Cep:83200000 Município:Paranaguá no município de Paranaguá/PR.

132239/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NAIR APARECIDA DE SOUZA GOBIRA, a Autorização Ambiental - AA nº 63262 com validade até 29/03/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA BENEDITA LISBOA DE SOUZA no município de Campo Mourão/PR.

132241/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Sistema de Abastecimento de Água de Mangueirinha, a Autorização Ambiental - AA nº 63266 com validade até 29/09/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Conjunto de sistemas na região de Pato Branco Bairro: Cep:85540000 Município:Pato Branco no município de Mangueirinha/PR.

132244/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE TERRA BOA, a Autorização Ambiental - AA nº 63259 com validade até 28/09/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA SÃO LUIZ Bairro:ZONA RURAL Cep:87240000 Município:Terra Boa no município de Terra Boa/PR.

132247/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE TERRA BOA, a Autorização Ambiental - AA nº 63260 com validade até 28/09/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:Estrada Guaçatonga Bairro:CENTRO Cep:87240000 Município:Terra Boa no município de Terra Boa/PR.

132250/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH CORRENTE DE OURO ENERGÉTICA SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60644 com validade até 20/05/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:VL FAXINAL DO CEU – ARROIO BONITO / COORDENADAS: 25°55’42.70” S / 51°37’32.68” W Bairro: Cep:85170000 Município:Pinhão no município de Pinhão/PR.

132254/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARILZA ANDRADE FARIA DOS SANTOS, a Autorização Ambiental - AA nº 60626 com validade até 16/05/2026, para Desassoreamento de rios locais a ser implantada na Endereco:RUA JOAQUIM JOSÉ PEDROSA, 618 no município de Campo Largo/PR.

132256/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MASTERBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60623 com validade até 15/05/2026, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:ALAMEDA DOM PEDRO II Nº 441 no município de Araucária/PR.

132262/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à F.D.A. GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA SA, a Autorização Ambiental - AA nº 60561 com validade até 02/05/2026, para Hidrelétricas a ser implantada na Endereco:Rodovia PR 170 Bairro:ZONA RURAL Cep:85170000 Município:Cruz Machado no município de CURITIBA/PR.

132274/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Interligação entre os bairros Jardim Santo Antônio e Jardim Novo Horizonte, a Autorização Ambiental - AA nº 60554 com validade até 01/05/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Conjunto Habitacional Jardim Novo Horizonte Bairro: Cep:86700285 Município:Arapongas no município de Arapongas/PR.

132283/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALBERTI GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60469 com validade até 11/04/2025, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:RUA CASTRO ALVES / COORDENADAS: 25°56’8.13”S / 52°10’59.39”O Bairro:CENTRO Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

132292/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ZERO RESÍDUOS LTDA - FILIAL, a Autorização Ambiental - AA nº 63267 com validade até 29/09/2027, para Empreendimento de armazenamento de resíduos a ser implantada na Endereco:AV. CONSTÂNCIO MENDES ESQUINA COM R. GUILHERME WIECHETECK Bairro:DISTRITO INDUSTRIAL Cep:84043735 Município:Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

132243/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NANOVENTIONS BRAZIL SERVIÇOS DE AGRICULTURA, a Autorização Ambiental - AA nº 63258 com validade até 28/03/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA MARCOS NICOLAU STRAPASSONI, Nº 867 Bairro:RECANTO VERDE Cep:83430000 Município:Campina Grande do Sul no município de Campina Grande do Sul/PR.

132248/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, a Autorização Ambiental - AA nº 63257 com validade até 28/09/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Estradas rurais JB-130 e JB-40 Bairro:ZONA RURAL Cep:87960000 Município:Marilena no município de Marilena/PR.

132251/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH Leandra Zanetti, a Autorização Ambiental - AA nº 60643 com validade até 20/05/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:22s 368123.11, 72211066.70 e 368235.66, 7221478.61 Bairro:Área rural Cep:85168000 Município:Marquinho no município de Marquinho/PR.

132259/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PONTE ENERGIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60609 com validade até 13/05/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 SL 133 Bairro:BIGORRILHO Cep:80730420 Município:CURITIBA no município de Boa Ventura de São Roque/PR.

132264/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INSTITUTO ÁGUA E TERRA, a Autorização Ambiental - AA nº 60595 com validade até 09/05/2026, para Barragens, diques e captações a ser implantada na Endereco:Rua Maria de Lurdes Pereira de Freitas Bairro:Palmital Cep:83408526 Município:Colombo no município de Colombo/PR.

132266/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WALFRIDO KOHLER JUNIOR, a Autorização Ambiental - AA nº 60589 com validade até 08/05/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:R ALTAIR CYRO GUBERT, 2160 - MARGINAL PR 170 Bairro:ALTO CASCAVEL Cep:85031114 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132270/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IREKS DO BRASIL S/A, a Autorização Ambiental - AA nº 60563 com validade até 02/05/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:AV. PARANÁ, 200 Bairro:COLÔNIA VITÓRIA Cep:85139400 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132279/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PCH Foz da Anta, a Autorização Ambiental - AA nº 60625 com validade até 16/05/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:23°51’10.90”S 49°57’33.58”O Bairro: Cep:84935000 Município:Tomazina no município de Tomazina/PR.

132257/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CACUMBANGUE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60613 com validade até 13/05/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:RIO DO COBRE, S/N Bairro: Cep:85168000 Município:Marquinho no município de Marquinho/PR.

132263/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INSTITUTO ÁGUA E TERRA, a Autorização Ambiental - AA nº 60591 com validade até 08/05/2026, para Barragens, diques e captações a ser implantada na Endereco:Rua Antônio Kamaroski Bairro:Guaraituba Cep:87500000 Município:Colombo no município de Colombo/PR.

132273/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BASTECK ALIMENTOS S/A, a Autorização Ambiental - AA nº 60501 com validade até 18/04/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA ALZINO CARAZZAI, 3585 Bairro:ARAUCÁRIAS Cep:85050450 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132286/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH EVO, a Autorização Ambiental - AA nº 60479 com validade até 14/04/2025, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Barra Santa Salete, Zona Rural Bairro: Cep:85260000 Município:Pitanga no município de Pitanga/PR.

132297/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ILISEU SIGNORETO RODRIGUES, a Autorização Ambiental - AA nº 60434 com validade até 07/04/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:DANIEL SIGNORETO RODRIGUES, 81 no município de Araucária/PR.

132304/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SEBASTIÃO CARLOS BRESSAN, a Autorização Ambiental - AA nº 60439 com validade até 07/04/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:RUA ANTÔNIO GITKOSKI, S/Nº no município de Campo Largo/PR.

132307/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH Marreco I, a Autorização Ambiental - AA nº 60419 com validade até 04/04/2025, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:Zona rural Toledo-PR Bairro: Cep:85900000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

132310/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Mina Itaretama, a Autorização Ambiental - AA nº 60506 com validade até 18/04/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:25° 6' 9,86" S 49° 24' 12,48" O Bairro: Cep:83514505 Município:Rio Branco do Sul no município de Rio Branco do Sul/PR.

132294/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSEFA IRACEMA KLEINA, a Autorização Ambiental - AA nº 60433 com validade até 07/04/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA JOSÉ KLEINA, S/N Bairro:TANGUÁ Cep:83500000 Município:Almirante Tamandaré no município de Almirante Tamandaré/PR.

132298/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PCH Cobre km 19, a Autorização Ambiental - AA nº 60422 com validade até 04/04/2026, para Pequena Central Hidrelétrica - PCH a ser implantada na Endereco:Rio do Cobre Km 19 Bairro: Cep:85168000 Município:Marquinho no município de Marquinho/PR.

132312/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH SANTA ANA ENERGIA SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60383 com validade até 26/03/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:RIO CONGONHAS / COORDENADAS: 23°28'7.05"S / 50°36'33.45"O Bairro: Cep:86315000 Município:Santo Antônio do Paraíso no município de Santo Antônio do Paraíso/PR.

132318/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDEMIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, a Autorização Ambiental - AA nº 60358 com validade até 24/03/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:RODOVIA PR 218, KM 372 - LOTE 1-B Bairro:DISTRITO DE GRACIOSA Cep:87700000 Município:Paranavaí no município de Paranavaí/PR.

132322/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELECTROLUX DO BRASIL S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 60351 com validade até 21/03/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:ESTRADA DO LARA, S/N - 83750-000 Bairro: Cep:83149899 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

132324/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TELES DE PROENÇA ENERGIA HIDRELETRICA SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60344 com validade até 20/03/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Coordenadas: 23°50'58.18'.'S / 51°22'11.81"O Bairro:CENTRO Cep:87300020 Município:Faxinal no município de Faxinal/PR.

132328/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORAÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CLUBE PALM COAST X126 SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60319 com validade até 14/03/2025, para Unificação seguida de desmembramento a ser implantada na Endereco:AVENIDA REPUBLICA ARGENTINA, 4882 no município de Almirante Tamandaré/PR.

132332/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDRO OLAVO DEL SECHI, a Autorização Ambiental - AA nº 60316 com validade até 14/03/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:RUA ERNESTO JULIANO, 400 no município de São José dos Pinhais/PR.

132334/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BATTAGLIA & CERUZI INCORPORACOES LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60321 com validade até 14/03/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA JEREMIAS MACIEL PERRETTO, N° 1020 no município de Colombo/PR.

132336/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALANDERSON APARECIDO RIBAS, a Autorização Ambiental - AA nº 63263 com validade até 29/03/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA PORTUGAL, 247 no município de Campo Mourão/PR.

132240/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PICADOR E TRITURADOR PARA PROCESSAR DE GALHOS, TRONCOS, ARBUSTOS E FOLHAS, a Autorização Ambiental - AA nº 63268 com validade até 29/09/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:R. Rio Grande do Norte, nº 1000 Bairro:centro Cep:86870000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

132242/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Sistema de Esgotamento Sanitário, a Autorização Ambiental - AA nº 63265 com validade até 29/09/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Vários pontos na região de Saudade do Iguaçu Bairro: Cep:85568000 Município:Saudade do Iguaçu no município de Saudade do Iguaçu/PR.

132245/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E RETIRADA DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO SUBTERRÂNEO DE COMBUSTÍVEIS - SASC, a Autorização Ambiental - AA nº 63256 com validade até 28/09/2027, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:Av. Brasil, nº 635, Centro Bairro: Cep:86840000 Município:Faxinal no município de Faxinal/PR.

132252/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VITOR HUGO GAUDÊNCIO JOHNSON, a Autorização Ambiental - AA nº 60576 com validade até 06/05/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rodovia dos Minérios, Nº 7080 Bairro:Jardim dona Belizaria Cep:83500000 Município:Almirante Tamandaré no município de Almirante Tamandaré/PR.

132275/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PCH São Luis, a Autorização Ambiental - AA nº 60547 com validade até 29/04/2025, para Pequena Central Hidrelétrica - PCH a ser implantada na Endereco:RUA PEDRO METZEN Bairro: Cep:53530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

132278/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH COSCHINHAKI ENERGETICA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60517 com validade até 21/04/2025, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:SIT LOCALIDADE RIO CASCATA S/N - COORDENADAS: 24º32'41,22"S / 51º32'19,65"O Bairro:ZONA RURAL Cep:85200000 Município:Pitanga no município de Pitanga/PR.

132285/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSÉ MASSAMITSU KOHATSU, a Autorização Ambiental - AA nº 60498 com validade até 17/04/2025, para Canais para drenagem a ser implantada na Endereco:RUA PROFESSOR BECKER, 2077 APTO 302 Bairro: Cep:85000000 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132287/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UHE Baixo Iguaçu, a Autorização Ambiental - AA nº 60468 com validade até 11/04/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:53W 41'' 29 Bairro: Cep:85790000 Município:Capitão Leônidas Marques no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

132290/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA LUCIA RAMOS DE AZAMBUJA VANTO, a Autorização Ambiental - AA nº 60429 com validade até 07/04/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:RUA SEBASTIAO NEPOMUCENO PINTO, 433 no município de Contenda/PR.

132295/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Auto Posto Pelanda 27 Ltda, a Autorização Ambiental - AA nº 60436 com validade até 07/04/2025, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:Rodovia BR 376, km 626, nº 27.500 Bairro:CONTENDA Cep:83824000 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

132299/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CHRISKAU COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME, a Autorização Ambiental - AA nº 60430 com validade até 07/04/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA ANTONIO MANOSSO, 1656 no município de Campo Magro/PR.

132305/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH Pitanga, a Autorização Ambiental - AA nº 60418 com validade até 04/04/2025, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:Zona rural Pitanga/PR Bairro: Cep:85200000 Município:Pitanga no município de Pitanga/PR.
132309/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SANTA HELENA ENERGIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60312 com validade até 14/03/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:RUA BRASILINO MOURA, 827 Bairro:AHÚ Cep:80540340 Município:Arapoti no município de Arapoti/PR.
132331/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALTRAO PARTICIPACOES SOCIETARIAS S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 60320 com validade até 14/03/2026, para Terraplenagem a ser implantada na Endereco:RUA ALBINO FERREIRA, n° 227 Bairro:BARIGUI Cep:83707452 Município:Araucária no município de Araucária/PR.
132333/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SIBELIA VIDAL PADILHA, a Autorização Ambiental - AA nº 60318 com validade até 14/03/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:RUA VICTOR DE ALMEIDA BARBOSA, no município de Campo Largo/PR.
132335/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UHE Governador Pedro Parigot de Souza, a Autorização Ambiental - AA nº 60302 com validade até 13/03/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:Campina Grande do Sul Bairro: Cep:83430000 Município:Campina Grande do Sul no município de Campina Grande do Sul/PR.
132337/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Interligação entre os bairros Jardim Santo Antônio e Jardim Novo Horizonte, a Autorização Ambiental - AA nº 60553 com validade até 01/05/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Conjunto Habitacional Jardim Novo Horizonte Bairro: Cep:86700285 Município:Arapongas no município de Arapongas/PR.
132276/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH BITUR ENERGÉTICA, a Autorização Ambiental - AA nº 60534 com validade até 25/04/2026, para Central de Geração Hidrelétrica - CGH a ser implantada na Endereco:Est. Imovel Dois Irmãos Bairro: Cep:85170000 Município:Pinhão no município de Pinhão/PR.
132288/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE TERRA BOA, a Autorização Ambiental - AA nº 63261 com validade até 28/09/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA OLARIA Bairro:ZONA RURAL Cep:87240000 Município:Terra Boa no município de Terra Boa/PR.
132249/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Autorização Ambiental - AA nº 60638 com validade até 19/06/2024, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:RUA MIGUEL PEDRO ABIB, 179 Bairro:JARDIM ACROPOLE Cep:82980410 Município:CURITIBA no município de CURITIBA/PR.
132255/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUPERMERCADO JACOMAR LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60590 com validade até 08/05/2026, para Rodovias a ser implantada na Endereco:AVENIDA SÃO PAULO, 331, BR-116, KM 126 no município de Fazenda Rio Grande/PR.
132268/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Interligação entre os bairros Jardim Santo Antônio e Conj. Ulisses Guimarães, a Autorização Ambiental - AA nº 60555 com validade até 01/05/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Conjunto Habitacional Jardim Novo Horizonte Bairro: Cep:86700285 Município:Arapongas no município de Arapongas/PR.
132284/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FATIMA DE ARAUJO SKOCYNSKI, a Autorização Ambiental - AA nº 60426 com validade até 07/04/2026, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:RUA ANIBAL KHURY, 2095 no município de Balsa Nova/PR.
132302/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CACUMBANGUE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60417 com validade até 04/04/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:RIO DO COBRE / COORDENADAS: 25° 8’12.17”S / 52°16’4.75”O Bairro: Cep:85168000 Município:Marquinho no município de Marquinho/PR.
132311/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BOTICA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60408 com validade até 03/04/2026, para Fabricação de perfumarias e cosméticos a ser implantada na Endereco:AV. RUI BARBOSA, 4110 Bairro:PARQUE DA FONTE Cep:83065260 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.
132314/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMERICA DO SUL ENERGIA RENOVAVEL LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60385 com validade até 26/03/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:COORDENADAS: 24°18’15.10”S / 52°27’16.54”O Bairro:VILA INDUSTRIAL Cep:87340000 Município:Toledo no município de Mamborê/PR.
132320/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Unificação dos Maciços da Estre Ambiental, a Autorização Ambiental - AA nº 60349 com validade até 21/03/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:25°39’22.51”S 49°20’41.73”O Bairro: Cep:83829308 Município:Fazenda Rio Grande no município de Fazenda Rio Grande/PR.
132327/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE QUITANDINHA, a Autorização Ambiental - AA nº 60330 com validade até 17/03/2026, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:AV. JOSÉ DE SÁ RIBAS 238 Bairro:Centro Cep:83840000 Município:Quitandinha no município de Quitandinha/PR.
132329/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RICHARDI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60295 com validade até 12/03/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:AVENIDA VEREADOR SERAFIM RIBAS, 4047 Bairro:BOQUEIRÃO Cep:85023500 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.
132338/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PONTE ENERGIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60582 com validade até 06/05/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 SL 133 Bairro:BIGORRILHO Cep:80730420 Município:CURITIBA no município de Boa Ventura de São Roque/PR.
132271/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Interligação entre os bairros Jd. Santo Antônio e Conj. Ulisses Guimarães, a Autorização Ambiental - AA nº 60556 com validade até 01/05/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Conjunto Habitacional Jardim Novo Horizonte Bairro: Cep:86700286 Município:Arapongas no município de Arapongas/PR.
132277/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MURILO JASKIEVICZ, a Autorização Ambiental - AA nº 60543 com validade até 28/04/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:ESTRADA DOM RODRIGO, 470 Bairro:itaboa Cep:83605145 Município:Campo Largo no município de Campo Largo/PR.
132280/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AutoPostoJardimGuarany, a Autorização Ambiental - AA nº 60428 com validade até 07/04/2026, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:BR 277 KM 104 Bairro:Jardim Guarany Cep:83608000 Município:Campo Largo no município de Campo Largo/PR.
132301/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PHP TRANSPOTES LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60435 com validade até 07/04/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rua Cesar Scarpim,s/n Bairro:Guabiroba Cep:83601361 Município:Campo Largo no município de Campo Largo/PR.
132303/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CESAR LINUS WALDRAFF, a Autorização Ambiental - AA nº 60432 com validade até 07/04/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA DARIO BORDIN 296 no município de Colombo/PR.

132306/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA STARON GARCIA, a Autorização Ambiental - AA nº 60427 com validade até 07/04/2025, para Desmembramento a ser implantada na Endereco:AVENIDA JOSÉ MOSSON, S/N no município de Contenda/PR.

132308/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RIO BONITO EMBALAGENS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60416 com validade até 04/04/2025, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:SITIO BOA VENTURA - ESTRADA PARA BOA VENTURA S. ROQUE S/N / COORDENADAS: 24°47'6.38"S / 51°33'34 Bairro:RIO BONITO Cep:85225000 Município:Boa Ventura de São Roque no município de Boa Ventura de São Roque/PR.

132315/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CENTRAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA CGH TAGUAZINHO SPE LTDA., a Autorização Ambiental - AA nº 60384 com validade até 26/03/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:RIO PINHÃO - Coordenadas: 25°36'44.37"S / 51°42'20.62"O Bairro: Cep:85000000 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

132319/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELECTROLUX DO BRASIL S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 60350 com validade até 21/03/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Rua Durval Moletta, 2160, Agaraú Bairro: Cep:83149899 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

132323/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH RECANTO FELIZ ENERGIA SPE LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 60345 com validade até 20/03/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:Coordenadas: 25°17'11.10"S / 53° 1'22.35"O Bairro: Cep:85470000 Município:Catanduvas no município de Catanduvas/PR.

132325/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE BALSA NOVA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8550 com validade até 07/04/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Avenida Brasil, 665 no município de Balsa Nova/PR.

132296/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE COLOMBO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8571 com validade até 22/04/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Rua Luís Carlos Arcie Bairro:São Gabriel Cep:83414000 Município:Colombo no município de Colombo/PR.

132291/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRASEKA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA 2095, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8570 com validade até 22/04/2030, para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada na Endereco:AV OLIMPIO RAFAIN Bairro:TRES BANDEIRAS Cep:85862210 Município:Foz do Iguaçu no município de Foz do Iguaçu/PR.

132282/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO MOCA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37158 com validade até 14/03/2029, para Explotação instalada na Endereco:CAMPINA DOS PINTOS Bairro:ZONA RURAL Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul no município de Rio Branco do Sul/PR.

132330/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELA VISTA COMERCIO DE CAL E TRANSPORTES RODOVIARIOS, a Licença de Operação - LO nº 37176 com validade até 09/05/2029, para Explotação instalada na Endereco:ESTRADA CAMPO GRANDE - MORRO AZUL, KM 1,5 Bairro: Cep:83530000 Município:Almirante Tamandaré no município de Almirante Tamandaré/PR.

132265/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Criadouro Êxodo, a Licença Prévia - LP nº 43737 com validade até 21/05/2029, para Criadouro comercial a ser implantada na Endereco:RUA ANTONIO ROSENENTE NETTO, 300 Bairro: Cep:83411502 Município:Colombo no município de Colombo/PR.

132253/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de cascalho, a Licença Prévia - LP nº 43722 com validade até 16/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Localidade de Liberto Bairro: Cep:84300000 Município:Tibagi no município de Tibagi/PR.

132289/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPLEXO MINEROINDUSTRIAL - AMPLIAÇÃO DE LAVRA DE CALCÁRIO (MINA PARANAÍ), a Licença Prévia - LP nº 43886 com validade até 29/09/2030, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:AV MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS (BR-476), S/N, KM 01 Bairro:CENTRO Cep:83490000 Município:Adrianópolis no município de Adrianópolis/PR.

132246/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 43736 com validade até 16/05/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:GLEBA DE JACARANDÁ, S/N Bairro:GLEBA JACARANDA Cep:83260000 Município:Matinhos no município de Matinhos/PR.

132258/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DRAGAGEM, PORTO E DEPÓSITO DE AREIA, a Licença Prévia - LP nº 43715 com validade até 31/03/2025, para Explotação a ser implantada na Endereco:FAZENDA ÁGUA SUJA Bairro: Cep:84990000 Município:Arapoti no município de Arapoti/PR.

132316/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINA - MINERAÇÃO ADRIANÓPOLIS LTDA, a Renovação da Licença de Instalação - RLI nº 20697 com validade até 10/04/2026, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:RUA MARECHAL DEODORO 334 Bairro:CENTRO Cep:80020320 Município:CURITIBA no município de Adrianópolis/PR.

132293/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR, a Renovação da Licença de Instalação - RLI nº 18340 com validade até 13/05/2030, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:PR-182 (TOLEDO) PR-364 (ASSIS) PR-182 (F. ALVES) PR-364 (TERRA ROXA) Bairro:ESTRADAS Cep:87000000 Município:Palotina no município de Palotina/PR.

132269/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO CONTENDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 32449 com validade até 23/04/2029, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:Localidade de Itagassava Bairro:Itagassava Cep:83730000 Município:Contenda no município de Lapa/PR.

132281/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDERSON FONTANA DE JESUS, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36477 com validade até 03/04/2030, para Criadouro comercial instalada na Endereco:RUA ROSA MISTICA PEDRONI, 230 Bairro:CONJ. MANDAGUARI 2 Cep:86975000 Município:Mandaguari no município de Mandaguari/PR.

132313/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO COSTA LTDA -ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 32094 com validade até 20/03/2029, para Explotação instalada na Endereco:RUA JOÇAO LUNARDELLI N° 2621 Bairro:CIDADE INSDUSTRIAL Cep:81460100 Município:CURITIBA no município de Contenda/PR.

132326/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RANCHO PARATI/ELÍDIO VIEIRA GUIOMAR, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36598 com validade até 25/03/2030, para Criadouro comercial instalada na Endereco:RUA VAZ CAMINHA, 915 Bairro: Cep:87010420 Município:Maringá no município de Maringá/PR.

132321/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUELI GASPARIN AREIAS, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 32867 com validade até 31/03/2029, para Explotação instalada na Endereco:ESTRADA MORRO GRANDE 1000 Bairro:POCINHO Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul no município de Rio Branco do Sul/PR.

132317/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANÁ XISTO S.A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 21962 com validade até 02/05/2029, para Explotação instalada na Endereco:RODOVIA DO XISTO BR 476 KM 143 Bairro:INDUSTRIAL Cep:83900000 Município:São Mateus do Sul no município de São Mateus do Sul/PR.

132272/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JAIME LUIZ GOMES, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 17311 com validade até 15/05/2029, para Explotação instalada na Endereco:LOCALIDADE DE BANHADÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:83590000 Município:Doutor Ulysses no município de Doutor Ulysses/PR.

132260/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SHAMANTTA COSTA E CIA LTDA -ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 4503 com validade até 15/05/2029, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:RUA PEDRO MARTIN S 651 Bairro: Cep:83149899 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

132261/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Criadouro Ayrton Maciozek, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36435 com validade até 11/04/2028, para Criadouro comercial instalada na Endereco:Rua Jesuíno Alves da Rocha Loures, 1281 Bairro: Cep:85550000 Município:Palmas no município de Palmas/PR.

132300/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FORTUNAGRO LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357338 com validade até 29/09/2031, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Rua Silvio Rossato, 918 no município de Novo Itacolomi/PR.

131751/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à R A ZANELLA CONSTRUTORA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357385 com validade até 29/09/2028, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Pioneiro, 2040 no município de Palotina/PR.

131765/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECICLAVEIS MESSIAS LTDA., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 354485 com validade até 29/09/2031, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Rua Frei Rafael Mainka, 1210 no município de Paranavaí/PR.

131740/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LEBI - MARQUÊS DE OLINDA SPE LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357392 com validade até 29/09/2030, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Avenida Santa Catarina, 1938 no município de Apucarana/PR.

131771/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADEMIR LUIS KLEIN, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357394 com validade até 29/09/2028, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Padre Henrique Perbeche, 323 no município de Toledo/PR.

131772/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357348 com validade até 29/09/2031, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na GLEBA ATLÂNTIDA ,EST. CARVALHO, SN no município de Iporã/PR.

131755/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à L F O ENGENHARIA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 357326 com validade até 29/09/2031, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na RUA PAULO RODRIGUES DA SILVA, 334 no município de Jacarezinho/PR.

131747/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADRIAAN FREDERIK KOK, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 357246 com validade até 28/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Chácara Baronesa, 2ª Lomba, Colônia Holandesa, S/N no município de Arapoti/PR.

131746/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ZAFALON - AUTO POSTO SEDE ALVORADA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 357333 com validade até 29/11/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na RODOVIA BR 467, S/N no município de Cascavel/PR.

131748/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASTROLANDA - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 357410 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na ROD PR 151 CASTRO A PIRAI DO SUL KM 278, s/n° no município de Castro/PR.

131774/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADR ANSOLIN LOTEAMENTOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 357414 com validade até 29/09/2029, para Imobiliário - Parcelamento de solo instalada na Avenida Egydio Geronymo Munaretto, s/n no município de Toledo/PR.

131775/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, a Licença de Operação - LO nº 357357 com validade até 29/09/2029, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos instalada na Lote, 301-E no município de Nova Esperança/PR.

131757/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RENATI BERGMAIER WULFF, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357424 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Lote Rural 110/125-A, Concordia do Oeste, s/n no município de Toledo/PR.

131779/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357336 com validade até 28/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na AREA RURAL - CSS SÃO JORGE, S/N no município de Ortigueira/PR.

131749/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RUBENS JOSÉ CAMPO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357337 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LINHA CODAL, 0 no município de São José das Palmeiras/PR.

131750/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DILVANE RIBEIRO DA SILVA SANTOS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357363 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LOTE RURAL N° 100-D, DO NÚCLEO JACUTINGA - MATRÍCULA 19.634/01F, SN no município de Coronel Vivida/PR.

131758/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMANDA HONDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357365 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Fazenda Jaboticabal BR-153, s/n no município de Conselheiro Mairinck/PR.

131759/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NEREU PARZIANELLO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357368 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA JABOTICABAL, SN no município de Chopinzinho/PR.

131760/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TIAGO SCHUCK, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357374 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na REASSENTAMENTO ITÁ I, S/Nº no município de Mangueirinha/PR.

131761/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROBERTO RIVILINO PRESCHLAK, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357377 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Barra do Vitorino, s/n no município de Itapejara do Oeste/PR.

131762/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357381 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na ROD. P GROSSA ITAIACOCA, KM 7 no município de Ponta Grossa/PR.

131763/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357388 com validade até 29/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na AST - SANTA LUCIA - ÁREA RURAL, sn no município de São Jerônimo da Serra/PR.

131767/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ABEL ROSA VICHINEVSKI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357409 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Localidade de Boa vista do Pirapo, s/n no município de Irati/PR.

131773/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS JOSÉ TIBÉRIO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357416 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Rodovia Municipal Manoel Garcia, sn no município de Lupionópolis/PR.

131776/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RAISA CRESPO TIBERIO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357422 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada Munic. Manoel Garcia, sn no município de Lupionópolis/PR.

131777/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRANS-MADEIRA - PRODUCAO DE MADEIRA PICADA LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357427 com validade até 29/09/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na RUA PROJETADA D, S/N no município de Goioerê/PR.

131780/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HERVANARIO VERBENA NUTRITION LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357430 com validade até 29/09/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Avenida Antonio Pillegi, 866 no município de Marialva/PR.

131781/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357455 com validade até 29/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Rural - DRV Rio Novo, S/N no município de Reserva/PR.

131782/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357460 com validade até 29/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Rural - CSO Solar, S/N no município de Reserva/PR.

131783/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357466 com validade até 29/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Área Rural , Rio Bonito - Emp. Agro. Rio Bonito LTDA, sn no município de Ponta Grossa/PR.

131785/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAIZ ALZIRA VASCO BINI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357484 com validade até 29/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Sítio Mangueirão, s/n no município de Teixeira Soares/PR.

131786/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROMAQ SERVIÇOS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 357498 com validade até 29/09/2027, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rodovia PR-508, km 8,8, s/n no município de Paranaguá/PR.

131788/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONCREROMA CONCRETEIRA LTDA ME, a Licença Prévia - LP nº 357384 com validade até 29/12/2025, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Avenida José Bonifácio, 1949 no município de Cambé/PR.

131764/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à F E G ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 357495 com validade até 29/09/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rod. BR280, sn no município de Flor da Serra do Sul/PR.

131787/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, a Licença Prévia - LP nº 357391 com validade até 29/09/2027, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na Avenida Rocha Pombo, s/n no município de Nova Esperança/PR.

131770/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FABIO FELIPPE PALAZZI, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 357389-R1 com validade até 29/09/2031, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Rodovia PR-218 - Lote 89-A/1/1 - Fazenda P, . no município de Presidente Castelo Branco/PR.

131768/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRLENE GRANZOTTO CASSIMIRO DE SOUZA -ME, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 357075-R1 com validade até 29/09/2031, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração a ser implantada na RUA OURO FINO, 714 no município de Loanda/PR.

131744/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MADEIREIRA CARDOSO LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 357065-R1 com validade até 29/09/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Av. João Franco Sobrinho, s/n no município de Rebouças/PR.

131743/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELEMENTUS QUIMICA DO BRASIL LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 357423-R1 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Francisco de Matos, 71 Parque Industrial I Lote 313-A/1/2/315-1/2-A/, s/n no município de Mandaguari/PR.

131778/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GILDO KWITSCHAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357343-R2 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Fazenda Natal, S/N no município de Campo Mourão/PR.

131754/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASCA 02 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357390-R2 com validade até 29/09/2031, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Souza Naves, 304 no município de Cascavel/PR.

131769/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LIGNE NATUREL COSMETICOS E PERFUMES LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357463-R2 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Cláudio Manoel da Costa, 8 no município de Cambé/PR.

131784/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357387-R2 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia BR 272, km 388, s/nº no município de Farol/PR.

131766/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECICLAGEM COLIZEU LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 356711-R1 com validade até 29/09/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Jose Monteiro, 187 no município de Loanda/PR.

131741/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à D'AGOSTINI COMBUSTIVEIS II LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 356808-R1 com validade até 29/09/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na AVENIDA BRASIL, 4010 no município de Medianeira/PR.

131742/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS CROMO ART - LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357189-R1 com validade até 29/09/2029, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Ceará, 292 no município de São Pedro do Paraná/PR.

131745/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAVANDERIA ÁGUA AZUL LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357313-R2 com validade até 29/09/2035, para Comércio e Serviço - Lavanderia instalada na Rua Doutor Olavo Secco Rigon, 317 no município de Toledo/PR.

131752/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROXISTO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 357354-R3 com validade até 29/09/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Av Alvir Sergio Licheski, 505 no município de São Mateus do Sul/PR.

131756/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDRO GIORDANI, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 357341 com validade até 29/09/2030, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LOTE RURAL Nº 115-A, 115-A no município de Toledo/PR.

131753/2025

Portaria n° 12187/2025/OD-GOUT. Prot. 22.669.739-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Ribeirão Santo Inácio. Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7.489.526,00 N 416.866,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 48.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Santo Inácio.

131950/2025

Portaria n° 12191/2025/OD-GOUT. Prot. 22.630.193-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) BEATE VON STAA - CPF/CNPJ 082.003.038-45. Itararé. Coordenadas UTM 7.321.292,99 N 626.565,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Limpeza. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 16:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Jaguariaíva. Esta portaria revoga a portaria n° 020/2014.

131926/2025

Portaria n° 12192/2025/OD-GOUT. Prot. 22.676.009-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) JAIME FAVARETTO - CPF/CNPJ 869.802.979-53. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.245.628,00 N 794.296,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Resfriamento, Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 18.00 m³/h 03:00 horas/dia 30 dias/mês. Município São José das Palmeiras.

131965/2025

Portaria n° 12190/2025/OD-GOUT. Prot. 24.254.757-8. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) ANDREIS MINERACAO LTDA - CPF/CNPJ 12.284.702/0004-76. Rio Piquiri. Piquiri. Coordenadas UTM 7.339.320,00 N 197.771,00 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Francisco Alves.

132364/2025

Portaria n° 12181/2025/OD-GOUT. Prot. 23.706.831-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) NELCI BORDIGNON KOHLER - CPF/CNPJ 031.308.889-69. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.254.775,43 N 206.288,82 E. Validade 26/08/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 37.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ouro Verde do Oeste.

132209/2025

Portaria n° 12179/2025/OP-GOUT. Prot. 23.801.334-8. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) CGH SAFRA ENERGETICA SPE LTDA - CPF/CNPJ 40.057.482/0001-30. Rio Cobras. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.185.168,43 N 323.481,59 E. Validade 3 anos. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Espigão Alto do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 11069/2022/OP-GOUT.

132210/2025

Portaria n° 12198/2025/OP-GOUT. Prot. 24.302.287-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) LINDEMAR CASSOL - CPF/CNPJ 681.083.389-72. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.269.833,01 N 258.187,54 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 39.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

132460/2025

Portaria n° 12177/2025/OD-GOUT. Prot. 24.084.419-2. Captação superficial. Outorgado(s) Milton Fagan - CPF/CNPJ 463.538.019-04. Ribeirão Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.421.097,00 N 372.109,00 E. Validade 23/09/2031. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 90.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Floraí. Esta portaria revoga a portaria n° 24410/2023/OP-GOUT.

132221/2025

Portaria n° 12183/2025/OD-GOUT. Prot. 24.183.600-2. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) JANDIR JOSE PRIMAO - CPF/CNPJ 546.254.839-72. Córrego Tapui. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.253.362,94 N 220.690,60 E. Validade 10/05/2030. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 7.20 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

132225/2025

Portaria n° 12188/2025/OD-GOUT. Prot. 22.574.462-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) BRAFER CONSTRUÇÕES METALICAS SA - CPF/CNPJ 77.153.773/0001-32. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.176.986,32 N 666.900,06 E. Validade 6 anos. Finalidade Combate a incêndio, Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 18:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araucária. Esta portaria revoga a portaria n° 1211/2014.

131925/2025

Portaria n° 12186/2025/OD-GOUT. Prot. 22.334.302-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) FERNANDO BRANDELERO - CPF/CNPJ 030.980.459-06. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.151.494,51 N 252.034,54 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 06:15 horas/dia 31 dias/mês. Município Santa Izabel do Oeste.

131831/2025

Portaria n° 12193/2025/OD-GOUT. Prot. 22.799.997-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) LÉO AUGUSTINHO SONEGO - CPF/CNPJ 282.609.969-87. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.315.016,81 N 796.717,27 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal, Abastecimento de pulverizadores. Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 06:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Terra Roxa. Esta portaria revoga a portaria n° 1092/2021.

132011/2025

Portaria n° 12194/2025/OD-GOUT. Prot. 21.808.395-1. Captação superficial. Outorgado(s) IZIDORIO PECHEBELA - CPF/CNPJ 135.912.409-82. Mina/Nascente Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.315.396,00 N 264.188,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Formosa do Oeste. Esta portaria revoga a portaria n° 447/2021.

132386/2025

PARECER NEGATIVO n° 10100/2025/PN-GOUT. Protocolo 23.250.518-4. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de MOYA GIMENES & CIA LTDA - CPF/CNPJ 05.412.335/0001-30. Rio Cachoeira. Coordenadas UTM 7.471.772,00 N 398.541,00 E. Município Colorado. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

132513/2025

Portaria n° 12203/2025/OD-GOUT. Prot. 21.363.615-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Tibagi. Tibagi. Coordenadas UTM 7.219.825,16 N 572.553,89 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 151.88 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ponta Grossa.

132507/2025

Portaria n° 12197/2025/OP-GOUT. Prot. 24.445.087-3. Captação superficial. Outorgado(s) Nei luis Basso - CPF/CNPJ 724.495.199-04. Rio São João. Piquiri. Coordenadas UTM 7.312.035,52 N 798.202,30 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 60.00 m³/h 18:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Terra Roxa.

132477/2025

Portaria n° 12184/2025/OD-GOUT. Prot. 21.114.674-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) JOÃO CARLOS ALBANO - CPF/CNPJ 017.911.599-58. Itararé. Coordenadas UTM 7.377.224,24 N 616.977,35 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 02:02 horas/dia 31 dias/mês. Município Siqueira Campos.

131830/2025

Portaria n° 10091/2025/REV-GOUT. Prot. 24.741.454-1. Captação superficial. Outorgado(s) CONSORCIO SANCHES TRIPOLONI - CONSOL - CLEVELANDIA - PATO BRANCO - CPF/CNPJ 55.018.852/0001-06. Rio São Francisco. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.081.207,00 N 354.642,00 E. Validade 35 anos. Finalidade Limpeza, Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 28.77 m³/h 08:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Clevelândia. Esta portaria revoga a portaria n° 10623/2025/OD-GOUT.

131865/2025

Portaria n° 10090/2025/REV-GOUT. Prot. 24.741.453-3. Captação superficial. Outorgado(s) Consorcio Sanches Tripoloni - Consol - CPF/CNPJ 51.800.374/0001-22. Córrego Brinco. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.077.258,15 N 366.411,37 E. Validade 35 anos. Finalidade Fornecimento de água não potável (carro pipa). Vazão máxima outorgada 16.66 m³/h 12:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Clevelândia. Esta portaria revoga a portaria n° 11685/2024/OD-GOUT.

131864/2025

Portaria n° 12185/2025/OD-GOUT. Prot. 22.533.011-5. Captação superficial. Outorgado(s) Claudio Kelm - CPF/CNPJ 717.854.189-04. Mina/Nascente Jaguarandi. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.295.875,58 N 200.971,35 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa. Esta portaria revoga a portaria n° 10695/2024/OP-GOUT.

131918/2025

Portaria n° 12199/2025/OD-GOUT. Prot. 24.356.451-4. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) Santa Maria Extração e Comercio de Areia e Argila LTDA - CPF/CNPJ 14.198.346/0001-50. Córrego Várzea. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.130.460,00 N 660.780,00 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Quitandinha.

132492/2025

Portaria n° 12201/2025/OP-GOUT. Prot. 24.452.372-2. Travessia. Outorgado(s) ADENARAS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 11.821.941/0001-02. Córrego Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.227.265,18 N 588.044,52 E. Validade 2 anos. Finalidade Sistema viário. Município Ponta Grossa.

132493/2025

Portaria n° 12189/2025/OD-GOUT. Prot. 24.596.910-4. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) Cooperativa Agrária Agroindustrial - CPF/CNPJ 77.890.846/0051-38. Rio São Jerônimo. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.162.226,90 N 455.368,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Guarapuava. Esta portaria revoga a portaria n° 4516/2019.

131799/2025

Portaria n° 12182/2025/OD-GOUT. Prot. 23.706.832-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ADILSON ALRTE MENDES - CPF/CNPJ 850.560.739-20. Rio Encantado. Piquiri. Coordenadas UTM 7.278.868,98 N 233.095,94 E. Validade 06/01/2031. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 28.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand.

132192/2025

PARECER NEGATIVO n° 10099/2025/PN-GOUT. Protocolo 23.683.437-9. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de BENEDITO ALEIXO DE QUEIROZ & CIA LTDA - CPF/CNPJ 78.051.778/0001-17. Rio Limeira. Coordenadas UTM 7.309.168,59 N 537.551,55 E. Município Telêmaco Borba. Motivo: Efluente será destinado a rede pública coletora de esgoto.

131958/2025

Unidade Administrativa da Ilha do Mel - UNADIM
Edital de Convocação de Reunião Extraordinária

EDITAL N° 01/2025 – UNADIM

O Presidente do Comitê Gestor da Unidade Administrativa da Ilha do Mel – UNADIM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 22.315, de 20 de março de 2025 e Resolução Conjunta União/Governo do Paraná/Prefeitura Municipal de Paranaguá nº 01, de 15 de julho de 2025, DIOE Edição nº 11.949, **CONVOCA** os membros titulares e suplentes para **Reunião Extraordinária** a ser realizada conforme as especificações abaixo:

- **Data:** 03 de Outubro de 2025 (Sexta-feira)
- **Horário:** 09:00h
- **Local (Presencial):** Sede do Instituto Água e Terra – Rua Engenheiros Rebouças 1206, Rebouças, Curitiba/PR
- **Formato: Híbrido** (Presencial e Online), para garantir a participação de todos os membros.
    - *O link e as instruções para acesso à sala virtual serão enviados por e-mail ou grupo de comunicação do Comitê.*

Pauta (Assunto a ser Deliberado)

- **Análise e Deliberação** sobre a documentação e o mérito dos inscritos no **Edital de Chamamento Público n° 01/2025**, que trata da Permissão de Uso de Imóvel Público com o objetivo de **fomentar o turismo e a economia solidária da Ilha do Mel**.
- **Encaminhamentos** para a outorga do Termo de Permissão de Uso dos **Quiosques** localizados na Vila de **Encantadas**, Ilha do Mel, Paranaguá/PR.

A presença de todos é fundamental para o bom andamento dos trabalhos e a validade das deliberações.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

AMILCAR CAVALCANTE CABRAL
Presidente do Comitê Gestor da Unidade Administrativa da Ilha do Mel – UNADIM

132224/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Estabelece critérios e procedimentos para Autorização Ambiental em serviço de ligação de energia elétrica em áreas legalmente protegidas e em suas respectivas zonas de amortecimento no território do Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2.025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1.992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2.019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2.020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2.022,

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente - artigo 2º, incisos I, IV e IX da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1.981 e na Declaração do Rio de Janeiro de 1.992 (Princípio nº 15);

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1.997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2.024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541, de 11 de abril de 2.025, o qual regulamentou a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2.024;
Considerando a Resolução Conjunta SEDEST/IAP n°23, de 19 de dezembro de 2019, o qual estabeleceu os procedimentos d de licenciamento ambiental em áreas de Preservação Permanente – APP, nos entornos dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'águas naturais;

Considerando a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

dezembro de 2021, a qual estabeleceu as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica;

Considerando que a COPEL exige como documento obrigatório para a solicitação de serviço de ligação de energia a apresentação de licença ou declaração emitida pelo órgão competente caso as instalações ou a extensão de rede ocuparem áreas protegidas por lei;

Considerando que a COPEL exige como documento obrigatório, para a solicitação de serviço de ligação de energia: Licença Ambiental Simplificada - LAS; Licenciamento Trifásico: Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO; Protocolo de LO; ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLAM (no endereço da unidade consumidora), Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental – DILA;

Considerando que o acesso a energia elétrica, corresponde a recurso básico ao desenvolvimento, sendo que a inclusão elétrica concorre para expandir a liberdade e melhorar a qualidade de vida das pessoas e integra o rol de direitos humanos/fundamentais;

Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.567.573-9,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para Autorização Ambiental em serviço de ligação de energia elétrica em áreas legalmente protegidas e em suas respectivas zonas de amortecimento no território do Estado do Paraná.
Art. 2º Esta Instrução Normativa aplica-se a todos os empreendimentos situados em áreas legalmente protegidas, bem como em suas respectivas zonas de amortecimento.

Art. 3º Consideram-se áreas legalmente protegidas, para fins desta Instrução Normativa:

I. unidades de conservação: tais como Estação Ecológica; Parque Nacional, Estadual ou Municipal; Reserva Biológica; Refúgio de Vida Silvestre; Monumento Natural;
II. área de proteção ambiental (APA);
III. área de relevante interesse ecológico;
IV. floresta nacional ou estadual;
V. reserva extrativista;
VI. reserva de fauna;
VII. reserva particular do patrimônio natural (RPPN);
VIII. área de preservação permanente (APP);
IX. reservas legais;
X. terras indígenas;
XI. terras quilombolas; e
XII. demais áreas protegidas criadas por mecanismos federais, estaduais ou municipais.

CAPÍTULO I
DO ATO ADMINISTRATIVO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 4º O órgão licenciador, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá a Autorização Ambiental, para fins de licenciamento ambiental para ligação de energia elétrica, o seguinte ato administrativo:

§ 1º A Autorização Ambiental - AA autoriza a execução de obras que proporcionem ganhos e melhorias ambientais, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, instalações permanentes que não caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, expedida de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente.

§ 2º Nos casos de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, situados em áreas legalmente protegidas ou em suas zonas de amortecimento, a autorização para a ligação de energia elétrica ficará condicionada ao respectivo licenciamento ambiental.

CAPÍTULO II
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5° Os requerimentos para Autorização Ambiental - AA, conforme Art. 4° da presente Instrução Normativa, devem ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;

II. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral - RG;

III. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;
IV. Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA, conforme disponível no ANEXO I;
V. documento de comprovação de dominialidade sobre o imóvel tais como: matrícula do imóvel, transcrição imobiliária, escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de locação, dentre outros. Caso não constar no documento apresentado o endereço completo ou se o número predial estiver divergente, o interessado deverá apresentar IPTU ou declaração da Prefeitura;
VI. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos,conforme modelo do ANEXO II;
VII. declaração de veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO III;
VIII. Croqui do imóvel sobre imagem aérea atualizada, e disponibilizado em arquivos vetoriais nos formatos .kml ou .kmz, com a indicação do ponto onde será instalado o poste; e
IX. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental.

Parágrafo único. A comprovação de dominialidade conforme inciso V poderá ser feita por documento que ateste a propriedade ou posse incontestada, nos termos do §3° do art. 13 do Decreto Estadual n° 9.541/2025.

CAPÍTULO III
DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 6º O prazo de validade da Autorização Ambiental – AA, será de 02 (dois) anos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Quando houver intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP, nos entornos dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, de acordo com normativa específica, fica autorizado a ligação de energia elétrica pelas companhias, tais como: trapiches, rampas, muros de arrimo e outros, desde que seja apresentada a respectiva Autorização Ambiental emitida pelo órgão ambiental competente.
.
Art. 8º Em áreas fora de Área de Preservação Permanente - APP, localizadas nos entornos dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais e devidamente declaradas como urbanas e de expansão urbana pelos Planos Diretores Municipais, ficam isentas da autorização do órgão ambiental para ligação de energia elétrica pelas companhias.

Art. 9º O órgão ambiental competente poderá solicitar outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, caso haja necessidade.

Art. 10 Constatada na análise do requerimento, a existência de demanda judicial envolvendo o imóvel, proprietário ou empreendimento, o escritório regional do Instituto Água e Terra poderá solicitar a manifestação jurídica do órgão ambiental, antes da emissão da decisão administrativa;

Art. 11 A decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento, em decorrência de existência de pendência judicial envolvendo o requerente, o empreendimento ou o imóvel será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente.

Art. 12 O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis Federais n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Decreto Federal n.º 6.514, de 06 de julho de 2008 e demais instrumentos normativos pertinentes, sem prejuízo ao dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do Art. 225, §3º, da Constituição Federal, e do Art. 14, § 1°, da Lei Federal n.º 6.938/1981.

Art. 13 Os casos omissos ou situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisados pelo Instituto Água e Terra - IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.
Art. 14 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXO I

(imagem não disponível no DIOE)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMBARGO

A [*razão social* ou nome], empresa de direito [*público/privado*] vinculada ao CNPJ ou CPF nº [*número*], situada a Rua [*endereço completo*] atesta, para os devidos fins de licenciamento [*inserir a modalidade de licença e etapa*] que não possui nenhum embargo junto ao Ministério do Trabalho, IBAMA, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Instituto Água e Terra, Defesa Civil, Prefeitura ou qualquer outra entidade/órgão público que tenha autonomia para tal, de modo que não vê óbices neste aspecto para a continuidade do licenciamento em questão.

Sem mais,

[*Cidade*], dia [*XX*] de [*mês*] de 20__

_____

Nome e Assinatura Responsável Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

_____(Nome Completo em negrito da parte),_____(Nacionalidade),_____(Estado Civil),_____(Profissão), portador do CPF/MF ou CNPJ nº _____, com Documento de Identidade de n°_____, residente e domiciliado na Rua_____, n°_____, _____(Bairro), CEP:____, _____–____(Município –UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).

FATOS DECLARADOS:

_____

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

_____

Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de má–fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (Município –UF), ____ (dia) de_____ (mês) de _____ (ano).

(Nome do Declarante Completo)

DECLARANTE

CPF ou CNPJ: _____

Responsável técnico pela implementação do PGRCC do empreendimento.

132512/2025

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Protocolo n.º 24.502.109-7

Compromitente: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
CNPJ n.º 76.416.965/0001-21
Compromissário: Marcos Cezar Kubiak, CPF n.º XXX.581.619-XX.
Fundamentação Legal: Art. 202 e seguintes da Lei Estadual n.º 20.656/2021.
Objeto: A título de reparação dos danos causados pela irregularidade apontada no protocolo em epígrafe, o compromissário deverá realizar curso de extensão, a fim de reparar a irregularidade causada, com o tema: "ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO", no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos estabelecidos pelo Compromitente, bem como não poderá incorrer em nova irregularidade com a Administração Pública durante a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de emissão do Certificado de Descumprimento, incidência de Cláusula Penal e demais consequências legais.
Fiscalização do cumprimento do objeto: Claury Patricio Cabral dos Santos, CPF: XXX.279.029-XX
Vigência: Até 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná.
Signatários: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral (Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED – Delegação de Competência) e Marcos Cezar Kubiak

132075/2025

CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

No uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 20.656/2021 **CERTIFICO** que a servidora **Valéria Meller Pereira da Silva**, **CPF n.º 804.420.809-72**, ajustou sua conduta e cumpriu **integralmente** com os deveres pactuados no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no caderno protocolar **n.º 24.226.198-4**, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 11.972/2025, de 25 de agosto de 2025.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131972/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Protocolo n.º 24.493.570-2

Compromitente: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
CNPJ n.º 76.416.965/0001-21
Compromissário: Vanessa Regina Guth Schena, CPF n.º º XXX.401.239-XX.
Fundamentação Legal: Art. 202 e seguintes da Lei Estadual n.º 20.656/2021.
Objeto: A título de reparação dos danos causados pela irregularidade apontada no protocolo em epígrafe, a compromissária deverá realizar os cursos de extensão, a fim de reparar a irregularidade causada, com os temas: "**ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO**", no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos estabelecidos pela Compromitente, bem como não poderá incorrer em nova irregularidade com a Administração Pública durante a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de emissão do Certificado de Descumprimento, incidência de Cláusula Penal e demais consequências legais.
Fiscalização do cumprimento do objeto: Keilla Cristina Arsie Camargo, CPF: XXX.316.429-25.
Vigência: Até 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná.
Signatários: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral (Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED – Delegação de Competência) e Vanessa Regina Guth Schena.

132081/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 886/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal do Contrato celebrado com a empresa Assunção & Lavor Tecnologia.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.142.207-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 6.959/2025, celebrado com a empresa Assunção & Lavor Tecnologia Ltda., CNPJ n.º 45.538.349/0001-10, referente à aquisição de 29 (vinte e nove) coifas industriais e 29 (vinte e nove) fogões industriais, para atendimento das demandas dos Centros Estaduais de Educação Profissional – CEEP Agrícolas do Paraná, por meio de adesão à Ata SRP n.º 426/2024 do PREG-e n.º 156/2024 – SAD, itens 33 e 35, custeados com recursos do Programa Escola em Tempo Integral – PETI:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Renato Hey Gondin	045.XXX.599-XX
Fiscal	Denise Godoi Ribeiro Sanches	004.XXX.239-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

132076/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 887/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal do Contrato celebrado com a empresa Cantares Magazine.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.178.620-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 6.962/2025, celebrado com a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

empresa Cantares Magazine Ltda., CNPJ n.º 07.831.740/0001-19, referente à aquisição de 29 (vinte e nove) batedeiras industriais de 12 litros, para atendimento das demandas dos Centros Estaduais de Educação Profissional – CEEP Agrícolas do Paraná, por meio de adesão à Ata SRP n.º 2/2025 do PREG-e n.º 90011/2024 – FNDE, custeados com recursos do Programa Escola em Tempo Integral – PETI:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Renato Hey Gondin	045.XXX.599-XX
Fiscal	Denise Godoi Ribeiro Sanches	004.XXX.239-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

132043/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 888/2025 – DG/SEED

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º 92191/2024, GMS n.º 2191/2024, e o contido no protocolado n.º 21.900.768-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão de Análise da Prova de Conceito do objeto do Pregão Eletrônico n.º 92191/2024, GMS n.º 2.191/2024, que trata da contratação de empresa prestadora de serviços de licenças no modelo SAAS1 para acesso à Plataforma Educacional Gamificada de Leitura, com atividades de fluência leitora, visando ao atendimento das Redes Públicas Municipais do Estado do Paraná:

NOME	RG
Michelle Moreira dos Santos	6.573.XXX-9
Ademir Antonio Engelmann	8.621.XXX-2
Roberto Sachet	10.287.XXX-8
Renata Aparecida Quani	7.599.XXX-0
Silvia Regina Darronqui	4.760.XXX-0

Art. 2.º Compete à Comissão a verificação dos testes necessários à realização das avaliações desenvolvidas em ambiente virtual, em conformidade com o disposto no Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 92191/2024, GMS n.º 2.191/2024.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

132144/2025

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
CÂMARA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
01 À 05 DE SETEMBRO 2025
EMENTÁRIO

01. PARECER CEE/CEIF N° 392/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 23.185.792-3, 23.186.975-1
Int.: Escola Municipal Rudi Heinrichs – Ensino Fundamental
Escola Rural Municipal Idília Alves de Farias - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Piraquara
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas e Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.:APROVADO o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados

02. PARECER CEE/CEIF N° 393/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 23.742.523-5, 23.714.600-0
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Octacília Betes Chimelli e
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
Mun.: Almirante Tamandaré
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento das instituições de ensino, para a oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer e Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

03. PARECER CEE/CEIF N° 394/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.619.239-5
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Anjo Gabriel
Mun.: Colombo
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: APROVADO o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e espaço específico para o lactário.

04. PARECER CEE/CEIF N° 395/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.746.185-3
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Pequeninos do Jardim
Mun.: Colombo
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, lactário e as normas de acessibilidade.

05. PARECER CEE/CEIF N° 396/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.638.714-5
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve
Mun.: Colombo
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e ao pleno atendimento às normas de acessibilidade.

06. PARECER CEE/CEIF N° 397/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.420.097-8, 23.175.311-7 e 23.588.762-2
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Professora Helena Cioffi
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Casemiro Gatto e
Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria de Lourdes dos Santos
Mun.: Cianorte, Espigão alto do Iguaçu e Mamborê
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega, Clemencia Maria Ferreira Ribas e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

07. PARECER CEE/CEIF N° 398/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.330.424-9, 23.680.137-3
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda
Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Tancredo de Almeida Neves
Mun.: Quedas do Iguaçu e Barbosa Ferraz
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina e Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013,

assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados, às normas de acessibilidade e infraestrutura adequada.

08. PARECER CEE/CEIF N° 399/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 23.159.191-5, 22.538.757-5, 23.588.991-9, 23.688.532-1, 23.734.197-0
Int.: Escola Municipal Professor Waigner Bento Pupin – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Leila Domingues Chaerke – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Prefeito Olívio Wolff do Amaral – Ensino Fundamental
Escola Municipal Professora Mirta Naves Prodóscimo – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Dom Bosco – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Paraíso do Norte, Nova Fátima, São Mateus do Sul, Almirante Tamandaré e Matelândia
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina, Flávio Vendelino Scherer, Clemencia Maria Ferreira Ribas e Marli Regina Fernandes da silva
Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

09. PARECER CEE/CEIF N° 400/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 23.682.136-6, 23.688.169-5
Int.: Escola Municipal João Batista de Siqueira – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal São Francisco – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Almirante Tamandaré
Ass.: Pedidos de renovação de credenciamento das instituições de ensino, para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

10. PARECER CEE/CEIF N° 401/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.385.691-8, 23.634.274-3
Int.: Escola Municipal Juscelino Kubitschek – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Serafin Machado de Souza – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Realeza e São Miguel do Iguaçu
Ass.: Pedidos de renovação de credenciamento das instituições de ensino, para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

11. PARECER CEE/CEIF N° 402/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 23.616.532-9
Int.: Escola Estadual do Campo de Vista Gaúcha – Ensino Fundamental
Mun.: Pranchita
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, Química, Física e Biologia, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo, aprovado pelo Parecer CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e seu anexo.

12. PARECER CEE/CEIF N° 403/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 18.008.787-7
Int.: Escola Jean Piaget – Ensino Fundamental
Mun.: Jacarezinho
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano, exclusivamente para fins de cessação.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se a mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho.

13. PARECER CEE/CEIF N° 404/25
APROVADO EM 01/09/2025
Proc.: 22.341.474-5
Int.: Escola Estadual do Campo Dom Pedro II – Ensino Fundamental
Mun.: Santo Antônio do Sudoeste
Ass.: Pedidos de renovação de credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciência, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

14. PARECER CEE/CEIF N° 405/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 19.736.630-3
Int.: Colégio Nossa Senhora da Assunção – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

15. PARECER CEE/CEIF N° 406/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.798.657-3
Int.: Escola Brasileirinho – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Santa Cruz do Monte Castelo
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

16. PARECER CEE/CEIF N° 407/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.752.541-0
Int.: Colégio Estadual Olavo Bilac – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Itambé
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 03/2018 e n.º 10/2021, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

17. PARECER CEE/CEIF N° 408/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.747.515-3
Int.: Escola Estadual Godofredo Machado – Ensino Fundamental
Mun.: São José dos Pinhais
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação dos Laboratórios de Ciências, Física, Química e Biologia, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

18. PARECER CEE/CEIF N° 409/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.375.731-6
Int.: Escola Estadual do Campo Anselmo Follador – Ensino Fundamental
Mun.: São Mateus do Sul
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências estabelecidas nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados e ao pleno funcionamento do laboratório de ciências.

19. PARECER CEE/CEIF N° 410/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.691.420-8
Int.: Escola Estadual do Campo Mário Zacarelli – Ensino Fundamental
Mun.: Andirá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências estabelecidas nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Conformidade, da Licença Sanitária e Termo de Cessão de Uso, atualizados.

20. PARECER CEE/CEIF N° 411/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.659.382-7
Int.: Colégio Estadual de Laranjeiras do Sul – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Laranjeiras do Sul
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências estabelecidas nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

21. PARECER CEE/CEIF N° 412/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.588.143-8, 23.695.265-7, 23.770.040-6
Int.: Escola Municipal do Campo Professor José Plácido – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Cecília Meireles – Ensino Fundamental
Escola Municipal do Campo Alaíde Georgina da Rosa Scremim – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: São Mateus do Sul, Agudos do Sul e Bocaiúva do Sul
Ass.: Pedidos de renovação do Credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva e Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

22. PARECER CEE/CEIF N° 413/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.721.939-2, 23.726.883-0
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar
Centro Municipal de Educação Infantil Professora Lourdes Klauss Reimondi
Mun.: Almirante Tamandaré e Boa Vista da Aparecida
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller e Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado os votos das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

23. PARECER CEE/CEIF N° 414/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23. 463.043 -1
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Regina Verônica Müller
Mun.: Marmeleiro
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

24. PARECER CEE/CEIF N° 415/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.548.503-6
Int.: Escola Municipal Professora Heloísa Maria Victorina Palmyra Curotto Giancristófaro – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Arapongas
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

25. PARECER CEE/CEIF N° 416/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.380.059-9 , 22.537.381-7
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Nadir Mainardes Carneiro
Centro Municipal de Educação Infantil Áurea Mathias Franco
Mun.: Piraí do Sul e Marialva
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

26. PARECER CEE/CEIF N° 417/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.741.942-1, 23.741.629-5
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Vivendo e Aprendendo
Centro Municipal de Educação Infantil Tia Glória
Mun.: Colombo
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se à mantenedora e as instituições de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

27. PARECER CEE/CEIF N° 418/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.627.636-8, 23.666.942-4, 23.680.436-4
Int.: Escola Municipal do Campo João Baptista Distéfano – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Vicente Mendes de Oliveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Dr. Paulo Fortes – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: São Mateus do Sul, Araruna e São Mateus do Sul
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

28. PARECER CEE/CEIF N° 419/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.381.422-0
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Cecília Vecchiatti Giovine
Mun.: Paranavaí
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados e infraestrutura adequada.

29. PARECER CEE/CEIF N° 420/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.102.182-7
Int.: Escola Municipal Professor Antônio Rodrigues Dias – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Almirante Tamandaré
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à

mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

30. PARECER CEE/CEIF N° 421/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.741.795-0
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Turma da Mônica
Mun.: Colombo
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

31. PARECER CEE/CEIF N° 422/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 22.315.778-5

Int.: Escola Municipal Maria dos Santos Severino – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Marialva
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

32. PARECER CEE/CEIF N° 423/25
APROVADO EM 02/09/2025
Proc.: 23.457.007-2
Int.: Escola Estadual do Campo Lagoa Verde – Ensino Fundamental
Mun.: Quitandinha
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental - Anos Finais.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados e adequação do espaço para a quadra poliesportiva; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

33. PARECER CEE/CEIF N° 424/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 22.842.431-5
Int.: Escola Pimpolhinhos – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Rio Branco do Sul
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

34. PARECER CEE/CEIF N° 425/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 22.456.571-2
Int.: Colégio Ética Santos Dumont – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Londrina
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

35. PARECER CEE/CEIF N° 426/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.606.281-3
Int.: Colégio Evangélico Jerusalém – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Paranaguá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados

36. PARECER CEE/CEIF N° 427/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.702.031-6
Int.: Escola Estadual Professor Iolando Taques Fonseca – Ensino Fundamental
Mun.: Ponta Grossa
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação dos Laboratórios de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

37. PARECER CEE/CEIF N° 428/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.522.471-2
Int.: Colégio Prisma – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Arapongas
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

38. PARECER CEE/CEIF N° 429/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 22.382.923-6 e 23.654.009-0
Int.: Colégio Estadual Cívico – Militar Monsenhor Josemaría Escrivá – Ensino Fundamental e Médio
Colégio Estadual – Liane Marta da Costa - Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Londrina e Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

39. PARECER CEE/CEIF N° 430/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.643.683-7
Int.: Colégio Estadual do Campo Antônio Paulo Lopes – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Paranaguá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados, às normas de acessibilidade e infraestrutura adequada; docentes habilitados para os componentes curriculares de Arte e de Matemática; a implementação dos Laboratórios de Ciências, Física, Química e Biologia, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

40. PARECER CEE/CEIF N° 431/25

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.392.245-5
Int.: Colégio Dom Bosco – Educação Infantil – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Barbosa Ferraz
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

41. PARECER CEE/CEIF N° 432/25
APROVADO EM 03/09/2025
Proc.: 23.041.793-8, 23.506.644-0
Int.: Escola Estadual Osvaldo Aranha – Ensino Fundamental
Colégio Estadual do Campo Adão Sobocinski – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Lobato e Mallet
Ass.: Pedidos de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; providenciar docente habilitado para o componente curricular, conforme o descrito no Mérito deste Parecer.

42. PARECER CEE/CEIF N° 433/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 19.053.888-5
Int.: Escola Terceira Dimensão – Ensino Fundamental
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

43. PARECER CEE/CEIF N° 434/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.517.596-9
Int.: Escola Estadual Indígena Cacique Tudjá Nhanderú – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Santa Amélia
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade, Licença Sanitária, atualizados, ao pleno atendimento às normas de acessibilidade e infraestrutura adequada; docentes habilitados para os componentes curriculares de Ensino Religioso, de História e de Língua Inglesa; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

44. PARECER CEE/CEIF N° 435/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 21.498.923-9
Int.: Colégio Estadual nossa Senhora da Salete – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

45. PARECER CEE/CEIF N° 436/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23.498.970-7
Int.: Colégio Estadual do Campo do Rio Gavião – Ensino Fundamental
Mun.: Nova Esperançado Sudoeste
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; docente habilitado para o componente curricular de Arte; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

46. PARECER CEE/CEIF N° 437/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.887.763-8
Int.: Colégio Saint Helena – Ensino Fundamental
Mun.: Maringá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

47. PARECER CEE/CEIF N° 438/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.087.235-1, 22.296.493-8, 22.659.596-1, 23.552.439-2, 23.625.593-0
Int.: Escola Municipal São Jorge – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Nossa Senhora de Monte Claro – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Maria Alice Bittencourt Augusto Forti – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Alexandre Perussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Almirante Tamandaré, Mallet, Cambará e Santa Teresinha do Itaipu
Ass.: Pedidos de renovação de credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas, Flávio Vendelino Scherer, Maria Helena Ortega, Débora Vilas Boas Talga Weiller e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

48. PARECER CEE/CEIF N° 439/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 20.666.273-5
Int.: Escola Municipal Padre Boleslau Liana – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Balsa Nova
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e ao pleno atendimento às normas de acessibilidade.

49. PARECER CEE/CEIF N° 440/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23.237.150-1
Int.: Escola Municipal Luiz Poletto – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Barracão
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o

cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

50. PARECER CEE/CEIF N° 441/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.661.493-1
Int.: Escola Municipal do Campo Vereador Pedro Sérgio Corrêa – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Sengés
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

51. PARECER CEE/CEIF N° 442/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.620.281-1, 22.243.378-9
Int.: Escola Estadual de Boa Vista – Ensino Fundamental
Mun.: Céu Azul
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos; o espaço específico da Biblioteca; professores habilitados para os componentes curriculares de Arte, Ciências e de Geografia.

52. PARECER CEE/CEIF N° 443/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.597.423-3, 23.679.120-3
Int.: Escola Municipal Nilza de Oliveira Pipino – Ensino Fundamental
Escola Municipal Olímpo Spricigo – Ensino Fundamental
Mun.: Formosa do Oeste e Santa Terezinha do Itaipu
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica
Rel.: Maria Helena Ortega e Clemencia Maria Ferreira Ribas
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

53. PARECER CEE/CEIF N° 444/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.794.673-3, 22.817.473-4
Int.: Escola Rural Municipal Marechal Rondon – Ensino Fundamental
Escola Municipal Guilherme Ribeiro – Ensino Fundamental
Mun.: Faxinal e Piraquara
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, adverte-se às mantenedoras e às instituições de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

54. PARECER CEE/CEIF N° 445/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23.499.282-1
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Anaju – Ensino Fundamental
Mun.: Três Barras do Paraná
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

55. PARECER CEE/CEIF N° 446/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23. 597.347-2
Int.: Centro de Educação Infantil Jesus Criança
Mun.: Campina da Lagoa
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

56. PARECER CEE/CEIF N° 447/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.363.066-9
Int.: Escola Estadual do Campo Novo Três Passos – Ensino Fundamental
Mun.: Marechal Cândido Rondon
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos; o espaço específico da Biblioteca e do Laboratório de Informática; professores habilitados para os componentes curriculares de Arte e de Geografia.

57. PARECER CEE/CEIF N° 448/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.191.927-0, 22.749.904-4, 22.798.122-9
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Professora Terezinha Cionek Bini
Centro Municipal de Educação Infantil Clodomira da Luz Saldanha
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
Mun.: Santa Maria do Oeste, Piraquara e Sabáudia
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller e Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados

58. PARECER CEE/CEIF N° 449/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.381.804-8, 22.936.671-8, 23.030.579-0
Int.: Escola Municipal do Campo Dr. Aloísio Leoni – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Rural Municipal Marilda Cordeiro Salgueiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal do Campo Monteiro Lobato – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Lapa, Piraquara e Mangueirinha
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

59. PARECER CEE/CEIF N° 450/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.378.405-4, 22.456.452-0
Int.: Escola Municipal Professor David da Silva Carneiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Lapa e Pinhão
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, as mantenedoras e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento das instituições e de seus cursos, em especial, à manutenção dos Certificados de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e das Licenças Sanitárias, atualizados.

60. PARECER CEE/CEIF N° 451/25

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.117.708-8, 22.385.741-8, 22.538.566-1
Int.: Escola Estadual do Campo Professor Walerian Wroz – Ensino Fundamental
Escola Estadual do Campo Flávio Santos – Ensino Fundamental e Escola Estadual Cívico - Militar Professor João Rodrigues da Silva – Ensino Fundamental
Mun.: Assaí, Palmeira e Londrina
Ass.: Pedidos de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Licenciamento do Corpo de Bombeiros/ ou Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação dos Laboratórios de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

61. PARECER CEE/CEIF N° 452/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.186.190-6, 22.384.016-7
Int.: Colégio Estadual Gelvira Corrêa Pacheco – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Colégio Estadual Horácio Ribeiro dos Reis – Ensino Fundamental e Médio.
Mun.: Curitiba e Cascavel
Ass.: Pedidos de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

62. PARECER CEE/CEIF N° 453/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.722.323-5
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Mágico
Mun.: Colombo
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino citadas de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino referidas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e ao pleno atendimento às normas de acessibilidade.

63. PARECER CEE/CEIF N° 454/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.608.833-4
Int.: Escola O Pequeno Polegar – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: São José dos Pinhais
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

64. PARECER CEE/CEIF N° 455/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.373.873-7
Int.: Escola Municipal Emília Magalhães Ferreira do Amaral – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Lapa
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino referidas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e ao pleno atendimento às normas de acessibilidade e infraestrutura adequada.

65. PARECER CEE/CEIF N° 456/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.991.835-4
Int.: Escola Municipal João Gualberto da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Guaratuba
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino citadas de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino referidas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

66. PARECER CEE/CEIF N° 457/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.491.157-2
Int.: Colégio Estadual Isolda Schmid – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedidos de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental- Anos Finais.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados e ao pleno atendimento às normas de acessibilidade, a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo, aprovado pelo Parecer CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

67. PARECER CEE/CEIF N° 458/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 20.202.118-2
Int.: Escola Estadual do Campo de Linha Boeira - Ensino Fundamental
Mun.: Salto do Lontra
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

68. PARECER CEE/CEIF N° 459/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.670.701-8
Int.: Colégio Olimpus – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Arapongas
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

69. PARECER CEE/CEIF N° 460/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.047.691-0
Int.: Escola Estadual do Campo Professor Jamil Aparecido Bonacin – Ensino Fundamental
Mun.: São João do Ivaí
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

70. PARECER CEE/CEIF N° 461/25

APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.269.055-2
Int.: Escola Estadual Professora Hilda Faria Franco – Ensino Fundamental
Mun.: Rio Branco do Sul
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

71. PARECER CEE/CEIF N° 462/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.300.905-0
Int.: Colégio Estadual Indígena Arandu Miri – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Inácio Martins
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

72. PARECER CEE/CEIF N° 463/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.822.682-3
Int.: Escola Estadual do Campo de Sede da Luz – Ensino Fundamental
Mun.: Salto do Lontra
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Maria Helena Ortega
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

73. PARECER CEE/CEIF N° 464/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.608.873-3
Int.: Colégio Estadual Indígena Nitótu– Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Clevelândia
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano..
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados, ao pleno atendimento às normas de acessibilidade e infraestrutura adequada, a implementação do Laboratório de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

74. PARECER CEE/CEIF N° 465/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23.246.463-1
Int.: Escola Municipal Professor Deni Lineu Schwartz – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mun.: Francisco Beltrão
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

75. PARECER CEE/CEIF N° 466/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.389.574-3, 22.389.593-0, 22.131.450-6, 23.843.239-1
Int.: Escola Estadual do Campo São João – Ensino Fundamental
Escola Estadual Dr. Aloysio de Barros Tostes – Ensino Fundamental
Mun.: Ubiratã e Nova Fátima
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas, Marli Regina Fernandes da Silva, Maria Helena Ortega e Ozélia de Fátima Nesi Lavina
Dec.: Aprovado o voto das relatoras por unanimidade, a mantenedora e as instituições de ensino citadas deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; a implementação dos Laboratórios de Ciências, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde, n.º 107/2018 - Sesa/PR e com o Termo de Acordo e Termo de Acordo Complementar, aprovados pelos Pareceres CEE/CP n.º 304/2024, de 08/11/2024 e n.º 36/2025, de 09/05/2025 e seus anexos.

76. PARECER CEE/CEIF N° 467/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 22.657.954-0
Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Estrela D'ALVA
Mun.: Colombo
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica
Rel.: Flávio Vendelino Scherer
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão garantir o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

77. PARECER CEE/CEIF N° 468/25
APROVADO EM 04/09/2025
Proc.: 23.301.707-8
Int.: Colégio Estadual do Campo de Lustosa – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Ipiranga
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.
Rel.: Débora Vilas Boas Talga Weiller
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino citadas deverão garantir o cumprimento das exigências estabelecidas nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2018, assegurando o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, de forma a não comprometer a regularidade de suas atividades e a vida escolar dos estudantes, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e Licença Sanitária, atualizados.

João Carlos Gomes
Presidente do CEE/PR
Decreto nº 7124/2021

131961/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREG-e N° 91466/2025 – GMS/SEED

Protocolo: 24.593.311-8

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, de n.º PE 1.466/2025 SRP, Tipo menor preço, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual contratação de prestação de serviço de digitalização, sistema de gerenciamento e serviço trituração (fragmentação e descarte) de fotogramas (jaquetas e rolos) e documentos, no valor global máximo de R$ 46.084.597,50 (Quarenta e seis milhões, oitenta e quatro mil e quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

2. Considerando o consignado na Informação nº 3.333/2025 – ASS TEC/CLCC fls.735-740/Mov.130) e com fundamento no Decreto Estadual nº 4.189/2016, AUTORIZO a realização da despesa e a instauração do procedimento licitatório.

Curitiba, 30 de setembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309-19/10/2023 GS/SEED

132385/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 5378/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.338.677-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Glaucia Dziubate, RG n.º 4.586.XXX-6/PR, Tania Mara dos Santos Dionísio, RG n.º 4.413.XXX-8/PR e Fabiana Rodrigues, RG n.º 5.911. XXX-1/PR, todas em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Elen Cristina de Araújo da Silva, RG n.º 9.441. XXX-0/PR, CPF n.º XXX.108.779-XX, LF 11, professora contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir os arts. 279, inciso V; 285, incisos IV e XXI e 293, inciso V, alínea "a", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III, da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131959/2025

RESOLUÇÃO N.º 5382/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.257.551-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.257.551-2, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131932/2025

RESOLUÇÃO N.º 5384/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.071.246-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.071.246-6, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131946/2025

RESOLUÇÃO N.º 5385/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.985.299-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 23.985.299-8, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131952/2025

RESOLUÇÃO N.º 5386/2025 - GS/SEED

Súmula: *Instaurar Sindicância.*

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.358.996-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Ana Paula Pirolo Ramos, RG n.º 7.304.XXX-0 e Cláudia Regina Scharan, RG n.º 7.293.XXX-2, ambas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos temos do inciso II, do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. N.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131957/2025

RESOLUÇÃO N.º 5388/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º **24.300.938-3**,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4/PR, Érika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4/PR e Marco Aurélio Barbosa, RG n.º 6.996.XXX-7/PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Elisângela de Cássia Ribeiro, RG n.º 6.942.XXX-6, CPF n.º XXX.768.169-XX, LF 01, Professora da disciplina de Língua Portuguesa, contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir o art. 279, incisos III, IV, VI, art. 285, incisos IV e XIV e art. 293, inciso V, alínea "c" da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131964/2025

RESOLUÇÃO N.º 5389/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.266.778-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Elisabete Aparecida Alves, RG n.º 6.284.XXX-7 PR, Eriton Garcia, RG n.º 8.675.XXX-1 PR e Paulo Henrique Rosa Florindo, RG n.º 11.004. XXX-0 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Londrina, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Vera Lúcia de Arruda, RG n.º 5.066.XXX-2 PR e CPF n.º XXX.565.079-XX, Professora pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, por, supostamente, infringir os arts. 279, incisos III, VI e VII, 285, inciso IV e 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II, III e VI c/c art. 293, incisos I, II, III e V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131967/2025

RESOLUÇÃO N.º 5390/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.405.182-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.405.182-0, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132511/2025

RESOLUÇÃO N.º 5391/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.540.559-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Wagner Dei Tos, RG n.º 4.040.XXX-0, professor, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso XIV do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132508/2025

RESOLUÇÃO N.º 5392/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.115.988-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Maria Helena Vilela, RG n.º 4.084.XXX-0, professora, QPM, LF 91, por infração do art. 279, inciso III, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131978/2025

RESOLUÇÃO N.º 5393/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 21.865.956-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Adriana Maria Alves, RG n.º 5.684.XXX-7, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131993/2025

RESOLUÇÃO N.º 5395/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.129.905-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Luciane Barbosa Flora, RG n.º 5.882.XXX-0, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 285, inciso XVII do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131997/2025

RESOLUÇÃO N.º 5396/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.514.052-5,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Claudia Quaquarelli Geronazzo, RG n.º 4.442.XXX-3/PR e Lauro Anselmo Ferrarini, RG n.º 6.721.XXX-8/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do art. 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba, no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132002/2025

RESOLUÇÃO N.º 5397/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.389.050-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Renata Villas Boas, RG n.º 9.500.XXX -0/PR; Diego Denner Paiva Dos Santos, RG n.º 8.911.XXX- 2/PR e Fábio Cabral Dos Santos, RG n.º 7.889. XXX- 2/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí - PR, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Tallyta Maria De Sena, RG n.º 7.100.XXX-0 PR, CPF n.º XXX.031.059-XX, LF 10, professora contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir os arts. 279, inciso VI; art. 285, inciso IV; art. 293, inciso V, alíneas “c”, “d” e “e”, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132008/2025

RESOLUÇÃO N.º 5398/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.388.566-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Glaucia Dziubate, RG n.º 4.586.XXX-6/PR, Tania Mara dos Santos Dionísio, RG n.º 4.413.XXX-8/PR e Wanessa Priscilla Barbieri, RG n.º 8.270.XXX-0/PR, todas em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Gabriel Pereira Ferreira, RG n.º 9.552.XXX-3/PR, CPF n.º XXX.412.029-XX, LF 02, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir os arts. 279, incisos I, VI e VII; 285, inciso XV , da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e §1º do art. 17 da Lei Complementar 108/2005.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132031/2025

RESOLUÇÃO N.º 5425/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.207.835-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.207.835-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea “*a*”, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132038/2025

RESOLUÇÃO N.º 5426/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.329.269-7,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.329.269-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132041/2025

RESOLUÇÃO N.º 5427/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.185.603-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.185.603-8, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132049/2025

RESOLUÇÃO N.º 5428/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.259.281-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.259.281-6, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132050/2025

RESOLUÇÃO N.º 5429/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.917.965-7,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 23.917.965-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025..
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132476/2025

RESOLUÇÃO N.º 5430/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.248.666-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.248.666-8, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132482/2025

RESOLUÇÃO N.º 5432/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.303.447-7,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.303.447-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132490/2025

RESOLUÇÃO N.º 5433/2025 – GS/SEED
Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 21.710.144-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Liege Andrea Buck, RG n.º 6.327.XXX-2, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso III do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132499/2025

RESOLUÇÃO N.º 5434/2025 – GS/SEED
Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.630.371-5,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Fernando Sabchuck Moreira, RG n.º 10.229.XXX-8, professor, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso IV do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Absolver a servidora Vanda Aparecida Tora dos Santos, RG n.º 4.014. XXX-4, professora, QPM, LF 03, com fundamento no art. 182, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132501/2025

RESOLUÇÃO N.º 5437/2025 — GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.593.767-9,
R E S O L V E:

Art. 1. º Designar Fábio dos Santos Celestino de Oliveira, RG n.º 12.484.XXX-4 PR, Débora Regina de Almeida, RG n.º 6.728.XXX-5 PR, e Flávio Guimarães Kalinowski, RG n.º 1.170.XXX-1 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem a instauração e a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Ernani Pedro de Ramos, RG n.º 6.066.XXX-7 PR, e CPF n.º XXX.996.439-XX, professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério — QPM, LF n.º 90, por supostamente, infringir o art. 285, inciso IV, e o art. 293, inciso, V, alíneas "f" e "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a sanção prevista nos termos do art. 291, incisos III e VI, c/c art. 293, incisos III e V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132063/2025

RESOLUÇÃO N.º 5438/2025 – GS/SEED
Súmula: Designa servidores para compor Comissão Paritária.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, e Resolução 599/2024 – GS/SEED de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido no Protocolado n.º 23.626.680-0.

R E S O L V E

Art. 1.º Designar Solange Maria da Conceição Ribas, RG/PR n.º 4.165.XXX-1; Pablo Augusto Inacio Almeida, RG/PR n.º 6.467.XXX-4 e Andressa Kaliszewski Camilo, RG/PR n.º 13.315.XXX-3, todos servidores da Coordenação de Processo Administrativo e Sindicância da Secretaria de Estado da Educação, para compor a Comissão Paritária Definitiva para apuração de Descumprimentos de Competências nos âmbitos Pedagógico, Administrativo/Financeiro e Democrático, fixados na Lei Estadual nº. 21.648/2023, e insuficiência nas atribuições constantes na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, atribuídas, em tese, aos servidores Eros Berg Ferreira do Amaral, RG/PR n.º 4.843.XXX-9 e CPF n.º XXX.275.929-XX, professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01 e 97, no exercício da função de diretor; e Maria Cristina Laus Pereira, RG/PR n.º 1.695.XXX-6, CPF n.º XXX.273.719-XX, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 02, no exercício da função de diretora auxiliar no Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola da Lapa, do município da Lapa, pertencente ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, nos anos 2021-2025.
Art. 2.º Designar Solange Maria da Conceição Ribas como Presidente da Comissão Paritária.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132058/2025

RESOLUÇÃO N.º 5439/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.495.665-3,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Sheila Patricia Filipak Kurzydlowski, RG n.º 6.930.XXX-8 PR e Kelsy Graciela Horstch, RG n.º 6.518.XXX-0 PR e Joseliane Sinhuri, RG n.º 5.911.XXX-9 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Irati, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Eurides Brandão, município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

132067/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Protocolo n.º 24.395.973-0

Compromitente: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
CNPJ n.º 76.416.965/0001-21
Compromissário: Delírio Bonin, CPF n.º XXX.580.489-XX.
Fundamentação Legal: Art. 202 e seguintes da Lei Estadual n.º 20.656/2021.
Objeto: A título de reparação dos danos causados pela irregularidade apontada no protocolo em epígrafe, o compromissário deverá realizar curso de extensão, a fim de reparar a irregularidade causada, com o tema: "ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO", no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos estabelecidos pelo Compromitente, bem como não poderá incorrer em nova irregularidade com a Administração Pública durante a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de emissão do Certificado de Descumprimento, incidência de Cláusula Penal e demais consequências legais.
Fiscalização do cumprimento do objeto: Laura Patrícia Lopes, CPF: XXX.654.119-XX
Vigência: Até 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná.
Signatários: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral (Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED – Delegação de Competência) e Delírio Bonin.

132079/2025

RESOLUÇÃO N.º 5394/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.092.103-4,
R E S O L V E:

Art. 1.º Advertir, com fundamento no art. 291, inciso I c/c art. 293, inciso I, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, as servidoras: Ana Maria Ruva, RG n.º 4.984.XXX-1, professora, QPM, LF 01 e 02 e Maria Amélia Ingles, RG n.º 4.928.XXX-8, professora, QPM, LF 01 e 02, ambas por infração do art. 279, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

131996/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.041/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1920/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.349.158-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 18/08/2020 até 17/08/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Jovira Conti Neia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Prefeito Francisco Paladino, s/n, no Município de Ribeirão Claro, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2276/2015, de 04/08/2015, com vigência até 17/08/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.042/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1921/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.349.158-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Professora Jovira Conti Neia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Prefeito Francisco Paladino, s/n, no Município de Ribeirão Claro, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5041/2025, de 10/09/2025 com vigência até 17/08/2030.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1000/2018, de 13/03/2018, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 2935/2019 de 25/07/2019, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A renovação é concedida até o final do ano de 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.043/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1922/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.993.557-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, da Escola Municipal do Campo João José Zattar – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Pinhão, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2139/2025, de 22/04/2025, com vigência até 31/12/2031.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 611/2023, de 02/03/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 03 (três anos), no período de 01/01/2026 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.044/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 774/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 23.403.108-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Reviver – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua José Iastrenski, s/n, do Município de Campina do Simão, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5545/2016, de 13/12/2016, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4232/2023, de 03/07/2023, com vigência até 01/08/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino, é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/08/2025 até 01/08/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.045/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1924/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.185.971-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal do Campo Monteiro Lobato – Ensino Fundamental, situada na Rua Professora Ernestina Weinhardt da Silveira, 469, do Município de Antônio Olinto, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4763/2024, de 31/07/2024, com vigência até 19/08/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3669/2021, de 17/08/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.046/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 802/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.228.773-8,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Santa Maria – Ensino Fundamental, situada na Colônia Anta Gorda, do Município de Porto Vitória e NRE de União da Vitória, para Escola Municipal do Campo Santa Maria – Ensino Fundamental.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1052/2022, de 15/03/2022, com vigência até 15/08/2026.
§ 2º A alteração da denominação está amparada na Deliberação n.º 003/1998 - CEE – PR.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.047/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1925/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.596.200-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal do Campo Santa Maria – Ensino Fundamental, situado na Colônia Anta Gorda, do Município de Porto Vitória, NRE de União da Vitória.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1052/2022, de 15/03/2022, com vigência até 15/08/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 7367/2022, de 17/11/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.048/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 175/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.781.141-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo Professor Eugênio de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na BR 476, km 302, no Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5038/2022, de 22/08/2022, com vigência até 26/12/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 2939/2020, de 03/08/2020, com vigência até 10/03/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 11/03/2025 a 10/03/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.050/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1927/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.136.154-5,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro Municipal de Educação Infantil Hideki Hayashi, situado na Rua Niterói, n.º 24, no Município de Nova Cantu, NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, criada pelo Decreto Municipal n.º 2561/2023, de 20/11/2023.
§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, com implantação simultânea na instituição citada no Art. 1º.
Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, o período ausente de credenciamento para a oferta da Educação Básica e de autorização para o funcionamento da Educação Infantil, desde 01/01/2025.
Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.053/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1928/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.215.584-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Educativa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Interventor Manoel Ribas, 850, do Município e NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Educativa S/C Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 364/2017, de 15/02/2017, com vigência até 22/03/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4339/2021, de 21/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

131812/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.054/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1929/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.907.384-2,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola São Boaventura da Virgem Mãe de Deus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Santa Cruz, 1085, do Município e NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto Família Martin, criada pela Ata datada de 13/03/2023, e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Estatuto Social da Associação Instituto Família Martin registrado no 1º Ofício de Protesto de Títulos e Ofício Registro e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Campo Mourão - PR, documento protocolado sob n.º 12.010 e registro n.º 14.952, de 19/11/2024, e inscrita no CNPJ sob n.º 51.028.650/0001-86.

§ 2º A instituição de ensino obteve, provisoriamente, o credenciamento para oferta da Educação Básica e autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), pela Resolução n.º 7.521/2024, de 18/11/2024, a qual deixa de ser mencionada e passa a vigorar a presente Resolução como ato de credenciamento e autorização para o funcionamento dos ensinos.

§ 3º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, desde 21/11/2024 até 21/11/2034. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos e do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação simultânea na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, desde 21/11/2024 até 21/11/2029, para o funcionamento dos Ensinos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.055/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1936/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.056.221-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Arnaldo Busato – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Comendador Araújo, 207, do Município de Sulina, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1346/2024, de 11/03/2024, com vigência até 26/12/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1507/2021, de 12/04/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 1508/2021, de 12/04/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.056/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1937/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.189.714-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo São Pedro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua 24 de Julho, s/n, do Município de São João, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3872/2019, de 08/10/2019, com vigência até 24/04/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4319/2021, de 20/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.057/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1939/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.231.584-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, situada na Rua B, 01, do Município de São João, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 955/2020, de 30/03/2020, com vigência até 11/08/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5263/2021, de 03/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.059/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 167/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.272.109-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Antonio Raminelli – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Antonio Raminelli, 575, do Município de Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3246/2019, de 15/08/2019, com vigência até 11/12/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1456/2020, de 05/05/2020, com vigência até 22/05/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/05/2023 a 22/05/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.060/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 177/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.325.780-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Érico Veríssimo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Noruega, 340, do Município de Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 669/2020, de 09/03/2020, com vigência até 01/02/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 2710/2020, de 23/07/2020, com vigência até 22/05/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 23/05/2023 a 22/05/2026. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.061/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 178/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.477.284-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Olavo Bilac – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Inglaterra, 596, do Município da Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2627/2018, de 06/06/2018, com vigência até 01/02/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1457/2020, de 05/05/2020, com vigência até 22/05/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/05/2023 a 22/05/2028. A direção da instituição de ensino,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.062/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2025 e o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.578.988-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 4767/2024, de 21/07/2024, que autorizou o funcionamento do Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, com implantação simultânea, no Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua dos Estudantes, 1800, do Município de Santa Terezinha do Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 4766/2024, de 31/07/2024, com vigência até 02/02/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.063/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022, 06/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.578.988-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 4766/2024, de 31/07/2024, que credenciou, por aditamento, para a oferta da Educação a Distância e autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, no Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua dos Estudantes, 1800, do Município de Santa Terezinha do Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.064/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 02/2016, 12/2021 e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 801/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 22.378.723-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola João Paulo II – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Jaime Mantovan, 127, do Município de Terra Boa, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1627/2017, de 18/04/2017, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4964/2020, de 10/12/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

131814/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.066/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.470.052-7,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Colégio Estadual Cívico-Militar Nestor Victor dos Santos – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Castro Alves, 365, do Município de São Miguel do Iguaçu, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6585/2017, de 15/12/2017, com vigência até 01/03/2027.

§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7709/2022, de 28/11/2022, que continua em vigor para a oferta do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, nas demais instituições de ensino.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.067/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 182/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.380.519-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Santa Maria – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Eurico Elói Marcelino, s/n, do Município de Santa Tereza do Oeste, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 571/2020, de 05/03/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) foi concedida pela Resolução n.º 4010/2023, de 26/06/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição de ensino citada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do Ensino Médio foi concedida pela Resolução n.º 4367/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.068/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1930/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.276.790-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Amiguinhos de Jesus, situado na Rua Barão de Itapura, s/n, do Município de Braganey, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3072/2019, de 06/08/2019, com vigência até 04/10/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 6008/2023, de 28/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.069/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1931/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.167.169-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Professor Joaquim Modesto da Rosa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua José Humberto Fernandes, 425, do Município de Guaraniaçu, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5781/2021, de 30/11/2021, com vigência até 31/12/2031.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5782/2021, de 30/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.070/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1932/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.199.435-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Colégio Madalena Sofia Ambiental – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Afonso Pena, 2585, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela V.L.P. Educacional Ltda, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3427/2018, de 23/07/2018, com vigência até 07/08/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 522/2021, de 29/01/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.071/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1933/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.220.238-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal Santa Mônica – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Verde, 358, do Município de Capitão Leônidas Marques, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 749/2021, de 15/02/2021, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 749/2021, de 15/02/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.072/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1934/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.223.628-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Gabriel de Lara – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Armando Zanata, 206, do Município de Corbélia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7765/2022, de 01/012/2022, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5999/2023, de 28/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.075/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.968.798-9,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/03/2025, as atividades escolares da Escola Integração e Treinamento Adulto – Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, situada na Rua Orlando Perucci, 1472, do Município e NRE Curitiba, com a oferta do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 972/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.

Art. 2º Revogar o credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e a autorização concedida para o funcionamento da oferta citada no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Escola Agrícola Henriette Morineau – Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, do mesmo Município.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.076/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.969.032-7,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/03/2025, as atividades escolares da Escola Terapêutica Vivenda – Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, situada na Rua Orlando Perucci, 1472, do Município e NRE Curitiba, com a oferta do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 970/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.

Art. 2º Revogar o credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e a autorização concedida para o funcionamento da oferta citada no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Escola Agrícola Henriette Morineau – Ensino

Fundamental, na modalidade Educação Especial, do mesmo Município.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 5.077/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 168/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.308.319-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professora Isabel Lopes dos Santos Souza – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rosa Tortato, 400, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 920/2025, de 20/02/2025, com vigência até 02/07/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 3264/2022, de 07/06/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de setembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 4.626/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 374/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.372.186-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade – Ensino Fundamental, situada na Avenida das Violetas, 520, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 981/2025, de 24/02/2025, com vigência até 01/08/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3503/2020, de 04/09/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de agosto de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Republicada por conter incorreções

131817/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 71/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidor para exercer, interinamente, o cargo de Chefe do Departamento de Gestão Escolar.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolado n.º 20.719.633-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor **Rodrigo Braz Martins**, RG n.º 8.147.XXX-X, para exercer, interinamente, no período de **3 a 13 de novembro de 2025**, sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Chefe do Departamento de Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação, em razão de fruição de férias da titular, Neiva Marques de Andrade Niero.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Roni Miranda Vieira

Secretário de Estado da Educação

132396/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 881/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal do Contrato n.º 6857/2025 celebrado com a empresa Justo Móveis e Transportes.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.307.552-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 6857/2025, celebrado com a empresa Justo Móveis e Transportes Ltda., CNPJ n.º 20.252.467/0001-36, referente à aquisição de 300 (trezentos) armários tipo roupeiros para os alojamentos dos Centros Estaduais de Educação Profissional – CEEP Agrícolas do Estado do Paraná, conforme especificado no Termo de Referência, por meio de adesão à Ata SRP n.º 10/2025 do Pregão Eletrônico n.º 52/2024 da Polícia Rodoviária Federal (PRF/DF), item 11:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Renato Hey Gondin	045.XXX.599-XX
Fiscal	Denise Godoi Ribeiro Sanches	004.XXX.239-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Diretor-Geral

131825/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 884/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestora e fiscal do Contrato n.º 6805/2025 celebrado com a empresa Estação da Música.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.580.273-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar as servidoras a seguir relacionadas para atuarem como gestora e fiscal do Contrato n.º 6805/2025, celebrado com a empresa Estação da Música Ltda., CNPJ n.º 20.971.821/0001- 82, referente à aquisição de microfone vocal dinâmico (para estúdio) e headphone:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Daniela Fogaça Loeblein	908.XXX.920-XX
Fiscal	Márcia Aparecida Batista	711.XXX.139-XX

Art. 2.º À gestora e à fiscal designadas caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia das designadas.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

132136/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 885/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestora e fiscal do Contrato n.º 6121/2025 celebrado com a empresa Frilux Indústria e Comércio de Refrigeração.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como o contido no protocolado n.º 24.058.489-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar as servidoras a seguir relacionadas para atuarem como gestora e fiscal do Contrato n.º 6121/2025, celebrado com a empresa Frilux Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda., CNPJ n.º 05.730.111/0001-77, referente à aquisição de 1.000 (mil) geladeiras verticais 4 portas por meio de participação na Ata SRP n.º 04/2025 do Pregão Eletrônico n.º 90011/2024 – FNDE, Item 9, custeada com recursos do Programa Escola em Tempo Integral – PETI, para atendimento das escolas que ofertam Educação em Tempo Integral, com o objetivo de melhoria da infraestrutura das cozinhas escolares:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Cristiane de Jesus Jakymiu	017.XXX.499-XX
Fiscal	Marytta Rennó Vilela Perez Masseli	697.XXX.599-XX

Art. 2.º À gestora e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia das designadas.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

132162/2025

PARANÁEDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 31/2025- PREDUC

Súmula: Institui a Política de Privacidade de Dados Pessoais no âmbito da Secretaria de Estado do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
O **Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, considerando o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, no Decreto Estadual n.º 6.474, de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, e ainda o contido no Protocolo n.º 24.740.033-8.

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir a Política de Privacidade de Dados Pessoais – PPD no âmbito do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

CAPÍTULO I
DO OBJETO DA POLÍTICA

Seção I
Do Escopo

Art. 2.º A PPD estabelece princípios, normas, diretrizes e responsabilidades que regulam o tratamento de dados pessoais, físicos e digitais no âmbito do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO e pelos seus destinatários, visando à obtenção de conformidade com o previsto na Lei Federal n.º 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e no Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Parágrafo único. As disposições da PPD se referem a todos os dados detidos, usados ou transmitidos pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO ou em seu nome, em meio físico ou digital, em qualquer tipo de mídia, inclusive sistemas de computador e dispositivos portáteis.

Art. 3.º A PPD se aplica:

I. a todas as pessoas que trabalham no SSA PARANAEDUCAÇÃO, sejam Diretores, Procurador Jurídico, Auditor, Superintendente, Conselheiros, empregados do quadro próprio, cargos em comissão ou profissionais de qualquer natureza;
II. aos servidores públicos e empregados de órgãos ou entidades que tenham firmado contrato de gestão ou termo de convênio com o SSA PARANAEDUCAÇÃO;
III. aos Estagiários e Aprendizes;
IV. Aos funcionários terceirizados;
V. a qualquer pessoa natural ou pessoa jurídica, de Direito Público ou Privado, com quem se relaciona: aos parceiros de negócios, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, entre outros;
VI. a todos os terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que atuam no SSA PARANAEDUCAÇÃO ou em seu nome, em operações que envolvam tratamento de dados pessoais realizadas no escopo de suas atividades institucionais;
VII. Aos titulares de dados pessoais, cujos dados são tratados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO;
VIII. aos agentes de operação, tratamento e armazenamento de dados pessoais externos que, de qualquer forma, se relacionem com o SSA PARANAEDUCAÇÃO.

Seção II
Dos Princípios

Art. 4.º A Aplicação da PPD será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6.º da LGPD, a saber, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Seção III
Das Definições

Art. 5.º Os termos, expressões e definições utilizados na PPD serão aqueles conceituados no art. 5.º da LGPD, e no Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020, em conjunto com as disposições legais listadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, a saber: dado pessoal, dado pessoal sensível, banco de dados, titular, controlador, operador, encarregado, tratamento, agentes de tratamento, anonimizado, consentimento, bloqueio, eliminação, transferência internacional de dados, uso compartilhado de dados, relatório de impacto, órgão de pesquisa e autoridade nacional.

CAPÍTULO II
DAS NORMAS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO SSA PARANAEDUCAÇÃO

Seção I
Das Referências Legais e Normativas

Art. 6.º O tratamento de dados pessoais pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO é regido pela Lei Federal n.º 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, pelo Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020, e pela legislação pertinente.

Art. 7.º O tratamento de dados pessoais pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO é realizado exclusivamente para o atendimento do interesse público: auxílio da gestão do sistema estadual de educação, com objetivo de executar suas competências legais e de cumprir as atribuições institucionais estabelecidas pela Lei Estadual n° 11.970/1997.

Parágrafo único. As competências e finalidades que respaldam o tratamento de dados pessoais pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO as previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição do Estado do Paraná, e nas demais leis nacionais e estaduais que disciplinam as relações entre os serviços sociais autônomos e os órgãos e entidades, de direito público ou de direito privado, os funcionários, servidores públicos, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e terceiros.

Seção II
Das Bases para Tratamento de Dados Pessoais

Art. 8.º O tratamento de dados pessoais no âmbito do SSA PARANAEDUCAÇÃO deve observar o exercício de suas competências e atribuições legais, fornecendo ao titular informações claras e precisas sobre a finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento.

§ 1.º Será dispensado o consentimento do titular para atendimento às finalidades previstas no *caput*, observando o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

§ 2.º O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes será realizado com o consentimento específico, e em destaque, de pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, e deverá ser realizado em seu melhor interesse, conforme § 1.º e § 2.º, art. 14, da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

§ 3.º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças e adolescentes sem consentimento específico quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, ou para a sua proteção, utilizando uma única vez e sem armazenamento e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiros sem consentimento, conforme § 3.º, art. 14, da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

Art. 9.º As informações sobre o tratamento de dados pessoais envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento deverão ser publicadas na forma do § 1.º, art. 10, do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020, e § 6.º, art. 14, da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

Art. 10 Os dados pessoais tratados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO devem ser:

I. protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
II. mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou, quando coletado mediante consentimento do titular, pela solicitação de remoção;
III. compartilhados somente para o exercício das funções de representação judicial e de consultoria jurídica; para o exercício das competências e atribuições legais; ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis, observando o disposto no Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020;
IV. eliminados quando não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Art. 11 Só poderão ter acesso aos dados pessoais os usuários especificados no art. 3.º desta Portaria que tenham subscrito termo de compromisso e confidencialidade, respeitadas as suas atribuições legais e regulamentares e a finalidade para a qual o dado foi colhido.

Art. 12 Os usuários listados no art. 3.º desta Portaria devem utilizar apenas recursos, plataformas e aplicações disponibilizadas ou autorizadas pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO, a fim de evitar que os dados sejam transferidos sem autorização para aplicações ou bancos de dados de terceiros.

Art. 13 Excepcionalmente, poderão ter acesso aos dados pessoais controlados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO:

I. fornecedores e prestadores de serviços que auxiliam o SSA PARANAEDUCAÇÃO no desenvolvimento de suas atividades, cujas categorias incluem: prestação de serviços administrativos, de tecnologias, entre outros;
II. autoridades de fiscalização e investigação;
III. autoridades judiciais;
IV. Rede de proteção à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Os fornecedores e prestadores de serviços que, excepcionalmente, tenham acesso aos dados pessoais controlados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO, não poderão usar os dados pessoais que receberem para qualquer outra finalidade e deverão agir em conformidade com a LGPD, com o Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020, com esta política e demais normas complementares sobre dados pessoais que vierem a ser editadas.

Seção IV
Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 14 O tratamento de dados pessoais sensíveis pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I. quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
II. sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:
a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador dos dados;
b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
c) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
d) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
e) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9.º da Lei Federal n.º 13.709, de 2018, e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
f) atendimento à Rede de Proteção.

Parágrafo único. Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II deste artigo, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, na forma do inciso I do art. 23 da Lei Federal n.º 13.709, de 2018, e do § 1.º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Seção V
Dos Direitos dos Titulares

Art. 15 O SSA PARANAEDUCAÇÃO zelará para que o titular do dado pessoal possa usufruir dos direitos assegurados pelos arts. 18 e 19 da Lei Federal n.º 13.709, de 2018, aos quais a presente política se reporta, por remissão.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 16 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal serão atendidas na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Seção VI
Dos Deveres para Uso Adequado de Dados Pessoais

Art. 17 São deveres dos agentes de tratamento de dados citados no art. 3.º desta Resolução:

I. não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos no SSA PARANAEDUCAÇÃO para quaisquer pessoas não autorizadas ou competentes, de acordo com as normas legais, regulamentares e internas da entidade;
II. obter autorização necessária para o tratamento de dados e subscrever termo de compromisso e confidencialidade que demonstre a sua cientificação e comprometimento para a operação de tratamento de dados em conformidade com a PPD e com os demais parâmetros legais e regulamentares aplicáveis;
III. cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação publicadas pela entidade (políticas de seguranças, normatizações de utilização de redes, orientações de gestão de senhas, dentre outras).

Art. 18 Todos os destinatários da PPD têm o dever de contatar o encarregado de dados quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações:

I. operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique;
II. operação de tratamento de dados pessoais que ultrapasse as atribuições regulamentares ou contratuais do agente de tratamento;
III. operação de tratamento de dados pessoais realizada em desconformidade com as políticas e normativas de segurança da informação do SSA PARANAEDUCAÇÃO;
IV. eliminação e destruição não autorizadas pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO de dados pessoais de plataformas digitais ou acervos físicos em todas as instalações da entidade ou por ela utilizadas;
V. qualquer outra violação da PPD ou de qualquer um dos princípios de proteção de dados dispostos no art. 6.º da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

Seção VII
Das Relações com Terceiros

Art. 19 Os contratos com terceiros que envolvam acesso ou tratamento de dados controlados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO deverão conter cláusulas referentes à proteção de dados pessoais, estabelecendo deveres e obrigações envolvendo a temática e atestando o compromisso dos terceiros com as legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis.

Art. 20 O SSA PARANAEDUCAÇÃO pode, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados a seus fornecedores, particularmente no caso de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Art. 21 Os fornecedores de serviços que envolvam tratamento de dados serão considerados operadores e deverão aderir a esta política, além de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, entre os quais se incluirão os seguintes:

I. assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais requeridas pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO;

II. apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas de proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, nos instrumentos contratuais e de compromissos;
III. manter registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
IV. seguir fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO;
V. facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição no SSA PARANAEDUCAÇÃO mediante solicitação;

VI. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções do SSA PARANAEDUCAÇÃO ou de auditor independente por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
VII. auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
VIII. comunicar formalmente e de imediato ao SSA PARANAEDUCAÇÃO a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
IX. descartar de forma irrecuperável ou devolver para o SSA PARANAEDUCAÇÃO todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

Seção VIII
Dos Prazos de Conservação dos Dados Pessoais

Art. 22 Sem prejuízo de disposições legais em contrário, os dados pessoais serão conservados pelo período mínimo necessário para alcançar a finalidade que motivou o seu tratamento em cada caso.

Art. 23 No caso de dados pessoais armazenados em documentos físicos, será observada a tabela de temporalidade constante no Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná e a tabela de temporalidade de documentos concernentes às atividades finalísticas da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

Art. 24 Nas hipóteses em que o tratamento de dados for efetivado com base em um pedido de consentimento, os dados serão mantidos de acordo com as condições nele especificadas.

Art. 25 Os prazos de manutenção dos dados pessoais relativos à dívida ativa e à área fiscal deverão estar alinhados àqueles que forem definidos ou praticados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 26 Os prazos de manutenção dos dados pessoais relativos a processos judiciais deverão estar alinhados àqueles que forem definidos ou praticados pelo Poder Judiciário.

Seção IX
Do Uso e Trânsito de Documentos Físicos

Art. 27 Os documentos físicos que contenham dados pessoais e que estiverem dentro das sedes do SSA PARANAEDUCAÇÃO deverão ser armazenados em um local com segurança física de acesso, como salas, armários ou gavetas protegidas por chave ou outros meios.

Art. 28 É vedada a circulação de documentos físicos no interior do SSA PARANAEDUCAÇÃO para finalidade estranha às atribuições legais e regulamentares desta entidade.

Seção X
Do Uso de Mídias, Dispositivos Móveis e Aplicativos

Art. 29 O uso de mídias ou dispositivos móveis por empregados e estagiários para armazenamento de documentos ou arquivos com dados pessoais deverá ser acompanhado das medidas de segurança previstas em norma complementar específica, devendo-se evitar, quando possível, a utilização deste meio.

Art. 30 Com o objetivo de afastar qualquer risco e vazamento de dados no processo de descarte de mídias ou recursos de armazenamento, todos os dados armazenados deverão ser prévia e plenamente eliminados.

Art. 31 Os recursos de tecnologia disponibilizados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO para exercício de atividades profissionais, como e-mail corporativo, ambiente de colaboradores, aplicações, acesso à internet, recursos de impressão, devem ser utilizados única e exclusivamente para os fins do serviço

público; qualquer uso fora deste escopo, inclusive para fins pessoais, é de exclusiva responsabilidade do usuário, desobrigando o SSA PARANAEDUCAÇÃO de qualquer ônus referente à proteção ou privacidade destes dados.

Seção XI
Do Compartilhamento de Dados

Art. 32 O compartilhamento dos dados pelo SSA PARANAEDUCAÇÃO observará o disposto no Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

CAPÍTULO III
DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Seção I
Do Controlador

Art. 33 O SSA PARANAEDUCAÇÃO exercerá as atribuições legais de controlador de dados.

Art. 34 O Controlador tem, sem prejuízo das competências definidas na LGPD, as seguintes atribuições:

I. indicar um encarregado, nos termos do art. 41 da LGPD, por meio de ato próprio;
II. dar cumprimento, no âmbito da entidade, ao disposto na LGPD e às orientações e recomendações da Controladoria-Geral do Estado;
III. atender às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria-Geral, buscando cessar eventuais violações à LGPD ou apresentar justificativa pertinente;
IV. encaminhar ao encarregado informações que venham a ser solicitadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
V. elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais ou fornecer informações necessárias para a elaboração deste, em conformidade com o art. 32 da LGPD e com os arts. 3.º e 4.º do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020;
VI. orientar os operadores, por meio de termos de uso, manuais e treinamentos, quanto ao tratamento de dados sob sua responsabilidade;
VII. não condicionar a participação dos titulares em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade, conforme § 4.º, art. 14, da Lei Federal n.º 13.709, de 2018;
VIII. realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi dado pelo responsável pela criança e adolescentes, consideradas as tecnologias disponíveis, conforme § 5.º, art. 14, da Lei Federal n.º 13.709, de 2018.

Art. 35 Em caso de violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento, o controlador deverá adotar as medidas estabelecidas no art. 48 da LGPD, observado o disposto no art. 3.º do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Seção II
Do Operador

Art. 36 Operador é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador.

Art. 37 O operador deverá realizar o tratamento segundo a PPD e as demais instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Art. 38 O operador deve manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 39 O operador deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo único. As medidas de que trata o caput deste artigo deverão ser observadas desde a fase de concepção do produto ou do serviço até a sua execução.

Seção III
Do Encarregado

Art. 40 O encarregado pelos dados pessoais é a pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Parágrafo único. O encarregado deverá ser designado com base nas qualidades profissionais e conhecimento das leis e práticas em matéria de proteção de dados, além da capacidade de cumprir as tarefas previstas no art. 41 da LGPD e no art. 9.º do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Art. 41 O encarregado é responsável por:
I. auxiliar a entidade a adaptar seus processos de acordo com a LGPD, incluindo a responsabilidade quanto à orientação e aplicação de boas práticas e governança;
II. trabalhar de forma integrada com o respectivo controlador e o operador, considerando a necessidade de um monitoramento regular e sistêmico das atividades destes;
III. estar facilmente acessível quando necessária a sua interveniência;
IV. receber reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos no prazo de 10 dias, prorrogáveis, justificadamente, por igual período, e adotar providências;
V. receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD e adotar providências;
VI. orientar os colaboradores e estagiários da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
VII. auxiliar o controlador a apresentar Relatório de Impacto de Proteção aos Dados Pessoais, quando solicitado;
VIII. receber comunicações e atender a normas complementares da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD;
IX. informar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD e os titulares dos dados eventuais incidentes de privacidade, observadas a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e as orientações da Controladoria-Geral do Estado;
X. executar outras atribuições definidas em normas complementares.

Art. 42 Deverão ser divulgadas, no Portal da Transparência do Estado e no sítio eletrônico do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO, informações do encarregado com os seguintes dados:
I. nome e cargo do encarregado indicado pelo controlador;
II. localização;
III. horário de atendimento;
IV. telefone e e-mail específico para orientação e esclarecimentos de dúvidas.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I
Das Diretrizes de Implementação

Art. 43 Para conformar os processos e os procedimentos do SSA PARANAEDUCAÇÃO à legislação de proteção de dados pessoais, devem ser consideradas as seguintes diretrizes:

I. levantamento dos dados pessoais tratados no SSA PARANAEDUCAÇÃO;
II. mapeamento dos fluxos de dados pessoais na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte;
III. verificação da conformidade do tratamento com o previsto na legislação de proteção de dados pessoais;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IV. definição e publicação de programa de gerenciamento de riscos do tratamento de dados pessoais;
V. revisão e atualização da política e dos programas de segurança da informação;
VI. definição de procedimentos e processos que garantam a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade dos dados pessoais durante seu ciclo de vida;
VII. revisão e adequação à legislação de proteção de dados pessoais dos contratos firmados no âmbito do SSA PARANAEDUCAÇÃO.

Seção II
Da Complementação, Revisão e Vigência

Art. 44 A PPD deve ser lida em conjunto com as obrigações previstas nos documentos a seguir relacionados, que versam sobre informações em geral e a complementam, quando aplicável:

I. Termo de Confidencialidade dos usuários do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO e outros documentos compatíveis, que dispõem sobre obrigações de confidencialidade em relação às informações mantidas pela instituição;
II. Políticas e normas de procedimentos de segurança da informação, bem como termos e condições de uso e responsabilidade das informações do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 45 Atribuições relacionadas à PPD poderão ser conferidas a colegiado específico responsável pela gestão e governança na área de tecnologia da informação no âmbito do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO, conforme dispuser seu ato de instituição.

Art. 46 A política de privacidade estabelecida por esta Portaria poderá ser atualizada ou modificada a qualquer tempo para atingir suas finalidades, como também para conformidade com a legislação ou normas reguladoras.

Art. 47 Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Carlos Roberto Tamura
Superintendente
Decreto Estadual n.º 657/2023

132415/2025



Secretaria da Fazenda

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 2/2025

O CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, nos termos do § 2º do art. 15 do Regimento Interno, que em razão de infrutíferas tentativas para localização e ciência, vem através do presente, cientificar os sujeitos passivos dos Processos Administrativos Fiscais abaixo relacionados, das decisões proferidas pelas Câmaras do CCRF. Considerar-se-ão intimados, decorrido o prazo de 10 dias contados da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, Lei n. 18.877/2016, art. 25, § 4º, inc. IV, observadas as normas e prazos contidos nos artigos 43, 44 e 55, todos da mesma lei, quando for o caso.

Relação de Processos Administrativos Fiscais:

LORENA SPADA ALVES DE SIQUEIRA
Acórdão.....: 68/2025 1ª CÂMARA P.A.F.: **6640598-2**

Data da Sessão.: 23/06/2025

ITCMD - Deixar de pagar o imposto devido. Doação em espécie. Infração configurada.

As retificações das declarações de imposto de renda, bem como os recibos das supostas parcelas pagas pelo donatário, foram emitidas após a ciência da medida fiscal. Assim, o fato gerador do ITCMD está devidamente configurado, pois se trata de uma doação em espécie, inexistindo elementos suficientes para descaracterizá-la.
Recurso ordinário não provido por unanimidade.

132053/2025

PROTOCOLO Nº : 24.148.426-2

INTERESSADO : Suely Maria Ferreira Petti

ASSUNTO : Solicitação de Concessão de Teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 1648/2025-SEFA

Ciente;

Considerando que o **PLANO DE TRABALHO** (mov. 26) prevê o período de comparecimento de 3 (três) dias na semana para concessão do teletrabalho para o período de 12 (doze) meses, conforme estabelece o §1º do art. 7º da Resolução SEFA nº 840/2024;

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA e o Núcleo de Recursos Humanos Setorial desta Pasta não viram óbice ao pleito;

AUTORIZO a prorrogação do regime de teletrabalho à servidora interessada, em regime híbrido, pelo período de **12 (doze) meses**, com **período de comparecimento de 3 (três) dias por semana**, para execução das atividades e metas previstas no Plano de Trabalho (mov. 26), com fundamento na Resolução SEFA nº 840/2024

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

132020/2025

PROTOCOLO Nº : 24.693.858-0

INTERESSADO : Cláudia Zanier

ASSUNTO : Solicitação de concessão de teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 1617/2025-SEFA

Ciente;

Considerando que o **PLANO DE TRABALHO** (mov. 3) prevê o período de comparecimento de 3 (três) dias na semana para prorrogação do teletrabalho para o período de 4 (quatro) meses, conforme estabelece o §1º do art. 7º da Resolução SEFA nº 840/2024;

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA e o Núcleo de Recursos Humanos Setorial desta Pasta não viram óbice ao pleito;

AUTORIZO a concessão do regime de teletrabalho à servidora interessada, em regime híbrido, pelo período de **4 (quatro) meses**, com **período de comparecimento de 3 (três) dias por semana**, para execução das atividades e metas previstas no Plano de Trabalho (mov. 3), com fundamento na Resolução SEFA nº 840/2024;

Curitiba, *assinado e datado eletronicamente*

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

132128/2025

PROTOCOLO Nº : 24.132.731-0

INTERESSADO : Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

ASSUNTO : Concessão - Teletrabalho – Caique Felipe Ribeiro

DESPACHO Nº 1642/2025-SEFA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022 e da Resolução SEFA nº 840/2024;

E considerando as manifestações técnicas acerca do pleito, especialmente no que concerne ao posicionamento exarado no Despacho nº 151/2025 - SEFA/CIGT (mov. 29) e no Despacho nº 494/2025 – SEFA/NRHS (mov. 30);

AUTORIZO a prorrogação da concessão de teletrabalho, em regime híbrido, ao servidor **Caique Felipe Ribeiro**, assessor lotado junto à Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - ATIC, para o período de 12 (doze) meses, com período de comparecimento presencial de 03 (três) dias, nos termos do Anexo II – Plano de Trabalho (mov. 16);

Publique-se o extrato deste Despacho, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução SEFA n. 840/2024;

Retifica-se o Despacho nº 980/2025 (mov. 9), contemplando o termo "interesse" ao invés de "desinteresse".

É o Despacho.

Curitiba, *assinado e datado eletronicamente*

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

131995/2025

PROTOCOLO Nº : 24.719.830-0

INTERESSADO : Ana Vitória de Souza Coelho Yared

ASSUNTO : Solicitação de teletrabalho em regime híbrido

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 1646/2025-SEFA

Ciente;

Considerando que o Plano de Trabalho prevê o período de comparecimento presencial de 3 (três) dias por semana pelo período de 4 (quatro) meses, conforme disposto na Resolução SEFA nº 840/2024;

E considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA e o Núcleo de Recursos Humanos Setorial desta Pasta não viram óbices ao pleito;

AUTORIZO o teletrabalho à servidora interessada, em regime híbrido, pelo período de 4 (quatro) meses, com período de comparecimento de 3 (três) dias por semana, para execução das atividades e metas previstas no Plano de Trabalho (mov. 3).

Curitiba, 29 de setembro de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

132113/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PROTOCOLO Nº : 24.719.845-8

INTERESSADO : Celso João de Souza

ASSUNTO : Solicitação de teletrabalho em regime híbrido

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 1647/2025-SEFA

Ciente;

Considerando que o Plano de Trabalho prevê o período de comparecimento presencial de 3 (três) dias por semana pelo período de 4 (quatro) meses, conforme disposto na Resolução SEFA nº 840/2024;

E considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA e o Núcleo de Recursos Humanos Setorial desta Pasta não viram óbices ao pleito;

AUTORIZO o teletrabalho ao servidor interessado, em regime híbrido, pelo período de 4 (quatro) meses, com período de comparecimento de 3 (três) dias por semana, para execução das atividades e metas previstas no Plano de Trabalho (mov. 3).

Curitiba, 29 de setembro de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

132092/2025

RESOLUÇÃO SEFA Nº 869, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025

Designação de substituição da Chefia do Núcleo Fazendário Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência por motivo de férias do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como considerando o contido no Protocolo nº 24.676.129-9,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **LUZITA NERY GOMES MONTANHEIRO ROCHA**, RG nº 5.XXX.XXX-6, para responder como Chefe do Núcleo Fazendário Setorial, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, em substituição ao titular, **HUGO HENRIQUE SAMPAIO DE ALMEIDA**, RG nº 8.XXX.XXX-7, por motivo de férias, no período de 20 de outubro de 2025 a 03 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

131730/2025

PROTOCOLO Nº: 24.618.408-9
INTERESSADO: C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
CNPJ: 77.863.223/0001-07
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Investimento. Obra de infraestrutura rodoviária. Crédito outorgado.13ª Medição. Lei 17.444/2012.

DESPACHO Nº 1651/2025-SEFA

I.Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 203/2025, e com fundamento na Lei Estadual nº 17.444/2012, DEFIRO o pedido formulado pela C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob nº 77.863.223/0001-07 e CAD/ICMS nº 41400463-67, de outorga de crédito de ICMS no valor de R$ 9.717.730,96 (nove milhões, setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta reais e noventa e seis centavos), em contrapartida aos investimentos correspondentes a 13ª medição da execução da obra do Contorno Leste de Palotina, Rodovia PR-975, no trecho entre PR-182 e a PR-364.

II. Publique-se no DOE;

III.Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná para as providências necessárias.
É o despacho.

SEFA/GS, 29 de setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

132006/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

APPA

PORTARIA Nº 191/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR WELLINGTON LUIZ SOUZA DE OLIVEIRA, Matrícula 9909, do emprego de provimento em comissão de Assessor I, Símbolo CC 02, da Assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial, a partir de 23 de setembro de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 23 de setembro de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 192/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR GUILHERME SANTOS DO CARMO, Matrícula 2197, para exercer o emprego de provimento em comissão de Assessor I, Símbolo CC 02, na Assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial, a partir de 24 de setembro de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 24 de setembro de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 193/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
CONSIDERANDO o descrito no Processo SAP nº 1000000265, referente a Adesão da Portos do Paraná ao Instituto Rede Brasil do Pacto Global da ONU.
RESOLVE:
Art 1º DESIGNAR TAMARA MARTINS LEMOS NEIS, Matrícula 2188, como responsável pela coordenação geral, integração de indicadores, articulação com as áreas envolvidas e acompanhamento dos prazos de reporte, formalizando o compromisso institucional com os 10 Princípios do Pacto Global e Agenda 2030.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data da efetiva confirmação da adesão ao Pacto Global da ONU.
Gabinete da Presidência, em 24 de setembro de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

131704/2025

DER

PORTARIA Nº 581/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 24.072.486-3, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
DESIGNAR	Larissa Vieira, RG. 8.xxx.100-x	DT/CPD	Como **Gestora** do **Contrato nº 156/2025,** tendo como objeto: "Aquisição de equipamentos de laboratório para atender as demandas do laboratório central do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná".
DESIGNAR	Jonny Luis Chiumento, RG. 4.xxx.200-x	DT/CPD	Como **Fiscal** do **Contrato nº 156/2025,** tendo como objeto: "Aquisição de equipamentos de laboratório para atender as demandas do laboratório central do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná".
DESIGNAR	Willian Borelli Polzl, RG.10.xxx.758-x	DT/CPD	Como **Fiscal** do **Contrato nº 156/2025,** tendo como objeto: "Aquisição de equipamentos de laboratório para atender as demandas do laboratório central do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná".

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

132458/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 1177/2025
(Protocolo nº 24.069.024-1)

Assunto: Autorização para formalização do 6° Termo de Apostilamento de Repactuação ao Contrato Administrativo nº 1650/2023.

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, nos termos do §3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016, do inciso XII, art. 1º, da Resolução SEJU nº 53/2025, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.46)**; na Informação Técnica n° 193/2025 – NFS/SEJU **(mov.25)**, na Declaração de Adequação da Despesa nº 193/2025 – DAD **(mov.27)**, bem como na Informação Técnica nº 225/2025 – AT/SEJU **(mov.53)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização do 6° Termo de Apostilamento de Reajuste ao Contrato Administrativo nº 1650/2023, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, **CNPJ nº 78.533.312/0001-58**, referente ao período de 01 de fevereiro de 2025 ao término do referido contrato, relativo a prestação de serviços contínuos de assistente administrativo em atendimento às Unidades Socioeducativas.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do presente Termo, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos demais atos administrativos que precederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 1650/2023**, os quais são de inteira responsabilidade dos gestores que, à época, os firmaram.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

É a informação.

Curitiba, 24 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

131934/2025

Despacho nº 1292/2025 – DG/SEJU
(Protocolo nº 24.104.642-7)

I. AUTORIZO com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.44),** Informação Técnica nº 230/2025 – NFS/SEJU **(mov.23)**, na Declaração de Adequação da Despesa nº 230/2025 **(mov.25)**, bem como na Informação Técnica nº 251/2025 – AT/SEJU **(mov.68)**, os quais atestaram os requisitos mínimos para liberação dos recursos, por meio de Cota Extra do Fundo Rotativo, à empresa **AGR COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, CNPJ nº 02.364.050/0001-83, no valor de **R$18.034,00 (dezoito mil e trinta e quatro reais)**, referente a aquisição de beliche e guarda-roupas, em atendimento a Casa de Semiliberdade Feminina de Curitiba Regina Fischer Pessuti.

II. CONDICIONO ao cumprimento de todos os itens dispostos no Manual de Aquisições do Fundo Rotativo, aprovado pela Resolução nº 11/2025 – SEJU, de 10 de fevereiro de 2025, bem como ressalvo que todas as certidões e os orçamentos apensados pelo Gestor da Unidade Descentralizada, destacando que, na ocasião da aquisição/contratação, pelos meios admitidos na lei, deverão estar dentro de seu prazo de validade, e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. Ao NFS/SEJU para as providências cabíveis.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

132009/2025

Despacho nº 1297/2025
(Protocolo nº 24.630.942-6)

Assunto: Autorização para formalização do **3° Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1997/2023** – Alteração de Dotação Orçamentária – Sistema SIAFIC.

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, nos termos do §3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base no Memorando nº 703/2025 – NAS/SEJU **(mov.02)**; na Minuta do Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1997/2023 **(mov.24)**, bem como na Informação Técnica nº 279/2025 – AT/SEJU **(mov.27)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização do **3° Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1997/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e a **LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS**, **CNPJ nº 02.491.558/0001-42**, sendo objeto de alteração de dotação orçamentária via Sistema SIAFIC, pela inclusão de nova Fonte de Recurso.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do presente Termo, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos demais atos administrativos que precederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 1997/2023**, os quais são de inteira responsabilidade dos gestores que, à época, os firmaram.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

É a informação.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

132077/2025

Despacho nº 1293/2025
(Protocolo nº 24.679.438-3)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.02)**; a Informação Técnica nº 289/2025 – NFS/SEJU **(mov.23)**, bem como a Informação Técnica nº 275/2025 – AT/SEJU **(mov.34)**, a **aquisição** de detergente líquido em atendimento das demandas da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo - CGS, por meio da adesão à **Ata de Registro de Preços SEI-CED 525/2024**, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 112/2024 – Lote 11**, via Sistema de Registro de Preços – SRP, realizado pela Secretaria de Estado da Administração Pública – SEAP, a ser formalizado com a empresa **ISANETE APARECIDA PACHECO COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA – CNPJ nº 34.396.791/0001-32**, no valor total de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

132030/2025

Despacho nº 1294/2025
(Protocolo nº 24.578.900-9)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.02)**; a Informação Técnica nº 304/2025 – NFS/SEJU **(mov.25)**, bem como a Informação Técnica nº 276/2025 – AT/SEJU **(mov.34)**, a **aquisição** de copos descartáveis em atendimento das demandas da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo - CGS, por meio da adesão à **Ata de Registro de Preços SEI-CED 117/2025**, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 069/2025 – Lote 01**, via

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Sistema de Registro de Preços – SRP, realizado pela Secretaria de Estado da Administração Pública – SEAP, a ser formalizado com a empresa **ISANETE APARECIDA PACHECO COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA – CNPJ nº 34.396.791/0001-32**, no valor total de **R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).**

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

132034/2025

Despacho nº 1218/2025
(Protocolo nº 24.408.923-2)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.02)**; na Informação Técnica nº 243/2025 – NFS/SEJU **(mov. 28)**, bem como na Informação Técnica nº 238/2025 – AT/SEJU **(mov. 39)**, cujo objeto é a aquisição alvejante, amaciante e desodorizador em atendimento das demandas da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo – CGS, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 112/2024 – Lotes 19, 21 e 27** via Sistema de Registro de Preços – SRP realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas – DECON, para atendimento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU, por intermédio da empresa **KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA – CNPJ nº 21.782.356/0001-02**, no valor de **R$ 21.893,07** (Vinte e um mil, oitocentos e noventa e três reais e sete centavos).

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 24 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

131910/2025

Despacho nº 1223/2025
(Protocolo nº 24.501.188-1)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.02)**; na Informação Técnica nº 261/2025 – NFS/SEJU **(mov. 23)**, bem como na Informação Técnica nº 208/2025 – AT/SEJU **(mov. 39)**, cujo objeto é a aquisição de limpador multiuso em atendimento das demandas da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo – CGS, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 113/2024 – Lotes 17 e 18** via Sistema de Registro de Preços – SRP realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas – DECON, para atendimento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU, por intermédio da empresa **CASARAO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA – CNPJ nº 49.017.735/0001-17**, no valor de **R$1.530,00** (mil quinhentos e trinta reais)

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 24 de setembro de 2025.

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

131902/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZO n.º 171/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.301.450-6
ASSUNTO: Solicitação de autorização para abertura de processo de licitação visando a contratação de empresa especializada em serviços gráficos.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestada por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado e a manifestação de atendimento das recomendações da PGE/PR pela Assessoria Técnica;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Estudo Técnico Preliminar, mov. 49, o Termo de Referência, mov. 101, e o edital, mov. 103;
AUTORIZO a deflagração da fase externa do processo de licitação;
AUTORIZO o prosseguimento do processo licitatório, vez que verificadas as exigências legais para a contratação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

131933/2025

Secretaria do Planejamento

Despacho n.º 357/2025 – DG/SEPL
Curitiba, 29 de setembro de 2025.
Assunto: Aquisição de toalha de papel
e-Protocolo: 24.615.163-6
Trata o presente de contratação que tem por objeto a aquisição de toalhas de papel, visando atender à necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento, por se tratar de item de higiene. A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, considerando o valor estimado apresentado pelo Estudo Técnico Preliminar (mov. 04) e pelo Termo de Referência (mov. 32).
As razões que fundamentam a presente contratação estão dispostas no Documento de Formalização de Demanda (mov. 3).
Considerando a natureza administrativa da contratação em tela, ela está em harmonia com os objetivos estratégicos e atribuições desta Secretaria.
Ademais, o objeto da presente contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do Estado – PCA-E, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar.
Ante o exposto:
1. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar acostado no mov.04, nos termos do art. 334, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022;
2. APROVO, na condição de ordenador de despesas, o Termo de Referência acostado no mov. 32, nos termos do art. 19, §3º do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022;
3. AUTORIZO, na condição de ordenador de despesas a presente contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nos termos do art. 72, inciso VIII da mesma lei.
Encaminhe-se o presente expediente ao **Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEPL**, para empenho e pagamento.
PUBLIQUE-SE.
Atenciosamente,

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor Geral/SEPL

132227/2025

Despacho n.º 360/2025 – DG/SEPL
Assunto: Prorrogação da Locação do Veículo de Uso do Diretor Geral – Primeiro Termo Aditivo.
e-Protocolo: 24.464.322-1.

Trata-se o presente expediente do Primeiro Termo Aditivo para prorrogação do Contrato n. º 1129/2023 com a **Empresa CS Brasil Frotas** por mais 1 (um) mês, objetivando a locação do veículo de uso o Diretor Geral.

I.O valor do referido contrato será de R$ 7.136,00 (sete mil, cento e trinta e seis reais) por um mês, tendo sua vigência no período de 04/10/2025 a 04/11/2025;

II.**Autorizo** a celebração do referido termo aditivo, diante dos elementos que instruem o processo, bem como da competência delegada por meio da Resolução n.° 004/2023/SEPL;

III.Publique-se.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.
DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor-Geral / SEPL

132349/2025

Secretaria da Saúde

PORTARIA SESA Nº 494/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência - SIATE, em Curitiba.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 24.565.594-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora RAFAELA DOS SANTOS PORTUGAL, RG nº 5.707.361-6/PR, Médico, lotada no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência/SIATE da 02ª Regional de Saúde Metropolitana, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 1º de outubro de 2025 referente ao período aquisitivo de 21 de janeiro de 2016 a 20 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

131869/2025

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 23.888.856-5.

AUTUADO: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLOR DA SERRA DO SUL – UBS LOURDES ANGELA GROSBELLI PERONDI.**

CNPJ: 08.866.853/0001-12

ENDEREÇO: R. Adenis Barbieri, n.º 45, Centro, Flor da Serra do Sul/PR – CEP 85.618-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 25.100.499 de 25/04/2025 da 08ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, III c/c RDC/Anvisa n.º 63/2011, Art. 15 e 16; Resolução COFEN n.º 727/2023 Art. 3º; Decreto Federal n.º 20931/1932, Art. 28.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Fazer funcionar unidade básica de saúde deixando de providenciar responsável técnico para atendimento médico e de enfermagem.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 23.888.856-5 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I.

Publique-se e arquive-se.

132502/2025

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 18.472.925-3.

AUTUADO: **MUNICÍPIO DE ASSAÍ - HOSPITAL MUNICIPAL DE ASSAÍ**

CNPJ: 76.290.709/0001-30

ENDEREÇO: Rua Manoel Ribas, n.º 1580, Centro, Assaí/PR – CEP 86.220-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 21.101.037 de 19/08/2021 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, XLIV e Art. 66, §3º, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5711/200, Art. 545, parágrafo único e Art. 555 c/c Lei Federal n.º 6437, Art. 10, XXXI c/c Resolução SESA-PR n.º 165/2016.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Deixar de cumprir parcialmente o termo de Intimação n.º 21.100.859 de 14/07/2021 ao deixar de adequar-se ao exigido na Resolução SESA-PR n.º 165/2016 Anexo II, itens 1.1.1, 1.1.4, 1.1.5, 1.2.1, 1.2.2, 1.2.7, 2.8, 4.2.5, 4.2.7, 4.4.3, 4.5.1.2, 4.5.5, 4.7.2, 5.6, 5.11, 5.14.2, 5.17, 5.24, 5.25, 5.26, 5.27, 5.28, 6.9, 7.8.3.4, 7.8.3.5, 9.17, 9.25, 12.10, 15.1.8, 15.1.9.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 18.472.925-3 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas a penalidade de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI

Publique-se e arquive-se.

132496/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.085.000-1

AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 857/2025 – PRC/PGE, formalizando o **1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0306.3263/2025** entre o Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Associação de Promoção à Saúde Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques/ Hospital Nossa Senhora Aparecida, município de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ sob o nº 77.304.582/0001-24, CNES nº 2571811, através da Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Atenção à Saúde dos usuários do SUS.

O presente Termo Aditivo ao contrato n°0306.3263/2025, tem por objeto a alteração **quantitativa de acréscimo** das metas assistenciais na Média Complexidade Hospitalar, em decorrência do aumento de 23 AIH'S de Urgência/Emergência em razão do aumento expressivo na demanda de atendimentos realizados por esta instituição.

O percentual referente ao acréscimo mensal no valor de R$ 10.648,08 (dez mil seiscentos e quarenta e oito reais e oito centavos) e anual de R$ 127.776,96 (cento e vinte e sete mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) descrito na cláusula primeira, corresponde a 11,10% do valor originalmente contratado atualizado, com fundamentação no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato atualizado importa em até R$ 101.723,09 (cento e um mil setecentos e vinte e três reais e nove centavos), sendo R$ 71.723,09 (setenta e um mil setecentos e vinte e três reais e nove centavos) com recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/ Fonte 600 e R$30.000,00 (trinta mil reais) com Tesouro Geral do Estado/ Fonte 500, totalizando o valor anual de até R$ 1.220.677,08 (um milhão, duzentos e vinte mil seiscentos e setenta e sete reais e oito centavos).

O presente Termo Aditivo surtirá efeitos a partir da sua celebração.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

131900/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SESA Nº 1530/2025

Publicar a Planilha de pagamentos realizados na data 19/09/2025 referente ao Incentivo financeiro de Custeio e Investimento da Organização da Assistência Farmacêutica autorizados a realizar a transposição contábil e financeira.

O Secretário de Estado da Saúde, *gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando a Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- considerando o art. 20 da Lei Complementar n° 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei n° 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto n° 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados nos Fundos Estaduais de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei n° 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto n° 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando a Resolução SESA nº 673/2023 que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná;

- considerando a Resolução SESA nº 1450, de 04, de setembro de 2025, sob nº Protocolo 24.520.160-5.

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a Planilha de pagamentos realizados na data 19/09/2025 referente ao Incentivo financeiro de Custeio e Investimento da Organização da Assistência Farmacêutica, autorizados a realizar a transposição contábil e financeira.

Art. 2º Considerando a ocorrência de inconsistência no processamento do pagamento proveniente da Resolução SESA nº 1450/2025 referente ao incentivo financeiro da Assistência Farmacêutica, especificamente quanto à classificação contábil entre as conta-correntes de natureza de despesa - custeio e investimento - fica autorizada, nos termos da legislação vigente e respeitando os princípios da legalidade e da eficiência administrativa, a realização da transposição contábil e financeira dos recursos recebidos indevidamente na conta custeio para a conta investimento, conforme discriminado no anexo I dessa resolução.

Art. 3º Tal medida visa assegurar a conformidade orçamentária e contábil, bem como garantir a adequada execução dos recursos vinculados à Assistência Farmacêutica, sem prejuízo à finalidade pública da despesa. A transposição entre conta-correntes desde que não implique alteração da destinação dos recursos é permitida conforme as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelas normas de execução orçamentária.

Art. 4º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 5º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1530/2025

RELAÇÃO DOS VALORES A SEREM TRANSFERIDOS DA CONTA CUSTEIO PARA CONTA INVESTIMENTO DOS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE.

CNPJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	VALOR R$
08747163000144	FMS DE CALIFORNIA	16.500,00
09335385000112	FMS DE CAMBARA	66.600,00
09406126000135	FMS DE CAMBE	64.163,00
09529049000100	FMS DE CAMBIRA	13.238,00
10811584000139	FMS DE CAMPINA DA LAGOA	48.769,00
08950577000176	FMS DE CAMPINA DO SIMAO	7.819,00
11522710000106	FMS DE CAMPINA GRANDE DO SUL	33.432,00
09169431000150	FMS DE CAMPO BONITO	20.982,00
10411489000148	FMS DE CAMPO DO TENENTE	25.125,00
09209932000113	FMS DE CAMPO LARGO	238.163,00
10325293000130	FMS DE CAMPO MAGRO	30.375,00
09253109000105	FMS DE CAMPO MOURÃO	55.838,00
09481491000104	FMS DE CANDIDO DE ABREU	27.150,00
09161129000156	FMS DE CANDOI	34.594,00
09556006000114	FMS DE CANTAGALO	37.519,00
09157931000172	FMS DE CAPANEMA	27.263,00
09401856000143	FMS DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	26.813,00
09280209000120	FMS DE CARAMBEI	45.225,00
10601116000130	FMS DE CARLOPOLIS	18.113,00
09051532000122	FMS DE CASCAVEL	105.038,00
09267430000149	FMS DE CASTRO	138.263,00
09335765000157	FMS DE CATANDUVAS	21.600,00
09333796000179	FMS DE CENTENARIO DO SUL	35.719,00
09226377000138	FMS DE CERRO AZUL	14.232,00
09272231000129	FMS DE CEU AZUL	19.050,00
09240678000116	FMS DE CHOPINZINHO	26.175,00
09263750000120	FMS DE CIANORTE	45.788,00
09178266000101	FMS DE CIDADE GAUCHA	23.588,00
09036819000183	FMS DE CLEVELANDIA	51.357,00
09398874000113	FMS DE COLOMBO	372.825,00
08788720000175	FMS DE COLORADO	57.900,00
09660468000187	FMS DE CONGONHINHAS	17.663,00
77732584000114	FMS DE CONSELHEIRO MAIRINCK	16.932,00
08892018000157	FMS DE CONTENDA	17.794,00
09311360000189	FMS DE CORBELIA	61.313,00
09342351000155	FMS DE CORNELIO PROCOPIO	55.744,00
08899631000104	FMS DE CORONEL DOMINGOS SOARES	11.888,00
08906533000149	FMS DE CORONEL VIVIDA	83.475,00
09463184000109	FMS DE CORUMBATAI DO SUL	8.850,00
09431414000140	FMS DE CRUZ MACHADO	36.000,00
08889908000100	FMS DE CRUZEIRO DO IGUACU	11.307,00
08888967000163	FMS DE CRUZEIRO DO OESTE	47.475,00
09174628000188	FMS DE CRUZEIRO DO SUL	12.657,00
09380253000102	FMS DE CRUZMALTINA	14.232,00
11821646000156	FMS DE CURIUVA	42.750,00

09219919000145	FMS DE DIAMANTE D OESTE	21.150,00
09015691000171	FMS DE DIAMANTE DO SUL	2.982,00
08889455000111	FMS DE DOIS VIZINHOS	128.700,00
08849296000121	FMS DE DOURADINA	36.675,00
08602448000197	FMS DE DOUTOR CAMARGO	24.188,00
10580993000171	FMS DE DOUTOR ULYSSES	6.132,00
09173312000171	FMS DE ENEAS MARQUES	14.213,00
10541343000117	FMS DE ENGENHEIRO BELTRAO	39.094,00
08931196000140	FMS DE ENTRE RIOS DO OESTE	16.200,00
04281991000189	FMS DE ESPERANCA NOVA	5.963,00
09335405000155	FMS DE ESPIGAO ALTO DO IGUACU	5.982,00
10537130000111	FMS DE FAROL	4.913,00
09311733000111	FMS DE FAXINAL	34.988,00
09240360000135	FMS DE FAZENDA RIO GRANDE	68.119,00
09652908000154	FMS DE FENIX	16.369,00
09279542000110	FMS DE FERNANDES PINHEIRO	38.363,00
11200817000120	FMS DE FIGUEIRA	37.725,00
08866853000112	FMS DE FLOR DA SERRA DO SUL	17.100,00
08546488000169	FMS DE FLORAI	20.325,00
08854643000104	FMS DE FLORESTA	49.275,00
10271851000122	FMS DE FLORESTOPOLIS	46.519,00
08703778000179	FMS DE FLORIDA	11.588,00
09070880000147	FMS DE FORMOSA DO OESTE	27.113,00
10573693000165	FMS DE FOZ DO IGUACU	34.763,00
09564452000170	FMS DE FOZ DO JORDAO	17.494,00
09465664000109	FMS DE FRANCISCO ALVES	20.588,00
09165798000104	FMS DE FRANCISCO BELTRAO	302.738,00
11367765000180	FMS DE GENERAL CARNEIRO	40.950,00
09476005000160	FMS DE GODOY MOREIRA	4.050,00
09298629000134	FMS DE GOIOERE	91.688,00
09815125000144	FMS DE GOIOXIM	11.363,00
09535844000101	FMS DE GRANDES RIOS	17.213,00
95725438000143	FMS DE GUAIRA	53.213,00
10484522000160	FMS DE GUAIRACA	11.419,00
09430481000140	FMS DE GUAMIRANGA	17.250,00
09585163000158	FMS DE GUAPIRAMA	4.219,00
08819126000102	FMS DE GUAPOREMA	15.807,00
09278400000138	FMS DE GUARACI	12.675,00
08906376000171	FMS DE GUARANIACU	38.532,00
09121814000159	FMS DE GUARAPUAVA	58.050,00
09511795000177	FMS DE GUARAQUECABA	2.194,00
11343124000196	FMS DE GUARATUBA	69.375,00
09464601000120	FMS DE HONORIO SERPA	23.569,00
09421426000193	FMS DE IBAITI	37.988,00
09260523000141	FMS DE IBEMA	6.207,00
09358665000146	FMS DE IBIPORA	202.894,00
09239144000170	FMS DE ICARAIMA	21.825,00
08823037000121	FMS DE IGUARACU	18.825,00
08962000000184	FMS DE IGUATU	4.088,00
13886546000133	FMS DE IMBAU	24.525,00
09402776000102	FMS DE IMBITUVA	110.419,00
09532702000190	FMS DE INACIO MARTINS	12.675,00
09457349000121	FMS DE INAJA	12.713,00
09282588000198	FMS DE INDIANOPOLIS	18.057,00
09280787000167	FMS DE IPIRANGA	52.875,00
09420881000174	FMS DE IPORA	38.194,00
09168498000170	FMS DE IRACEMA DO OESTE	6.638,00
09485333000122	FMS DE IRATI	157.950,00
84782952000102	FMS DE IRETAMA	30.488,00
09303133000101	FMS DE ITAGUAJE	9.413,00
09333308000123	FMS DE ITAIPULANDIA	19.725,00
10015707000125	FMS DE ITAMBARACA	25.482,00
08937598000151	FMS DE ITAMBE	8.082,00
09323218000151	FMS DE ITAPEJARA D OESTE	35.157,00
11293865000100	FMS DE ITAPERUCU	33.263,00
09272190000170	FMS DE ITAUNA DO SUL	16.538,00
09311470000140	FMS DE IVAI	37.632,00
09407873000198	FMS DE IVAIPORA	17.007,00
09245506000135	FMS DE IVATE	10.763,00
08574243000145	FMS DE IVATUBA	14.457,00
09350164000113	FMS DE JABOTI	7.219,00
09309271000106	FMS DE JACAREZINHO	23.288,00
09152857000100	FMS DE JAGUAPITA	83.025,00
10952292000116	FMS DE JAGUARIAIVA	77.119,00
09022372000193	FMS DE JANDAIA DO SUL	61.763,00
08563196000134	FMS DE JANIOPOLIS	7.969,00
09342537000104	FMS DE JAPIRA	22.444,00
09307925000154	FMS DE JAPURA	18.150,00
09389919000193	FMS DE JARDIM ALEGRE	27.975,00
09431225000177	FMS DE JARDIM OLINDA	4.050,00
09531097000133	FMS DE JATAIZINHO	60.525,00
08958005000133	FMS DE JESUITAS	19.050,00
09532627000168	FMS DE JOAQUIM TAVORA	39.544,00
09280837000106	FMS DE JUNDIAI DO SUL	10.200,00
00814071000128	FMS DE JURANDA	11.157,00
09204028000115	FMS DE JUSSARA	27.000,00
08541961000115	FMS DE KALORE	10.744,00
09477318000132	FMS DE LAPA	60.863,00
09313556000102	FMS DE LARANJAL	6.675,00
95587473000143	FMS DE LARANJEIRAS DO SUL	76.050,00
11292318000100	FMS DE LEOPOLIS	27.563,00
09492698000184	FMS DE LIDIANOPOLIS	24.075,00
09268800000162	FMS DE LINDOESTE	16.913,00
09136850000196	FMS DE LOANDA	24.000,00
08542693000156	FMS DE LOBATO	12.600,00
11323261000169	FMS DE LONDRINA	269.213,00
10505122000193	FMS DE LUIZIANA	25.032,00
08636699000192	FMS DE LUNARDELLI	16.500,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

09259137000130	FMS DE LUPIONOPOLIS	27.000,00
09399412000110	FMS DE MALLET	53.832,00
84782697000190	FMS DE MAMBORE	19.088,00
08703785000170	FMS DE MANDAGUACU	55.913,00
09241895000120	FMS DE MANDAGUARI	132.582,00
10809926000186	FMS DE MANDIRITUBA	45.825,00
09186062000104	FMS DE MANFRINOPOLIS	9.394,00
11009603000170	FMS DE MANGUEIRINHA	58.557,00
09376644000153	FMS DE MANOEL RIBAS	42.019,00
09256935000108	FMS DE MARECHAL CANDIDO RONDON	99.638,00
08859081000191	FMS DE MARIA HELENA	13.500,00
08531904000155	FMS DE MARIALVA	136.632,00
09328892000129	FMS DE MARILANDIA DO SUL	18.732,00
09205479000177	FMS DE MARILENA	10.894,00
00338900000143	FMS DE MARILUZ	21.882,00
80905706000131	FMS DE MARINGA	147.319,00
09128114000196	FMS DE MARIOPOLIS	19.632,00
08971099000180	FMS DE MARIPA	13.425,00
09295998000173	FMS DE MARMELEIRO	52.707,00
09289986000136	FMS DE MARQUINHO	8.850,00
08561108000165	FMS DE MARUMBI	6.413,00
09246705000168	FMS DE MATELANDIA	26.100,00
10951061000198	FMS DE MATINHOS	86.400,00
11786390000193	FMS DE MATO RICO	8.494,00
09280202000109	FMS DE MAUA DA SERRA	19.688,00
09239394000100	FMS DE MEDIANEIRA	123.300,00
09133765000174	FMS DE MERCEDES	21.150,00
09160055000133	FMS DE MIRADOR	5.850,00
10157458000102	FMS DE MIRASELVA	5.663,00
09077055000174	FMS DE MISSAL	21.094,00
09582499000167	FMS DE MOREIRA SALES	31.894,00
11938311000112	FMS DE MORRETES	41.794,00
04143560000156	FMS DE MUNHOZ DE MELLO	21.488,00
08546480000100	FMS DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS	15.357,00
09444531000148	FMS DE NOVA ALIANCA DO IVAI	3.225,00
10496387000172	FMS DE NOVA AMERICA DA COLINA	12.882,00
09472866000170	FMS DE NOVA AURORA	44.494,00
10502182000152	FMS DE NOVA CANTU	16.144,00
08570778000148	FMS DE NOVA ESPERANCA	75.094,00
08956201000179	FMS DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	11.588,00
09519211000100	FMS DE NOVA FATIMA	21.975,00
09195958000150	FMS DE NOVA LARANJEIRAS	22.950,00
09220022000131	FMS DE NOVA LONDRINA	38.925,00
00789980000153	FMS DE NOVA OLIMPIA	4.650,00
09270482000174	FMS DE NOVA PRATA DO IGUACU	39.994,00
08854896000188	FMS DE NOVA SANTA BARBARA	12.150,00
09157410000115	FMS DE NOVA SANTA ROSA	28.857,00
09588897000190	FMS DE NOVA TEBAS	21.300,00
11301919000131	FMS DE NOVO ITACOLOMI	7.125,00
09324615000148	FMS DE ORTIGUEIRA	45.450,00
11337035000137	FMS DE OURIZONA	20.194,00
09292656000108	FMS DE OURO VERDE DO OESTE	28.013,00
09113516000117	FMS DE PAICANDU	136.238,00
80873003000179	FMS DE PALMAS	90.413,00
08576163000129	FMS DE PALMEIRA	88.088,00
09290590000109	FMS DE PALMITAL	17.213,00
08878760000108	FMS DE PALOTINA	93.094,00
09196589000110	FMS DE PARAISO DO NORTE	18.357,00
08799254000123	FMS DE PARANACITY	32.232,00
10428937000116	FMS DE PARANAGUA	202.950,00
12102959000117	FMS DE PARANAPOEMA	12.038,00
08518587000137	FMS DE PARANAVAI	50.963,00
12232808000183	FMS DE PATO BRAGADO	8.550,00
80872476000151	FMS DE PATO BRANCO	259.932,00
09500961000130	FMS DE PAULA FREITAS	24.975,00
12082670000183	FMS DE PAULO FRONTIN	50.119,00
10572895000192	FMS DE PEABIRU	40.557,00
09223195000103	FMS DE PEROBAL	8.700,00
09350598000113	FMS DE PEROLA	19.538,00
08764962000129	FMS DE PEROLA D OESTE	6.300,00
10430481000129	FMS DE PIEN	27.788,00
08827276000150	FMS DE PINHAIS	65.138,00
08862734000191	FMS DE PINHAL DE SAO BENTO	12.207,00
09269741000147	FMS DE PINHALAO	36.450,00
09248525000115	FMS DE PINHAO	70.032,00
08957376000109	FMS DE PIRAI DO SUL	56.644,00
09468040000137	FMS DE PIRAQUARA	47.888,00
09341315000177	FMS DE PITANGA	53.888,00
10737132000154	FMS DE PITANGUEIRAS	10.688,00
09367941000132	FMS DE PLANALTINA DO PARANA	8.944,00
09272764000100	FMS DE PLANALTO	26.288,00
09277224000110	FMS DE PONTA GROSSA	145.350,00
09515395000130	FMS DE PONTAL DO PARANA	108.563,00
09412450000166	FMS DE PORECATU	31.388,00
09255445000197	FMS DE PORTO AMAZONAS	14.119,00
14119340000140	FMS DE PORTO BARREIRO	10.463,00
09267309000117	FMS DE PORTO RICO	8.832,00
09422562000106	FMS DE PORTO VITORIA	16.932,00
09102090000104	FMS DE PRADO FERREIRA	16.482,00
09182117000108	FMS DE PRANCHITA	18.394,00
09317557000125	FMS DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO	19.519,00
08648246000186	FMS DE PRIMEIRO DE MAIO	42.132,00
10444476000175	FMS DE PRUDENTOPOLIS	128.419,00
09338106000174	FMS DE QUARTO CENTENARIO	13.107,00
09229133000109	FMS DE QUATIGUA	13.425,00
08862606000148	FMS DE QUATRO BARRAS	61.369,00
09079277000126	FMS DE QUATRO PONTES	14.007,00
09131091000179	FMS DE QUEDAS DO IGUACU	73.632,00

73242695000191	FMS DE QUERENCIA DO NORTE	36.057,00
10380316000100	FMS DE QUINTA DO SOL	22.107,00
10401869000100	FMS DE QUITANDINHA	19.950,00
09220604000118	FMS DE RAMILANDIA	12.150,00
11650773000130	FMS DE RANCHO ALEGRE	20.925,00
09307789000100	FMS DE RANCHO ALEGRE DO OESTE	7.950,00
09158413000173	FMS DE REALEZA	36.563,00
09620017000116	FMS DE REBOUCAS	59.344,00
08892866000166	FMS DE RENASCENCA	32.175,00
15753795000186	FMS DE RESERVA	31.875,00
10208952000159	FMS DE RESERVA DO IGUACU	8.438,00
09268008000108	FMS DE RIBEIRAO CLARO	32.232,00
09654201000187	FMS DE RIBEIRAO DO PINHAL	30.825,00
09423744000193	FMS DE RIO AZUL	44.775,00
09010415000110	FMS DE RIO BOM	4.688,00
09271457000105	FMS DE RIO BONITO DO IGUACU	36.675,00
10636073000128	FMS DE RIO BRANCO DO IVAI	18.507,00
10409046000112	FMS DE RIO BRANCO DO SUL	23.400,00
09127166000148	FMS DE RIO NEGRO	91.182,00
08737323000174	FMS DE ROLANDIA	151.988,00
10517867000172	FMS DE RONCADOR	25.650,00
08927244000126	FMS DE RONDON	21.788,00
09314015000107	FMS DE ROSARIO DO IVAI	14.813,00
09618261000144	FMS DE SABAUDIA	27.619,00
08992808000104	FMS DE SALGADO FILHO	8.738,00
11582670000180	FMS DE SALTO DO ITARARE	12.113,00
08873090000137	FMS DE SALTO DO LONTRA	38.250,00
13716087000140	FMS DE SANTA AMELIA	15.019,00
10651971000155	FMS DE SANTA CECILIA DO PAVAO	14.794,00
08857186000101	FMS DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	39.882,00
08541779000164	FMS DE SANTA FE	11.963,00
09201882000128	FMS DE SANTA HELENA	91.238,00
09301952000110	FMS DE SANTA INES	10.407,00
09350916000146	FMS DE SANTA ISABEL DO IVAI	20.813,00
08916107000196	FMS DE SANTA IZABEL DO OESTE	34.125,00
09502448000188	FMS DE SANTA LUCIA	11.663,00
10644621000161	FMS DE SANTA MARIA DO OESTE	25.313,00
09658719000199	FMS DE SANTA MARIANA	40.782,00
09226464000195	FMS DE SANTA MONICA	8.775,00
12288286000131	FMS DE SANTA TEREZA DO OESTE	27.225,00
09217518000156	FMS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	47.532,00
09300003000115	FMS DE SANTANA DO ITARARE	22.163,00
09571543000133	FMS DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	106.707,00
08817021000106	FMS DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	6.450,00
09506905000102	FMS DE SANTO ANTONIO DO PARAISO	3.375,00
09263736000127	FMS DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	43.050,00
08549559000187	FMS DE SANTO INACIO	40.219,00
09235678000128	FMS DE SAO CARLOS DO IVAI	30.544,00
10188734000108	FMS DE SAO JERONIMO DA SERRA	39.432,00
08993221000110	FMS DE SAO JOAO	39.207,00
10376983000119	FMS DE SAO JOAO DO CAIUA	11.250,00
09424427000191	FMS DE SAO JOAO DO IVAI	34.032,00
09285785000160	FMS DE SAO JOAO DO TRIUNFO	41.063,00
09275990000145	FMS DE SAO JORGE D OESTE	17.400,00
08654419000179	FMS DE SAO JORGE DO IVAI	34.257,00
10485140000150	FMS DE SAO JOSE DA BOA VISTA	13.500,00
09005558000134	FMS DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS	8.738,00
09237668000121	FMS DE SAO JOSE DOS PINHAIS	500.400,00
09198067000157	FMS DE SAO MANOEL DO PARANA	8.325,00
09426565000100	FMS DE SAO MATEUS DO SUL	41.100,00
09220037000108	FMS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	44.475,00
09258961000175	FMS DE SAO PEDRO DO IGUACU	22.894,00
10588370000145	FMS DE SAO PEDRO DO IVAI	20.588,00
10551725000121	FMS DE SAO PEDRO DO PARANA	13.013,00
09000336000129	FMS DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	25.725,00
09196559000103	FMS DE SAO TOME	21.488,00
10260827000198	FMS DE SAPOPEMA	5.644,00
09262602000191	FMS DE SARANDI	105.488,00
09227510000170	FMS DE SAUDADE DO IGUACU	10.088,00
09271085000117	FMS DE SENGES	56.475,00
09202632000102	FMS DE SERRANOPOLIS DO IGUACU	17.663,00
09377047000143	FMS DE SERTANEJA	38.138,00
10901090000145	FMS DE SERTANOPOLIS	68.288,00
09353968000176	FMS DE SIQUEIRA CAMPOS	31.969,00
09004299000127	FMS DE SULINA	4.050,00
09242908000186	FMS DE TAMARANA	60.638,00
09291168000178	FMS DE TAMBOARA	6.432,00
08896068000102	FMS DE TAPEJARA	34.538,00
09597602000142	FMS DE TAPIRA	15.807,00
09277522000100	FMS DE TEIXEIRA SOARES	29.325,00
10505434000105	FMS DE TELEMACO BORBA	34.650,00
09343691000109	FMS DE TERRA BOA	53.438,00
09241202000108	FMS DE TERRA RICA	44.494,00
09289387000112	FMS DE TERRA ROXA	52.725,00
09277109000145	FMS DE TIBAGI	42.975,00
10302092000118	FMS DE TIJUCAS DO SUL	72.057,00
08885072000175	FMS DE TOLEDO	390.319,00
09361081000120	FMS DE TOMAZINA	18.975,00
09185764000173	FMS DE TRES BARRAS DO PARANA	24.132,00
11628595000140	FMS DE TUNAS DO PARANA	3.244,00
09053493000100	FMS DE TUNEIRAS DO OESTE	19.275,00
09152804000180	FMS DE TUPASSI	42.132,00
09354277000197	FMS DE TURVO	43.144,00
09254084000164	FMS DE UBIRATA	63.957,00
08931506000126	FMS DE UMUARAMA	15.188,00
09519131000154	FMS DE UNIAO DA VITORIA	107.063,00
08600424000107	FMS DE UNIFLOR	7.650,00
10920715000116	FMS DE URAI	41.119,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

09281376000196	FMS DE VENTANIA	5.625,00
09276606000129	FMS DE VERA CRUZ DO OESTE	39.263,00
09213457000159	FMS DE VERE	29.532,00
09297420000156	FMS DE VIRMOND	11.194,00
09118695000185	FMS DE VITORINO	28.294,00
09318853000140	FMS DE XAMBRE	15.750,00

131908/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1032/2025

Publicado no DOE nº 11920 de 10/06/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1032/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

EXCLUIR:

09ª RS	MISSAL	EQUIPAMENTOS	R$ 400.000,00	ARCO CIRURGICO

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

131951/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1513/2025

Publicado no DOE nº 11990 de 19/09/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1513/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDE SE LÊ:

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	5	R$ 500.000,00

LEIA-SE:

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	5	R$ 350.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

131929/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1516/2025

Publicado no DOE nº 11990 de 19/09/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1516/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDESE LÊ:

08ª RS	VERÊ	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	UBS PROGRESSO

LEIA-SE:

08ª RS	VERÊ	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	UAPSF FLORES

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

132004/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 897/2025

Publicado no DOE nº 11906 de 21/05/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 897/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDE SE LÊ:

CURITIBA	UBS TIPO III	R$ 1.350.000,00	UBS MORADIAS JANAÍNA

LEIA-SE:

CURITIBA	UBS TIPO III	R$ 1.350.000,00	UBS CORBÉLIA

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

131979/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 948/2025

Publicado no DOE nº 11916 de 04/06/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 948/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDE SE LÊ:

19ª RS	CARLÓPOLIS	UBS TIPO II	R$ 1.200.000,00

LEIA-SE:

19ª RS	CARLÓPOLIS	UBS TIPO III	R$ 1.350.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

132013/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 298 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Zona Norte de Londrina, protocolado 24.566.703-5, 24.565.173-2, 24.565.124-4, 24.565.081-7, 24.565.042-6.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.566.703-5, 24.565.173-2, 24.565.124-4, 24.565.081-7, 24.565.042-6.

Art. 2º Designar GIORGIA BOIN, PÂMELA SOBENKO MARTINS e MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA** — Diretor Administrativo

131679/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 299 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Regional do Sudoeste, protocolado 24.592.459-3, 24.592.760-6.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.592.459-3.

Art. 2º Designar ENILDA APARECIDA ANTÔNIO DE BARROS, LARISSA DE BRITO CORREIA e ADRIANE FRANCIELLE ADÃO ZINK, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA** — Diretor Administrativo

131680/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 300 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Zona Norte de Londrina, protocolado 24.591.336-2, 24.565.238-0, 24.554.564-9, 24.554.516-9.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.591.336-2.

Art. 2º Designar VICTORIA PISA DE MENDONÇA, MATEUS BERTI e YAGOH OLIVEIRA FILGUEIRA DE JESUS, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA** — Diretor Administrativo

131682/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 301- 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Regional do Centro Oeste, protocolado 24.509.304-7.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.509.304-7.

Art. 2º Designar LUIS GABRIEL MENDES DE SOUZA, LARISSA DE BRITO CORREIA e ADYR DECKER JUNIOR, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK**, Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, Diretor Administrativo

131685/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 302 – 26 DE STEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Regional do Centro Oeste, protocolado 24.182.651-1.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.182.651-1.

Art. 2º Designar LUIS GABRIEL MENDES DE SOUZA, HETIELE VIEIRA e ADYR DECKER JUNIOR, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK**, Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, Diretor Administrativo

131686/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 306 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Regional Sudoeste, protocolado 24.329.095-3.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.329.095-3.

Art. 2º Designar LUCINEIA SATIKO YUZAWA, HETIELE VIEIRA BARRETOS e ADRIANE FRANCIELLE ADÃO ZINK, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK**, Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, Diretor Administrativo

131696/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 307 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Instaura sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no Hospital Infantil Waldemar Monastier, protocolado 24.307.412-6
.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo

à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade narrados no protocolado 24.307.412-6

Art. 2º Designar CHARLES MORETTO, GISLAINE SORZI e DAVID ROHAMANN DE SOUZA, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA** — Diretor Administrativo

131699/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 308 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Nomeia Dora Yoko Nozaki Goto para cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01 de outubro de 2025, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, para exercer cargo em comissão na Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, DORA YOKO NOZAKI GOTO, RG nº 3.XXX.542-X, Assistente Nível II – Diretoria da Presidência, ficando à disposição da Diretoria Técnica.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente) — **GERALDO GENTIL BIESEK** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA** — Diretor Administrativo

131700/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 70

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
9.266.780-4	GEOVANE RODRIGUES	24.904.016-1

CURITIBA, 23/09/2025

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

LUIZÃO GOULART
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

132135/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1358/2025

Publicado no DOE nº 11965 de 14/08/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1358/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDESE LÊ:

PRANCHITA	REFORMA DE UBS	R$ 300.000,00	1	R$ 300.000,00	Dr. Marco Aurélio Carpes Marcon
PRANCHITA	REFORMA DE UBS	R$ 150.000,00	1	R$ 150.000,00	

LEIA-SE:

PRANCHITA	REFORMA DE UBS	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00	UBS Dr. Marco Aurélio Carpes Marcon

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PRANCHITA	AMPLIAÇÃO DE UBS	R$ 350.000,00	1	R$ 350.000,00	UBS Dr. Marco Aurélio Carpes Marcon

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

131988/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 305 – 26 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Concede férias aos empregados públicos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, com base no artigo 129 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 e protocolado 24.706.406-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias no mês de setembro de 2025, de acordo com o artigo 129 do Decreto-Lei nº 5.452/1943, aos empregados públicos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, na forma do Anexo da presente Portaria.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 26 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

ANEXO DA PORTARIA FUNEAS Nº 305/2025

UNIDADE	NOME	Período aquisitivo	Fruição Férias
SEDE	DIEGO ANGELI VALVERDE MAIA	20/09/2023 a 19/09/2024	01/09/2025 a 05/09/2025
SEDE	SOLANGE APARECIDA SANTOS DE FREITAS	19/06/2024 a 18/06/2025	01/09/2025 a 20/09/2025
CPPI	ERICKSON LUIZ DE MOURA	15/07/2024 a 14/07/2025	01/09/2025 a 10/09/2025
SEDE	RAFAEL SANTOS RIGOTTI	16/05/2024 a 15/05/2025	01/09/2025 a 15/09/2025
SEDE	ANDRE LUIS MIKILITA MIRA	25/09/2025 a 24/09/2025	01/09/2025 a 05/09/2025
SEDE	MAURO CESAR NERES FILHO	20/09/2023 a 19/09/2024	01/09/2025 a 05/09/2025
HRIV	HEMERSON SAQUETA BARBOSA	23/09/2023 a 22/09/2024	08/09/2025 a 22/09/2025
HRL	RENATA FRANCISCA DE ALMEIDA	01/11/2023 a 31/10/2024	08/09/2025 a 27/09/2025
HRS	GUSTAVO DA SILVA PINTO RIBEIRO	17/07/2024 a 16/07/2025	08/09/2025 a 22/09/2025
HZNL	REILLY ALBERTO ARANDA LOPES	07/10/2023 a 06/10/2024	09/09/2025 a 03/10/2025
SEDE	EMILY GOMES TREVIZAN	19/06/2024 a 18/06/2025	09/09/2025 a 28/09/2025
SEDE	WESLEY GABRIEL ZOLET HURKI	28/08/2024 a 27/08/2025	09/09/2025 a 23/09/2025
SEDE	EIGA LANA CASTELO LISBOA COSTA	03/03/2024 a 02/03/2025	09/09/2025 a 23/09/2025
SEDE	JOAO FELIPE CAMPOS CUSTODIO	09/10/2023 a 08/10/2024	09/09/2025 a 28/09/2025
HRNP	ADRIANA YMAI ROSENDO DINIZ	03/11/2023 a 02/11/2024	15/09/2025 a 29/09/2025
HRTB	DANIELLY FRANCINE DA SILVA	01/06/2024 a 31/05/2025	15/09/2025 a 29/09/2025
SEDE	ANA PAULA BORGES GIUBLIN	02/09/2024 a 01/09/2025	15/09/2025 a26/09/2025
HRS	DILSON JOSE DA SILVA	03/11/2023 a 02/11/2024	15/09/2025 a 14/10/2025
HCAB	FRANCINE GOUVEIA DA FONSECA	24/05/2024 a 23/05/2025	15/09/2025 a 29/09/2025
SEDE	GUILHERME ALESSANDRO CAMARGO	19/06/2025 a 18/06/2025	16/09/2025 a 30/09/2025
HIWM	PAOLA ANDREA GALARZA BORGES	12/09/2024 a 11/09/2025	22/09/2025 a 21/10/2025
HDSPR	FELIPE LOURENCO OSTROSKI	22/07/2024 a 21/07/2025	22/09/2025 a 11/10/2025
HRS	LUCIANO GIRALDI	12/08/2024 a 11/08/2025	22/09/2025 a 26/09/2025
HZSL	MARINEZ MATIAS DE OLIVEIRA	07/10/2023 a 06/10/2024	22/09/2025 a 06/10/2025
HZNL	CLAUDIA APARECIDA MARQUES DE JESUS	07/10/2023 a 06/10/2024	22/09/2025 a 01/10/2025
HZSL	LILIAN SATIE MATSUMOTO WEISS	24/09/2024 a 23/09/2025	24/09/2025 a 23/10/2025

HCAB	MIRELA STENZEL	01/06/2024 a 31/05/2025	29/09/2025 a 18/10/2025
SEDE	GIORGIA BOIN	21/03/2024 a 20/03/2025	29/09/2025 a 10/10/2025

131713/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 297 – 25 DE SETEMBRO DE 2025

Súmula: Designa agentes públicos para Gestor e Fiscal de Contrato, no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - protocolado 24.601.221-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, na forma do Anexo desta Portaria, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, agentes públicos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná para Gestor e Fiscal de Contrato, para realizar o acompanhamento e fiscalização a fiel execução dos contratos de fornecedores e prestadores de serviços celebrados em agosto de 2025.

Art. 2º Cabe ao Gestor e o Fiscal de Contrato, exercer todas as funções e atribuições estipuladas na Portaria FUNEAS nº 573 de 21 de dezembro de 2022 e na Portaria FUNEAS nº 398 de 6 de novembro de 2023.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 25 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

ANEXO DA PORTARIA FUNEAS Nº 297/2025

PROCESSO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	EMPRESA	GERTOR(A) DO CONTRATO	CPF	FISCAL DO CONTRATO	CPF
23.916.077-8	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 921/2023	PE N° 142/2023	EXTIN EXTINTORES LTDA	VAGNER CORDEIRO	062.798.449-51	RICARDO CAMPOS	026.021.589-92
24.131.792-7	364/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 90322/2024	M P – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.031.624-2	504/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 90192/2024	ALL SERVICE COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
23.427.725-1	511/2025	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 584/2024 – DECON	EQUISCOLA EQUIPAMENTOS ESCOLARES LTDA – ME	RUBENS LUIZ FERREIRA GUSSO	457.006.139-72	JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20
				SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	SANDRO VINÍCIUS DE ANDRADE BATISTA	033.525.617-10
				GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	PEDRO HENRIQUE BARAUSSE	129.630.859-66
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	PEDRO HENRIQUE BARAUSSE	941.498.289-20
				SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	JAQUELINE PEREIRA TILLMANN	959.553.489-72
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	ORLANDO PIMENTEL	307.822.109-10
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	PABLO ELEUTHERIO DA LUZ	047.729.579-79
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.869-87	DIEGO HENRIQUE MARTINS FAUSTLO	059.251.589-38
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53
				EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62	GRAZIELE SANTOS DA MOTA	101.916.989-38

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

				JOSÉ HENRIQUE DAS NEVES LAMBERT	187.194.598-40	TIAGO PAULA GUEDES	047.593.969-77
				VAGNER JOSÉ CORDEIRO	062.798.449-51	RICARDO DE CAMPOS	026.021.589-92
23.856.010-1	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 835/2022	PE N° 136/2022	ELEVADORES CONISTEL LTDA - ME	SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
24.061.094-9	512/2025	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 543/2024 – DECON	JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA	SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	SANDRO VINÍCIUS DE ANDRADE BATISTA	033.525.617-10
				AIRAM OLIVEIRA DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS	489.026.679-87	ROMMEL FREDERICO SPRENGER CAETANO	044.946.089-47
24.069.369-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 823/2024	DL DE PEQUENO VALOR N° 032/2024	A F COELHO E CIA LTDA - ME	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	REGEANE MORAES PALAVICINI	029.670.609-41
24.009.817-2	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 420/2021	PE-SRP N° 269/2019	DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA	MARUAN YOUSSEF BAKRI	047.081.149-82	JOÃO GUSTAVO DOS SANTOS FARIAS	145.586.529-09
24.251.946-9	458/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 747/2024	KASVI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13		
24.251.946-9	459/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 747/2024	INDUSLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	SANDRO VINICIUS BATISTA	033.525.617-10
24.251.946-9	460/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 747/2024	BRAZDI IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13		
24.251.946-9	461/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 747/2024	LOCCUS DO BRASIL LTDA LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13		
23.395.227-3	490/2025	PE N° 38/2025	SOBENO SERVIÇOS PARA ELEVADORES LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
				GERALDO JÚNIOR GUILHERME	677.853.449-49	EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
				OSVALDO HENRIQUE PIGOZZO	003.941.799-94	DIEGO HENRIQUE MARTINS FAUSTLO	059.251.589-38
				REILLY ALBERTO ARANDA LOPES	004.625.209-60	ÉMERSON MÁRCIO RODRIGUES	954.208.869-87
24.053.170-4	829/2024	IL N° 329/2024	MARCOS OSIRES NUNES LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CÉLIO ROBERTO BET	022.792.209-38
24.066.293-0	534/2025	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 543/2024 – DECON	JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
				GERALDO JÚNIOR GUILHERME	677.853.449-49	AGENOR RODRIGUES	448.083.219-04
24.251.946-9	462/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 747/2024	BIOHNANO CIENTÍFICA E HOSPITALAR	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30

			LTDA	ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13		
24.031.573-4	539/2025	ADESÃO - ARP - PREG-E N° 003/2024	LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	JOÃO GUSTAVO DOS SANTOS FARIAS	145.586.529-09
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	MARCELO DOS SANTOS CAVALCANTE	047.203.739-09
24.340.471-1	552/2025	ARP - PREG-E N° 1059/2023	KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRA	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	DOUGLAS TEIXEIRA	027.562.729-22
24.134.575-0	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 427/2021	PE N° 116/2021	NEFROBEL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CARLA PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72
24.338.082-0	582/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 348/2023 – DECON	CASVIG – CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	PITTER DIORGENNES DE OLIVEIRA	064.564.949-07
				KARINA DE FATIMA CHIQUITTI NETZEL	066.185.239-31	MARIA LUCIA STROPARO BERALDO	030.191.329-32
24.137.099-2	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 407/2021	PE Nº 098/2021	MEGA CONSTRUTORA, SOLUÇÕES CIENTIFICAS E LOCAÇÃO LTDA	GUILHERME AUGUSTO MARIANO DE FARIA	024.705.339-29	SÉRGIO ALEXANDRE GHIDELLI	610.291.909-25
24.145.784-2	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 932/2023	PE N° 188/2023	TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	ROSELI APARECIDA COLA DE OLIVEIRA	008.324.889-76
24.139.936-2	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 913/2023	PE Nº 503/2022	SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA	FERNANDO CESAR IWAMOTO MARCUCCI	032.950.719-26	GEORGE BASILICHI MEYTRE	031.604.019-36
22.603.294-0	566/2025	PE Nº 58/2025	EXCELÊNCIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRA	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				FÁBIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309-04	DOUGLAS TEIXEIRA	027.562.729-22
24.155.173-3	517/2025	ARP - PREG-E N° 779/2024	LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.155.173-3	518/2025	ARP - PREG-E N° 779/2024	LIDER DE PAPEL HIGIÊNICO LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.408.291-2	634/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 639/2023 – SESA	LOCCUS DO BRASIL LTDA.	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51	ERICKSON LUIZ DE MOURA	056.225.539-70
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	RAFAELA KROPZAK SCHOELLER	077.694.759-10
24.408.291-2	635/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 639/2023 – SESA	INDUSLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51	ERICKSON LUIZ DE MOURA	056.225.539-70
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	RAFAELA KROPZAK SCHOELLER	077.694.759-10
24.408.291-2	636/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 639/2023 – SESA	LIFEPAR DISTRIBUIDORA LTDA	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51	ERICKSON LUIZ DE MOURA	056.225.539-70
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	RAFAELA KROPZAK SCHOELLER	077.694.759-10

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

24.408.291-2	637/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 639/2023 – SESA	AZZELAB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51	ERICKSON LUIZ DE MOURA	056.225.539-70
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	RAFAELA KROPZAK SCHOELLER	077.694.759-10
24.140.015-8	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 421/2021	PE-SRP N° 269/2019	DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA	JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	WELLINGTON JUNIOR DA SILVA	067.435.996-89
24.212.011-6	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 101/2025	PE N° 091/2024	M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ETIENE LETICIA LEONE DE MORAES	224.295.328-16	DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76
						DANIELLY FRANCINE DA SILVA	045.265.679-65
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53
24.187.741-8	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2025	D.L. EMERGENCIAL N° 008/2025	LIMPATEC SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	JOSÉ AUGUSTO CHEZANOSKI	037.038.729-50
24.226.123-2	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 995/2023	PREGÃO ELETRÔNICO N° 220/2023	SOS RIM ATENDIMENTO RENAL LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	KARINA DE FÁTIMA CHIQUITTI NETZEL	066.185.239-31
24.016.909-6	OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 932/2022	PREGÃO ELETRÔNICO N° 145/2022	NUTRIVILLE RESTAURANTE LTDA	CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50	DANIELLY FRANCINE DA SILVA	045.265.679-65
				ETIENE LETICIA LEONE DE MORAES	224.295.328-16	AMANDA GUALBERTO DE OLIVEIRA	082.678.749-50
23.975.787-1	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 820/2024	IL Nº 385/2024	BBF - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/S LTDA	GERALDO JÚNIOR GUILHERME	677.853.449-49	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00
				REILLY ALBERTO ARANDA LOPES	004.625.209-60	MARCOS JOSÉ BERNARDES JÚNIOR	060.850.669-96
24.280.770-7	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 812/2024	IL Nº 378/2024	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	ADRIANO MALUCELLI	026.457.039-17	GABRIELA VENÂNCIO DE BRITO	429.742.858-05
23.970.236-8	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 849/2022	PE Nº 088/2022	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – LTDA	PATRÍCIA REGINA FERREIRA	203.952.449-70	OSVALDO HENRIQUE PIGOZZO	003.941.799-94
						ANDREA PEREIRA DE ARAUJO	935.239.719-34
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.869-87	MARCOS JOSÉ BERNARDES JUNIOR	060.850.669-96
						EUNICE CRISTINE DA SILVA	054.376.919-47
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLÁUDIA DO CARMO ORTEGA	007.976.439-82
						LUCIANA MOREIRA COGO	023.729.559-85
				EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	373.848.248-62	KAUANY FRANCISCO COSTA	111.288.229-46
				ROSELI DOS SANTOS	059.569.939-10	RODOLFO LUIS DE BARROS	078.046.459-10
				CLEVERSO DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50	BIBIANE BORGES DE OLIVEIRA	045.262.599-85
				SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	AIRAM O. DA R. G DE JESUS	489.026.679-87
24.129.427-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO	PE Nº 128/2023	SAMIR SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA	EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62	RICARDO MERICO	037.778.529-61

	CONTRATO N° 945/2023						
23.797.016-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1114/2024	PE Nº 068/2024	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA,	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	THAINA APARECIDA DA SILVA	041.011.659-98
24.049.383-7	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 023/2022	PE Nº 260/2021	STERILAB ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL MEDICO EIRELI EPP	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	AGNES MIKA HAYASHIDA	036.986.749-12
22.930.839-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 563/2024	PE Nº 341/2023	EQUITY ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	PATRÍCIA REGINA FERREIRA	203.952.448-70	OSVALDO HENRIQUE PIGOZZO	003.941.799-94
						JOYCE MARA DA SILVA GONÇALVES	021.322.019-94
				EMERSON MÁRCIO RODRIGUES	954.208.869-87	MARIA CLÁUDIA DO CARMO ORTEGA	007.976.439-82
24.134.232-8	515/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E NO 543/2024	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	IVONETE MARIA MAZON	403.914.859-20	IVONEI KAPCHUKI	016.290.179-81
24.036.964-8	513/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E NO 543/2025	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	VAGNER JOSÉ CORDEIRO	062.798.449-51	ALESSANDRA CARLA SAUTCHUK GAGNO	802.204.959-04
24.160.837-9	537/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E NO 543/2025	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	RENATA FRANCISCA DE ALMEIDA	071.739.319-40
				SILVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	VANESSA DO ROCIO VIDAL	049.359.499-02
24.155.173-3	647/2025	ARP - PREG-E N° 779/2024	SNOP CORRELATOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.373.079-1	606/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E Nº 1031/2023 - DECON	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	BRUNO GEHR	088.104.889-54	LUIS FERNANDO NARDINO	076.869.289-00
				ALEXANDRE ALCÂNTARA	095.436.569-08	EDUARDO MATOZO DOS SANTOS	103.716.519-56
24.107.240-1	962/2023	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 962/2023	AVOIP TELECOM LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	VANDERLEI GIACOMONI	062.148.709-0
23.851.952-7	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 747/2023	SRP 1490/2021	ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	JOSE AUGUSTO CHEZANOSKI	037.038.729-50
				MARY MISHINA OKANO	022.781.419-37	YASMIM ANTUNES FRANCO	035.140.839-83
				RUBENS LUIZ FERREIRA GUSSO	457.006.139-72	JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20
23.932.556-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°915/2024	PE Nº 051/2024	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	TERESA RITA	028.669.229-56
24.177.809-6	701/2025	ATA REGISTRO DE PREÇO PREG-E-1044/2023	CISABRASILE LTDA	EDSON BRUCK WARPECHOWSKI	576.361.680-49	MAYARA ALVES PALUSKI	057.187.429-01
				CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50	DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76
24.177.809-6	702/2025	ATA REGISTRO DE PREÇO PREG-E-1044/2023	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MÉDICO HOSPITALARES	CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50	DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

			S.A				
24.470.002-0	718/2025	ATA REGISTRO DE PREÇO PREG-E-109/2024	TRE CIME HEALTH PRODUTOS ODONTO MÉDICO HOSPITALARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768- 60
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.297.114-0	591/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E NO 348/2023 - DECON	CASVIG – CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.	VAGNER JOSÉ CORDEIRO	062.798.449-51	JUCEMAR PAES PEREIRA	040.193.759-33
				JOÃO PEDRO TOKARSKI	058.662.399-06	CARLA SAUTCHUK GAGNO	802.204.959-04
23.975.078-8	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 973/2022	IL N° 285/2022	WORLDMED - EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50	DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76
22.950.770-2	764/2025	PE Nº 047/2025	BORINI SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRA	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				FÁBIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309-04	DOUGLAS TEIXEIRA	027.562.729-22
22.950.770-2	765/2025	PE Nº 047/2025	MAJ LAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO LTDA - EPP	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRA	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				FÁBIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309-04	DOUGLAS TEIXEIRA	027.562.729-22
23.567.387-8	457/2025	PE Nº 048/2025	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	ERINEIA GEOVANA CONSTANTINO	959.699.429-87
				SÍLVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	YARA BUSCARONS FERNANDES	037.298.499-13
23.240.997-5	399/2025	PE Nº 42/2025	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	ERINEIA GEOVANA CONSTANTINO	959.699.429-87
				SÍLVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	YARA BUSCARONS FERNANDES	037.298.499-13
22.586.359-8	430/2025	PE Nº 41/2025	PANTHER HEALTHCARE DO BRASIL LTDA	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAUJO	048.478.519-27	JANAÍNA ALFREDO CORREA DOS SANTOS	004.743.069-92
				SÍLVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	WAGNER ELIAS PAIXÃO	021.238.599-23
24.177.498-8	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 931/2023	CP N° 001/2023	MATT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	FÁBIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309-04	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				SILVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82		
24.204.279-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 986/2023	PE N° 208/2023	AQUECE BEM SISTEMA A GÁS E CLIMATIZAÇÃO - EIRELI - EPP	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	DILSON JOSÉ DA SILVA	030.786.189-94
23.828.624-7	742/2025	ADESÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E N° 90515/2024 - HCFMUSP	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	CAIO CESAR SILVA DE CASTRO	534.974.229-91
				MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07	MARIA ANTONIA MACIEL CUNHA	062.936.513-00
22.318.080-9	796/2025	PE Nº 061/2025	RM EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA.	GUILHERME AUGUSTO MARIANO DE FARIAS	024.705.339-29	SÉRGIO ALEXANDRE GUIDELLI	610.291.909-25
				MARCIA CRISTINA ALTVATER VILAS BOAS	565.244.639-00	LUKAS THADEU DE OLIVEIRA LIMA	090.186.669-55
22.318.080-9	797/2025	PE Nº 061/2025	SYSTEMED - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	GUILHERME AUGUSTO MARIANO DE FARIAS	024.705.339-29	SÉRGIO ALEXANDRE GUIDELLI	610.291.909-25
				MARCIA CRISTINA	565.244.639-	LUKAS THADEU	090.186.669-55

			MÉDICOS LTDA.	ALTVATER VILAS BOAS	00	DE OLIVEIRA LIMA	
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
				AGNES MIKA HAYASHIDA	036.986.749-12	ELIZABETH WATANABE	030.262.709-03
24.375.646-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 959/2023	IL Nº 409/2023	GOLDEN COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CELIO ROBERTO BET	022.792.209-38
23.932.556-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 915/2024	PE Nº 051/2024	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAÚJO	048.478.519-27	TERESA RITA	028.669.229-56
24.359.785-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 944/2024	PE Nº 056/2024	INSTITUTO DE PREVENÇÃO E DIAGNOSE S/S LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CARLA PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72
21.972.395-4	805/2025	PE Nº 030/2025	LUM PARTS LTDA	ELIONES MADALENA PARIZZOTTO SALIBIAN	320.564.409-91	VAGNER JOSÉ CORDEIRO	062.798.449-51
						RICARDO DE CAMPOS	026.021.589-92
24.251.630-3	698/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E N° 470/2024 - SESA	MCL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768- 60
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
24.251.630-3	699/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREG-E N° 470/2024 - SESA	F. L. SANTOS COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS	ANA LUCIA DE OLIVEIRA ALVES MARCONDES	098.261.169-20	JESSICA FERNANDA DA SILVA SANTOS	076.622.799-52
				GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	PEDRO HENRIQUE BARAUSSE	129.630.859-66
				SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.869-87	MARISA LIBONI PEREZ PAES	007.104.119-28
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	EDILAINE ROBERTO DA SILVA BITTENCOURT	050.925.949-93
				EDSON BRUCK WARPECHOWSKI	576.361.680-49	FERNANDA ANTUNES DA SILVA SOUZA	359.777.938-71
24.368.756-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 912/2024	PE Nº 912/2024	CENTRO DE RESSONANCIA MAGNÉTICA DO SUDOESTE LTDA	ANA PAULA BATTISTI	064.147.629-40	CARLA PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72
23.942.338-8	801/2025	PE Nº 59/2025	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-74
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
23.942.338-8	802/2025	PE Nº 59/2025	LICITE SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-74
				ROSILAINE MORAES LACHOSKI	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
21.530.238-5	804/2025	PE Nº 64/2025	GUARALINK JR	JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	BIANCA DE CASSIA ROCHA DOS SANTOS	941.498.289-20
				ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91	NEUCICLÉIA PONTES SOARES BORGES	032.578.999-12
21.962.601-0	807/2025	PE Nº 68/2025	WILIAN MATYAK 07911237905	ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	MARIELE BERTOLINI DA SILVA	039.911.189-12

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

				GUILHERME AUGUSTO MARIANO DE FARIA	024.705.339-29	SÉRGIO ALEXANDRE GUIDELLI	610.291.909-25
22.852.166-3	795/2025	PE Nº 60/2025	VK SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA	JULIANA PEREIRA DE QUEIROZ ARAUJO	048.478.519-27	JAQUELINE PEREIRA TILLMANN	959.553.489-72
				SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82		

131676/2025

Secretaria da Segurança Pública

RESOLUÇÃO N° 529/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 5º Companhia de Polícia Militar Ambiental

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 5º Companhia de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOEM PM Paulo Cézar Ramos Filho	xxx.590.769-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Anderson de Oliva Ramos dos Santos	xxx.737.941-xx
Membros	1º Sgt. QP PM Rogério Álvaro Maciel	xxx.700.269-xx
	3º Sgt. QP PM Luiz Alberto Schade Júnior	xxx.559.269-xx
	1° Sgt. Everson Munari Rodrigues de Souza	Xxx.115.069-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132127/2025

RESOLUÇÃO N° 530/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 4º Companhia de Polícia Militar Ambiental O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 4º Companhia de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOEM PM Leandro Warde Fonseca	xxx.814.389-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Patrícia Fernanda Silvério	xxx.984.379-xx
Membros	1º Sgt. QP PM Nilson Maurício Ramos	xxx.494.249-xx
	3º Sgt. QP PM Álvaro Fernando Czys	xxx.881.639-xx
	3º Sgt. QP PM Vanessa Cristina Soranzo	xxx.512.809-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132121/2025

RESOLUÇÃO N° 531/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 3º Companhia de Polícia Militar Ambiental

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 3º Companhia de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	1ºTen. QOEM PM Maria Augusta Furlanetto Gazola	xxx.436.119-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Guilherme Brito Schnaider	xxx.105.159-xx
Membros	Cb. QP PM Nathalí Gremaschi da Silva	xxx.795.809-xx
	Cb. QP PM Cynthia Américo de Oliveira	xxx.937.509-xx
	Sd. QP PM Giorgia Kesley Marques dos santos	xxx.928.139-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132112/2025

RESOLUÇÃO N° 532/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 2º Companhia de Polícia Militar Ambiental

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 2º Companhia de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOEM PM Renato Augusto Dias	xxx.374.259-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Gabriel Sakai Marques	xxx.594.999-xx
Membros	Subten. QP PM Reinaldo Vasconcelos dos Anjos	xxx.357.599-xx
	3º Sgt. QP PM Rovanir Bonfadini	xxx.436.539-xx
	Cb. QP PM João Maria Ferreira de Oliveira	xxx.857.309-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132102/2025

RESOLUÇÃO N° 533/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 1º Companhia de Polícia Militar Ambiental

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 1º Companhia de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	1ºTen. QOEM PM Victor Eduardo Conrado de Castro	xxx.363.189-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Omar Bail Filho	xxx.919.639-xx
Membros	3º Sgt. QP PM Edson Rodrigues Vidal Pinto	xxx.926.449-xx
	3º Sgt. QP PM Eduardo Camargo dos Santos	xxx.139.529-xx
	Cb. QP PM Gilmar Gomes de Morais	xxx.363.189-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132091/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N° 534/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de recebimento, Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários do Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.705.435-9.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, bem como atestar a qualidade e servibilidade dos materiais permanentes recebidos.

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOEM PM Gustavo Arriola Maingué	xxx.157.569-xx
Presidente suplente	1ºTen. QOEM PM Aislan Policarpo Barretos Vasconcelos	xxx.533.599-xx
Membros	1º Sgt. QP PM Mário Sérgio de Souza	xxx.681.209-xx
	2º Sgt. QP PM Caroline Pompeu Schwantes	xxx.663.279-xx
	2º Sgt. QP PM Adriano Sergio Silvestre	xxx.980.279-xx
	Sd. QP PM Camila dos Santos Coradin	xxx.630.569-xx
	Sd. QP PM Anderson Santana	xxx.745.909-xx

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132090/2025

RESOLUÇÃO N° 535/2025

Designa os integrantes do Comitê de Gestão de Frotas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (CGF-SESP/PR)

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 24.686.033-5,

CONSIDERANDO a Resolução Nº 474/2025-SESP, que instituiu o Comitê de Gestão de Frotas da Secretaria de Segurança Pública de Estado do Paraná (CGF-SESP/PR);

CONSIDERANDO o contido no Acórdão nº 046/25 – TCE/PR, o qual homologou as recomendações constantes no Relatório de Auditoria da 6ª Inspetoria de Controle Externo quanto a Gestão de Frota desta pasta;

CONSIDERANDO a Resolução SEAP nº 6.864/2024, bem como as Instruções Normativas e Diretrizes emitidas pelo Departamento de Transporte oficial (DETO), que orientam os Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta quanto a Gerência do Transporte Oficial, no âmbito do Poder Público Estadual;

CONSIDERANDO os princípios norteadores da administração pública, notadamente, a legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, finalidade, interesse público, probidade, responsabilidade individual e o dever de cuidado com o patrimônio público;

CONSIDERANDO a necessidade do aprimoramento da gestão dos recursos relativos à gestão da frota dos veículos oficiais pertencentes à Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal e à Secretaria de Segurança;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores, abaixo relacionados, para integrarem o Comitê de Gestão de Frotas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (CGF- SESP/PR):

I - Representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná – SESP/SEDE:

Diretor-Geral	Presidente do Comitê
Chefe do Núcleo Administrativo Setorial	Suplente

II - Representantes da Polícia Militar do Paraná – PMPR/SESP:

Servidor	CPF
Alexsander Cardoso	XXX.905.689-XX
Geison David da Silva	XXX.064.699-XX

III - Representantes da Polícia Civil do Paraná – PCPR/SESP:

Servidor	CPF
Getúlio de Morais Vargas	XXX.952.939-XX
Roberto Pierre da Silva	XXX.507.768-XX

IV - Representantes da Polícia Científica do Paraná – PCP/SESP:

Servidor	CPF
Jorge Aurélio Perito de Bem	XXX.183.509-XX

Philippe Alicio de Carvalho	XXX.397.429-XX

V - Representantes do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN/SESP;

Servidor	CPF
Rodnei Santos de Oliveira	XXX.355.638-XX
Rogério Andreatta	XXX.589.689-XX

VI - Representantes do Corpo de Bombeiros Militar – CBMPR/PR;

Servidor	CPF
Flávio Ferreira Machado	XXX.608.529-XX
Rodrigo Siloto Kutianski	XXX.623.829-XX

Art. 2º. As competências e responsabilidades do CGF–SESP/PR estão definidas no art. 4º da Resolução Nº 474/2025-SESP, não se sobrepondo às competências legalmente atribuídas ao Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132078/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 38 DE 29/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ANNA CLARA CARGNIN	126545550	1	NAUNICA	24525.016-9	01/09/2025	31/08/2027	730

131157/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 1473 DE 26/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCAL ALBUQUERQUE				90	16/10/2000	15/10/2005	13/10/2025	10/01/2026
51950216	1	NAUNICA	247124233					

131295/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 1474 DE 13/09/2023
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
CARLOTO JULIAO DOS SANTOS				180	21/12/2002	20/12/2012	02/10/2023	29/03/2024
39785145	1	NAXVII	207176788					

131845/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 1475 DE 29/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ALBERTO JACKSON DE OLIVEIRA SILVA				90	29/05/2011	28/05/2016	01/10/2025	29/12/2025
19687694	1	NAUNICA	245883226					

131844/2025

RESOLUÇÃO N° 526/2025

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e designa servidores para compor a Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 24.655.197-9,

RESOLVE:

Art. 1.° INSTAURAR, nos termos do art. 99 e art. 100, inciso III, da Lei Estadual n.° 20.656/2021, Processo Administrativo Disciplinar – PAD, em desfavor da servidora Aline Dele Crode Amaral, CPF: XXX.532.117-XX, com vistas a apurar os fatos narrados pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, por meio da Procuradoria de Recursos Administrativos (PGE/PRA), conforme Despacho constante às fls. 3/4 do mov. 3.

Art. 2º. DESIGNAR as servidoras Renata Cristina Menegassi Fernandes, inscrita no CPF sob o nº XXX.600.559-XX, Daiane Raimann, inscrita no CPF sob o nº XXX.658.199-XX, e Amanda Carolina Miranda Noronha, inscrita no CPF sob o nº XXX.147.969 -XX, para comporem a Comissão Processante sob a presidência da primeira nomeada.

Art. 3º. O presente procedimento disciplinar deverá ser concluído em 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

132190/2025

RESOLUÇÃO N° 527/2025

Instaura Processo de Responsabilização – PR/SESP em desfavor da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

empresa MARMITARIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 86.472.693/0026-99 e designa servidores para comporem a Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 23.678.081-3,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Processo de Responsabilização – PR em face à empresa, MARMITARIA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA inscrita sob o CNPJ n.° 86.472.693/0026-99, admitida pelo Contrato n.° 0347/2024 – GMS n.º 3846/2024, em razão da inexecução parcial do contrato em decorrência do fornecimento de marmitas inadequadas ao consumo.

Art. 2º. DESIGNAR, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos, Marlo Henrique Thomas, CPF: XXX.992.500-XX; Matheus Henrique Garcia de Góes, CPF: XXX.051.019-XX; e Carlos Fernando Giugiolini Von Hoonholtz, CPF: XXX.326.490-XX, sob a presidência do primeiro, conforme disposto pelo art. 158 da Lei Federal nº 14.133/ 2021 c/c art. 201 do Decreto Estadual n° 10.086/2022.

Art. 3º. O presente processo administrativo deverá ser concluído dentro do prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da publicação deste ato.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

131939/2025

RESOLUÇÃO N° 528/2025

Instaurar Processo de Responsabilização – PR/SESP em desfavor da empresa TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, inscrita no CNPJ n.º 30.190.520/0005-07 e designar servidores para comporem a Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 23.929.965-2,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Responsabilização – PR em face à empresa, TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, inscrita no CNPJ n.º 30.190.520/0005-07, em razão de indícios do cometimento de infração administrativa conforme registrada pelo Fiscal, em que alega que a empresa recorrentemente descumpriu suas obrigações contratuais.

Art. 2º. Designar, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos, Vitor Tadeu Scaramella, CPF: XXX.448.198-XX; Mario Iwamoto Junior, CPF: XXX.048.429-XX; e Leandro Gomes dos Santos, CPF: XXX.247.999-XX sob a presidência do primeiro, conforme disposto pelo art. 158 da Lei Federal nº 14.133/ 2021 c/c art. 201 do Decreto Estadual n° 10.086/2022.

Art. 3º. O presente processo administrativo deverá ser concluído dentro do prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da publicação deste ato.

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

131899/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O Senhor LENAI MARTINS OLIVEIRA, RG: 1X.68X.79X-X, que foi ocupante do cargo de Agente Judiciário, APJ – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124548/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

A Senhora LIDIANE DE OLIVEIRA DE SOUZA, RG: 1x1xx9xxx06, que foi ocupante do cargo de Agente Profissional, QPPE, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124551/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

Ao Senhor Marcos Ramão Pacheco, RG: 5.x4x.7x4-x, que foi ocupante do cargo de Agente Judiciário, APJ – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124554/2025

PORTARIA N° 321/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **GERALDO JOSÉ ADRIANCZYK STASZYSZEN, CPF: XXX.848.259-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná e **MARCOS ROBERTO LEAL QUADROS, CPF: XXX.285.059-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na

Penitenciária Central do Estado II – Unidade de Segurança, para que, no **protocolo n° 24.737.185-0** nos termos **da Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 24.386.079-2,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de Setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

131556/2025

PORTARIA Nº 020/2025 – PAD

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designada pelo Decreto nº 7.160, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.731, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **APARECIDO JOSÉ DOS SANTOS, CPF: XXX.802.848-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, **ROBERSON ZEMBOVICI DEMETRIO, CPF: XXX.457.399-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal e **JOSÉ ALBERTO MACZUGA, CPF: XXX..526.169-XX** ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Corregedoria Geral da Polícia Penal, para que, no **protocolo nº. 24.726.960-6**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro membro, constituírem Comissão de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR,** para que no **prazo de 90 (noventa) dias úteis**, concluam os trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº. 20.699.533-5**, e demais fatos que surgirem durante a instrução processual, em desfavor da agente pública:

1- ANTONIO CARLOS BALAN, CPF XXX.253.199-XX, Policial Penal à época dos fatos lotado na Penitenciária Estadual de Londrina, por ter, em tese, infringido o disposto no **art. 279, VI da Lei 6.174/70**, se assim agiu, está sujeito a uma das penalidades previstas no **art. 291 c/c 293,** da **Lei Estadual nº 6.174, de 1970**.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente processo administrativo disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o processo administrativo disciplinar deverá ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema "E-protocolo" como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral da Polícia Penal

131728/2025

PORTARIA Nº 021/2025 – PAD

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designada pelo Decreto nº 7.160, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.731, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **SUELY VIEIRA SANTOS, CPF: XXX.472.039- XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, **ANDRE MAURICIO FONSECA OLIVEIRA, CPF: XXX.187.919-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal e **JOSÉ ALBERTO MACZUGA, CPF: XXX..526.169-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Corregedoria Geral da Polícia Penal, para que, no **protocolo nº. 24.726.960-6**, nos termos **da Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro membro, constituírem Comissão de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para que **no prazo de 90 (noventa) dias úteis,** concluam os trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº. 21.453.876-8,** e demais fatos que surgirem durante a instrução processual, em desfavor da agente pública:

1- PAULO CLEITON LAURINDO SOUSA, CPF n°. XXX.820.359-XX, Policial Penal à época dos fatos lotado na Cadeia Pública de Bandeirantes, por ter, em tese, infringido o disposto no **279, incisos II, IV, V, VI, IX, XIII e XIV, no art. 285, incisos IV, X, XV, XVII e XXI e no art. 293, inciso V, alíneas 'a', 'c', 'h' e 'i' todos da Lei Estadual n° 6174 / 1970**, se assim agiu, está sujeito a uma das penalidades previstas no **art. 291 c/c 293,** da **Lei Estadual nº 6.174, de 1970.**

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente processo administrativo disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o processo administrativo disciplinar deverá ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema "E-protocolo" como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral da Polícia Penal

131919/2025

PORTARIA Nº 022/2025 – PAD

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designada pelo Decreto nº 7.160, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.731, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **SUELY VIEIRA SANTOS, CPF: XXX.472.039-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, **ROBERSON ZEMBOVICI DEMETRIO, CPF: XXX.457.399-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, e **CLAUDIO ROBERTO ROSA, CPF: XXX.312.389-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Corregedoria Geral da Polícia Penal, para que, no **protocolo nº. 24.743.487-9**, nos **termos da Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro membro, constituírem Comissão de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para que **no prazo de 90 (noventa) dias úteis,** concluam os trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº. 23.658.337-6**, e demais fatos que surgirem durante a instrução processual, em desfavor da agente pública:

1- Charles Soares Ribeiro, CPF n.º XXX.037.569-XX, Policial Penal, lotado na Casa de Custódia de Piraquara – CCP, por ter, em tese, violado, estabelecidos no **Art. 279, incisos V, VI, IX e XIV, da Lei n.º 6.174/1970**, bem como no **inciso V, alíneas c), f) e h), do art. n° 293, da mesma Lei**, estando sujeito às penalidades do **art. 291 c/c 293,** ambos da **Lei Estadual nº. 6174, de 1970.**

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente processo administrativo disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o processo administrativo disciplinar deverá ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema "E-protocolo" como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral da Polícia Penal

132120/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.603.954-2

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 2779/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 01.564.322/0001-26, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Mandaguari, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e Plano de Trabalho (fls. 40/51);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131851/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 24.042.639-0

I. AUTORIZO, com fulcro no Art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, cumulado com o artigo 1º, inciso II, da Resolução SESP nº 390/2023 e, nos termos da Informação nº 2816/2025-AT/SESP, a contratação direta – mediante inexigibilidade de licitação – nos termos do inciso I do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na forma do art. 154 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **3F LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 23.484.444/0001-45, sediada no município de Santo André/SP, cujo objeto é a aquisição de subscrição (assinatura) das licenças de programa para orçamento OrçaFascio, módulos com planilhas adicionais, e módulo para elaboração de projetos elétricos e módulo para projetos hidráulicos, na modalidade software como serviço (saas) para atender o Centro de Engenharia e Arquitetura da SESP, no valor total de 21.980,00 (vinte e um mil, novecentos e oitenta reais), com vigência contratual de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta de Contrato acostada às fls. 709/719;
II. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
III. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as devidas justificativas a demonstração das circunstâncias caracterizadoras da modalidade de contratação;
IV. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;
V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para demais providências.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

131705/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.417.371-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto nº 4.189/2016, combinado com o art. 103, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 2673/2025-AT/SESP, a celebração do **Segundo** Termo Aditivo ao Contrato nº 366/2023, firmado com a empresa **COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**, CNPJ n° 77.637.684/0001-61, sediada no município de Curitiba/PR, cujo objeto é a prestação de serviço de locação de veículos, atendendo às necessidades do **Departamento de Polícia Civil**, objetivando a prorrogação da vigência contratual por 30 (trinta) meses, de 18/11/2025 a 17/05/2028, mantendo-se o valor mensal de R$ 21.375,06 (vinte e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e seis centavos), conforme minuta de **fls. 339/340;**

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as justificativas a demonstração das circunstâncias da contratação;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se o(a) contratado(a) mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal, que porventura tenham vencido no decorrer da tramitação processual;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios - CCC/SESP para as providências legais.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131789/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.001.880-4

Por meio da Decisão Secretarial nº 038/2025 – SESP, no Processo de Responsabilização – PR nº 004/2024, instaurado em face da empresa Telma Bussmann Vilas Boas – Serviço de Alimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 30.190.520/0005-07, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato n.º 0873/2023 – GMS n.º 4703/2023. O referido ajuste contratual teve por objeto a prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições, destinados ao atendimento das demandas alimentares da PEGUP Penitenciaria Estadual de Guarapuava – Unidade de Progressão, PIG – Penitenciaria Industrial de Guarapuava, SDP – 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava;

I DECIDO:

a. Conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento parcial, mantendo a aplicação da penalidade de MULTA no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato n° 0873/2023 – GMS n° 4703/2023, correspondente ao montante de R$ 2.474.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais);

b. Contudo, substituir a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE pelo prazo de 03 (três) anos, anteriormente imposta, pela penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do inciso I, do art. 155, c/c os incisos I, II e §§ 2º, 3º e 7º, do art. 156, todos da Lei nº 14.133/2021, em face da empresa Telma Bussmann Vilas Boas – Serviço de Alimentação LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.190.520/0005-07;

c. Declarar o efeito suspensivo das penalidades aplicadas à empresa Telma Bussmann Vilas Boas – Serviço de Alimentação LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 30.190.520/0005-07, até o esgotamento da instância recursal na via administrativa, nos termos do parágrafo único, do art. 80, da Lei Estadual nº 20.656/2021, preservando-se, assim, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

II. Em consequência DETERMINO ao Centro de Contratos e Convênio – CC/SESP, para que – esgotada a instância recursal na via administrativa, sem que ocorra absolvição – proceda ao devido registro das sanções nos sistemas competentes, notadamente no Sistema de Gestão de Materiais – GMS, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme as normativas aplicáveis.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à Casa Civil, com vistas ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, nos termos do §1º, do artigo 74, da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131917/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.099.931-7

CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 1594/2025 – APPA, o princípio da autotutela da Administração Pública (Súmulas nº 346 e nº 473 do STF), e com fulcro no art. 71 da Lei Estadual nº 20.656, de 3 de agosto de 2021, DECIDO

I. RETIFICAR o Despacho Decisório, constante na folha 132, mov. 82, do protocolo em referência, publicado em Diário Oficial n.° 11.995, de 29 de setembro de 2025, de fls. 133 mov. 83, no que segue:

ONDE SE LÊ:

"I. ACOLHO, nos termos do §1º do art. 67 da Lei Estadual nº 20.656/2022, os fundamentos constantes do Relatório Final da Comissão Processante, inserto no Processo de Responsabilização – PR nº 007/2025 (fls. 96/105 e 108/111), para fins de aplicação das sanções administrativas cabíveis à empresa E. LAZZAROTTO & CIA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 09.045.155/0001-19, consistentes,

cumulativamente, na penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro nos incisos II do art. 155, combinado com o inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na penalidade de multa administrativa no percentual mínimo de 20% (vinte por cento), nos termos do inciso II do art. 196 e art. 199 do Decreto Federal nº 10.086/2022, e com base nos incisos II do art. 155, c/c o inciso II e §7º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, totalizando o montante de R$ 456,24 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos), restando comprovada, nos autos, a prática de conduta apta a ensejar responsabilização administrativa, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, em consonância com os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade."

LEIA-SE:

"I. ACOLHO, nos termos do §1º do art. 67 da Lei Estadual nº 20.656/2022, os fundamentos constantes do Relatório Final da Comissão Processante, inserto no Processo de Responsabilização – PR – 20/2025 (fls. 114/118 e 124/128), para fins de aplicação das sanções administrativas cabíveis à empresa BISON LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 39.779.238/0001-00, consistentes, cumulativamente, na penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) anos, com fulcro nos incisos II do art. 155,combinado com o inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na penalidade de multa administrativa no percentual mínimo de 30% (trinta por cento), nos termos do inciso II do art. 196 e art. 199 do Decreto Federal nº 10.086/2022, e com base nos incisos II do art. 155, c/c o inciso II e §7º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, totalizando o montante de R$ 223,50 (duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), restando comprovada, nos autos, a prática de conduta apta a ensejar responsabilização administrativa, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, em consonância com os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade."

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131928/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.599.369-2

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 2736/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 96.216.429/0009-47, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU III – PEF III, em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato nº 415/2025 (Anexo 2) e no Termo de Referência (Anexo 4), visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da unidade penal, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e seu Plano de Trabalho (fls. 40/51);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131892/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.599.383-8

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 2775/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, CNPJ nº 96.216.429/0009-47, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU IV – PEF IV, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 415/2024, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e Plano de Trabalho (fls. 39/50);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 29 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131981/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.872.297-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 2139/2025 – AT/SESP, a anotação do **Sexto Termo de Apostilamento,** ao Contrato Administrativo nº 022/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, inscrita no CNPJ sob nº. 76.545.011/0001-19, cujo objeto consiste na prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, para atender a demanda da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 5,48% (cinco inteiros e quarenta e oito décimos por cento), referente à aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), acumulado no período do mês de referência março de 2025, passando o valor mensal contratual de R$ 5.662.546,09 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e nove centavos) para R$ 5.972.810,62 (cinco milhões, novecentos e setenta e dois mil oitocentos e dez reais e sessenta e dois centavos), na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 106/107);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

131894/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.999.550-0

I. AUTORIZO, com fundamento no item 7.4.10 do Manual anexo ao Decreto nº 6.881/2024, e com base na Informação nº 2651/2025-AT/SESP, a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 972/2023, firmado com as Sras. Isis Melissa Tamezawa Martinez Louzada, CPF n° XXX.790.879-XX, e Laisa Raquel Tamezawa Martinez, CPF n° XXX.495.369-XX, cujo objeto é a locação de imóvel para abrigar os veículos apreendidos, atendendo às necessidades do Departamento da Polícia Civil no município de Apucarana, objetivando a prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, de 10/10/2025 a 09/10/2026, mantendo-se o valor mensal de R$ 17.719,10 (dezessete mil, setecentos e dezenove reais e dez centavos), conforme minuta de **fls. 108/109;**

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

131895/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.389.298-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2819/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **MARIA DO CARMO PIASETZKI - DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVICOS,** inscrita no **CNPJ nº 13.190.691/0001-85,** em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico **nº 134/2023,** cujo objeto será a **aquisição de pão francês,** para atender a demanda do **Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária,** no valor total de **R$ 7.926,48 (sete mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos),** conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 115/124;**

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

131897/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.615.532-1

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 13, inciso IX, e art. 170, § 7º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e com base na **Informação nº 2724/2025 – AT/SESP**, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 690/2024, firmado entre o Estado do Paraná por intermédio desta Pasta, com a empresa Padaria e Confeitaria Favo e Mel Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.014.719/0001-66, sediada no Município de Curitiba/PR, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de coffee break, visando atender às necessidades do Batalhão de Operações Especiais, no valor total atual de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), visando à prorrogação de sua vigência por mais 12 (doze) meses, de 22/10/2025 até 21/10/2026, e ao reajuste no percentual de 5,35% (cinco vírgula trinta e cinco por cento), decorrente da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, passando o valor total para R$ 42.140,00 (quarenta e dois mil, cento e quarenta reais), conforme minuta de termo aditivo de **fls. 216/217**;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as justificativas a demonstração das circunstâncias da contratação.

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se o(a) contratado(a) mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal, que porventura tenham vencido no decorrer da tramitação processual.

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios - CCC/SESP para as providências legais.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131914/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.371.162-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 2739/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa FRANKE & ZIMMER LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.867.342/0001-39, sediada no Município de Cascavel/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 600/2023, cujo objeto será a aquisição de pão francês, para atender a demanda do Batalhão de Polícia Rodoviária, no valor total de R$ 4.431,00 (quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 105/114;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos**;**

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

131923/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.634.510-4

I. AUTORIZO, com fundamento no inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503/1997, na Resolução nº 145/2015 do CONTRAN, e com base na Informação nº 2802/2025-AT/SESP, o pagamento em favor do Policial Penal Dárcio Alexandre Gutierres, inscrito no CPF sob nº XXX.270.779-XX, no valor total de R$ 129,90 (cento e vinte e nove reais e noventa centavos), referente a taxa paga para realização de exame toxicológico para renovação de CNH categoria “D”, posto que o policial desempenha atividades de condutor/operador de veículo na Regional Administrativa de Maringá – SOT, adaptado para o transporte de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

131920/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.475.062-1

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 2792/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por

intermédio desta Pasta, pelo Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL MARCELO PINHEIRO – PIMP, do Termo de Cooperação com a empresa TRANSPORTADORA PRA FRENTE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.174.840/0001-00, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 47/61) e seu Plano de Trabalho (fls. 63/75);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132187/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.509.184-2

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 2794/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO OESTE DE LONDRINA - COOPEROESTE, CNPJ nº 14.709.142/0001-37, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA

II, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 66/79) e Plano de Trabalho (fls. 81/93);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132183/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.891.113-3

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, do artigo 661 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e do art. 6º, inciso XVI, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 8.301/2024, e com base no Despacho do Centro de Licitações nº 157/2025 (fls. 55/56) e na Informação nº 2825/2025 – AT/SESP, a abertura de Chamamento Público para seleção de interessados na utilização de espaços públicos para construção de estrutura física para emprego de mão de obra prisional na PENITENCIÁRIA ESTADUAL THIAGO BORGES DE CARVALHO – PETBC, no Estado do Paraná, mediante adesão às condições previstas na Minuta de Termo de Cooperação e Permissão de Uso, conforme Minuta de Edital de Chamamento Público nº 022/2025 – SESP/DEPPEN (fls. 08/44);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132184/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.514.989-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, do artigo 661 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e do art. 6º, inciso XVI, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 8.301/2024, e com base no Despacho do Centro de Licitações nº 158/2025 (fls. 56/57) e na Informação nº 2827/2025 – AT/SESP, a abertura de Chamamento Público para seleção de interessados na utilização de espaços públicos para construção de estrutura física para emprego de mão de obra prisional na PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ – PFP, no Estado do Paraná, mediante adesão às condições previstas na Minuta de Termo de Cooperação e Permissão de Uso, conforme Minuta de Edital de Chamamento Público nº 039/2025 – SESP/DEPPEN (fls. 08/45);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132180/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.610.270-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos da Informação nº 2840/2025 – AT/SESP, a anotação do Terceiro Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 0661/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e o(a) Locador EVERALDO DA ROCHA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob nº. 066.454.669-27, cujo objeto consiste na Locação de imóvel para abrigar a Delegacia de Polícia de Goioerê, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), referente à apuração do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), passando o valor mensal para R$ 6.943,31 (seis mil, novecentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 56/57);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132358/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 24.622.968-6

I. INDENIZO a dívida, nos termos do inciso XV, do art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c inciso V, do art. 1º da Resolução SESP nº 390/2023, com base na Informação no 2852/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei no 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual no 10.086/2022, em favor da empresa IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA., inscrita no CNPJ sob no 76.613.835/0001-89, no valor de R$ 3.323,38 (três mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), referente a prestação de serviços de cirurgia torácica no Hospital da Polícia Militar (HPM), no mês de julho de 2025, conforme nota fiscal juntada **(fls. 06)**, sem cobertura contratual;

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP.

132418/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 24.476.905-5

I. INDENIZO, nos termos do inciso XV, do art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c inciso V, do art. 1º da Resolução SESP nº 390/2023, no item 11.5 da Dispensa de Licitação n° 94196/2024, e com base na Informação nº 2855/2025 - AT/SESP, a dívida em favor da empresa RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO, inscrita no CNPJ n° 56.979.281/0001-20, referente ao pagamento da taxa de compensação financeira no valor de R$ 83,98 (oitenta e três reais e noventa e oito centavos), em razão do atraso de 83 dias no pagamento de Nota Fiscal n° 072 (fl. 18), vinculada a Ordem de Compra n° 7365/2025 (fl. 3);

II. Destaco que, após o pagamento integral da demanda, serão adotadas gestões no sentido de identificar o responsável para o ressarcimento ao erário por parte da Polícia Científica do Paraná;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais, devendo retornar a esta Diretoria com o comprovante da quitação da dívida e a indicação exposta ao item II do presente ato.

Curitiba-Paraná, 30 de setembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

132419/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.283.988-9

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2804/2025 – AT/SESP, a celebração do primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0745/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **TRONQUI ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.** inscrita no CNPJ n° 31.651.344/0001-94, tendo por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as unidades do 25º batalhão de Polícia Militar, no município de Umuarama, 3ª Companhia Independente de Polícia Militar no município de Loanda e 5ª Companhia Independente de Polícia Militar no município de Cianorte, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com início em 11/11/2025 e término em 10/11/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 881.788,78 (oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), conforme minuta acostada às fls. (151/152).

II. **DECLARO** que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações.

III. **DETERMINO**, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite.

IV. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132457/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.422.864-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 2717/2025 – AT/SESP, a anotação do Décimo Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 895/2020, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.900.463/0001-71, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda das carceragens e delegacias da Polícia Civil de gestão plena do DEPPEN e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPPEN para as unidades da região metropolitana de Curitiba, Litoral, Lapa e Rio Negro, visando o reajuste do valor do contrato com a aplicação dos percentuais de 5,18% (cinco vírgula dezoito por cento), referente à aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), passando o valor diário para R$ 11.654,45 (onze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 02/07/2025, na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 152/154);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 30 de setembro de 2025.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

132524/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 609 – DRH, 29 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e considerando o contido no protocolo nº 23.311.222-4,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Geraldino Pereira Junior, CPF XXX.192.258-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Diretor de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-6, da Penitenciária de Integração Social de Piraquara, durante as férias do titular Robson Reginato Costa e Silva, CPF XXX.799.088-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 06 de outubro de 2025 a 15 de outubro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

131658/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

QUINTO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS, nº 2178/2022.
PROTOCOLO Nº 24.440.721-8

Contratante: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Contratado: PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – CNPJ 04.970.088/0001-25
Objeto: **A prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e outros.**
Vigência: pelo período de 09 (nove) meses, a partir de **13 de outubro de 2025** até **12 de julho de 2026.**
Valor Mensal: **R$ 4.291,79 (quatro mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos).**
Dotação Orçamentária:
– 06300.6302.11.122.36.8233 – Gestão Administrativa, Natureza da Despesa 3390.3700 – Locação de Mão de Obra, Subelemento 3701 – Limpeza e Conservação, Fonte 500.
Autorizado através de **Despacho Secretarial nº 773/2025 – GS/SETR** em 12 de setembro de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

131697/2025

Receita Estadual do Paraná

NORMA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 4/2025

Dispõe sobre os procedimentos para a internalização na legislação tributária de atos normativos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

A **DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 4º do Anexo I da Resolução SEFA nº 484, de 6 de junho de 2025, estabelece:

Art. 1.º Esta Norma de Procedimento Administrativo – NPA disciplina os procedimentos para a internalização na legislação tributária de atos normativos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

Art. 2.º Os atos normativos celebrados no âmbito do Confaz que sejam passíveis de internalização na legislação tributária serão comunicados pela Divisão de Representação da Cotepe/ICMS – DRC, via e-protocolo, à respectiva unidade competente, no prazo de até 10 (dez) dias da data da sua publicação, a qual deverá se manifestar quanto à referida internalização no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 1.º No caso de manifestação favorável à internalização do ato na legislação tributária, caberá à unidade competente:

a) indicar se a internalização será total ou parcial e, nesse último caso, quais dispositivos deverão ser internalizados;

b) anexar os relatórios de discussão da matéria nos respectivos grupos de trabalho, quando houver;

c) opinar sobre a forma de internalização do ato, como, por exemplo, se via Regulamento do ICMS, decreto autônomo ou Norma de Procedimento, dentre outros aspectos que entender necessários;

d) encaminhar o e-protocolo à unidade competente para o cálculo do impacto na arrecadação decorrente da internalização proposta, se houver.

§ 2.º Após a manifestação de que trata este artigo, o e-protocolo deverá ser encaminhado à Divisão Normativa Tributária – DNT, para prosseguimento.

§ 3.º Os atos normativos celebrados no âmbito do Confaz cuja necessidade de internalização na legislação já seja previamente conhecida pela Divisão de Representação da Cotepe/ICMS, poderão ser imediatamente comunicados, via e-protocolo, à Divisão Normativa Tributária, mediante motivação, sem necessidade da consulta à unidade competente prevista no caput deste artigo.

Art. 3.º Caberá à Divisão Normativa Tributária elaborar a minuta para a internalização dos atos normativos celebrados no âmbito do Confaz de que trata esta NPA.

§ 1.º Na hipótese de a internalização do ato resultar em impacto na arrecadação, a Divisão Normativa Tributária deverá, previamente à elaboração da minuta, encaminhar o e-protocolo ao Gabinete da Direção da Receita Estadual, para deliberação com o Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2.º Após a elaboração da minuta, a Divisão Normativa Tributária poderá encaminhá-la, via e-protocolo, à respectiva unidade competente, para análise e manifestação no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 3.º Na hipótese do § 2.º deste artigo, as eventuais alterações sugeridas pela unidade competente deverão estar destacadas no arquivo da minuta anexado no e-protocolo, com as respectivas justificativas.

Art. 4.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL

132420/2025

Autarquias

AGEPAR

PORTARIA N.º 30/2025 -CRH/DAF/AGEPAR

Designa servidores para atuar na Diretoria de Normas e Regulamentação-DNR/AGEPAR e dá outras providências.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 24, incs. II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar),

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para atuar na Diretoria de Normas e Regulamentação - DNR, em auxílio ao Diretor, os seguintes servidores:

I - Marina Beatriz Fantin, RG n.º 8.XXX.755-X;
II - Ana Carolina Betim Carneiro, RG n.º 10.XXX.217-X.

Art. 2º Designar, para responder pelas Chefias de Coordenadoria junto à Diretoria de Normas e Regulamentação - DNR, os seguintes servidores:

I - Caroline Niehues Zardo Pelandre, RG n.º 15.XXX.048-X, como Chefe da Coordenadoria de Normatização Regulatória – CNR, em exercício;
II - José Chede, RG n.º 274.XXX.639-XX, como Chefe da Coordenadoria Jurídica – CJ, em exercício.

Art. 3 º Designar, para atuar na Coordenadoria Jurídica – CJ, os seguintes servidores:

I - Aaron David Chybior Marttuchy Gonçalves, RG n.º 7.XXX.098-X;
II - Magda Demartini da Silva, RG n.º 5.XXX.023-X;

Art. 4º Designar, para atuar na Coordenadoria de Normatização Regulatória – CNR, os seguintes servidores:

I - Ricardo Marcassa Ribeiro da Silva, RG n.º 8.XXX.937-X;
II - Tayane Martins França, RG n.º 9.XXX.417-X

Art.5º Revogar a Portaria AGEPAR n.º 31/2023.
Art. 6º Revogar a Portaria n.º 10/2025-CRH/DAF/AGEPAR.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de setembro de 2025

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

132497/2025

